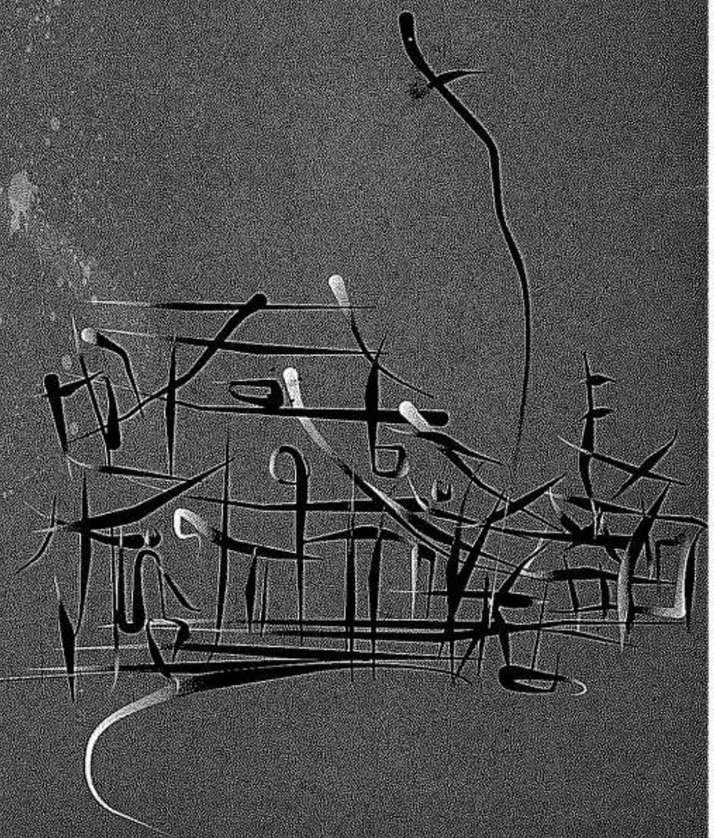
FOGO

A CIDADE SOB O FOGO

MODERNIZAÇÃO E VIOLÊNCIA POLICIAL EM TERESINA (1937-1945)

Francisco Alcides do Nascimento



Digitalizado com CamScanner

Fundação Cultural Monsenhor Chaves
Rua Eliseu Martins, 1426, Centro - Teresina-PI
CEP 64000-120 Telefone: (086) 221.3646

TERESINA
2002

Digitalizado com CamScanner

A CIDADE SOB O FOGO
Francisco Alcides do Nascimento

Editor: **Fundação Cultural Monsenhor Chaves**
Capa e diagramação: **Amaral**
Fotolito e Impressão: **Halley S.A. Gráfica e Editora**

N244C Nascimento, Francisco Alcides do
A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina - (1937-1945) / Francisco Alcides do Nascimento. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002. 299p.

1. Teresina - História. 2. Cidade (Teresina) - Modernização. 3. Incêndios - Aspectos Sociais. I. Título. C.D.D - 981.221.

Sumário

Apresentaão 09

1. Introdução 13

2. Construção do Silêncio e da Ordem 28
2.1. Discutindo o Estado Novo 28
2.2. A modernização da imprensa escrita e a censura 49
2.3. O "sonho do rádio" 55
2.4. Instrução Pública 61
2.5. O mundo do trabalho 69
2.6. Os intelectuais e o poder 83
2.7. A modernização da estrutura policial 92

3. A cidade dos Sonhos 119
3.1. Nasce uma cidade 119
3.2. O novo projeto para a cidade 135
3.3. A urbanização: praças, ruas e avenidas 144
3.4. Nova arquitetura 160
3.5. Encurtando distâncias: modernização dos meios de transportes 176

4. "A Cidade de Palha", os incêndios, violência policial e as propostas de substituição das coberturas de palha 212
4.1. As casas de palha 212
4.2. Os incêndios 228
4.3. A ação policial 277
4.4. As propostas de construção de casas de telha 308

5. Considerações Finais 337

6. Bibliografia Consultada 341

Digitalizado com CamScanner

Dedicatória

Ao meu pai

e

A todos que tiveram as suas casas

queimadas e àqueles que foram presos

e torturados sem

que tivessem cometido os

crimes que lhes foram atribuidos

Digitalizado com CamScanner

Apresentação

Raimundo Nonato de Santana

O livro nasceu como tese de doutorado apresentada em 1999, na Universidade Federal de Pernambuco, constituindo-se, portanto, em uma versão, que neste caso é integral. O autor desenvolveu pesquisa sobre um período da história de Teresina que os historiadores ainda não tinham se debruçado – o Estado Novo. Na verdade, retoma estudos realizados no período anterior que têm como obra de maior fôlego "A Revolução de 1930 no Piauí", resultado também de pesquisa realizada para a construção de sua dissertação de mestrado, publicado em 1984, pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves.

O autor elegeu como principal problema o processo de modernização da capital do Piauí tendo como base de sustentação o caráter autoritário dessa modernização.

Digitalizado com CamScanner

Faz um pequeno recuo temporal a 1930 porque parte da historiografia brasileira toma a Revolução de 1930 como um marco fundante naquele processo, não que o período anterior chamado pela historiografia política do Brasil de República Velha possa ser considerado mais democrático e menos autoritário.

Procura analisar, mesmo que de forma rápida como o movimento de outubro de 1930, onde setores dissidentes das oligarquias brasileiras colocaram por terra o pacto nacional chamado de Política dos Governadores ou Política do Café com Leite, através de um movimento armado e que contou com participação ativa de segmentos do Exército Brasileiro repercutiu no Piauí. Atento aos indícios localizados nas fontes procura entender a marca do novo regime: o crescimento do Poder Executivo e, em razão disso, segmentos da sociedade, especialmente os militantes de partidos de esquerda ou simplesmente cidadãos que se manifestaram contra o regime foram presos, torturados e mortos nos calabouços do regime. Atento procura entender como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife adquiram ares de metrópoles, e como isso repercute em Teresina.

O autor olha para os exemplos mencionados de crescimento urbano, modernização das cidades, de formas distintas de lazer, de comunicação de transportes urbanos e tenta captar, em nível local, como essas "novidades" chegam à cidade e como são representadas por aqueles que formam opinião, que desejam transformar uma cidade pequena, acanhada, com serviços oferecidos aos seus habitantes de qualidade modesta. Porém os administradores como homens são seres desejantes

e têm a pretensão de transformar a Teresina em uma cidade que não deixe a desejar, se comparada a metrópoles regionais já mencionadas.

Procura ao longo do texto analisar os discursos do Poder Executivo estadual e municipal que propõem reformas para Teresina., quando avaliam que embora a cidade tenha sido planejada para ser capital do Estado, e o traçado das ruas obedeça a um plano original em forma de tabuleiro de xadrex: ruas que se cruzam em ângulo reto, elas são consideradas estreitas para a passagem de um dos símbolos da modernidade, o automóvel, assim sendo, propõem pequenas intervenções que vão desde o alargamento de ruas do antigo traçado da cidade até a transformação de ruas de mão única. Embora não proponham o abandono de vez do "plano de Saraiva", as ruas e avenidas que serão abertas a partir das proposições dos engenheiros e administradores devem ser mais largas. Estão preocupados em ligar a estação ferroviária ao centro da cidade de forma mais rápida.

Em 1933 chega o avião em Teresina. O autor procura compreender como a sociedade representou a chegada desse novo meio de transporte que provoca a diminuição das distâncias, dito de outro modo, Teresina fica mais perto das demais capitais brasileiras, primeiro com O Correio Aéreo Nacional, depois com as aeronaves da "Viação Condor" Os mais abastados podem ir á capital da República com mais facilidade. As revistas da moda, de rádio chegam com mais rapidez. O cinema falado também tem papel fundante na mudança de comportamento, especialmente dos mais jovens.

Digitalizado com CamScanner

Para sustentar o argumento de que existem idéias modernizantes procura através da arquitetura sinais dela e aponta a construção do Hospital Getúlio Vargas como o exemplo mais significativo do período. Mas não esquece os edifícios dos Correios e Telégrafos, parte da fachada do Quartel da Polícia, atual Centro de Artesanato, a fachada da antiga Escola Industrial.

Por fim, trata de construir uma narrativa sobre os incêndios e os coloca como parte do processo de modernização da cidade. Recorre às mais variadas fontes procurando dá significado a um fato dramático que atingiu os moradores mais pobres de Teresina e que a elite política e intelectual jogou para debaixo do tapete por várias décadas. Manifesta a intenção de recolocar a questão, em primeiro lugar, para dar visibilidade a um fenômeno que a maioria da sociedade desconhece, depois porque o drama da moradia para as camadas populares em Teresina continua sendo postergado para um plano secundáríssimo. Em momento nenhum se coloca na posição de julgador, o que não o é e sim na condição de aprendiz de historiador que tem a responsabilidade de à luz das evidências e de sua própria experiência, apontar a falta de responsabilidade dos administradores para com os segmentos mais pobres da cidade. Estes não construíram habitações para aqueles que tinham suas casas devoradas pelo fogo e também não conseguiram dá uma resposta satisfatória sobre a autoria dos crimes. Ao fechar o seu texto afirma que os administradores e especuladores terminaram sendo beneficiados com os incêndios porque as casas de palhas junto com seus moradores foram sendo afastadas para áreas menos visíveis da cidade.

1 - Introdução

Os historiadores e os seus objetos

Existem várias formas de os historiadores descobrirem os seus objetos de pesquisa. Segundo Michael Pollack,[1] tais objetos são escolhidos, de preferência, onde existe conflito, confronto, entre memórias. A construção do objeto, motivo deste trabalho, partiu do pressuposto de que existia um certo silêncio sobre os incêndios ocorridos em Teresina, na primeira metade da década de 1940. O Interventor Federal, Leônidas de Castro Melo, em suas memórias,[2] não dedica uma só linha ao tema. O fato deixou o pesquisador curioso, uma vez que esses acontecimentos abalaram o seu governo. Também os intelectuais que viveram esse período nada registraram sobre esse fato. Sem falar que os jornais editados na cidade pouco trataram do problema.

Digitalizado com CamScanner

A censura foi um elemento inibidor da reflexão sobre o cotidiano, portanto, difícil era publicar sobre questões que desagradassem às autoridades constituídas. Assim, quem o fizesse poderia sofrer sanções que iam desde à advertência, até o fechamento do jornal. Roger Chartier observa que o direito de exercer a censura e a definição daquilo sobre o que ela deve ser exercida são sempre objeto de rivalidades agudas, muito reveladoras das tensões sócio-políticas que marcam uma sociedade em um momento dado de sua história.[3] Contudo, o fim da ditadura varguista modificou esse quadro. Os adversários do Estado Novo e de seu principal representante no Piauí exploraram os incêndios e os acontecimentos a eles relacionados com fins eleitorais, mas também nada produziram sobre a questão de forma substantiva.

O primeiro trabalho sobre os incêndios data do início da década de 1950. Trata-se do conto *Fogo*[4] de Vitor Gonçalves Neto, publicado fora dos limites do Piauí. Na década seguinte, Fontes Ibiapina escreveu o romance *Palha de arroz* e nele dedicou um capítulo ao incêndios. Na década de 1990, Airton Sampaio Araújo publicou *Contos da Trra do Sol,* onde está incluído o conto Fogo sobre Teresina. Como percebemos, o tema é tratado de forma ficcional. Nessa mesma década, o jornalista Afonso Ligório publicou *Tempos de Leônidas,*[5] procurando ressaltar as qualidades do homem, do médico e do interventor Leônidas de Castro Melo e eximi-lo de qualquer responsabilidade sobre os incêndios. Francisco Alcides do Nascimento, [6] interessado no tema há algum tempo, também publicou artigos em revistas especializadas.

As marcas deixadas pelos acontecimentos nos segmentos sociais da população mais pobre, bem como a repressão policial aos envolvidos nos incêndios devem ter contribuído para o que interpretamos como silêncio. O segmento policial, no período, manteve o silêncio. Pelo menos dois policiais com os quais tivemos oportunidade de conversar preferiram não tratar do assunto.

Não obstante, o processo de pesquisa demonstrou que havia aqueles que desejavam ser ouvidos. A memória tem como uma de suas características fundamentais, o processo reativo provocado no sujeito pela realidade. Ela se constitui e é operacionalizada a partir da reação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou o indivíduo, formando todo um imaginário que constitui uma referência permanente no futuro. Alguns indivíduos tratam dessa memória com naturalidade, outros não.

As palavras iniciais tiveram a pretensão de indicar um dos elementos centrais deste livro. Mas é preciso deixar mais claro, os recortes temporal e espacial do trabalho. Embora façamos recuos ao movimento de 1930, o início do recorte é 1937. Esses recuos são absolutamente necessários porque consideramos a implantação do Estado Novo parte do processo iniciado em trinta. O recorte final é 1945, apesar de, ora por outra, avançarmos para além desta data. Sobre essa questão do recorte temporal lembramos do conselho do velho mestre Marc Bloch: "o corte mais exato não é forçosamente o que recorre à unidade de tempo mais pequena mas sim a que se adapta melhor à natureza das coisas. E ainda "as transformações da estrutura social, da economia, das crenças, do comportamento mental não podem, sem deformação, dobrar-se a uma cronometragem

Digitalizado com CamScanner

excessivamente apertada."[7] Talvez nem fosse necessário dizer que o recorte espacial é a cidade de Teresina, entretanto, o reforço tem a pretensão de marcar a cidade como elemento importante na construção deste trabalho.

Dito isto, faz-se necessário definir também o nosso objeto quanto ao tema. Os incêndios têm grande peso, mas é o conjunto: modernização da cidade e incêndios que constitui a nossa preocupação central.

Teresina foi projetada e construída para ser a capital da Província.[8] Porém, o processo de urbanização ocorreu de forma lenta. Até o início dos anos dez, a cidade tinha aquele aspecto bem característico das cidades coloniais: ralamente habitada, as ruas estreitas, a sujeira e a presença de animais eram comuns. A maioria da população ocupava construções "acanhadas" e miseráveis. Segundo Teresinha Queiroz, a cidade não apresentava nenhum sinal urbano que a definisse como uma cidade moderna "ausência total e absoluta de calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto, telefone etc.[9] Mas existiam as pretensões modernizadoras.

Até o início dos anos de 1940 era um centro urbano com uma população de 67.641 habitantes, dos quais 34. 695 viviam nas zonas urbanas e suburbanas, mas continuava sendo uma cidade eminentemente de funcionários públicos. Deve-se registrar que a divisão entre campo e cidade não estava inteiramente realizada. Raimundo Nonato de Santana atribui esse fato ao caráter de subsistência da economia, que vem até os dias atuais, graças ao afastamento do Piauí dos grandes mercados consumidores, às relações de trabalho predominantemente pré-capitalistas, nas fazendas de criar, nas plantações, nos carnaubais e babaçuais.[10]

A cidade chega aos anos de 1940 com o seu adensamento populacional lento. Amélia Alba Nogueira Moreira considera que, no período compreendido entre 1920 e 1940, a taxa populacional foi menor que as taxas anuais anteriores.[11] No entanto, atraiu populações que deixavam o Interior do próprio Estado e de outras áreas do Nordeste em busca de serviços educacionais, de saúde e maior oportunidade de vida e trabalho.

A urbanização brasileira tem sido historicamente incentivada pelo Estado através da construção de cidades novas. Belo Horizonte, Teresina, Goiânia, Brasília são exemplos dessa política. No caso específico da capital do Piauí, quando da Revolução de 1930, completava 78 (setenta e oito) anos. Mas para o prefeito Luís Pires Chaves[12] ela precisava transformar-se em uma cidade moderna. Ao deixar o cargo de prefeito, ocupou o cargo de Diretor de Obras Públicas da Prefeitura Municipal.[13] Nos seus relatórios vamos encontrar a idéia de projetar uma "nova cidade" a partir da "antiga".

A reforma projetada não tinha a dimensão daquela realizada no Rio de Janeiro, Recife ou Fortaleza, por exemplo, entretanto, seguia o modelo definido por Simon Schwartzman de neopatrimonial.[14] Marcelo Lopes Sousa considera que o planejamento urbano comandado pelo Estado foi tradicionalmente encarado como elemento diretor da modernização da cidade. Modernização essa que tem sido socialmente excludente "(...) seu corolário é não raro muito mais negativo que positivo, considerando-se a maioria da população e a longo prazo."[15]

A arquitetura local recebeu traços modernos, transformando, assim ,a paisagem da cidade. Esse processo

Digitalizado com CamScanner

de mudança é iniciado nos anos vinte, com a chegada do transporte coletivo -um bonde com motor a explosão que circulou durante seis anos, aproximadamente, atendendo ao desejo da elite de compartilhar a modernidade.

Contudo, é a partir da Revolução de 1930 que essa tendência ganha forma, com a introdução de novos traços e tecnologia, especialmente nos prédios públicos. Em 1933, os primeiros aviões visitaram a cidade, e as rodovias conquistam maior espaço. Por conseguinte, manifesta-se, também, a tendência a substituir os barcos pelos caminhões.

Depois de iniciativas privadas sem o sucesso esperado, a Prefeitura de Teresina criou a Viação Municipal de Teresina. Os ônibus eram mais modernos que os bondes. Mas a empresa municipal teve vida curta. Os serviços foram encerrados e a argumentação empregada foi a de não ser lucrativa.

Com a implantação do Estado Novo, as comemorações das datas cívicas ganharam maior dimensão, além de terem seu número aumentado. Esse tipo de comunicação, segundo os seus mentores, tinha como objetivo desenvolver, especialmente entre os jovens, o espírito cívico. Marshall Berman lembra que os desfiles militares têm grande importância psicológica e política. Têm o poder de cativar mesmo os espíritos mais livres. "Paradas militares, desde Baudelaire ao nosso tempo, desempenham um papel decisivo na visão pastoral da modernidade: equipagens reluzentes, colorido vistoso, formações fluentes, movimentos rápidos, a modernidade sem lágrimas."[16]

A legitimidade da nova ordem é articulada através de uma política ideológica que assinala a grandeza de sua

inovação. Aproxima-se do operariado urbano, constrói sólida aliança com a corporação militar e assume o compromisso de desenvolver o País do ponto de vista econômico, garantindo o crescente apoio dos setores burgueses.

Um instrumento fundamental para alcançar tais objetivos é a implementação da censura. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é encarregado de construir, divulgar e, de certa maneira, impor a imagem do Estado, e, mais especificamente a do presidente Getúlio Vargas. Controlava também os meios de comunicação, produção intelectual, divulgando as manifestações cívicas e controlando as festas populares.

As reformas realizadas pelo Estado autoritário, além de uma máquina político-ideológica bem montada, necessitava, também, do apoio de aparelhos repressivos modernizados. Nesta perspectiva, as polícias civil e militar foram reestruturadas ganhando instalações e equipamentos novos. Na Polícia Militar, foi criado o Serviço de Com bate aos Incêndios e o grupamento de policia montada, com a finalidade básica de policiamento das áreas mais atingidas pelos incêndios.

A cidade recebeu tratamento urbano, novas áreas de sociabilidades, além de transportes modernos, sendo tudo isso valorizado no discurso oficial. Teresina é transformada em uma cidade moderna. Desse modo, alguns símbolos da modernidade foram sendo incorporados ao cotidiano da cidade e de seus habitantes. Mas existia "outra cidade" menos presente no discurso oficial, onde faltava água tratada e canalizada, luz elétrica e suas ruas não eram calçadas; não tinham recebido traçado "oficial", com animais domésticos criados à solta e os moradores atingidos

Digitalizado com CamScanner

por maior número de doenças. Nessa "outra cidade" a maioria da população morava em "casas de palha".

Desde as primeiras posturas da cidade, as "casas de palha" foram proibidas na zona central. Isso não significa, necessariamente, que não houvesse resistência à legislação. Porém, o fato é que existia uma proposta oficial de afastar as "casas de palha" das zonas urbana e suburbana da cidade. Essa postura oficial está relacionada com o processo de modernização e higienização da urbe.

Os incêndios são elementos fundamentais na construção do nosso objeto de pesquisa, porque estão relacionados com a idéia de modernização da cidade, com modernização policial, com a forma explícita de repressão e tortura, com a mudança de comportamento dos moradores das "casas de palha" que procuravam, quando possível, mudar a cobertura de suas moradias para telha; outros afastavam-se cada vez mais do centro da cidade e outros mais terminavam por deixá-la, voltando para à zona rural.

Com o fim da ditadura varguista (mas o Piauí ainda sendo governado por interventores indicados pelo governo central), discutiu-se, especialmente através da imprensa, a proposta de construção de casas populares. Para este fim foi criada a Fundação da Casa Popular que, segundo o Prefeito de Teresina desse período, tinha como objetivo central a substituição de todas as coberturas de palha.

Quando nos propusemos trabalhar o período Estado Novo, fazendo o nosso recorte no processo de modernização, como também nos incêndios ocorridos nos primeiros anos de 1940, tínhamos idéia das dificuldades com as fontes. Vínhamos, anteriormente, trabalhando em um depósito de documentos do Município, chamado

de arquivo, onde a documentação oficial estava jogada no chão. O telhado do prédio com a cobertura danificada deixava cair água sobre os documentos que se transformaram em uma massa uniforme, e consequentemente, os funcionários, ora por outra, eram acometidos de hepatite. Ao investir junto aos sindicatos nascidos no período de estudo, a informação recebida foi a de que não dispunham sequer de um livro de ata.

No Arquivo do Estado buscamos a documentação da Chefia de Polícia, encontrando apenas alguns ofícios e memorandos. Nenhum livro de ocorrência das delegacias foi localizado. Outras fontes foram garimpadas, no entanto, somente encontramos relatórios do governador/interventor, do prefeito da cidade, coleção de leis e artigos do Estado e do Município, bem como os jornais Diário Oficial e Gazeta, além de fotografias.

O processo dos acusados pelos incêndios foi localizado no Arquivo Nacional, entretanto não lhe tivemos acesso, nas duas oportunidades em que estivemos naquela instituição. Fomos orientados a abrir um processo para poder acessá-lo, mas recebemos como resposta que "Foi encontrado no índice nominal do Tribunal de Segurança Nacional o nome de José Cândido Ferraz, cuja ficha c ontém a seguinte informação: o processo foi requisitado e não devolvido."[17]

Na Academia Piauiense de Letras, buscamos a coleção de sua revista. Na Biblioteca Pública do Estado, encontramos números esparsos do Almanaque da Parnaíba, editado na cidade que lhe dá o nome. Essa publicação teve a periodicidade garantida durante o Estado Novo.

Digitalizado com CamScanner

Para nossa felicidade, encontramos a defesa dos acusados publicada no Rio de Janeiro em 1944, peça importante porque tivemos acesso aos depoimentos das testemunhas de defesa do Sr. José Cândido Ferraz. Entretanto, nesse documento encontra-se a versão de um grupo daqueles que compõe o processo. Conforme Lucien Febvre "esforçar-se por ser ativo diante do desconhecido, suprir, substituir e completar é trabalho próprio do historiador."[18]

Sabendo que a maioria da população atingida pelos incêndios era de pessoas iletradas e, devido à sua condição sócio-econômica, dificilmente teriam preservado algum tipo de registro escrito, buscamos outra saída para melhor compreensão acerca do drama pessoal de alguns, resolvemos trabalhar com a história oral. Isto nos permitiu o contato com aqueles que não tiveram voz e que foram, portanto, marginalizados do processo de construção de uma determinada história. Tínhamos a convicção, entretanto, de que muitas vozes daquele passado seriam inaudíveis assim como seriam inacessíveis, estavam perdidas.

Embora estivéssemos recorrendo à memória individual a nossa preocupação era com a memória coletiva. Como analisa Maurice Halbwachs "(...)para que a memória pessoal alcance a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo de preocupações dos interesses e das paixões nacionais."[19]

Foram feitos dezesseis (16) depoimentos. Procuram os as pessoas que tiveram a própria casa ou a de um parente próximo queimada; as que viveram e assistiram ao drama e até

ajudaram às vitimas dos incêndios. Tomamos depoimento de um soldado da Força Pública que trabalhou no combate aos incêndios. O uvimos homens e mulheres, embora a maioria dos relatos tenha sido de homens, analfabetos e intelectuais. Construiu-se uma rede. Nunca é demais dizer que lembrar é uma atitude individual tanto quanto social "(...)o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordar, ao trabalhá-las, vai paulatinamente indivi dualizando a memória comunitária e, no que lembra, faz com que fique o que signifique."[20]

Como tínhamos interesse em que os entrevistados tratassem do processo de urbanização da cidade, do lazer, da educação e dos incêndios, a escolha da forma de entrevista recaiu sobre "história de vida."[21]

Toda a história é escolha.[22] Porém o historiador não anda aleatoriamente pelo passado com um "trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar."[23] Em suma, responder a uma pergunta. Para nós, aprendizes de historiadores, fazer perguntas é inerente ao nosso trabalho. Essas perguntas devem ser cuidadosamente formuladas porque é do resultado deste trabalho que depende o sucesso ou insucess o da construção da "nossa história".

Foi com essa preocupação que formulamos a questão central do trabalho: Qual a relação entre o processo de modernização da cidade com os incêndios dos primeiros anos da década de 1940? Decorrente desta, surgiram outras: Quais as características do discurso de modernização produzido no período em estudo? Por quê os incêndios foram "esquecidos" pela elite política e intelectual da cidade? De que forma os governantes construíram a memória sobre o Estado Novo?

Digitalizado com CamScanner

O conteúdo da pesquisa foi distribuído em três capítulos. O primeiro trata da implantação do Estado Novo e com ele a reestruturação da Imprensa Oficial, bem como a criação e atuação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. O privilegia a recepção do conjunto de leis que regulamentou a relação entre capital e trabalho pelos operários de Teresina. Levanta a discussão sobre o silêncio dos intelectuais com relação aos incêndios. Aponta medidas tomadas pelo Estado para modernizar as instalações dos quartéis das polícias militar e civil, adquirindo equipamentos, armas, oferecendo novos serviços. Por fim, estuda o discurso construído em torno da Instrução Pública, onde são valorizados a construção de salas de aulas, decorrente dessa medida, o aumento do número de vagas escolares, especialmente para o ensino primário, a preparação de professores, também, para esse nível e a introdução da prática de educação física.

O segundo capítulo trabalha o processo de urbanização da cidade, a introdução dos meios de transportes urbanos e interestaduais, a nova arquitetura que ganha vulto, modificando o espaço urbano, os espaços dedicados ao lazer e às novas formas de sociabilidades. Neste capítulo tem-se a percepção da forma como a cidade integrou-se mais efetivamente nas relações regionais e internacionais, resultando disso, mudanças de comportamento social, ou seja, alterações no sentido da modernidade.

O último capítulo dedica-se ao estudo da "outra cidade": a da pobreza, dos sofrimentos, dores e desespero, das mortes causadas pelos incêndios. Estuda as ações policial e judicial encetadas contra os supostos incendiários e autores intelectuais, assim como a tortura empregada contra os primeiros. Por fim, trata da proposta de construção de casas populares e substituição de coberturas de palha por telhas.

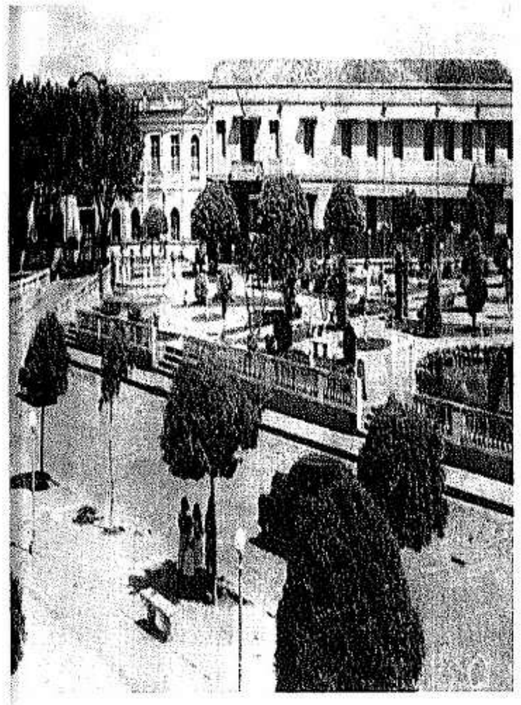
Notas a Introdução

[1] **POLLACK**, Michael. Memória, esquecimento silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3 ,p.3-15, 1989.
[2] **MELLO**, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho*: Memórias à feição de autobiografia. Teresina: COMEPI, 1977
[3] **CHARTIER**, Roger. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998. p.38.
[4] Foi publicado na coletânea Contos Regionais Brasileiros, pela Livraria Progresso, sediada no estado da Bahia.
[5] **LIGÓRIO,** Afonso. *Tempos de Leônidas*. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Assembléia Legislativa, 1994.
[6] **TERESINA** anos quarenta: o labirinto dos incêndios. *Cadernos de Teresina*, ano X, n.26, ago./ 1997. HISTÓRIA memória: lembranças da "Cidade ardente". *Cadernos de Teresina*, ano, IX, n.20, ago./1995.
[7] **BLOCH**, Marc. *Introdução à história*. 4. ed. Lisboa: Europa-América,[19-].p.158.
[8] A transferência da antiga capital-Oeiras-é datada de 16 de agosto de 1852.
[9] QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.23.
[10] **SANTANA**, Raimundo Nonato de. O comércio piauiense. Teresina: *O Observador*, maio 1961. p.66.
[11] **MOREIRA**, Amélia Alba Nogueira. *Bol. Geogr.*, Rio de Janeiro, 31(230) 1-244, set/ out.,1977.p.17.
[12] Ocupou o cargo de prefeito entre 17.3.1932 e 10.5.1935.
[13] Foi Diretor de Obras Públicas do Município durante a administração de Lindolfo do Rego Monteiro (1.2.1936 - 11.11.1945.)
[14] "O Estado Brasileiro tem como característica histórica predominante sua dimensão neopatriomonial, que é uma forma de dominação política gerada no processo de transição para a modernidade com o passivo de uma burocracia administrativa pesada e uma 'sociedade civil'(classes sociais, grupos religiosos, étnicos, linguísticos, nobreza etc) fraca e pouco articulada". Bases do autoritarismo brasileiro. SAHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p.14.
[15] **SOUSA**, Marcelo Lopes. Desenvolvimento urbano. *Território*, Rio de Janeiro,[s .n.], v.3, n.5, p.10-11, jul./dez. 1998. p.10/11.
[16] **BERMAN**, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Moisés/Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.p.134.
[17] **BRASIL.** Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Carta - resposta AN/CAI/ n.206/98.
[18] **FEBVRE,** Lucien. *Combates pela história*. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p.91.
[19] **HALBWACHS,** Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. p.61.
[20] **CHAUÍ**, Marilena de Sousa. Os trabalhos da memória In: Ecléa BOSI. *Memória e sociedade*: lembranças dos velhos. 2.ed. São Paulo: T. A Queiroz: Editora Universidade de São Paulo, 1987. p. XXX.
[21] As entrevistas de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou se inteirou.
[22] **FEBVRE**, op. cit.,. p.19.
[23] **Id. ibid..**

Digitalizado com CamScanner

Quem faz injúria vil e sem razão
Com forças e poder, em que está posto,
Não vence; que a vitória verdadeira
É saber ter justiça nua e inteira.

Camões



2 - Construção do silêncio e da ordem

2.1. Discutindo o estado novo

Ao imaginar o processo de modernização da sociedade brasileira, no geral, somos levados a tomar o modelo europeu ocidental como paradigma. Quando se pensa o aspecto urbano, cidades como Paris, Londres e Viena são referenciais. E de fato, durante o século XIX ocorreu o crescimento e a proliferação de cidades, processo intimamente relacionado com a chamada Revolução Industrial. "O caos urbano, favorecido pela Revolução Industrial, incentivou as primeiras tentativas de planejamento urbano e a construção de uma cidade ideal."[1]

Porém, ao olhar para a análise de Marsall Berman[2] sobre a Rússia, especificamente sobre São Peterburgo, encontraremos outro "modelo". Neste, o processo de modernização ocorreu de forma autoritária. Lembra Antonio

Digitalizado com CamScanner

Paulo de Moraes Resende que a Rússia era um Estado profundamente despótico, alimentado por práticas feudais, por relações extremamente conservadoras e adverso à mística do progresso tão em moda nos centros industrializados.[3]

No Brasil, as reformas urbanas levadas a cabo no período republicano tiveram caráter autoritário. Os seguimentos sociais menos privilegiados economicamente foram empurrados para as periferias das cidades, da mesma forma que aconteceu com São Paulo, ou ocuparam os morros como no Rio de Janeiro. Em Teresina, aqueles que não podiam construir casas e cobri-las de telhas foram obrigados a morar fora da área urbana da cidade.

O processo de modernização da sociedade brasileira sustenta–se na forma autoritária de governar imposta pela elite. O projeto político articulado a partir dos governos civis da República não deixa margem para nenhuma dúvida.

As transformações ocorridas no ocidente a partir da segunda metade do século XIX são capitaneadas pela Revolução Tecnológica ou Segunda Revolução Industrial. Podem ser enumerados os seguintes traços dessa economia capitalista em processo:

> *um processo crucial de transformações tecnológicas que deu origem aos grandes complexos industriais típicos da economia de escala; o crescimento vertical (...) e horizontal do sistema capitalista, a intervenção do Estado na determinação do ritmo, do alcance e do sentido do desenvolvimento econômico, bem como o controle dos seus efeitos.*[4]

Os efeitos imediatos dessa escalada seriam demandas de matérias-primas de origem animal, vegetal e mineral,

destinadas ao processo industrial, e o consumo dos grandes exércitos operários e burocráticos mantidos nas cidades, em torno das grandes unidades produtivas. O Brasil se beneficia desta conjuntura, mas a participação social no sistema produtivo e na absorção dos recursos gerados era muito limitada, como também muito limitada era a participação política:

> *As elites agrárias, beneficiárias e procedentes da tradicional divisão internacional artificial do trabalho constituíam um sistema oligárquico semi–fechado, que, de conformidade com os círculos plutocráticos urbanos, monopolizavam os postos diretivos e as atividades mais rendosas.*[5]

Os conflitos sociais marcaram as primeiras três décadas do século XX em todo o País, entretanto, não levaram a uma modernização das relações políticas.

> *Ao contrário, reforçam a posição centralizadora do Estado, as alianças funcionam, apenas, para desarticular as forças ditas populares e garantir que o processo de modernização no Brasil prescinda, pelo menos inicialmente, da ampliação dos direitos políticos.*[6]

O Estado implantado a partir de 1930 pode ser caraterizado como um Estado forte, com componentes neopatrimoniais bastante claros e capazes de impor sua vontade e seu ordenamento. Segundo Simon Sachwartzman,[7] esse Estado tentou criar uma estrutura legal de enquadramento e representação de classes que perdura até hoje. Ao mesmo tempo, no entanto, o mercado se expandia, a sociedade se tornava mais complexa, e formas autônomas de organização e participação política eram criadas.

Digitalizado com CamScanner

A estrutura de Estado montada a partir do primeiro governo de Vargas emprega formas de organização política que Sachwartzaman identifica como elementos tradicionais de poder e, como vimos ainda há pouco denomina de neopatrimonialismo. Mas esse patrimonialismo moderno é uma forma atual de dominação política exercida por um estrato social cuja base de poder não são as propriedades e sim a posse de cargos públicos ocupados para tirar proveitos pessoais.

A sociedade brasileira está submetida a uma tensão permanente. Para evitá–la ou pelo menos minimizá-la, o Estado empregou o que Sahwartzman chamou de "cooptação política."[8] A criação do Ministério do Trabalho e o sistema previdenciário podem ser citados como exemplos desse tipo de atitude.

As tensões as quais nos reportamos, ainda há pouco, sentidas nos grandes centros urbanos do País, não são sentidas com a mesma intensidade em Teresina, cujos recursos econômicos se originavam, essencialmente da atividade comercial e do funcionalismo público. A vida política não apresentava sinais de tensão entre a elite política de um lado, e os burocratas e comerciantes, sendo muito ocasionais as mobilizações sociais nascidas entre os trabalhadores. Isso não significa necessariamente que na sociedade não houvesse conflitos. Afinal, a concentração de riquezas pode ser sentida no processo de construção/re-construção da cidade. Segundo Antonio Paulo Resende, a modernização brasileira ou as suas idealizações têm uma trajetória que não pode ser restrita aos momentos em que se apontava para o descortinar da industrialização.[9]

É possível afirmar que existia um processo de modernização em Teresina desde a primeira década do século XX. É preciso pensar que o moderno ultrapassou as fronteiras das nações mais familiarizadas com o desenvolvimento tecnológico, superando as determinações exclusivamente materiais, ganhando outros espaços.[10]

O movimento de 1930 adquire, no discurso oficial, caráter de movimento de libertação do País da "malfadada" experiência liberal da Primeira República. Ângela Maria de Castro Gomes[11] observa que o contexto em que o movimento se realiza é o de uma verdadeira perda de autoridade e de esgotamento de fórmulas de conciliação política.

Os novos atores políticos têm projetos que pretendem colocar em prática "A Revolução de 1930, mesmo sem ter constituído um marco na história das idéias, foi um evento que abriu espaço para o debate de projetos políticos..."[12] É um desses projetos forjados no inter ior da burocracia governista que acaba sendo executado com a implantação do Estado Novo. Como observa Karl Loewenstein,[13] o governo provisório de Vargas contém em germe todas as definições da Constituição de 1937, que inaugura o Estado Novo. Ângela Maria de Castro Gomes avança ao afirmar que o processo revolucionário iniciado em 1930 e completado em 1937 teve dimensão restauradora da nacionalidade.

Getúlio Vargas e alguns elementos do governo, após a tentativa de golpe da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e a repressão que se seguiu, encontraram os motivos para se livrarem da Constituição de 1934, que

Digitalizado com CamScanner

consideravam elemento atravancador do progresso do País e capaz de propiciar o retorno das práticas políticas da República Velha. Os comunistas, alvos privilegiados da onda de perseguição política, serviram de motivo para que se forjasse um plano denominado Cohen e se implantasse o regime do Estado Novo ou Estado Nacional.

Contudo, antes do desfecho do golpe, Getúlio Vargas sondou os governadores sobre o plano e, da maioria deles, ouviu a resposta desejada. O emissário de Vargas chegou a Teresina na última quinzena do mês de outubro de 1937. O céu estava "limpo", azul claro, sem nuvens, característica natural do segundo semestre do ano, quando cessa o período de chuvas e o sol domina. O governador Leônidas de Castro Melo recebeu logo cedo da manhã a "visita" do Diretor do Telégrafo que vinha trazer-lhe mensagem de um "viajante misterioso" . Segundo a informação recebida, a chegada do avião estava prevista para depois das 10 horas da manhã. "Governador, disse ele, acabo de receber um chamado de Parnaíba. Lá se encontra um cidadão que pediu para eu vir dizer-lhe que anda num avião expresso da Condor(...) no desempenho de missão reservada da Presidência da República."[14]

O mensageiro secreto estabeleceu a forma como deveria ocorrer seu encontro com o governador. Este deveria se deslocar para o rio Parnaíba, sozinho, e esperar que o hidroavião da Condor pousasse.

Embora no princípio tivesse ficado receoso quanto à exigência de comparecer sozinho, o Interventor foi para a coroa[15] que ficava defronte à zona "portuária" da cidade. A presença do Interventor, acompanhado apenas do seu

ajudante de ordem, chamou a atenção de comerciantes e trabalhadores, além de populares que passavam pela avenida Maranhão, naquele momento. Alguma coisa de anormal estava acontecendo.

Após a tentativa dos comunistas tomarem o poder pelas armas em Natal, Recife e Rio de Janeiro e a propaganda construída em torno desse acontecimento pelo governo central, o fantasma do comunismo ganhou a dimensão esperada por aqueles que tramavam, na penumbra, uma forma de descartar a Constituição aprovada há pouco tempo.

O governador Leônidas Melo incorporou o discurso anticomunista do governo central e parece acreditar que os comunistas eram capazes das mais ousadas atitudes.

> *Veio-me ao pensamento que poderia tratar-se de uma cilada comunista(...)*
>
> *-Chego a admitir, Torquato[16], que nessa história haja a execução de um plano comunista.*
>
> *- Tudo é possível..."*[17]

Quando o avião concluiu a hidraplanagem, o Interventor tomou a mesma canoa que o tinha levado e ao ajudante para a praia e aproximou-se do aparelho. O passageiro misterioso foi reconhecido. Tratava-se de Negrão de Lima.

O encontro realizou-se na cabina do hidravião, onde apenas o Interventor e o deputado ficaram. As águas do Parnaíba embalaram a trama que as elites realizavam para transformar Getúlio Vargas no símbolo mais reluzente do novo Estado que estava chegando.

É provável que o Interventor não soubesse mesmo qual o objetivo da vinda de Negrão de Lima, não era tão ingênuo

Digitalizado com CamScanner

que não percebesse o que estava ocorrendo no país; afinal, tinha vivido a condição de governador do Estado quando esse esteve sob Estado de Sítio há pouco tempo. O governo central, pretendendo combater o comunismo, vinha tomando medidas que, no fundo, concentravam poder em suas mãos. Os exemplos mais visíveis são a aprovação da Lei de Segurança Nacional, a solicitação do Estado de Sítio e a elevação deste ao Estado de Guerra. As prisões estavam sendo abarrotadas de presos políticos e, muitas vezes, sem nenhuma acusação formal.

No afunilamento da trama golpista, o deputado Negrão de Lima visitou todas as capitais, conversando com os governadores para auscultá-los sobre o golpe e obter o apoio necessário para o desfecho. Em troca, a provável promessa de permanência no cargo.

Todavia, é preciso lembrar que regimes políticos como o nazismo e o fascismo, que concentravam poderes nas mãos dos Executivos, já tinham deitado raízes em solo europeu e isso se refletia na forma de pensar do grupo liderado por Vargas.

Leônidas Melo reproduz em suas memórias o diálogo que teria tido com Negrão de Lima, onde fica caracterizada a concordância do governo piauiense com o golpe:

> *Negrão, disse-lhe eu, o Presidente tem inteira razão e creio que todos os governadores sentem a necessidade de fortalecimento do Poder Executivo. Com a atual agitação política e subversão da ordem por infiltração comunista pouco poderá fazer um Governador em benefício do Estado que governa(...) diga ao Presidente que apoiarei o Golpe; que o considero altamente necessário e benéfico à Nação. E não esqueça de acrescentar que*

> *aqui não haverá problema. No Piauí tudo correrá tranqüilamente.*[18]

Segundo Edgar Carone, à exceção do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, os governadores dos outros estados concordaram com a proposta do governo Federal com relação ao golpe.[19]

O indicativo de data para o golpe, deixado por Negrão de Lima para Leônidas, foi 4 de novembro. No intervalo entre 4 e 10 de novembro, as autoridades militares viveram a expectativa de deflagração de um ataque à ordem estabelecida, promovido pelos comunistas. Ainda no dia da "visita" de Negrão de Lima, à da tarde, ocorreu uma reunião do comandante do 25°BC, o coronel Abelardo Torres de Castro com o Chefe da Polícia e o comandante da Polícia Militar. O Interventor narrou o acontecimento, reproduziu a farsa do provável levante comunista no País e concluiu: "Aqui no Piauí se tal suceder reagirei por todos os meios a meu alcance e com a maior energia.[20] A reunião, também, serviu para que o governador sondasse os auxiliares sobre alguma movimentação estranha ao seu controle e os colocasse em estado de alerta, como havia sugerido o emissário do Presidente.

O governador afirma em suas memórias que teria comunicado aos auxiliares que, se alguém não concordasse com a sua posição, pedisse para deixar o Governo naquele momento. Não houve manifestação oposta. Muito pelo contrário, a manifestação do Comandante da Polícia é de confiança nos militares que servem no Piauí e demonstra: "Aqui no Piauí se eles meterem a cabeça serão esmagados. O 25°BC e a Polícia Militar darão conta deles rapidamente. Mas é bom o senhor reforçar a guarda do Palácio..."[21]

Digitalizado com CamScanner

A polícia de Leônidas tinha sido pródiga em prisões e torturas por ocasião da perseguição aos membros da Aliança Nacional Libertadora, em 1935. Comunistas e democratas, após as frustradas tentativas de assalto ao poder pelas armas em Natal, Recife e Rio de Janeiro, foram sendo presos sem que lhes fizessem acusação formal.

Logo após o fechamento dos Núcleos da Aliança Libertadora, a Polícia Civil passou a vigiar os passos das pessoas de alguma forma envolvidas, com o movimento. É um jornal de oposição ao governo que denuncia o fato, mas não é nenhum diário de esquerda uma vez que a Polícia tinha proibido a circulação do jornal O Libertador, órgão de divulgação das idéias aliancistas:

> *(...) Não podemos silenciar sobre as perseguições de que no momento está sendo vítima o sr. Antônio Lemos proprietário de um pequeno estabelecimento gráfico situado à rua Paissandu, n ° 58, nesta capital. Como já é do conhecimento público aquele cidadão estabeleceu-se com uma tipografia para a confecção de obras tendo logo, dentre outros serviços contratado com o senhor Leão Marinho a tiragem do Libertador. Com a proibição policial feita deste jornal sem nenhum motivo que a justificasse, o chefe de Polícia resolveu pôr um destacamento de guardas civis, ostensivamente, em contínua vigilância ao prédio onde funcionam as referidas oficinas...*[22]

No Estado não havia tradição organizativa dos trabalhadores, o número de indústrias era reduzido e o setor de serviços também não era grande. Mas os dois principais centros urbanos constituíram núcleos onde, além dos operários, profissionais liberais e militares fizeram parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Após os levantes comunistas ainda há pouco mencionados, foram realizadas dezenas de prisões. Em nota publicada no Diário Oficial do Estado, datada de 20 de fevereiro de 1936, a Chefatura de Polícia informa que a Procuradoria da República tinha denunciado 36 indivíduos da cidade de Parnaíba, 13 de Teresina, 2 de Amarante e um sargento do 25°BC, instrutor do Tiro de Guerra, sediado em Parnaíba. Portanto, 52 pessoas são indiciadas criminalmente "...acusadas e presas como comunistas. Eram homens dignos, jornalistas, operários, professores humildes, injustamente, com suas famílias, no padecimento de vexames sem conta."[23] Para os trabalhadores, o Estado Novo tinha começado. Aliás, os levantes armados, dirigidos pelos comunistas em 1935, serviram de munição para que o governo Vargas desferisse o golpe de 10 de novembro.

A noite tinha chegado. Embora as autoridades piauienses tivessem conhecimento do golpe, através de rádios e telégrafos, o silêncio do governo Federal deixou ansiosos o governador e auxiliares. Às 10 horas da manhã, um telegrama do Ministro da Justiça chegou às mãos do Interventor:

> *Comunico a V. Ex.ª que o Governo, com apoio das Forças Armadas, acaba de promulgar nova Constituição, dissolvendo a Câmara e o Senado. O País entra, assim, num regime novo em que são assegurados os interesses da Nação. Comunicado a V. Ex.ª o importante acontecimento, espero que V. Ex.ª sobre ele se manifeste com a necessária urgência.*[24]

A "solicitação" do ministro foi imediatamente cumprida. O governador em seu telegrama incorporava o discurso do governo federal da premência de medidas que viessem estancar a desordem que grassava no País, que

Digitalizado com CamScanner

vivia momentos de excepcional gravidade. Era preciso, portanto, concentrar poderes nas mãos do Executivo Federal para manter "a ordem e a tranqüilidade do povo brasileiro".

Coloca-se o governo piauiense ao inteiro dispor da nova ordem que se estabelece "...Queira, pois, V. Exª. receber e transmitir ao Governo que ora se constitui o integral apoio e solidariedade do Piauí e dispor de todos os meios e recursos ao alcance do Estado..."[25] O governo piauiense alinhava-se incondicionalmente ao federal na decisão de implantação do Estado Novo. A farsa construída em torno da força comunista estava desnuda. Iniciava-se uma longa noite para as instituições que possuíam algum tipo de participação coletiva autônoma. Para o governo, entretanto, implantava-se um regime novo onde seriam assegurados os interesses da Nação.

Assinala Jacques Le Goff que um novo princípio não se faz sem história, pois o traçado da origem é também uma volta ao passado:[26]

> *(...) Reparai que nos últimos quinze anos o ritmo de progresso se acelerou e o esforço do homem frutificou em benefícios maiores. Não é casualidade ou circunstância fortuita. É o resultado lógico de mudança do ambiente nacional.*
>
> *É o resultado lógico dos novos rumos traçados à nação. É o resultado da destruição dos velhos males da política nacional. É a objetivação dos ideais revolucionários de 1930. É em suma, senhores, o resultado da política sábia e clarividente do grande Presidente Getúlio Vargas, que dotando a Nação de um regime político capaz de resguardar a ordem pública e administrativa, conseguiu*

> *coordernar, em benefício do país, a ação dos governos ao trabalho de todos cidadãos.*[27]

No discurso de Leônidas Melo, a sociedade brasileira não se encontrava mais no estado de natureza como antes da Revolução de 1930, devido aos excessos do Estado Liberal e os costumes nada ortodoxos dos políticos da República Velha.

Para Ângela Maria de Castro Gomes, os acontecimentos de 1937 materializam a possibilidade de cumprimento de um grande projeto revolucionário, que teria como objetivo transformar a fisionomia econômica e sócio-política da nação. De acordo com a autora, o marco inicial deste processo revolucionário seria recuado para 1930:

> *São nítidos os laços que se constróem entre a proposta de 1937 e a Revolução de 1930. Estes dois fatos surgem, na verdade, como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo revolucionário. Daí a importância estratégica que a Revolução de 1930 assume no discurso de 1937 e daí também o valor esclarecedor de sua caracterização: a especificidade de 30 guarda em seu interior a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe é posterior; 1930 é o início daquilo que 1937 quer e deve realizar.*[28]

Dulce Pandolfi, também, parte do mesmo pressuposto analítico e por isso defende que o início do processo que deságua em 10 de novembro dá-se em 1930:

> *O golpe de 10 de novembro de 1937 representou, ao nível nacional, uma reordenação das forças que haviam assumido o comando do País em 1930. As divergências*

Digitalizado com CamScanner

do projeto entre os diversos atores que participaram do jogo político, as conturbações político-sociais reinantes, tanto no período ditatorial (1930-1934), quanto na fase constitucional(1934-1937), a incapacidade dos diferentes setores da classe dominante em controlar o poder instaurado em 30, propiciam a adoção de um novo modelo político para o Brasil.[29]

Os ideólogos do Estado Novo procuram legitimar o novo formato de governo, operando um retorno ao passado. Não a um passado remoto, e sim a um passado recente em que um acontecimento teria cortado os laços que prendiam o País ao liberalismo responsável pela situação de abandono e pobreza que envolvia o povo. Segundo esses teóricos, as riquezas do Brasil tinham sido abandonadas e eram esses dois pontos que seriam retomados pelo Estado Nacional.

Os teóricos do Estado Novo constróem uma narrativa com o objetivo de transformá-la numa história significativa que amplie o próprio significado da instalação do Estado Nacional. Fazendo um esforço para que o significado dos acontecimentos de 1930 faça parte da cultura. Transformando-se na "história dos inícios":

Esse processo significa basicamente a retomada de nossa vocação histórica, a continuação da construção de nossa nacionalidade. Tal esforço é fundamentalmente uma tarefa integradora de nossa realidade física de nossa terra e de nosso homem, ambos abandonados e incompreendidos. Retornar à tradição do País é identificá-la em dois fatores cruciais, a natureza e a cultura brasileira, síntese da realidade indestrutível presente no inconsciente nacional."[30]

O movimento de 1930 inicia o processo de integração entre o homem e a natureza, fato que na República Velha tinha se rompido devido aos excessos do Estado Liberal; com a concepção do Brasil ser um país grande, rico, e de ter um povo que almeja viver em harmonia. Os teóricos do Estado Novo enxergam, no período anterior a 1930, ausência de contato harmonioso entre as elites e o povo. O que se verifica já em 1930.

Retomando o pronunciamento de Getúlio Vargas, Agamenon Magalhães, um dos teóricos do Estado Novo, bastante citado na imprensa local, coloca o novo regime como:

Toda a originalidade do Estado Novo, disse o chefe do governo nacional, reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos. A democracia era o comunismo em luta com o integralismo, era um regime aberto a todas as soluções e a todos os imprevistos. Era o Estado ausente. Era a nação ausente. Era o indivíduo, que se supunha livre, explorado, comido, devorado pela usura, pelo baixo salário, pela concorrência do capital e do trabalho estrangeiro. O Brasil está formando a raça e as suas riquezas. Está crescendo. Precisa de ordem e orientação. Precisa de autoridade e de planos, que coordenem as atividades, sentido nacional(...) O Estado Nacional foi a salvação Nacional.[31]

O discurso dos auxiliares de Getúlio partia do pressuposto de que a implantação do novo regime tinha como objetivo salvar o País do caos instalado pela República liderada pelas oligarquias e seus aliados estrangeiros. O discurso colocava o País à beira de uma catástrofe social, porque a maioria dos brasileiros não se sentia participante, integrante na nação; aliás, o homem

Digitalizado com CamScanner

do campo é trazido para local onde as luzes o mostram como capaz, e não como a República Velha procurou apresentá-lo-doente. Nesse sentido:

> *A propaganda estadonovista apontava o interior como depositário das energias da nacionalidade: a Marcha para Oeste, de Cassiano Ricardo, indicava a necessidade de conquista de um espaço vazio, considerado vital para a integração econômica, política e cultural(...) O povoamento, colonização e exploração do sertão constituiriam as bases do progresso e hegemonia futura. As imagens do interior/sertão constituíram um dos pilares da construção da nova identidade nacional coletiva".*[32]

O Estado Novo é apresentado como o único sujeito histórico adequado para o momento vivenciado pela sociedade brasileira, e ao mesmo tempo como elemento que corrigiria a linha evolutiva da sua história. Daí, segundo Alcir Lenharo, a utilização do fato mítico da Revolução de 1930, da qual 37 se apresentará como revolução acabada e da qual tomará de empréstimo sua origem mítica de fundação.[33]

Os construtores da nova ordem precisam legitimar o Estado em construção. Sabem que para tanto é necessário reescrever a história do País. Precisam"...debruçar-se sobre o passado naquele sentido mais profundo em que ele significa tradição e suspensão/permanência do tempo. Projetar o futuro e escrever o que deve acontecer através daquilo que já aconteceu".[34]

Na opinião de Angela Maria de Castro Gomes, o governo do Estado Nacional procura articular uma política ideológica que assinale toda a grandeza de sua inovação e legitime seu formato político institucional, perante todos os atores relevantes do sistema. Para tanto, aproxima-se

do operariado urbano e constrói "... sólida aliança (...) com a corporação militar"[35] além do compromisso de promover "...desenvolvimento econômico do País, o que lhe garantirá o crescente apoio de setores da burguesia."[36]

Contudo, se estes compromissos são importantes para a manutenção da estabilidade do regime, não se pode esquecer que o seu sucesso está relacionado diretamente com o emprego sistemático da força repressiva e da propaganda ideológica. Porém, a imprensa, na opinião de Angela Maria de Castro Gomes, nunca foi favorável a Getúlio Vargas mesmo antes de 1937. Daí que o governo varguista toma algumas iniciativas consoante com o projeto em desenvolvimento. Criou instrumentos que impedissem críticas ao projeto e, por outro lado, divulgassem sistematicamente o ideário estadonovista. Desenvolveu ação política, entendida como atividade que pretende o direito de dominação, em nome da autoridade estabelecida em um território, com a possibilidade de usar a força ou a violência em caso de necessidade,[37] no sentido de controlar a produção intelectual. Por um lado exercendo a censura; e por outro, cooptando intelectuais para repensarem a nova história do Brasil.

Observa Angela Maria de Castro Gomes que os anos do Estado Novo foram não só um período fundamental da história política e econômica, marcado por suas realizações, como também um período crucial de nossa história intelectual, pela efetiva e consistente política cultural implementada:

> *É assim que compreendemos o processo de produção-divulgação de uma história do Brasil durante o Estado Novo-como um capítulo dessa política cultural mais*

Digitalizado com CamScanner

abrangente e, principalmente, como investimento intelectual que justifica pelo momento-chave que o processo de constituição do Estado Nacional no Brasil atravessava.[38]

O Estado Novo empenha-se na imposição de uma ideologia centralizadora e autoritária. Essa atitude evidencia-se na aproximação do governo com a elite intelectual, como já dissemos. Somando-se a isso segue ensinamentos dos regimes repressivos que se multiplicam na Europa neste mesmo período. Autoridades governamentais "...procurariam tirar o máxim o proveito das técnicas de propaganda e dos meios de comunicação social, muito especialmente do rádio."[39]

Seguindo uma tendência iniciada em 1931 com a criação do Departamento Oficial de Publicidade; em 1934 com a criação, no Ministério da Justiça, do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), transformado em Departamento Nacional de Propaganda (DNP); e depois, através do Decreto-lei n. 1915, de dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda(DIP), vinculado diretamente ao gabinete do Presidente e com raio de ação superior aos seus predecessores, uma vez que terá agências em quase todos os estado do País:

Esta seqüência deixa claro que as preocupações de Vargas quanto ao uso de técnicas modernas de propaganda política não datavam do Estado Novo, o que se evidencia ainda mais quando se observa que, de 1934 a 1942, a direção dessa tarefa esteve nas mãos de um mesmo homem, o jornalista Lourival Fontes.[40]

O DIP encarrega-se de construir, e divulgar e, de certa maneira, impor a imagem do Estado Novo e, mais especificamente, a do presidente.[41] Mas o DIP também é o responsável pela censura estabelecida em todos os meios de comunicação e produção intelectual e divulgador/ organizador das atividades relacionadas com as manifestações cívicas e festas populares.

A propaganda através do rádio,[42] principalmente, mas também do jornal[43] e da revista[44] é transformada em instrumento poderoso na manutenção da ordem imposta pelo regime varguista. Alcir Lenharo observa que o estudo da propaganda no período detectará, necessariamente, o peso das instâncias micropolíticas, atuando sobre o cotidiano dos indivíduos. Ao atuar dessa maneira, o poder dissemina-se pelo social para obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo. Muito embora a violência física tenha sido empregada sistematicamente contra os adversários do regime.

Os propagandistas do Estado Novo e aliados de Leônidas de Castro Melo adaptam o discurso de criação mítica da Revolução de 1930 e o fazem sempre tomando a administração do tenente Landri Sales(1931-1935) como marco "...oficial do Exército, espírito formado no ambiente da caserna, renovou a administração pública no Estado, insuflando-lhe um sopro de intensa brasilidade."[45] Implicitamente, o articulista critica a República Velha, dominada por políticos profissionais pouco preocupados com o "espírito de brasilidade" que acreditava serem os militares revolucionários detentores.

O Piauí, antes de 1930, era uma riqueza em potencial, mas os políticos não conseguiam transmutar a realidade de tristeza e de abandono. A crítica ao liberalismo é forte

Digitalizado com CamScanner

"...sendo a condução das elites políticas a responsável pelo atraso vivenciado por nosso país."[46]

A realidade sócio-econômica, resultado das administrações da República Velha, para os defensores da nova ordem era o próprio caos:

> *Não havia transporte, nem estímulo à função da terra. O Piauí era, unicamente, um Estado pastoril-disso lhe vinha a fama picaresca em canções pejorativas. Os políticos profissionais só se lembravam do Piauí para explorarem um prestígio forjado à custa de foguetes alacres, telegramas de congratulações e outros elementos da velha técnica eleitoral. O povo, era pobre, a terra inexplorada, e as almas ermas de esperança.*[47]

O discurso demarca bem o que considera velho: falta de preocupação com os meios de transportes, falta de estímulo à produção agrícola, embora o Piauí fosse rico em terras férteis, a dependência da economia a uma única fonte produtiva-a pecuária extensiva. O articulista considera que as cantigas populares[48] ligadas `a criação de gado demonstravam o atraso da sociedade e a pobreza do povo. O liberalismo político é transformado no responsável pelo atraso do País e pela falta de brasilidade devido às suas práticas políticas. O Piauí, nessa perspectiva, só era lembrado no período pré-eleitoral e/ou em comemorações onde os polític o s profissionais pudessem tirar algum tipo de dividendo eleitoral. O povo era pobre e esquecido.

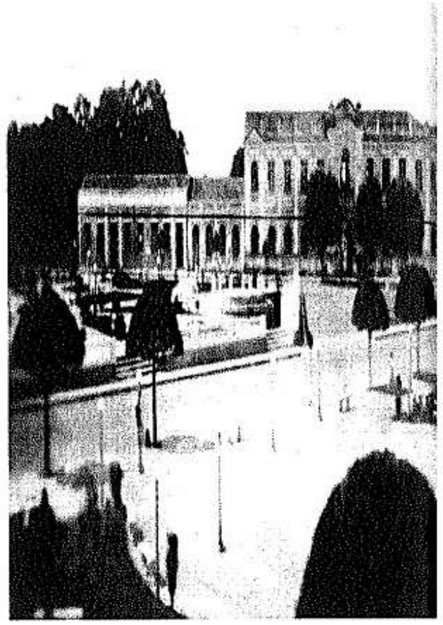
A movimento de 1930 teria melhorado a auto-estima do brasileiro na medida em que se produz discurso onde o País é grande, rico e tem um povo bom que busca a harmonia. Antes

de 1930, o que se via era a desordem e a discórdia entre o povo e as elites. A harmonia entre estes é que dará a 1930o caráter revolucionário que defendiam os intelectuais orgânicos.

Essa harmonia é destacada por Berilo Neves: "Hoje o Piauí é rico porque erigiu o trabalho [como] em patrimônio de todos e dever de cada um."[49]

Segundo Silvana Goulart,[50] a publicidade política orientada no Brasil existiu desde a implantação do regime republicano. Continua sendo uma prática comum os governos destinarem verbas aos meios de comunicação de massa. Hoje, mais do que antes, são enviadas matérias pagas ou notícias oficiosas, elogiando grupos que estão no poder. Porém existia outra prática: surgia um agrupamento político, uma dissidência partidária, fundava-se um jornal onde as idéias eram propagadas e, principalmente os ataques, às vezes, até pessoais.

Digitalizado com CamScanner



2.2. A modernização da imprensa escrita e a censura

Sempre nos períodos pré- eleitorais, fundavam -se antes do golpe de 1937, o governo Vargas iniciou um processo de limitação na imprensa que, segundo os defensores desta postura, objetivava a manutenção da ordem interna. A Constituição de 1937 concedeu autonomia à Imprensa. O seu Art. 122 estabelecia que "o cidadão é livre para manifestar seu pensamento oralmente, por escrito impresso ou por imagens, mediante condições e limites legais." Esse artigo e tantos outros transformaram-se em "letra morta', pois foi instituída a "...censura prévia não só para a imprensa, mas para o teatro, o cinema e o rádio, prevendo a intervenção de autoridade competente para proibir a circulação, difusão ou representação do material censurado."[51]

Celso Pinheiro Filho atribui à censura a queda do número de jornais que circularam no período estadonovista. Além disso o governo criou mecanismos que lhe permitiam manipular a relação com as empresas do setor da informação, especialmente a escrita. O monopólio de importação do papel pelo Estado criou dependência do setor. Os empresários ficavam à mercê do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) "...o papel era importado, vendido aos jornais, com preço subvencionado, e o corte de subvenções funcionou inúmeras vezes como arma de pressão, criando sérias dificuldades aos jornais que não se adequavam à orientação governamental."[52]

Durante o período estadonovista, apenas dois jornais tiveram circulação regular: O Diário Oficial e o Gazeta. O primeiro, que, em tese, deveria dedicar-se apenas à publicação dos atos oficiais do governo, transforma-se em diário informativo. Essa postura é justificada pelo corpo editorial como uma necessidade que a cidade tinha em decorrência do pequeno número de diários que circulavam:

> *Procurando suprir a falta de periódicos diários nesta capital, o Diário Oficial mantém uma secção informativa, onde divulga, sem personalismo de qualquer natureza, não só a orientação do Governo em tudo que diz respeito ao interesse coletivo, como ainda um noticiário telegráfico relativo aos principais acontecimentos do país e estrangeiro.*[53]

Para transformar-se em jornal diário com as características dos noticiosos privados, a direção, com o aval do interventor, firma contrato com a agência de notícias United Press Association sediada no Rio de Janeiro. Os editores também informam que o Diário Oficial atende ao público em geral na publicação de notas e outros tipos de informações que precisassem chegar ao público que lia jornal.

Digitalizado com CamScanner

Lembre-se que Getúlio Vargas teve a preocupação de instalar um jornal para divulgar as idéias do Estado Novo, como vimos anteriormente. No Nordeste, Agamenon Magalhães "...colocou em circulação em Recife a Folha da Manhã, duas semanas antes de sua posse como Interventor do Estado, com o objetivo claro de transformá-la em veículo de doutrinação política e legítimo porta-voz do regime."[54] Suponhamos que Leônidas de Castro Melo tenha seguido esta orientação, uma vez que, o Diário Oficial deveria se transformar no canal, por excelência, de divulgação das idéias e dos feitos de seu governo.

Para atender às injunções da posição assumida pelo jornal, o governo moderniza o parque gráfico da Imprensa Oficial, adquirindo máquinas e outros equipamentos:

> *O Departamento de Imprensa e Propaganda está perfeitamente aparelhado quanto à parte gráfica. Nos exercícios de 1939 e 1940 foram adquiridas duas modernas máquinas linotipo; uma rotoplana Duplex; máquinas para perfurar e pautar; forno para fundir material; serviço de clicheria, etc*[55]

O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP)[56]é o responsável pela edição do jornal. O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, como a agência nacional, segue uma linha de orientação doutrinária das razões e objetivos do Estado Novo, além de divulgar as realizações do interventor. Os editores dizem estar preocupados com a orientação e educação da sociedade piauiense.

Logo no início desta nova etapa do Diário Oficial, a tiragem chega a 3.000 exemplares diariamente. Proporcional ao número de habitantes de Teresina, assinalados pelo Censo

Demográfico de 1940, que é de 62.000 habitantes; o total de leitores é relativamente baixo. Talvez esteja aí a razão para que alguém da direção do DEIP defenda a instalação de outro meio de comunicação de massa-o rádio-que em tese deveria atingir parcela maior da sociedade. Considera que a instalação de "...uma rádio-difusora, órgão hoje indispensável à eficiência de qualquer propaganda e necessário ao trabalho de orientação e educação popular, que o governo deve exercer, no interesse da própria coletividade."[57]

O outro jornal, o Gazeta, circulou praticamente durante todo o período do Estado Novo. Submeteu-se ao controle do DEIP, embora o seu proprietário tivesse mantido postura de independência ao longo da carreira de jornalista e fundador de jornais. Durante a guerra, o jornal Gazeta concentrou as suas vistas no conflito. Sofreu censura como todos os jornais nacionais. Publicava notícias de interesse do governo e mantinha uma secção de crônicas sociais. Nessa última secção, a cidade, ora por outra, transformava-se em objeto dos cronistas.

Em 1944, entretanto, o Gazeta publica matéria sobre o Piauí que recebera da agência Press Parga, portanto, informação que era do conhecimento público fora dos limites do Estado. A notícia tratava da decisão do Tribunal de Segurança Nacional relacionada com o caso dos acusados de serem autores intelectual e material dos incêndios ocorridos em Teresina no ano de 1943.

O Tribunal de Segurança Nacional tinha julgado improcedente a denúncia feita contra os acusados da autoria intelectual e de execução dos incêndios. É muito provável que o Governo quisesse dificultar a divulgação do resultado por considerá-lo uma derrota. Esta prática foi empregada sistematicamente no governo Vargas.

Digitalizado com CamScanner

No dia 13 de junho de 1944, Antonio Lemos, diretor-gerente do jornal Gazeta, compareceu ao DEIP a chamado do Diretor Geral. Segundo o jornalista, aquela autoridade teria dito:

> *- Mandei lhe chamar para lhe dizer que o interventor está muito aborrecido com você por ter dado publicidade ao caso dos incêndios apreciado pelo Tribunal de Segurança.*

O diretor-gerente teria respondido:

> *Mas sr. Diretor, que crime há por eu ter apenas transcrito aquilo que a imprensa do Rio de Janeiro dá divulgação? Por acaso o Piauí não figura como parte do Brasil? Então no Rio pode ser publicada aquela decisão e aqui não.*

Ao que o diretor do DEIP teria respondido:

> *- Sim. Mas a questão é que a situação no Rio é uma e aqui é outra.*

O diretor do DEIP encerrou o "diálogo" informando ao jornalista do Gazeta que o jornal deveria ficar fora de circulação. "Seja como for, o que tenho a lhe dizer, autorizado pelo Interventor, é que a Gazeta não poderá circular sem censura prévia que está a meu cargo."[58]

Em correspondência posterior, o diretor do DEIP nega ter suspendido a circulação do jornal, confirma que o Gazeta só voltaria a circular com a realização da censura prévia:

> *(...) O que determinei, como determino, é que seja feita a censura prévia da Gazeta, pois à autoridade cabe o dever de intervir quando a consciência pública o exige, não havendo, neste caso, outras restrições que as impostas*

> *pela necessidade de resguardar a ordem pública, p reservar a estabilidade das instituições e da organização social e política do Estado.*[59]

M.Paulo Nunes, iniciante na profissão jornalistica como rvisor, às vezes, era designado para ser o portador das matérias que deveriam passar pelo crivo do censor,lembra-se de como era o processo:

> *(...)O censor era o chefe de polícia, que era o Desembargador Cromwel Barbosa de Carvalho e era um censor muito minucioso. Me lembro que eu, estudante, e era designado, o Ligório também, era designado para levar à noite, às vezes, matéria pra ele revisar. Me lembro que, às vezes, onze horas da noite, eu ia encontrá-lo lá. Quando a matéria estava mais ou menos pronta pra sair no dia seguinte, ia encontrá-lo. E ele era tão cioso como revisor, que censurava palavras, expressões do jornal, das notas, dos comentários, dos editoriais. Botava um risco vermelho naquilo que não devia sair. Então eu me lembro dessa fase porque assisti como era que se fazia censura jornalística naquela época. Toda matéria era revisada pelo chefe de policia.*[60]

É provável que a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, as passeatas de ruas dos estudantes e democratas, o Manifesto dos Mineiros[61] e a movimentação em torno do processo de redemocratização do País tenham contribuído para que a censura perdesse força, não obstante a publicação da matéria que desagradou ao interventor tenha provocado o retorno dos censores do DIEP ao passado.

Como resultado da atuação do órgão censor e a reação do diretor-gerente do jornal de não submeter-se, o jornal deixou de circular.

Digitalizado com CamScanner

2.3. O "sonho do rádio"

No processo de modernização do Estado brasileiro, o rádio foi um instrumento poderoso na divulgação do ideário estadonovista, e Getúlio Vargas soube como empregá-lo na construção do mito do "pai dos pobres." "...A técnica da propaganda explora exaustivamente um dado clima de religiosidade constitutivo das relações entre o chefe e comandados, que se consubstancia principalmente no culto de veneração à pátria."[62] A partir de 1943, o Ministro do Trabalho começou a transmitir através do rádio uma série de palestras dirigidas aos trabalhadores. O programa foi denominado de "Hora do Brasil" e todas as emissoras de rádio existentes no País eram obrigadas a fazer a sua transmissão. O Estado Novo é apresentado como o responsável pela reabilitação da dignidade do trabalho e do trabalhador, "... como tendo contribuído para transformar em um homem novo, em um novo cidadão, quem antes era excluído da com unidade nacional. O regime aparecia identificado com o povo, como democrático."[63]

Na equipe de Leônidas Melo, existia auxiliares que sabiam da importância do rádio para divulgar o trabalho desenvolvido pelo Governo no sentido de construir um novo Piauí, um novo homem, um cidadão novo. Entretanto, o interventor não foi capaz de concretizar o sonho de implantação de uma emissora de rádio na capital, embora defendesse o processo de modernização dos instrumentos de comunicação de massa. Tal incapacidade fica mais visível diante da disposição do governo federal em distribuir emissoras de rádio pelas várias regiões do País.

Antes do golpe, Getúlio Vargas, discursando no 1° de maio de 1937, informou que o governo estava ultimando esforços para aumentar o número de estações radiofônicas e anunciou o propósito de instalar em todo o interior do País receptores providos de alto-falantes em praças e logradouros públicos.[64] O Governo sabia que o contingente de analfabetos do País era enorme. Em 1920, o percentual era da ordem de 65,2% do total de brasileiros. Em 1940, houve queda no percentual, mas o índice continuou muito alto, o que, olhando da perspectiva de criação de uma imagem positiva do chefe, justificava a "preocupação" de Getúlio Vargas em espalhar emissoras de radiodifusão e aparelhos receptores, além de amplificadoras. Isso pode ser confirmado através dos seguintes números: "...Entre 1932 e 1937 foram instaladas no Brasil 42 novas estações que somadas às existentes totalizaram 63. Em 1944, haviam 106 estações em funcionamento e 111 em 1945. Durante o Estado Novo o número de aparelhos receptores registrados subiu de 357.921, em 1939, para 659.762 em 1942."[65]

A primeira emissora de rádio piauiense a cortar os ares deste territorioo fez de forna clasndestina[66], a partir de 1937. Devido às condições mencionadas foi fechada em

Digitalizado com CamScanner

9 de julho daquele mesmo ano. Somente em 17 de abril de 1940, a Rádio Educadora de Parnaíba entra no ar de forma experimental; a 3 de maio do mesmo ano, do modo definitivo.

Teresina, na segunda metade da decada de 1930 possuía duas amplificadoras. Em 25 de dezembro de 1938, inaugura-se a "Radio Amplificadora Teresinense. "A voz da cidade, " como seus locutores a caracterizavam, além de fazer propaganda comercial, divulgava notícias que interessavam ao público em geral:

> *(...)As suas atividades como intérprete dos nossos anseios de povo honesto e trabalhador, que se movimenta integrado no harmonioso conjunto do Estado Nacional, bem traduzem a extensão de seus merecimentos e a colocam no espírito de todos aqueles que se empenham na grande obra de reconstrução do Piauí.*[67]

A idéia da sociedade sem contradições, a noção de uma totalidade orgânica é associada à do corpo uno, indivisível e harmonioso defendida pelo Estado Novo e trazida para justificar o papel da Rádio Amplificadora Teresinense. O discurso do articulista está baseado no conjunto de idéias defendidas e divulgadas pelos intelectuais orgânicos do Estado Novo:

> *...o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem harmonicamente, sem conflitos; o governante, por sua vez é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade.*[68]

A outra amplificadora pertencia à casa comercial "A Rianil". Como a Rádio Amplificadora Teresinense, prestava serviços à comunidade. Era comum transmitir solenidades. Esses meios de comunicação que estavam destinados a pequenas cidades cumpriam bem o seu papel em Teresina. Vale lembrar que eles também estavam sujeitos à legislação concernente à rádio difusão.

Em junho de 1940, o Diário Oficial informa que uma comissão constituída por personalidades do comércio local manteve entendimento com o interventor federal no sentido de obter apoio para a criação de uma sociedade que deveria explorar a radiodifusão. O articulista defende a idéia porque acredita que "...vai aumentar o índice de progresso, em particular em Teresina, e em geral, de todo o Piauí que não pode ficar em plano inferior aos seus co-irmãos, nesta fase de completa evolução."[69]

Em reunião realizada no Clube dos Diários em 4 de junho de 1940, dirigida pelo interventor, é nomeada uma comissão[70] que deveria tratar da criação de uma sociedade que se destinará à exploração da radiodifusão. Em seu discurso, o interventor afirma que se havia manifestado anteriormente sobre a adesão do Governo, que deveria se transformar na participação do Estado e municípios com 2/3(dois terços) do capital necessário. Acrescenta ainda "...a futura Estação de Teresina só corresponderia aos anseios dos piauienses se possuísse um raio de ação necessário e se fizesse ouvir por todo o território nacional."[71]

O Estado não possuía nenhuma emissora de rádio, mas o interventor sonhava com uma que fosse ouvida em todo o território nacional. A idéia de grandeza dos regimes nazi-fascistas atinge o interventor federal. Incorpora o ideário estadonovista de uma nação forte,

Digitalizado com CamScanner

una, sem contradições, e o rádio deveria ser um dos instrumentos utilizados. Provavelmente, Leônidas de Castro Melo tivesse acesso ao que Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco, produzia. Esse interventor defendia que a imprensa cumpria papel de mediadora entre governantes e governados. "Converso todos os dias pela manhã e pela tarde com os meus governados, com o povo, dizendo o que penso, o que sinto, e recebendo inspirações para as boas ações e para verdade."[72]

Com a criação da sociedade, o projeto ganha força; e, em meados de julho, é composta a primeira diretoria[73] com caráter provisório. O Diário Oficial noticia que a criação da sociedade com o nome de Rádio Clube do Piauí conta com o apoio:

> *(...) Do governo do Estado e dos municípios, que garantiam entrar com 450:000$000 do capital necessário para a instalação da emissora, como também do comércio, da indústria, do clero e do povo em geral. Ninguém ignora tratar-se de um empreendimento louvável, digno dos mais francos aplausos, pois nossa capital é uma das poucas que ainda não conta com uma estação irradiadora, índice moderno de progresso em todos os ramos da atividade humana."*[74]

Nos dias que se seguiram à criação da sociedade, o presidente Cícero da Silva Ferraz recebeu telegramas dos prefeitos de todos os municípios piauienses com manifestações de apreço, congratulações etc.

> *Anda, pois, muito bem, o progressista governo do Piauí e os particulares que fundaram esta nossa sociedade uma emissora de potência o bastante para ser ouvida em todo o País. Daí os congratulatórios telegramas que chegaram*

> *a esta capital dirigidos a nosso presidente dr. Cícero da Silva Ferraz, firmados pelos ilustres prefeitos municipais do Estado e por entusiastas coestaduanos nossos residentes em Estados outros."*[75]

Embora o governo do Estado e prefeitos municipais, através do interventor federal, tenham-se comprometido em assumir a maior parte do capital a ser empregado na aquisição e instalação da emissora de rádio, a direção da organização deveria ficar com a iniciativa privada. Entretanto, pouco a pouco o discurso do Governo vai ficando mais claro com relação à sua expectativa de utilização no novo canal de comunicação de massa:

> *Não há dúvida que este será um grande empreendimento, a ele dá absoluto apoio, seguindo o exemplo dos demais administradores das unidades federadas, os quais reconhecem e proclamam em documentos, as vantagens das estações de rádio para divulgação de todos os atos da pública administração.*[76]

É muito provável que o interventor se sentisse incomodado com a condição de governante de um dos poucos estados que não dispunha de uma emissora de rádio. Além disso não podia seguir os passos de Getúlio, que se utilizava do rádio para "prestar contas à nação". Ou como fazia Agamenon Magalhães no seu programa na Rádio Clube do Recife, onde dizia conversar com os seus coestaduanos.

A diretoria da Sociedade Rádio Clube do Piauí chega a receber e estudar propostas de casas especializadas no fornecimento de material e montagem de emissoras de rádio, mas o projeto não se concretizou. A primeira emissora de rádio sediada em Teresina só entraria em funcionamento a partir de 1948.

Digitalizado com CamScanner

2.4. Instrucão pública

Ao assumir o poder em 1930, o Governo Provisório implementou algumas medidas para assegurar a implementação de alguns princípios básicos que deveriam dar sustentação ao novo regime. Entre essas medidas está a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. O primeiro ministro a assumir a pasta foi Francisco Campos que, através de uma série de decretos,[77] realizou uma reforma n o ensino que levou o seu nome.

Segundo Maria Tetis Nunes, a reforma Francisco Campos foi, teoricamente, uma grande reforma[78] porque teve o mérito de haver oferecido uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. "Era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, era pela primeira vez imposta a todo território nacional."[79]

A avaliação do período anterior é pouco promissora. Sobre o quadro de professores ele se assemelha ao encontrado na França na primeira metade do século XIX. "Muitos professores não sabiam ler nem escrever, e, obrigados a se manter com apoucados rendimentos de seis, oito e doze vinténs mensais por aluno, viviam em penoso estado de miséria."[80] Não havia até a criação da Escola Normal Oficial, em 1910, preocupação com a formação do professor, sem o qual, segundo Matias Olímpio, mesmo os ensinamentos sendo admiráveis não se sustentam.[81] O número de professores era pequeno, portanto, não cobria a demanda. E os poucos que se dedicavam à profissão quase nada sabiam e não dominavam a arte de ensinar.

No que tange ao número de salas de aula existia carência delas também. Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, engenheiro civil e funcionário público desde os anos dez, relata que antes de 1930 haviam poucos prédios públicos. As salas de aulas funcionavam em prédios alugados ou em casas residenciais.

A movimento de 1930 marca também a concretização de um projeto, em nível regional, que visava aumentar a oferta de salas de aula e educação formal a um maior número de piauienses. Nas propostas de modernização da sociedade brasileira, os "tenentes" privilegiam a educação como ponto fundamental. Defendiam o estabelecimento, em todo o País, do ensino primário e da instrução profissional e técnica gratuitos."[82] O modelo de administração centralizado permitiu que o Governo do Estado desse início à construção de, pelo menos, um prédio destinado ao funcionamento de um grupo escolar em cada município.

Digitalizado com CamScanner

Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, Diretor de Obras Públicas na interventoria Landri Sales, elaborou um projeto de Grupo Escolar e um plano para construir prédios destinados a sediar escolas públicas. "As despesas com a construção eram divididas entre governo estadual e o município...O Estado fornecia metade da verba e a outra metade ficava com o município."[83] O Diretor de Obras relata que o prefeito chegava no Departamento de Obras propondo a construção de uma praça. Uma pergunta lhe era feita: "o município tem uma escola"? "Tem um mercado público"? Quase sempre a resposta era negativa. Então lhe era apresentada a proposta: "vamos construir uma escola em primeiro lugar, depois o mercado e só depois é que construiremos a praça.[84]

Landri Sales não construiu prédios escolares em todos os municípios. Quando deixou o governo havia 25 escolas em construção ou construídas. O Grupo Escolar Domingos Jorge Velho, situado na avenida Miguel Rosa, foi inaugurado por ocasião da "visita" de Getúlio Vargas a Teresina em 1933.[85] Uma professora primária que prefere não ser identificada lembra–se que, por ter sido a primeira aluna de sua turma do curso normal, foi contratada para lecionar no Grupo Escolar Domingos Jorge Velho, inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas.

O prédio que sedia o Liceu Piauiense, hoje chamado Colégio Zacarias de Góes, teve a sua construção iniciada em julho de 1934."O prédio se levanta em local elevado, dominando a praça 25 de Novembro (hoje Landri Sales) com frente para o Sul. É de dois pavimentos."[86]

Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino primário em todo o Estado, Landri Sales, através do

Diretor de Instrução, selecionou currículos das melhores alunas do curso normal, já contratadas pelo governo, em número de seis (6) e as enviou para Belo Horizonte, por acreditar que a "instrução é mais perfeita, graças a reforma do Dr. Guerreiro Casasanha."[87]

As mudanças na estrutura organizacional da educação em nível local, ocorre através do Decreto n. 1.301 onde o Governo reorganizou a Diretoria Geral da Instrução Pública e ao mesmo tempo editou um novo Regulamento Geral do Ensino. Por esse instrumento, cabia à Diretoria Geral da Instrução "...administrar e fiscalizar diretamente todos os ramos do Ensino no Estado."[88]

Com a Constituição do Estado promulgada em 1935, a Diretoria Geral da Instrução Pública é substituída pelo Departamento de Ensino. Segundo Itamar Brito, essa estrutura manteve–se, sem grandes modificações, durante todo o período do Estado Novo.

Com a criação do Conselho Nacional de Educação em 1931, foram constituídos similares nos Estados. Nos municípios e distritos foram organizados os Conselhos Populares de Educação que tinham como objetivo fiscalizar e inspecionar o ensino primário, fosse ele público ou privado. Nas sedes de comarcas, o Juiz de Direito presidia o Conselho e nos distritos eram os Juizes Distritais que exerciam a função. Esses conselhos contavam com a presença de dois chefes de famílias, eleitos por seus pares para um mandato de dois anos.[89]

Em 1943, por ocasião das comemorações de 8 anos de governo de Leônidas Melo, divulga–se que a Interventoria teria construído Grupos Escolares nos mu-

Digitalizado com CamScanner

nicípios de Amarante, Barras, Floriano, José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Pedro II, Piracuruca, Valença, Porto Alegre, São Pedro, União e Buriti dos Lopes. Em apenas dois desses municípios – José de Freitas e União – o governo municipal não participou das despesas de construção das obras. Nos demais aquela política desenvolvida no governo anterior teve continuidade.

Foram construídas ainda as chamadas escolas agrupadas em Bom Jesus, Belém, Aparecida, Boa Esperança, Santa Filomena, Canto do Buriti, Luís Correia, Regeneração, Parnaíba, Gilbués, Socorro, Patrocínio e Corrente.[90]

As estatísticas oficiais indicam crescimento acentuado no número de matrículas. Entre 1930 teriam sido 7.397 alunos; em 1933, 15.000; 1937, 32.383; e em 1940, 39.882. "De 1935 para 1940, houve, como se vê, um acréscimo de 14.350 matrículas nas diversas unidades escolares. O corpo docente passou de 499 serventuários em 1936 a 817, em 1940. O número de unidades escolares subiu de 310 em 1935 a 535 em 1940."[91]

Ainda nesta área o governo concedia auxílio financeiro a instruções de ensino privado, municipais e religiosas. Neste último grupo, o Colégio Sagrado Coração de Jesus e o Colégio São Francisco de Sales, ambos com sede em Teresina, foram enumerados como tendo recebido subsídios.

Nessa mesma ocasião, o governo divulgou resultado de pesquisa realizada em todo o País pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, datado de 1937, onde

o Piauí "ocupava (...) o primeiro lugar da Federação quanto ao crescimento relativo da matrícula no ensino primário."[92] Ao lado do ensino intelectual, o Governo, também, incrementou os treinamentos físicos através de aulas de Educação Física, o que era um dos objetivos do Estado Novo: criar um homem novo.

As estatísticas oficiais indicam, como vimos, o crescimento do número de matrículas, mas não apresentam a frequência, a evasão escolar, o índice de reprovação. Um elemento que está diretamente relacionado com o rendimento escolar é a saúde da criança e essa, segundo um ex-diretor da Instrução Pública, Benedito Martins Napoleão, não era boa e estava intimamente liga da à dieta alimentar.

> *Quando em 1933, levei a cabo a primeira tentativa de inquérito alimentar entre escolares de Teresina, pude ter a medida exata da fome entre nós. Nos grupos escolares de subúrbios, especialmente, o número de crianças frequentes aos estabelecimentos de ensino sem nenhuma alimentação matinal era impressionante. Não acredito que as condições atuais sejam muito melhores, no geral. Não será exagero dizer–se que as crianças morrem menos das doenças, que adquirem, do que da fome, de que provêem.*[93]

O texto data de 1943, portanto, num momento onde o poder público divulga o crescimento da matrícula escolar.

As condições dos segmentos sociais que habitam a periferia da cidade é de miséria e pode ser um indicador de que os números vistos de forma absoluta podem ser enganadores.

Digitalizado com CamScanner

Doenças como o raquitismo orgânico, verminose, tracoma, paludismo levam à escola acentuada percentagem de crianças com deficiências. "O índice de aproveitamento com particularidade nos estabelecimentos suburbanos decai assustadoramente em razão disso."[94]

José Ferreira Castelo Branco, quando criança e estudante da escola pública, Grupo Escolar Barão de Gurguéia, foi acometido de tracoma. Relata que o tratamento doía muito:

> *(...) Doía que só o diabo. Tinha o colírio verde, a enfermeira levantava assim as pálpebras dos olhos, jogava colírio, a gente saia ceguinho(...)Quando não era o colírio verde, tinha o dia do pincel. Ele[o médico oftalmologista] molhava um tipo de agulha de crochê num negócio de mercúrio e ai esfregava aqueles caroços, passava dois dias que não podia abrir os olhos.*[95]

Através dessa memória, percebe–se que o Estado tinha um programa de atendimento aos estudantes, pelo menos os do ensino primário, realizado na própria escola. Essa já tinha introduzido noções de higiene. "Não tinha esgoto, a água não era tratada e não havia certo asseio. Já se ensinava isso nos grupos escolares: lavar as mãos antes das refeições. Tinha uma cartilha, Cartilha de Higiene, que dava muitas noções de higiene, ainda hoje me lembro.[96] Essa mesma memória embora não tendo condições para fazer uma avaliação segura, considera que a verminose matava mais que a febre tifóide. "Ficava o menino com aquele barrigão, buchão, pés de descalços todo tempo. Comendo essas frutas com a mão suja. Me parece que era muito pior a verminose do que a tifo.[97]

Em 1942, alguns ramos do ensino começam a ser reformados. Era então Ministro da Educação Gustavo Capanema, por essa razão, a reforma levou o nome do Ministro. Segundo Itamar Brito, essa reforma teria sido embasada na Constituição de 1937 e postulada do Estado Novo. Para Otaíza de Oliveira Romanelli, o Governo mais uma vez realizava uma reforma parcial ao invés de promover uma reforma integral de ensino, como exigia o momento.[98] Sobre essa reforma, M. Paulo Nunes recorda que o curso secundário passou a se chamar curso clássico. Observa, ainda, que, embora a Revolução de 1930 tenha provocado modificações em outras áreas, na educação, o ensino continuou sendo elitista. "...esses colégios Diocesano e o próprio Liceu, que era um colégio público, só formavam com as elites. Eram colégios de bom padrão de ensino, mas eram colégios restritos a pequena classe.[99]

O ensino superior foi introduzido no Piauí depois da Revolução de 1930, mais precisamente em 1931, com a criação do curso de direito, quando era Interventor Federal, o c apitão Joaquim Lemos Cunha.

Digitalizado com CamScanner

2.5. "O mundo do trabalho"

Nas três primeiras décadas do atual século, o movimento social urbano comandado pelo operariado provocou mudanças no comportamento da elite dirigente. "Perturbado o mundo coronelista com o crescimento da massa urbana, os dirigentes, ciosos do mando, utilizam processos mais duros para domesticar o rebanho tresmelhado.[100] Mesmo se dizendo que a República Velha tratou a questão social como um caso de polícia, o Estado interferiu na organização dos trabalhadores. É verdade que essa política ganhou dimensões muito maiores a partir de 1930. Considera-se que o proletariado urbano e rural precisava de 'dispositivos' que o protegesse. É o próprio Getúlio Vargas quem afirma "...corre-nos (...) o dever de acudir ao proletariado com medidas que lhe assegure relativo conforto e estabilidade e o ampare nas doenças como na velhice."[101]

Já em 1931, Vargas promulgou a famosa "lei de sindicalização", com nítida coloração corporativista. A lei regulava a sindicalização tanto dos trabalhadores urbanos como dos patrões. Definia, entre outras coisas, que o sindicato deveria caracterizar–se como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, instituía uma série de mecanismos de subordinação do sindicato ao Ministério do Trabalho.

As categorias de trabalhadores urbanos mais organizadas e com maior poder de mobilização ainda esboçaram reação no primeiro momento, mas as condições draconianas impostas pelo Estado terminaram por desarticulá-las.

Ao mesmo tempo, o Estado apresentava outra face do processo de modernização autoritária, que era a exclusão. Os trabalhadores rurais não foram beneficiados com a legislação trabalhista que começava a ser editada. "A exclusão do campesinato é somente um exemplo do processo de modernização conservadora que tem caracterizado o desenvolvimento brasileiro."[102]

No Piauí, onde os trabalhadores apresentavam algum tipo de organização, era em Parnaíba, cidade ligada ao resto do País e do mundo devido à sua condição de principal porta de entrada e saída dos produtos exportados e importados pelo Estado. Os trabalhadores portuários tinham condições de fazer contato com seus companheiros de outros Estados e até "estrangeiros". Por essa época, a cidade também já dispunha de um pequeno número de ferroviários que mantinham contato com os trabalhadores do setor do vizinho Estado do Ceará.

Digitalizado com CamScanner

Após a promulgação da lei de sindicalização, o processo de criação de organizações trabalhadoras ganhou impulso. Os "favores" prometidos e assegurados pelo Decreto Federal n. 19.770 de março de 1931 contribuíram de forma acentuada para essa movimentação.

Em maio de 1932 a imprensa local noticia a fundação, em Parnaíba:

> *(...) Pelo destemido jovem Dr. Aldir Mentor Couto Melo, a majestosa 'Geral Associação das Classes Obreiras do Piauí (...) onde contamos com quase quatro mil companheiros em 15 sindicatos: todos confederados e em via de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Aqui nesta cidade[Teresina] onde os seus efeitos já se fazem sentir, já contamos com 7 sindicatos confederados e quase reconhecidos pelo Ministério..."*[103]

A campanha de sindicalização desencadeada pela Associação das Classes Obreiras do Piauí nasce com acentuado caráter corporativista, como desejava o governo central. Em nota dirigida aos trabalhadores sindicalizados, o secretário[104] da organização solicita que demonstrem suas ligações com os sindicatos através da indumentária:

> *(...) Trajar–se com blusa azul, característica das nossas agremiações, para sermos distinguidos no meio da multidão, nos momentos em que precisarmos de auxílio dos nossos companheiros (...) Portanto usemos a blusa azul, para mostrar ao povo o grande número de associados de nossa agremiação, tornando–as mais consideradas."*[105]

O secretário está preocupado em aumentar o número de trabalhadores vinculados aos sindicatos, mas também

com o olhar dos outros. Se todos os trabalhadores passassem a usar a camisa azul como símbolo de participação na "luta" sindical, essa atitude poderia ser vista como representação de força, organização, poder. A idéia era que fossem vistos como diferentes da massa.

Luís Ribeiro Gonçalves, representante do Sindicato dos Estivadores de Teresina, não tergiversa sobre os objetivos da campanha de sindicalização desenvolvida através da imprensa:

> *(...) Tenho a honra de dirigir–me aos trabalhadores de todo o Piauí pelas colunas deste conceituado órgão, para expor a finalidade da sindicalização, trabalhar para que todos os companheiros se filiem e exigir que os seus sindicatos sejam congregados a Filiação dos Sindicatos Operários, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Ser solidário com os outros trabalhadores nos momentos difíceis da vida. Pormo–nos unidos em torno das bandeiras dos sindicatos. Confederados, para podermos pleitear dentro da ordem e da lei os direitos que nos assistem.*
>
> *Os colegas que tiveram a suprema felicidade de ingressar nas indestrutíveis fileiras de uma dessas grandes instituições, compreenderão que, as classes que antigamente eram tidas como "oprimidas", saberão rasgar com altivez o véu negro que nos separa do Bem–estar e felicidade."*[106]

Embora a citação seja longa é importante pois demarca as razões da campanha de sindicalização, ou seja, alcançar os direitos que a lei assegura. O discurso é de alguém que demonstra confiança na nova ordem, alguém

Digitalizado com CamScanner

que vê na legislação um instrumento que acaba com a opressão que afetava os trabalhadores antes dela. A felicidade e o bem–estar, a partir dessa leitura, dependerá apenas da disposição de cada um de participar dos sindicatos e da organização criada para uni–los. Isso, entretanto, tem que ser feito dentro da ordem. O lema ordem e progresso é lembrado porque o movimento operário pré-trinta é tido como desordeiro e por isso contra o progresso do País.

Esse novo quadro, segundo o articulista e divulgador sindical, é resultante do advento da revolução de outubro de 1930 e da juventude brasileira, que está imprimindo uma nova diretriz nos destinos da nação, no sentido de moralização, ordem e progresso[107]. A oposição entre o novo e o velho é demarcada. É possível que o discurso dos "pensadores" da nova ordem tenha sido incorporado e absorvido pelas "lideranças" dos trabalhadores piauienses. Pode-se pensar também na circularidade de que trata Roger Chartier.

Noutro artigo, José Pereira de Sousa articula a desorganização dos trabalhadores antes de 1930 às suas ligações com indivíduos sem escrúpulos que exploravam a boa fé deles, simplesmente para satisfazer às suas paixões políticas. Defende que o verdadeiro operário não deve se entregar às paixões políticas, pois essa é quem tem causado a desunião entre si. "Fujamos dos antigos politiqueiros profissionais, que até agora nada fizeram e nada farão pelo operariado."[108] No discurso de José Pereira de Sousa, são identificados indivíduos ligados ao movimento sindical que estão trabalhando para colocar os trabalhadores a reboque de "certos e determinados politiqueiros profissionais,

gananciosos, interesseiros e sedentos de vingança."[109] A proposição de José Pereira de Sousa é a de que os operários alijem os "coronéis", suas idéias e todos os seus seguidores do movimento de organização que desenvolvem. "Devemos dar o golpe de morte no coronelismo, para entregar as rédeas da nação aos moços de valor e de visão maior, capaz de trabalhar pelo bem-estar de todos e progresso do Brasil."[110]

O governo federal, a partir do Ministério do Trabalho, incentivou a sindicalização. Tudo nos leva a crer que, em nível local, o Interventor Federal tenha estimulado a campanha de sindicalização. Esta foi desenvolvida através das páginas do jornal O Momento, noticioso ligado ao Partido Nacional Socialista, seção Piauí, criado a partir do núcleo de poder no Estado. A alusão aos moços de visão e valor em contraposição aos coronéis e ao coronelismo pode indicar a ligação entre algumas lideranças sindicais com o governo. O discurso, também, sinaliza para uma divisão entre as "lideranças sindicais". Um grupo tende a ligar–se a políticos alijados do poder com a Revolução de 1930. O outro é este que temos trabalhado com o seu discurso. A cooptação política de que trata Simon Schwartzman tinha sido iniciada.

Somados ao processo de cooptação política, movimentos como o desencadeado pelos comunistas, em 1935, forneceram munição para que a repressão se abatesse fortemente sobre os trabalhadores, e suas vidas fora dos sindicatos "oficiais" se tornassem muito difícil. Por fim, veio o Estado Novo que colocou por terra qualquer tentativa de organização fora do quadro proposto pelo Governo.

Digitalizado com CamScanner

Entre 1935 e 1939 foram criados e reconhecidos em Teresina os Sindicatos dos Criadores Piauienses (patronal), da Construção Civil, dos Carpinteiros e Marceneiros, dos Empregados do Comércio de Teresina, dos Pedreiros, dos Metalúrgicos e Mecânicos, dos Engenheiros do Piauí, dos Panificadores Teresinenses.[111]

No período compreendido entre 1935 e 1945 não se encontram em registros nenhuma alusão a movimentos(passeatas, manifestações)relacionados com campanha salarial, melhores condições de trabalho etc. É comum, entretanto, referência a participação deles em manifestações que homenageiam autoridades federais, estaduais e municipais.

Em 1939 encontra–se referência a participação de trabalhadores em homenagem ao Prefeito de Teresina:

> *Nós, os trabalhadores da Prefeitura, somos todos gratos a V. Exma. pelo que tem feito e, estamos certos, continuará a fazer. Permita V. Excia. Eu enumere alguns benefícios prestados aos jornaleiros: fornecimento de roupa, que é paga por prestações semanais, de acordo com o salário de cada um, pelo mesmo preço das lojas, receitas, remédios quando doentes, sem dispendermos nem um real.*[112]

O extrato acima faz parte de discurso proferido por Benedito Napoleão de Carvalho, prestador de serviço da Prefeitura Municipal. É significativo, pois informa sobre relação entre empregado e empregador. Mostra também como o representante se mostra satisfeito apenas com a aquisição de roupas pela Prefeitura que repassa para eles

pelo mesmo preço do mercado. A única diferença é que o valor é dividido em prestações semanais. Parece pouco, mas tudo indica ser significativo para os jornaleiros. A relação tem características patriarcais.

Solenidades iguais a comemoração do aniversário de Getúlio Vargas, 19 de abril, contavam sempre com a participação de representantes dos trabalhadores. Em 1940 realizou–se "concentração trabalhista na Praça Pedro II onde as realizações de Getúlio Vargas relacionadas ao "mundo do trabalho" foram destacadas por Raimundo Ney Baumann:

> *(...) No que diz respeito ao amparo do trabalhador, posso, além de outras destacar as seguintes leis que representam a redenção dos trabalhadores nacionais: a lei instituindo as 8 horas de trabalho e consequentemente pagamento suplementar das horas excedentes, férias remuneradas, estabilidade no emprego, nacionalização do trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento e arbitragens. Regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, instituição do salário mínimo..."*[113]

Nessa mesma oportunidade, mas em solenidade realizada no Teatro 4 de Setembro, o operário João Neves de Jesus volta a tratar dos benefícios que Getúlio Vargas propiciou aos trabalhadores na medida em que estabeleceu a sindicalização como forma de pleitear os benefícios decorrentes da legislação trabalhista. "O pensamento do governo não pode ser outro a não ser o de beneficiar os trabalhadores. As leis são claras."[11]
4

Na programação das comemorações do 1° de Maio, constava quase sempre uma atividade onde o Interventor Fe deral

Digitalizado com CamScanner

comparecia e manifestava sua opinião com relação aos trabalhadores. O convite abaixo confirma o que dissemos:

> *Tenho o prazer de convidar V.S. para assistir à missa que será amanhã, às 8 horas, na Igreja São Benedito em ação de graças pela passagem da magna data – PRIMEIRO DE MAIO, dia consagrado ao trabalho, bem como concentração trabalhista a se realizar às 16:30 horas no mesmo dia na Praça Pedro II desta capital. Outrossim, em nome da comissão promotora dos festejos, igualmente com satisfação, convido–vos para assistires às 19 horas, do mesmo dia, uma sessão cívica, no Teatro 4 de Setembro, onde a classe trabalhista homenageia os Exmos. Srs. Presidente Getúlio Vargas, Ministro Valdenor Falcão e o Interventor Leônidas de Castro Melo..."*[115]

A primeira questão que chama a atenção no convite é que ele não é assinado por uma comissão de trabalhadores,[116] como o conteúdo do mesmo indica existir, e sim pelo Inspetor Regional do Trabalho, o Sr. Antonio Fernandes Jardim. Essa comissão juntou-se ao Inspetor Federal, para programarem a solenidade. A comissão promotora do evento foi constituída de todos os sindicatos e associações existentes na cidade.[117]

No ato de encerramento das festividades, o Interventor Federal agradeceu o comparecimento àquela solenidade e ao mesmo tempo felicitava aos trabalhadores teresinenses pela organização da festa.[118]

Em setembro de 1941, uma comissão constituída por representantes dos Sindicatos dos Empregados no

Comércio de Teresina e dos Estivadores do Piauí; da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil; da Associação dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares; da Associação dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem; da Associação dos Proprietários de Salões de Barbeiros, Indústria de Beleza e Similares; e mais dos Presidentes da Aliança Federativa dos Obreiros do Piauí e Centro Proletário[119] compareceu ao Palácio de Karnak para manifestar "estima", "gratidão", "apoiar" e "prestigiar(...)seu chefe e protetor, do qual têm recebido(...) ensejo desinteressado, vigilante e efetivo.[120] O interventor respondendo ao discurso de Lino Correia Lima, ex-deputado classista, escolhido para saudá-lo, aproveita para reforçar a necessidade do mútuo entendimento que disse vir conduzindo entre governo e proletariado "pacífico" e "disciplinado" do Piauí. Acentuou que esse entendimento significava uma atitude de brasilidade e apoio às instituições.[121]

Em dezembro do mesmo ano, uma outra comissão de indivíduos ligados ao mundo do trabalho[122] na capital organizou manifestação para receber o Interventor Federal que estava chegando da capital da República, onde tinha realizado tratamento de saúde. A comissão publica convite na imprensa chamando os trabalhadores e demais integrantes da sociedade para tomar parte da solenidade, que tinha início com concentração na Praça Pedro II e depois da chegada do governante àquele logradouro, acompanhá–lo, a pé, até o Palácio de Karnak. Ali, o Interventor seria saudado pelo operário João Neves de Jesus em nome dos trabalhadores, oferecendo-lhe os votos de boas vindas.[123]

Digitalizado com CamScanner

Em carta endereçada ao ex-presidente Vargas por Raimundo Ney Baumann em 20 de dezembro de 1945 pode-se avaliar a trajetória de uma das lideranças sindicais do Piauí. Nela, Baumann intitula-se defensor dos legítimos interesses dos trabalhadores, tendo começado esse trabalho desde:

> *1930 após V. Ex. ter assumido a Presidência da República e logo demonstrado franco e decidido apoio a causa do Trabalhador Brasileiro com a criação do Ministério do Trabalho, passei a me interessar de perto pelos anseios da minha Classe, ingressando na política, defendendo o direito do operariado da minha terra.*[124]

Com relação ao trabalho juntamente com o operariado é difícil saber pois falta registro; entretanto, com relação aos grupos político-partidários está registrada a sua candidatura e eleição para a Câmara dos Vereadores de Teresina em 1935: "A 27-[1936], posse dos vereadores eleitos: Cícero Alves Carvalho, Raimundo Ney Baumann, João Marques da Costa(...) Afrodísio Tomás de Oliveira, Antônio Vieira Sales, Miguel Sadi, Narciso Correia Lima, Crescêncio José Ferreira."[125]

Sobre eleição Baumann revela:

(...) Os meus colegas de classe, reconhecendo os espaços que dediquei em prol da coletividade, pela força poderosa [do] voto secreto me tiraram da humilde tenda de ferreiro onde trabalhava elegendo-me Vereador, em cujo posto conquistei na Câmara Municipal a posição de líder da bancada do Partido Nacional Socialista."[126]

Com a implantação do Estado Novo, as Câmaras Municipais foram extintas e cassados os mandatos. Mas Baumann não voltou para a "humilde tenda de ferreiro." O interventor Federal o nomeou fiscal do Departamento das Municipalidades. Neste posto, foi comissionado para administrar três municípios: Alto Longá, Piracuruca e Campo Maior.

Iniciadas as articulações para a fundação dos partidos políticos e sendo Ney Baumann funcionário público de "confiança" do Interventor acompanha-o no Partido Social Democrata (PSD):

> *Os meus companheiros trabalhadores do Piauí que me consideram líder de classe e vimos acompanhando o Partido Social Democrático secção do Piauí, sob a chefia do Dr. Leônidas Melo, desejamos, de acordo com o mesmo, fundar neste Estado o Partido Trabalhista Brasileiro secção do Piauí.*[127]

Lideranças como essas fornecem elementos para os adversários do Estado Novo, como o Dr. Matias Olímpio de Melo, criarem imagens nada abonadoras:

> *Os líderes operários entre nós jamais trataram da defesa de seus antigos companheiros. E digo antigo, porque à proporção de que melhoram de situação econômica, não se conhece um gesto em favor dos companheiros cujos direitos precisam ser defendidos junto a qualquer repartição ou autoridades.*[128]

Matias Olímpio revela imagem dos líderes sindicais piauienses sendo comum em todo o País. E mais "são apenas cabos eleitorais que, amigos do situacionismo,

Digitalizado com CamScanner

procuram arrastar o operário para o candidato de suas conveniências. Não ouvem os interesses da classe; comultam suas próprias ambições."[129]

A implementação de legislação que normatizava as relações entre capital e trabalho, de caráter corporativista, terminou por transformar Getúlio Vargas e seu representante no Piauí em figuras respeitadas. O primeiro ganha status de "Pai dos Pobres."Essa última afirmativa pode ser constatada através da memória de Antonio Vieira Sales, que fez parte da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Sales é peremptório:

> *Getúlio foi o homem que foi o salvador, foi o amigo do operário. Com o Getúlio não tinha demagogia com eleição, não tinha demagogia de eleitor, de só querer bem ao operário, só falar nele na hora da eleição(...) Tudo que ele fez era em benefício do trabalhador. Era ele o homem do trabalhador, nos deu tudo, tudo para o trabalhador.*
> *O operário era reconhecido*
> *do que ele fez para o trabalhador porque foi muita coisa, a pensão do Instituto, o cartãozinho para ir ao médico, isto foi muita coisa para o trabalhador que tinha que lutar para fazer uma economiazinha para garantir a velhice, porque nós não tínhamos para onde apelar, senão o bastão.*[130]

Essa memória é emblemática. Demonstra como a imagem construída de Getúlio Vargas foi assimilada pelos trabalhadores durante o Estado Novo. O presidente é transformado em "salvador", "amigo do operário". O operário era um ente que antes do governo Vargas não

tinha nada. Quando as forças acabavam, tinha que apelar para o bastão, ou seja, esmolar, depender da ajuda de terceiros. Olhando dessa perspectiva, o operário está coberto de razão. Agora tinha a aposentadoria, o cartãozinho para ir ao médico.

Para compreender posições como a de Antonio Sales, é necessário "despartidarizar" o cotidiano do trabalhador. É verdade que o movimento social foi tutelado, ou seja, o sindicalismo estava voltado mais para o recebimento de benefícios sociais do Estado. Mas é verdade, também, que o conjunto de medidas implementadas por Vargas marcou a memória dos trabalhadores brasileiros, fossem eles militantes de esquerda, "amarelos", "pelegos" ou sem nenhuma coloração.

Digitalizado com CamScanner

2.6. Os intelectuais e o poder

Eric Hobsbawn, historiador inglês, que vive no século XX, observa que compreender não é tarefa fácil; e identifica como elementos que dificultam tal compreensão, "as nossas convicções apaixonadas" e a experiência histórica. Isso, entretanto, não tira a principal responsabilidade do historiador que é compreender, embora às vezes seja tentado a fazer julgamentos.

No período chamado por Eric Hobsbawm de "Era de Catástrofe,"[131] que se estendeu, segundo esse autor, de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial:

> *(...) A Primeira Guerra Mundial, que assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Trata-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na*

> *estrutura e constitucional; burguesa na imagem de sua classe econômica característica; exultante com o avanço da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado (...)*
> *Para essa sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda fora uma Era de Catástrofe.*[132]

O contexto internacional é marcado, então, por grandes crises e desilusões. Uma delas se refere à descrença nas possibilidades da forma liberal para a ordem política.[133] Porém, outras verdades consideradas indiscutíveis estavam sendo postas por terra.

> *O apelo a representações mitológicas, em contraposição ao saber científico tomado como verdade, encontrava terreno fértil para sua propagação. A crescente importância das populações urbanas, sem laços comunitários, trazia à baila o tema das multidões, do comportamento de massa.*[134]

No período pós-trinta, o Brasil aprofunda um processo de repensar-se. Constrói-se uma nova história. "A intelectualidade brasileira já vinha, desde os anos vinte, se ocupando em diagnosticar as causas dos males brasileiros."[135] Essa atitude guarda relações com o contexto internacional, o que estava acontecendo na Europa Ocidental, ainda servia de suporte para os intelectuais nativos.

Pode-se tomar como exemplo das influências da Europa Ocidental a forma como o próprio governorecebeu a Constituição de 1934. Ela seria "...uma constituição

Digitalizado com CamScanner

ortodoxamente liberal, logo atacada pelo Governo como distante das correntes políticas dominantes no Brasil e no mundo."[136] Os regimes nazi-fascistas estavam chegando ao poder e influenciavam outras regiões.

As transformações que estavam abalando o mundo pareciam chegar ao Piauí de forma muito lenta O tempo andava com menor rapidez. Intérpretes do "processo civilizatório" local atribuem tal lentidão à sua condição de Estado periférico em relação ao centro do País, que, "...historicamente, catalisa todas as vantagens advindas do progresso, o Piauí, até por sua vocação agro-pastoril, tem um desenvolvimento urbano tardio."[137] Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, intelectual que dedicou algumas obras à discussão do processo histórico do Piauí, acredita que, até fins do Governo Imperial, o Estado não passava de um aglomerado de famílias latifundiárias que formavam, não uma sociedade, no sentido moderno da expressão, mas um patriarcado rural, onde a escola, a leitura e as letras constituíam artigos supérfluos e até indesejáveis.[138]

Com a proclamação da República, o quadro supracitado sofre modificações, embora lentas. O movimento de 1930 marca, até de forma mítica, a construção de um "Brasil novo". O Estado Novo é colocado como um divisor de águas entre o "velho Brasil" e o "Brasil novo."[139]

F. Nadel, estudando os lupe na Nigéria, chega à conclusão de que há dois tipos de história. A primeira seria caracterizada pela organização de uma série de fatos que os investigadores descrevem e estabelecem critérios

Historia ideológica

chamados por eles de objetivos universais, no que tange às relações e sucessões; e a segunda é a que Nadel chama de "ideológica". Esta história descreveria e ordenaria os fatos de acordo com as tradições estabelecidas.[140]

Jacques Le Goff, a partir da interpretação de F. Nadel, chama a "história ideológica" de memória coletiva. Observa que a memória coletiva tende a confundir a história e o mito. "E essa 'história ideológica' vira-se de preferência para os primórdios do reino (...) A história dos inícios transforma-se assim, para tomar uma expressão de Malinowski, um 'cantar da tradição."[141]

Para a construção dessa nova história, o Estado buscou o apoio da intelectualidade porque cabia ao intelectual a função social estratégica de ser o intérprete da brasilidade; tarefa que, por suas aptidões específicas, só ele poderia realizar.[142] O regime demonstra reconhecer a liberdade do intelectual, amparando-o política e institucionalmente, solicitando sua cooperação na administração pública e em inúmeros outros empreendimentos.[143]

No governo de Landri Sales (1931-1935) o interventor piauiense contou com a colaboração de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, que se destacou como o engenheiro responsável pela maioria dos projetos arquitetônicos executados no Piauí pelo Departamento de Obras Públicas; Benedito Martins Napoleão do Rego, que ocupou o cargo de Diretor da Instrução; além de Anísio de Brito Melo, todos pertencendo a Academia Piauiense de Letras. Benedito Martins Napoleão do Rego ocuparia,

Digitalizado com CamScanner

em outro momento, a Secretaria Geral do Estado, que, em decorrência do pedido de afastamento do interventor Leôncio Ferraz, teve de assumir o governo de forma interina.

Na interventoria de Leônidas de Castro Melo, não se tem notícia de nenhum integrante da Academia Piauiense de Letras no primeiro escalão, mas isso não significa que não tenha tido a contribuição da intelectualidade. Podem-se citar pelo menos dois exemplos: Bugygia Brito e Berilo Neves que, mesmo morando no Rio de Janeiro, produziam e prestavam serviços ao Governo.

Martins Napoleão escreve sobre temas relacionados ao momento histórico: "O Exército e a pátria", "Terra Natal", "Ao luar do Brasil"(poesia), "Minha terra", "Esboço de introdução ao estudo da unidade cultural brasileira". Não existe uma unidade temática na produção deste escritor, entretanto ela está sintonizada com a idéia de tratar da terra, da cultura, da pátria, temas que os ideólogos e colaboradores da Revista Cultura Política desenvolveram no afã de reconstruir a história do Brasil.

A publicação de livros, entretanto, rareou. Na opinião de Celso Pinheiro Filho, os intelectuais produziram pouco. Um dos redatores do Diário Oficial justificou essa escassez de obras literárias:

> *Depois de prolongado silêncio em razão da intranqüilidade política dos primeiros anos da Revolução, a vida intelectual ressurgiu com vigor e brilhantismo, estreitamente relacionado com o progresso ascendente do país e a estabilidade das instituições vigentes geradoras de auspiciosa situação econômica."*[144]

Com relação ao chamado "caso dos desembargadores" originado nas divergências entre o Executivo e o Judiciário, três componentes do Tribunal de Apelação foram demitidos. Todavia, a relação entre os intelectuais e o Estado parecia ser amistosa e de apreço. Por ocasião da posse do professor Álvaro Ferreira na Academia Piauiense de Letras, três integrantes da equipe do Governo compareceram; o coronel Torquato Pereira de Araújo, Chefe da Casa Militar e representante do interventor naquela solenidade; coronel Evilásio Gonçalves Vilanova, então comandante da Força Militar e Arthur Passos, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Além de ser um professor da rede pública estadual, Álvaro Ferreira era um intelectual reconhecido em Teresina. Por outro lado, a cidade, no início dos anos quarenta, ainda não oferecia muitas possibilidades para o lazer, assim como a posse de um imortal transformava-se numa festa para a elite local.

A relação entre a Academia Piauiense de Letras e o Estado é de dependência financeira; "...administrações anteriores, tendo em conta a sua influência benéfica(da Academia Piauiense de Letras) no campo da criação e investigação intelectual, favoreceram-na com pequena dotação orçamentaria, a fim de ocorrer as despesas de expediente e publicação de sua Revista."[145] A instituição não arrecadava o suficiente nem para a aquisição de material de expediente, e a publicação da revista dependia da transferência de recursos do Governo.

A Academia Piauiense de Letras, ainda, não tinha conseguido construir ou obter de outra forma(doação, por

Digitalizado com CamScanner

exemplo) a sede própria e tenta sensibilizar o interventor e o prefeito de Teresina:

> *Para o Estado, a quem, constitucionalmente, está cometido o dever de patrocinar as iniciativas de cultura, vem, agora, a APL, por intermédio de V. Excia., apelar, também e resolutamente, no sentido de lhe possibilitar a aquisição definitiva de sua sede, aspiração justa de quantos, lavrando em chão fecundo, têm dado valiosas colheitas, que enriquecem e ilustram o patrimônio espiritual da terra - berço.*[146]

É interessante como o autor da solicitação tenta minimizar a situação de penúria financeira da APL, argumentando que o Estado está obrigado constitucionalmente a apoiar, "patrocinar" instituições que estejam envolvidas com a produção cultural:

> *O Estado Novo teria o mérito de ir ao encontro do intelectual, oferecendo - lhe o necessário amparo moral e material(...) Todos os intelectuais são chamados a cooperar espontaneamente, já que há identidade de interesses(...) O governo pede apenas a colaboração de todos os homens de boa vontade para a consecução da enorme tarefa que a si mesmo se impõe. Quem não quiser ajudá - lo, pelo menos não o impeça.*[147]

O lento processo de urbanização também tem influência na geração de empregos. No caso local, o Estado transforma-se no maior empregador. A maioria absoluta dos intelectuais tinha algum vínculo empregatício com o Governo. "Na Itália, assim como no Brasil, o intelectual depende diretamente do Estado, razão pela qual a sua atividade está estritamente vinculada à compreensão que o

poder oficial possui de liberdade intelectual(...) A dependência do emprego público só aumentaria os riscos da submissão ao partido e ao governo."[148] Os desembargadores Arimatéa Tito, Simplício Mendes e Esmaragdo Freitas, por terem discordado do interventor de ver o irmão compondo o Tribunal de Apelação do Piauí, foram afastados de suas atividades com base no artigo 177 da Constituição Federal.[149]

Levantamento realizado na produção literária do Piauí, no período compreendido entre 1941 e 1946, fase dos incêndios, não localizou um texto que tivesse como objeto esses crimes. É possível que a relação entre os intelectuais e o poder tenha servido como elemento inibidor. Esse elemento não pode ser desconsiderado na avaliação do silêncio dos intelectuais sobre os célebres incêndios que destruíram milhares de casas de pessoas humildes. Não se pode descartar que os incêndios não atingiram, diretamente, nenhum dos intelectuais mais destacados daquele período.

M. Paulo Nunes construiu uma versão interessante para o silêncio dos intelectuais. Avalia que eles não estavam preocupados com os problemas advindos com a Revolução de 1930, embora tivessem dominado a história política e intelectual do período. Considera que os intelectuais do Piauí tinham ficado com "aquela visão antiga":

> *Tudo bem que nascido da influência da Escola do Recife, que tinha sido titular da geração que fundou a Academia Piauiense de Letras. Então, só a partir de cinquenta, modéstia a parte, a partir da nossa geração, é que passaram a surgir essas preocupações sociais. Então, o incidente, o episódio dos incêndios não podia absolutamente interessar a essa geração de academicistas, dis-*

Digitalizado com CamScanner

> *tantes da realidade social. Só um menino como o Victor, que integrava o nosso grupo, da nossa geração é que se preocupou com isso, através do livro dele, do conto dele, "Fogo".(...) E depois, não tínhamos, praticamente, escritores, assim, voltados para o social.*[150]

Esse mesmo intelectual reconhece que os incêndios marcaram profundamente o imaginário da sociedade teresinense; e observa que não marcaram a literatura e considera normal. Do meu ponto de vista, não se pode exigir que os intelectuais fossem engajados. Contudo, a argumentação do entrevistado não é convincente porque se encontram intelectuais do período tratando da relação criança/pobreza e as mazelas decorrentes. Benedito Martins Napoleão é um exemplo. Esse escritor em determinado texto mostra como o Estado Novo não tinha conseguido resolver uma questão básica, a miséria:

> *No Piauí, nas cidades e na zona rural, não há pobreza: há miséria.*
>
> *Se, mesmo entre as classes remediadas, a alimentação é deficiente do ponto de vista qualitativo,(...) as classes pobres é qualitativa e quantitativamente deficitária. O povo, nas cidades, come mal durante o ano inteiro; na zona rural, come mal durante mais ou menos 9 meses, pois devem ser excluídos os chamados meses da verdura, coincidentes com o período da colheita de legumes e cereais.*[151]

A primeira questão importante é a data em que a matéria foi publicada: agosto de 1943. É relevante porque o texto coloca de forma clara questões que atingem diretamente a administração pública e não foi censurado.

2.7. A modernização da estrutura policial

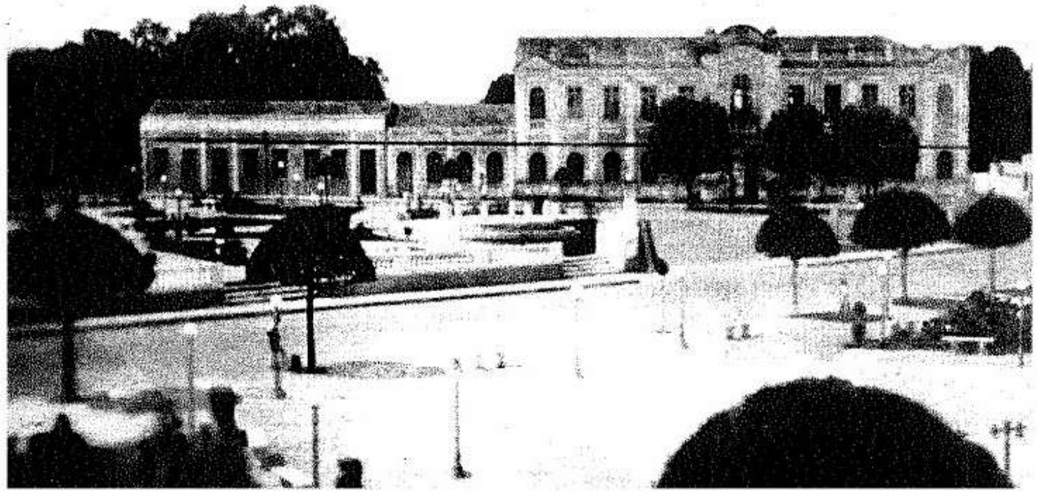
O processo de modernização da sociedade brasileira, na avaliação dos novos dirigentes do País, passa também pela modificação da relação do Estado com o aparelho policial. Em 1936, o governo central edita a lei n. 192 de 17 de janeiro de 1936 que reorganiza as polícias militares, colocando-as como reservas do Exército;[152] diminiui o poder dos governadores sobre as polícias estaduais, bem como a aquisição de equipamentos bélicos para estas instituições. Tudo isso denota uma preocupação do governo federal em subordinar as polícias ao comando do Ministro da Guerra. Esta subordinação, em determinado momento, passa pela indicação de um oficial do Exército para o Comando da Força Pública.

Não obstante, o processo de modernização da Polícia do Piauí começou com a indicação de Landri Sales

Digitalizado com CamScanner

para a Interventoria. Ao fazer a primeira visita à tropa disse ter ficado com uma péssima impressão, pois ela tinha perdido o aspecto militar.[153] O relatório expõe a situação da Polícia como calamitosa. Faltava disciplina, conforto, fardamento e calçado. Depois de resolver esses problemas, a medida seguinte foi reduzir o efetivo policial. De 35 oficiais ficaram 24. De 514 praças permaneceram 432.[154] Outra medida foi a retomada da construção do pavilhão principal do Quartel: "...ordenei que tivesse a mesma prosseguimento, vindo a ser concluída e inaugurado o edifício a 21 de maio de 1932."[155] Landri Sales relata que nessa oportunidade foram criados o cassino e a barbearia dos oficiais.

Quartel da Polícia Militar após reforma realizada pelo interventor Landri Sales Gonçalves (1931-1935).



No ano de 1932, através do decreto n. 1408, de 20 de julho, o contingente da Força Pública foi aumentado para 1865 praças e 48 oficiais. 1.219 homens desse contigente era constituído de voluntários. Foram incorporados para que tomassem parte do conflito que ficou conhecido na história brasileira como A Revolta Constitucionalista de 1932 de São Paulo. Com o término do conflito e o retorno a Teresina foram dispensados.

Em 1938, o contigente policial era de 621 integrantes, sendo que 40 deles eram oficiais. No ano seguinte, a Polícia Militar teve o seu nome mudado para Força Policial do Piauí.[156] A Organização da Força é semelhante a de um Batalhão de Infantaria. Possui um Estado Maior, três Companhias de Fuzileiros, uma Companhia de Metralhadoras e um Pelotão Extranumerário. Essa estrutura tinha sido estabelecida pelo Exército. O contigente militar para esse ano foi estabelecido pelo decreto-lei n. 215 de 13 de dezembro. Eram 578 homens dos quais 27 eram oficiais.

No período coberto por essa pesquisa, ganha relevo no processo de modernização da estrutura policial outro nome, o do capitão do Exército, Evilásio Gonçalves Vilanova, convidado para o Comando da Força Pública, e, em 1941, indicado pelo interventor para dirigir a Polícia Civil.

O Diário Oficial de 11 de maio de 1940 noticia a chegada do capitão Evilásio Vilanova:[157]

> *Convidado pelo Exmo. Interventor Federal, o distinto oficial assumirá, em comissão, o elevado posto de comandante da Força Policial do Estado. Figura representati-*

Digitalizado com CamScanner

va do glorioso Exército do Brasil, o Sr. Capitão Evilásio Vilanova terá entre nós a melhor acolhida. Os predicados de militar culto, portador de brilhante fé de ofício, são as credenciais suficientes para acreditá - lo no conceito e até na estima das autoridades e do povo piauiense.[158]

A nota identifica de onde vem e como teria chegado. Nadir de Araújo Vilanova,[159] esposa do novo Comandante, acrescenta que Vilanova era um oficial ainda jovem quando chegou a Teresina.

No discurso de posse, o interventor oferece a razão para a escolha e demonstra que nela tinha o peso do seu antecessor, o ex-interventor Landri Sales Gonçalves: "...de caráter particular, quase que caráter afetivo, se relaciona com a influência que teve o Capitão Landri Gonçalves na preferência do Capitão Evilásio Vilanova para o posto de confiança que vai assumir."[160] Divide a responsabilidade da indicação com o ex-interventor porque se sentia em dívida com ele.

Landri Sales tinha impulsionado a carreira política do interventor e de forma meteórica "Da Secretária Geral do Estado ao retomar o estado de direito interrompido com a revolução de 1932, Leônidas Mello recebe o convite de Landri Sales para candidatar-se ao governo do Estado."[161]

Landri Sales, tendo voltado às fileiras do Exército e morando no Rio de Janeiro, foi sempre alguém de quem o interventor contou com o apoio. Era presença entre aqueles que recebiam o interventor na capital da República, e participava das solenidades oferecidas ao interventor no Distrito Federal.

Nadir Gonçalves Vilanova relata que a família Vilanova recebeu todo apoio da elite que governava o Estado:

O nosso relacionamento com o interventor Leônidas Mello foi o melhor possível. Era um homem educado, atencioso e sua família gostava das pessoas que o ajudavam na administração do Estado. Por isso, meu relacionamento durante o período em que vivi no Piauí foi amistoso, o mesmo acontecendo com minha filha e meu marido.[162]

Michael Pollac observa que, conforme as circunstâncias na emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou a outro aspecto.[163] Em nenhum momento, Nadir de Araújo Vilanova lembrou que Evilásio tinha sido acusado de ser incendiário, ou de ter sido torturador ou de ter autorizado torturas em prisioneiros em 1943. Poder-se-ia argumentar que a condição de mulher que vivia para cuidar da casa e da família dificultava o seu acesso a este tipo de informação. Entretanto é a própria Nadir quem derruba este argumento

:

Na época, a Legião Brasileira de Assistência, sob a presidência de Maria do Carmo, executava muitos trabalhos sociais. Um deles consistia na confecção de roupas, por senhoras da sociedade, para doar aos pobres da periferia. Eu e Marízia imediatamente nos alistamos entre as benfeitoras e alguns dias por semana costurávamos para a população carente, ação que me dava muito prazer.[164]

Nesse discurso, Nadir Gonçalves tenta definir o seu lugar na sociedade, nos primeiros anos da década de 1940, além de marcar as suas relações com os outros. Alguns elementos são importantes porque ajudam na construção da imagem de Evilásio Vilanova.

Digitalizado com CamScanner

No relatório do interventor Leônidas Melo, de 1941, dirigido ao presidente da República, o Comandante é elogiado:

> *Continua a Força Policial do Estado sob o comando do Capitão do Exército Evilásio Gonçalves Vilanova*
> *No meu anterior relatório, mencionei já (...) a excepcional capacidade de trabalho, competência, zelo pela coisa pública e patriotismo com que esse brioso oficial se vem desempenhando da função que lhe confiou o governo do Estado(...)*
> *Agora, um ano depois, não tenho senão a confirmar o conceito expedido, de que, a cada dia, por mais fortes razões, se faz merecedor o distinto militar.*[165]

Os dois últimos trechos supracitados mostram que Evilásio Vilanova ocupou rapidamente espaços, tanto na função para o qual tinha sido indicado como junto a setores da sociedade civil. Evilásio Vilanova está sempre presente nas solenidades de posse na Academia Piauiense de Letras, na organização e realização de solenidades do 1° de Maio, manifestações outras de caráter cívico, instituídas pelo Estado. A necessidade de construir e divulgar sua imagem pode ser constatada através de fotografias publicadas no jornal Diário Oficial que tratavam de solenidades públicas. Evilásio Vilanova aparece sempre, seja ao lado do interventor, ou de outros integrantes da administração pública.

A capacidade de trabalho mencionada pelo interventor pode ser avaliada na própria corporação onde introduziu exercícios físicos. "A tropa com Evilásio recebeu uma espécie de redisciplinação."[166] Dizia Evilásio Vilanova que a corporação precisava se moldar às modernas diretrizes militares. Buscava, para tanto, a formação e o

aperfeiçoamento do elemento da Força sob o ponto de vista técnico, seguindo a trilogia, físico, moral e intelectual, e "como consequência lógica da perfeita compreensão da verdade: mente sana e corpo são, verifica-se então, o surto notável do esporte na Força Policial, cujos atletas têm obtido no nosso meio excelentes triunfos em competições variadas."[167] Integrantes da Força Policial são enviados para tomar parte em competições militares em outras unidades da Federação.

Mesmo diante das dificuldades provocadas pela Guerra, o Governo conseguiu, junto ao Ministro da Guerra, desenvolver projeto de aquisição de armamento e munição necessários à Força. "Já foi feita a troca de 121.665 cartuchos de guerra, inutilizados, por igual número de utilizáveis, troca essa que se efetivou por intermédio do Serviço de Material Bélico da 8ª Região Militar."[168] Foram trocados também fuzis "antigos" e "imprestáveis".por armamento novo.

O Quartel da Força Pública foi considerado acanhado pelo novo comandante e sem condições para que a corporação cumprisse os seus objetivos, ou seja, garantisse segurança à sociedade:" Quando chegamos praticamente não existia quartel. Um pequeno prédio abrigava toda a polícia e em torno haviam casinhas onde morava os oficiais. A idéia foi transferir as famílias para casas próprias e utilizar o terreno na ampliação do quartel."[169] A proposta de reconstrução do quartel foi levada ao interventor que a autorizou. O jornal oficial informa acerca das mudanças: "O quartel está grandemente aumentado e reconstruído

Digitalizado com CamScanner

quase que inteiramente, tendo ainda, ao lado, uma piscina e praça de esportes para oficiais e soldados."[170]

Evilásio Vilanova desejava constituir uma guarnição que não ficasse a dever às outras das unidades da Federação. Propôs ao interventor a criação de um pelotão que denominou de "Pelotão de Esclarecedores Montados. "O governo, encarando o problema e compreendendo as razões de sua necessidade, aceitou a proposta do Comando para a criação desse pelotão."[171] Esse pelotão deveria ser empregado para fazer o policiamento das áreas suburbanas da cidade. Mas tinha como objetivo também compor a

Fachada principal do Quartel da Polícia Militar depois de reforma e construção realizada pela interventoria de Leônidas de Castro Melo (1937-1945)

guarda especial do governador. Em ocasiões solenes, como partida ou chegada do interventor de suas viagens ao Distrito Federal, o Pelotão de Esclarecedores Montados acompanhava o automóvel oficial até o aeroporto ou até o palácio de Karnak, sede do Governo.

Para sediar esse novo grupamento da Força Policial, foi iniciada em 1941 a construção de um prédio localizado em uma quinta chamada "Ilhotas, às margens do rio Poti. "Foram, também, iniciadas (...) as obras do quartel destinadas ao Pelotão de Esclarecedores Montados, na quinta "Ilhotas", previamente desapropriada pelo governo do Estado."[172] Esse quartel foi, também, utilizado como local de tortura dos prisioneiros acusados de incendiários.

As montarias que serviram para compor o Pelotão de Esclarecedores Montados tiveram duas origens: doação dos prefeitos municipais e aquisição pelo Governo, "... para o que foram adquiridos 30(trinta) cavalos e 2(dois) muares, a maioria dos quais representa contribuição dos municípios do Estado."[173]

O Diário Oficial noticia em maio de 1942 que o efetivode animais tinha sido completado, todo o arreamento adquirido, assim como a construção do quartel, que deveria sediar a guarda, "iniciada e as obras vão bastante adiantadas, estando para breve o seu termino."[174] Ainda nesse ano, entram em funcionamento as oficinas de alfaiataria, mecânica, carpintaria e correaria.A argumentação para a criação delas era a de que os custos da Força seriam diminuídos com a confecção do fardamento militar, confeccionada na própria corporação além da assistência dos mecânicos aos autos que a corporação, estava

Digitalizado com CamScanner

adquirindo. Ao mesmo tempo, são incorporados à Força um auto de transporte de tropa, uma motocicleta Harley Davidson e uma charrete com arreamento.

Mesmo que o efetivo da Força Pública não tenha aumentado significativamente porque dependia de autorização do Exército, o relatório de 1943 indica crescimento em relação ao ano anterior na ordem de 126(cento e vinte e seis) homens. Essa modificação pode estar relacionada com a necessidade de aumentar o número de praças para que fizessem o trabalho de vigilância da cidade. Informa, também, que a corporação recebeu a visita de Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra que fazia inspeção da tropa.

A Guarda Civil também recebeu a atenção de Evilásio Vilanova. Em 1939, portanto, antes da vinda desse militar para o Piauí, aquela corporação foi reestruturada. Desde a sua criação, em 1931, a função principal da Guarda Civil era fazer o policiamento da capital. O Decreto-lei n. 216 de 14 de dezembro de 1939 reafirma aquele objetivo e a coloca sob o comando da Chefatura de Polícia. O referido decreto-lei também estabelece a estrutura organizacional da Guarda Civil, bem como o seu efetivo, que na ocasião era de 200 homens.

O interventor, em relatório já mencionado expõe que a Guarda Civil era constituída de homens "desejosos" de servir ao Estado e "...vem sendo fator de indiscutível influência na vigilância de nossa capital. Merece atenção elogiosa a atitude desses dedicados policiais por ocasião dos incêndios (...) quando mostraram coragem, valor e

grande compreensão de suas responsabilidades."[175] Leônidas sentiu a necessidade de reportar-se à Guarda Civil porque ela estava sob suspeita de ter tido em suas fileiras pessoas que foram presas e acusadas de incendiarem casas de palha.

Evilásio Vilanova recebeu apoio do interventor para as suas iniciativas. "Felizmente era sempre bem atendido pelo Dr. Leônidas Mello, que não negava meios para as suas iniciativas que foram muitas."[176] Isso é confirmado por Vilanova quando da aquisição de prédios localizados na praça Conselheiro Saraiva :

> *Inteiramente verdade. Da boa vontade do Dr. Leônidas Melo consegui a verba necessária para a expropriação dos prédios situados num dos quarteirões da praça Saraiva, sendo seu propósito, logo que ficarem concluídas as obras do Quartel da Força Policial, dar início a esse importante melhoramento.*[177]

No quarteirão mencionado, após as reformas de adaptação dos prédios que eram residenciais, seriam instalados a Chefia de Polícia, a 1ª e 2ª Delegacias de Polícia, a Guarda Civil, Corpo de Bombeiros e garagem dos carros policiais. Na gestão de Vilanova, a Polícia do Piauí adquiriu a primeira unidade policial móvel. A população de Teresina deu a este carro o apelido de "Carinhosa".

No Estado Novo as polícias receberam tratamento privilegiado. O combate à subversão transformou essas instituições em instrumentos de poder e coesão. Conhecedor dessa situação, Vilanova buscou sempre o apoio do interventor e constantemente, recebeu.

Digitalizado com CamScanner

A intensidade dos incêndios de 1941 motivou a proposta de criação, no interior da Força Pública, de um grupamento, de bombeiros. No ano seguinte, Evilásio Vilanova viajou para o Rio de Janeiro para adquirir equipamento material. O Decreto-Lei n. 738 de 29 de 1942 "Abre crédito especial de Cr$ 163.507,90(cento e sessenta e três mil quinhentos e sete cruzeiros e noventa centavos), para pagamento da aquisição e transporte de três carros tanques destinados à Secção de Bombeiros da Força Policial do Estado."[178]

Em entrevista concedida ao Diário Oficial de 30 de maio de 1942, Evilásio Vilanova relata: "Fiz compra de três grandes carros tanques com a capacidade cada um para 3.000 litros d'água destinados a criação de um regular Corpo de Bombeiros, com o qual se consiga reduzir a extensão dos danos causados pelo flagelo dos incêndios que assalta periodicamente na época do calor."[179] No começo do ano seguinte, o comando da Força Pública instituiu comissão composta do Capitão-fiscal Administrativo José Cavalcante Filho, Primeiro-Tenente Porfírio Lopes de Oliveira e o mecânico civil Lourival Alexis de Amorim para:

> *(...) A mesma comissão proceder o exame em os três carros adquiridos pelo Governo do Estado a Ford Motor Company, Esports Inc. do Rio de Janeiro e adaptados para o serviço de Extinção de Incêndios(...) Três autos tipos Ford - V - 8, modelo 1942, de três toneladas, para a equipagem de nove bombeiros, de 8 cilindros, de noventa e cinco(95)HP, com capacidade para três mil litros d'água. O valor de cada auto, sem incluir a despesa de transporte, é de Cr$ 81.357,60 ou seja, duzentos e quarenta e quatro mil, setenta e dois cruzeiros e oitenta centavos(244.072,60). Estando os carros em perfeito estado de conservação.*[180]

A avaliação da comissão mostra que o crédito especial aberto através do Decreto-lei n. 738 não foi suficiente para a aquisição dos autos e o Governo teve que desembolsar a mais Cr$ 80.562,60(oitenta mil quinhentos e sessenta e dois cruzeiros e sessenta centavos), ou seja, quase o valor de um caminhão.

Os adversários do governo acusaram Evilásio Vilanova de organizar solenidade na praça Pedro II com o objetivo de chamar a atenção de setores da sociedade para o novo empreendimento: a inauguração do serviço de bombeiros:

> *(...)Defronte do Quartel de Polícia construiu-se uma palhoça, a que, na hora aprazada, com a assistência do governo(...) No mesmo instante, soaram as sirenas e os carros que estavam no quartel, avançaram velozmente. Entretanto, ao chegarem os bombeiros ao lugar do incêndio experimental, a palhoça já estava queimada, o que não impediu que fossem fartamente irrigadas as cinzas, bem assim, muitos assistentes da burlesca cena.*[181]

Descontado o humor cáustico do cronista, a nota não acrescenta nada ao que era natural na cidade no período sem chuvas, ou seja, em casos de incêndios, a dificuldade para combatê-los era muito grande, devido ao poder de combustão das palhas e dos outros materiais empregados nas construções das residências da maioria da população pobre da cidade. Deste ponto de vista, não se pode dizer que as autoridades não tenham tido a preocupação com os incêndios das casas de palha. Por outro lado, deve-se considerar que Evilásio Vilanova sabia chamar a atenção para as ações que desenvolvia à frente da Força Policial do Piauí. Transformava suas ações à frente daquela instituição em notícia. O governo de Vargas fazia isso com muita propriedade, e no Nordeste pode-se ci-

Digitalizado com CamScanner

tar como exemplo o interventor de Pernambuco, que utilizava o jornal e o rádio para "conversar com os governados".

O serviço desse grupamento começa a ser lembrado em relatórios oficiais e crônicas:

> *(...) E foi a de um pequeno grupo de 12 praças especializados no serviço de extinção de incêndios que, sob o comando do então sargento Joaquim Araújo Farias e utilizando materiais apropriados e modernos conseguiu com notável dedicação, esforço e espírito de sacrifício evitar a propagação do incêndio de uma a outras casas, chegando, muitas vezes, quando avisados com o tempo, a dominar o fogo antes mesmo da destruição total da habitação...*[182]

O barulho das sirenes dos caminhões deixavam a cidade inteiramente assustada. "A nossa casa era próxima do Quartel. Quando tocava a sirene dos bombeiros, a gente ia para a janela. O quadro chocava. Mulheres apavoradas, com trouxas de roupas na cabeça corriam pelas ruas, a gritar que sua casa havia pegado fogo."[183] Mesmo adversários do Governo manifestaram simpatia em relação ao trabalho dos bombeiros:

> *Destaca-se entretanto nesta fase agônica porque passa Teresina, o trabalho sobre-humano dos bombeiros-policiais-bloco pequenino que, em verdade, vem lutando com denodo e eficiência, horas a horas para defenderem os lares ameaçados e extinguindo os incêndios que surgem inexplicável e simultaneamente em pontos diversos da cidade.*
>
> *Nas horas tormentosas, por que passamos, é justo, pois consignar o trabalho titânico e magnífico que vem prestando à população o corpo de Bombeiros da Polícia falange de bravos...*[184]

Algumas realizações de Evilásio Vilanova tiveram curta duração. O Grupamento de Esclarecedores Montados foi desmobilizado[185]. O quartel destinado ao Grupamento de Esclarecedores Montados teve parte de suas dependências cedidas à Legião Brasileira de Assistência em 1944 para que fosse ali implantada uma escola correcional de menores. A escola teve como incentivadora a senhora Maria do Carmo Melo, esposa do interventor, que estava à frente daquela instituição.

A escola ficou pequena para o número de crianças e a Comissão Estadual LBA solicitou a liberação de todas as dependências do quartel

> *Por solicitação de Comissão Estadual da LBA e atendendo à necessidade de dar maior conforto aos internados da Escola Correcional das Ilhotas, que ainda não tem sede própria, permitiu o Governo fossem ocupadas, provisoriamente, pela mesma Escola, duas salas do prédio que ainda se achavam entregues à Força Policial, continuando, entretanto, o imóvel a fazer parte do patrimônio da Corporação.*[186]

A elite, com o objetivo de coibir a criminalidade juvenil, cria uma escola que deveria iniciar os meninos delinqüentes em profissões e, para tanto, instalou oficinas de sapataria, marcenaria, alfaiataria. Mas também pretendia "limpar" a cidade de meninos que circulavam pelas ruas maltrapilhos, depredando a propriedade privada-riscando com carvão as fachadas dos prédios que os proprietários desejavam ver limpas-e que representavam um perigo para a sociedade.

Digitalizado com CamScanner

O clima de terror com os incêndios e a truculência policial, esta denunciada publicamente e até fora dos limites do Piauí, provocaram o afastamento de Evilásio Vilanova das funções que exercia no Estado. Nadir de Araújo Vilanova observa que a saída do esposo não teve nenhuma ligação com os fatos mencionados anteriormente: "Chegamos em Teresina no início da guerra, em 1940. Lá ficamos até os fins de 1943, quando o meu marido foi destacado para fazer nos Estados Unidos um curso sobre a guerra. O Brasil se preparava para enviar tropa à Europa."[187]

No início do mês de dezembro, as articulações para a vinda de outro oficial do Exército estavam sendo realizadas. No dia 11 daquele mês, o Diário Oficial noticiava a vinda do major Vitorino Corrêa:[188]

> *Pelo avião da NAB, aqui esperado hoje às 13 e meia horas, a chegada a Teresina, procedente do Rio de Janeiro, o ilustre oficial do Exército Nacional, Major José Vitorino Corrêa, que vem desempenhar neste Estado, em comissão, as altas funções de chefe de Polícia e Comandante da Força Policial.*[189]
>
> *A posse do novo comandante se deu no dia da chegada, às 16 horas.*

No discurso de posse do novo Chefe de Polícia, dois momentos importantes: o primeiro, quando se dirige ao povo piauiense dizendo: "Quem quer que por recalques pessoais, ressentimentos, ou interesses ocultos não quiser colaborar, tem o direito de retrair-se, mas não tem o direito de agitar.190 Inspirado na frase de Getúlio Vargas: "qualquer agitação estéril será reprimida com energia", o

novo chefe de polícia considera-a como palavra de ordem. É provável que as informações recebidas antes de vir ao Piauí lhe permitissem concluir que estava ocorrendo algum tipo de agitação que precisava ser combatida com energia e que esta seria sua função a partir daquela data.

O segundo momento é quando se dirige ao seu antecessor:

> *Neste momento não venho desacreditar o camarada, mas ao contrário, prosseguir o seu programa de trabalho e realizações. As incompatibilidades, os agravos recebidos no exercício das funções fique seguro V. Excia., não tiveram força para desmerecer o conceito em que V. Excia. é tido pelo nosso eminente Chefe, o Dr. General Eurico Gaspar Dutra.*[191]

É possível que o Exército tenha oferecido oportunidade a Evilásio Vilanova de fazer curso nos Estados Unidos, como relatou a sua esposa, mas não consta que o ex-Chefe de Polícia estivesse "ansioso" para deixar o Piauí. O pronunciamento e a preocupação do novo Chefe de Polícia em afirmar que não se encontrava no Estado para desacreditá-lo, como também o cuidado em dizer que as acusações que pesavam sobre ele não tinham produzido nenhum tipo de constrangimento junto ao Ministro da Guerra confirmaram as razões da substituição de seu antecessor.

Vitorino Corrêa confirma essas conjecturas algum tempo depois: "Quando em 11 de dezembro de 1943, assumi as funções que hora transmito ao meu substituto, encontrei o Estado naquela época, sob uma atmosfera carregada, existindo, entre a Polícia e o Povo um sulco

Digitalizado com CamScanner

profundo de desconfiança."[192] Desta feita não discursava na frente do companheiro de farda. Tinham se passado quase dois anos e agora poderia acusar o ex-comandante Evilásio Vilanova de ter provocado "um sulco profundo entre a sociedade civil e a polícia. Poderia acusá-lo de não agir orientado: "no rumo da lei e da Justiça, sem amigos e inimigos, sem simpatias nem antipatias, sem protegidos nem perseguidos, tudo sob minha responsabilidade, e dentro dos moldes de conduta que caracterizaram a atuação do Exmo. Sr. Interventor Federal."[193] Vitorino Corrêa, ao avaliar seu trabalho à frente da Chefatura de Polícia e Força Pública Policial, toma como referência o seu antecessor e o acusa de agir com parcialidade e de não se guiar pela orientação do Interventor Federal. Aliás, Leônidas de Castro Melo foi acusado pelos adversários de ter-se submetido aos desejos e interesses de Evilásio Vilanova.

Do ponto de vista policial, o Estado organizou–se para, em princípio, proteger a sociedade das forças consideradas perigosas e incorporou ao cotidiano da cidade carros com múltiplas finalidades: caminhões para o serviço de bombeiros, e automóvel para transporte de prisioneiros que ficou conhecido pelo apelido de "Carinhosa."

A construção de uma imagem moderna das polícias militar e civil foi a preocupação principal comando de Evilásio Vilanova. Os treinamentos físicos foram incorporados à rotina dos militares, através das aulas de educação física. O soldado, além da rotina do trabalho cotidiano, tinha que se transformar em atleta e competir com militares de outras polícias estaduais. As instalações militares foram reformadas e/ou construídas. Tudo isso para dar condições de trabalho aos policiais e manter a ordem social.

Paralelamente, os poderes públicos estadual e municipal desenvolveram atividades no espaço urbano de Teresina, visando transformá-la numa cidade moderna. É desse desejo e atitudes que trataremos a seguir.

Notas ao Capítulo 2

1 RAMINELLI, Ronaldo. História urbana In: CARDOSO, Ciro Flamarion / VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. São Paulo: Campus, 1997. p.185.

2 BERMAN, op. cit..

3 RESENDE, Antonio Paulo. A modernização e o modernismo. Clio, Recife, v.1, n.14, p. 7-14.1994.

4 SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural nos frementes anos 20. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

5 SEVCENKO, op. cit., p.50.

6 Id. Ibid.

7 SCHWARTZMAN, op. cit., p.53.

8 O autor empregou o termo na tentativa de captar o tipo de relacionamento entre(...) o processo pelo qual o Estado tratava, e ainda trata, de submeter à sua tutela formas autônomas de participação. SCHWARTZMAN, op. cit., p.15.

9 RESENDE, Antonio Paulo. Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARTE, 1997.

10 RESENDE, ob. cit., p.21.

11 GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.115.

12 OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et. alli. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar,1982. p.15.

13 LOEWENSTEIN, Karl. Brasil urder Vargas. Nova York: The Macmillan Companhy, 1942.

14 MELO, ob. cit., p.275.

15 Praias que se formam, as vezes nas margens, outras vezes no mio do rio, devido ao assoreamento provocado pelo desmatamento levado a efeito nas nascentes e margens dos rios.

16 Chefe da Casa Militar do governo de Leônidas Melo, Cel Torquato Araújo.

17 MELO, ob. cit., p.275-276.

18 MELO, op. cit., p.277.

19 CARONE, Edgar. A República Nova(1930 - 1937). 2 ed. São Paulo: Difel, 1976.p.375

20 MELO, op. cit., p.299.

21 Ibid., p.278.

22 O Tempo, Teresina, 4 set.1935. p.2.

23 O Dia, Teresina, 27 set. 1988. p.3.

24 MELO, op. cit., p.280.

25 Ibid., p.281.

26 LE GOFF, Jacques. Memória In: História e Memória. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p.428.

Digitalizado com CamScanner

27 MELO, Leônidas de Castro. A palavra do interventor. In: O centenário de Parnaíba, Parnaíba: [s. n],"1944. p.35.

28 GOMES, op. cit., p.112/113.

29 PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenor Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nambuco/Editora Massangana, 1984. p. 115.

30 Id. ibid.

31 MAGALHÃES, Agamenon. Folha da Manhã, Recife, 21 jul.1939. p.3.

32 CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. Revista Brasileira de História, Rio de Janeiro, v. 16, n.31/32, p.328- 352.1996.

33 LENHARO, Alcir. Sacralização da política. 2.ed. Campinas: Papirus, 1986. p.13 e 14.

34 GOMES, op. cit., p.110.

35 GOMES, Angela Maria de Castro et. al. Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987. p.40.

36 Id. ibid.

37 FREUND, Julien. The Sociology of Max Weber. Londres: Penguin, 1972. p.221.

38 GOMES, Angela Maria de Castro. História e historiadores. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.p.22.

39 SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões da vida privada In:_____, História da privada no Brasil. p.37.

40 SEVCENKO, op. cit., p.37.

41 COELHO, Vercília Maria Facuri et. al. Estado Novo, festa e memória. História, São Paulo, v.14, 1995 .p.97-109.

42 O rádio é um instrumento que começa a se divulgar na década de 1930, é outro meio que o DIP usa frequentemente, levando notícias e informações oficiais para dentro de casa.

43 A Manhã , jornal carioca diário e matutino, começa a circular em agosto, firmando uma postura francamente doutrinária e assumindo caráter didático na exposição das idéias do presidente e dos feitos do regime.

44 Em março de 1941 é criada a revista Cultura Política, que deveria se transformar no principal órgão de divulgação do ideário estadonovista. Deveria ser, no dizer de Almir Andrade, "um espelho do Brasil em tempo de renovação.

45 NEVES, Berilo. Leônidas Melo. In: Almanaque da Parnaíba, 1944. p. 225 e seg.

46 GOMES, op. cit., p.141.

47 NEVES, op. cit., 225

48 "O meu boi morreu, o que será de mim, Manda buscar outro maninho lá no Piauí". Canção que faz parte do folclore do Piauí.

49 NEVES, ob. cit., p.225 e seg.

50 GOULART, Silvana. Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

51 GOULART, ob. cit., p.47.

52 PINHEIRO FILHO, Celso. Historia da Imprensa no Piauí. 3.ed. Teresina: Zodíaco, 1997. p.199 e seg.

53 PIAUÍ. Interventor (1935 1945: Melo). Relatório Interventor Federal Leônidas de Castro Melo: Teresina: DEIP, 1942. p.121.

54 ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. A construção da verdade autoritária: palavras e imagens da Interventoria Agamenon Magalhães. em Pernambuco (1937-1945). São Paulo, 1995. Tese de doutorado. Universidade do Estado de São Paulo. p. 162.

55 PIAUÍ. Interventor(1935-1945: Melo). Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942. p.121.

56 O DEIP foi criado através do Decreto-lei n. 319 de 8 de novembro de 1940. O governo federal havia transformado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, em dezembro de 1939 em Departamento de Imprensa e Propaganda(DIP). A partir dessa data os estados foram criando as suas agências estaduais. O DEIP estava diretamente subordinado à Secretaria Geral do Estado e ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

57 Ibid.p.121.

58 GAZETA, Teresina, 13 jun.1944. p. 3.

59 PIAUÍ. Ofício n. 297. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Teresina, 15 jun.1944.

60 NUNES, M. Paulo. Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento. Teresina, 1° abr.1997.

61 Manifesto assinado por figuras importantes da elite de Minas, como Afonso Arinos e Virgílio de Melo Franco, o ex. presidente Bernardes , Milton Campos, Pedro Aleixo, Odilon Braga. Em linha liberal, propunha a instalação no Brasil de um verdadeiro regime democrático, 'capaz de dar segurança econômica e bem estar ao povo brasileiro.

62 LENHARO, Alcir. Sacralização da política. 2.ed. Campinas: Papirus, 1986. p.49.

63 CARVALHO, José Murilo de. A construção da cidadania no Brasil. México: Fondo de Cultura, 1993. p.61.

64 CARVALHO, op. cit., p.19.

65 GARCIA, Nelson Jahar. Estado Novo: ideologia e propaganda política. São Paulo: Edições Loyola, 1982. p.102 e seg.

66 O Decreto-lei n. 20.047 que regula os serviços de rádio no país data de 1930. Reserva ao Estado o direito de conceder os serviços públicos de radiodifusão a empresas particulares. As primeiras emissoras que haviam surgido no Brasil, no início da década de vinte, tinham caráter de sociedades e clubes e uma programação restrita de música erudita, conferências e palestras e eram sustentadas pela contribuição mensal dos seus sócios.

67 GAZETA. Teresina, 25 dez. 1942. p 3.

68 LENHARO, ob. cit., p.16 e seg.

69 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 1 jun.,1940. p.3.

70 A comissão foi composta por: Cel. Pedro de Almendra Freitas, Jean Le Jonnés, João Bastos e Cícero Ferraz. O primeiro e o último eram comerciantes radicados em Teresina. João Bastos era o representante do governo. Jean Le Lonnés era francês e tinha vindo para o Brasil em 1920. Fixou residência, inicialmente em Parnaíba, onde trabalhou na casa comercial Marc Jacob, como gerente. Algum tempo depois, transferiu-se para Teresina para dirigir uma filial daquela firma. Daí a sua presença como integrante da diretoria provisória da Rádio Clube do Piauí. Por ocasião da composição da diretoria definitiva, ocupou o cargo de Diretor Comercial.

Digitalizado com CamScanner

71 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 5 jun., 1940. p.1.

72 PANDOLFI, op. cit., p.52.

73 A primeira diretoria foi assim constituída:

Presidente: Dr. Cícero da Silva Ferraz;

Vice - presidente: João de Castro Lima;

1° Secretário: Dr. João Bastos;

2° Secretário: Dr. Anísio Martins Maia;

1° Tesoureiro: Cícero Alves de Carvalho;

2° Tesoureiro: Pedro de Almendra Freitas;

Diretor-técnico: Dr. Raimundo de Arêa Leão;

Diretor-comercial: Jean Le Lonnês;

Conselho Fiscal: Dr. Lindolfo Monteiro, D. Lídia Lina Falcão Lopes, José Camilo da Silveira.

74 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 12 jul. 1940. p.3.

75 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 18 set. 1940. p.3.

76 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 23 set.1940. p.3.

77 ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil(1930-1973). 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985. p.131.

78 ROMANELLI, op. cit., p.131.

79 Id. Ibid.

80 MELO, Matias Olímpio de. Ensaios, discursos e conferências. Rio de Janeiro:[s. n.], 1959. p.202.

81 Ibid., p.199.

82 NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O tenentismo no poder: a interventoria Landri Sales(1931-1935). Carta CEPRO, Teresina, v.11, n.1, p.53-86, jul. /dez. 1986.

83 GONÇALVES, Luís Mendes Ribeiro. Depoimento concedido ao Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO. Rio de Janeiro, 1985.

84 Ibid.

85 PIAUÍ. Interventor(1931-1935: Gonçalves).Relatório do Interventor Federal Landri Sales. Teresina: Imprensa Oficial, 1935. p.78.

86 O MOMENTO. Teresina, 27 maio. 1934. p.2.

87 Id. ibid.

88 BRITO, Itamar Sousa. Memória histórica da Secretaria de Educação. Teresina: Secretaria da Educação, 1985. p.19.

89 BRITO, Itamar Sousa. Perspectiva histórica do Conselho Estadual de Educação. Teresina: Secretaria da Educação, 1986. p.20.

90 OITO anos de governo: a administração Leônidas Melo no Piauí.[S.l. s .n.]1943. p.34.

91 Ibid. p.33.

92 Ibid. p.35.

93 NAPOLEÃO, Martins. Criança – um problema básico. Diário Oficial, Teresina, 16 ago.1943.

p.5.

94 Id. ibid.

95 CASTELO BRANCO, José Ferreira. Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento. Teresina, 19 jan.1997.

96 Id. ibid.

97 Id. ibid.

98 ROMANELLI, op. cit., p.131.

99 NUNES, M. Paulo. Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento. Teresina, 1° abr.1997.

100 FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 7.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. p.679.

101 FAORO, op. cit., p.679.

102 SCHWARTZMAN, op. cit., p.15.

103 NASCIMENTO, op. cit., p. 82.

104 O secretário da Federação dos Sindicatos do Piauí, José Pereira de Sousa, promove campanha de sindicalização dos trabalhadores de Teresina através do jornal O Momento, órgão criado pelo Partido Nacional Socialista do Piauí, noticioso criado a partir do núcleo de poder piauiense e aliados. Como se percebe existe uma relação muito próxima entre trabalhadores e Interventoria Federal.

105 NASCIMENTO, op. cit., p. 83

106 GONÇALVES, Luís Ribeiro. A sindicalização no Piauí O Momento, Teresina, 25 mar. 1934. p.1.

107 GONÇALVES op. cit., p.1.

108 SOUSA, José Pereira de. A sindicalização no Piauí, O Momento, Teresina, 15 mar.1934,p.1.

109 SOUSA, op. cit., p.1.

110 Id. Ibid.

111 MEDEIROS, Antonio José. Movimentos sociais e participação política. Teresina: CEPAC, 1996. p.109.

112 CARVALHO, Benedito Napoleão de. Discurso. Diário Oficial, Teresina, 1 fev.1939. p.2 seg.

113 Diário Oficial. Teresina, 24 ab.1940. p.4 e seg.

114 Id. ibid.

115 FESTA comemorativa do dia do trabalho. Diário Oficial. Teresina, 30 de abr. 1940. p.1.

116 Foi constituída dos seguintes "elementos trabalhistas": Antonio de Sales, Armênio Braz da Cruz, Benedito Antonio Almeida, Miguel Cruz, Lino Correia Lima, Antonio Araújo da Fonseca Diniz, João Neves de Jesus e Raimundo Ney Baumann. Comemorações do 1° de Maio, Diário Oficial, Teresina, 30 abr.1940. p.6.

117 Ciríaco Costa, Presidente do Sindicato dos Operários da Construção Civil; Benedito Duarte, Presidente do Sindicato dos Operários Metalúrgicos; Messias Alves Feitosa, Presidente do Sindicato dos Operários Sapateiros; Martinho Soares da Rocha, pelo Sindicato dos Operários Carpinteiros e Marceneiros; José Ribamar Lopes, pelo Sindicato dos Empregados do Comércio; João Procópio de Lima, pelo Sindicato dos Operários Panificadores; Raimundo Honorato da Silva, pelo Sindicato dos Operários Barbeiros; João Francisco Pereira, pelo Sindicato dos Operários Alfaiates; Marciliano

Digitalizado com CamScanner

de Sousa, pelo Sindicato dos Operários Pedreiros; Salustiano Araújo, pelo Sindicato dos Operários Leiteiros; Antonio Pereira da Rocha, pelo Sindicato dos Operários Trabalhadores; Sebastião Nedino, pelo Sindicato dos Estivadores; Clodoaldo Ferreira, pelo sindicato dos Operários de Fiação e Tecidos Piauienses; Francisco Carvalho, pelo Sindicato dos Carregadores; Emídio Gomes da Silva, pelo Sindicato dos Empregados em Cafés e Hotéis; Eduardo José de Carvalho, pelo Sindicato dos Proprietários de Alfaiatarias; Saulo Rodrigues do Nascimento, pelo Sindicato dos Proprietários de Barbearias.

118 A CELEBRAÇÃO do 1º de Maio em Teresina. Diário Oficial. Teresina, 30 abr. 1940. p.6.

119 SIGNIFICATIVA homenagem. Diário Oficial. Teresina, 16 set. 1941. p.2.

120 Id. Ibid.

121 Id. Ibid.

122 Consta na nota publicada na imprensa os nomes de Raimundo Ney Baumann, Antonio Vieira Sales, Benedito Antonio Almeida, Lino Correia Lima, Raimundo Gutemberg de Oliveira, José Pereira dos Santos, Antonio Araújo da Fonseca Diniz, Francisco Paula Nunes, Raimundo Alcântara, Miguel Cruz, Aremio Marques de Alencar, Antonio Marques Alencar e Raimundo Alves da Silva.

123 TRABALHADORES do Piauí. Diário Oficial. Teresina, 3 dez.1941. p.1.

124 BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Carta de Raimundo Ney Baumann a Getúlio Vargas. Teresina, 20 dez.1945.

125 TITO FILHO, Arimatéa. Memorial da Cidade Verde: Intendentes e prefeitos de Teresina. Teresina: COMEPI, 1978. p.27.

126 BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Carta de Raimundo Ney Baumann a Getúlio Vargas. Teresina, 20 dez.1945.

127 Id. Ibid.

128 MELO, Matias Olímpio de. O operário em face do Estado Novo In: Falando e escrevendo. Rio de Janeiro: [s. n.], 1958. p.217.

129 MELO, ob. cit., p. 213.

130 SALES, Antonio Vieira Depoimento concedido aos pesquisadores Geraldo Borges Almeida e Francisco Alcides do Nascimento. Teresina, 11 maio. 1988.

131 HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1994. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.16.

132 HOBSBAWM, op. cit., p. 16.

133 OLIVEIRA, op. cit., p. 14.

134 Id. ibid.

135 Id. ibid.

136 CARVALHO, José Murilo de A construção da cidadania no Brasil. p.47.

137 MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. Literatura piauiense: horizontes de leitura e crítica literária(1900-1930). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p.17.

138 GONÇAVES, Luis Mendes Ribeiro. Impressões e perspectivas. Brasília:[s .n.], 1980. p.443.

139 OLIVEIRA, op. cit., 86.

140 LE GOFF, op. cit., p. 428.

141 Id. ibid.

142 GOMES, op. cit., p.140.

143 Ibid. p.138.

144 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 18 jul.1940. p.3.

145 NAPOLEÃO, Martins. Exposição de motivos encaminhada ao interventor Federal. Teresina: Revista da Academia Piauiense de Letras, p.113.

146 NAPOLEÃO, op. cit., p.114.

147 VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual In: OLIVEIRA Lúcia Lippi. Estado Novo. p.93.

148 Id. ibid.

149 O artigo dava poderes ao presidente e aos interventores afastar funcionários considerados infratores ou que agissem contra os interesses do Estado.

150 NUNES, M. Paulo. Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento. Teresina, 1º abr. 1997.

151 NAPOLEÃO, Martins. Um problema básico. Diário Oficial. Teresina, 16 ago. 1943. p.3.

152 PIAUÍ. Polícia Militar do Piauí. Almanaque da Polícia Militar do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial, 1947. p.100 e seg.

153 PIAUÍ. Interventor (1931-1935: Gonçalves). Relatório do Interventor Federal Landri Sales Gonçalves. Teresina: Imprensa Oficial, 1935. p.53.

154 Id. ibid.

155 Id. ibid.

156 PIAUÍ. Interventor(1935-1945: Melo) Relatório do Interventor Federal Leônidas Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1940. p.105.

157 Major do Exército. Comandou a Polícia Militar entre 14 de maio de 1940 e 11 de dezembro de 1943.

158 DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 11 maio. 1940. p.2.

159 LIGÓRIO, Afonso. Tempos de Leônidas Mello. Teresina: Academia Piauiense de Letras/ Assembléia Legislativa, 1994. p.113 e seg.

160 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 14 maio. 1940. p.2.

161 LIGÓRIO, ob. cit., p.107.

162 Ibid., p.113.

163 POLLAC, op. cit., p.8.

164 LIGÓRIO, op. cit., p.114.

165 PIAUÍ. Interventor(1935-1945: Melo). Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942. p.121.

166 LIGÓRIO, op. cit., p.113.

167 PIAUÍ. Força Policial do Estado. Diário Oficial. Teresina, 23 set.1941. p.4.

168 PIAUÍ. Interventor.(1935-1945: Melo). Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942. p.113.

169 LIGÓRIO, op. cit., p.113.

170 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 11 fev.1941. p.2 e seg.

Digitalizado com CamScanner

171 PIAUÍ. Interventor(1935-1945:Melo). Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942. p.121.

172 Id. ibid.

173 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 3 maio. 1942. p.2.

174 Id. ibid.

175 Id. ibid.

176 LIGÓRIO, op. cit., p.113.

177 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 3 maio.1942. p.2.

178 PIAUÍ. Decreto-lei n.739, 29 de novembro de 1942. Abre crédito especial de C$ 163.507,90(centro e sessenta e três mil quinhentos e sete cruzeiros e noventa centavos), para pagamento de aquisição e transporte de três carros tanques destinados a Secção de Bombeiros da Força Policial do Estado. Diário Oficial. Teresina, 30 nov.1943. p.6.

179 Id. ibid.

180 PIAUÍ. Força Policial do Piauí. Comando da Força Policial do Piauí. Boletim Regimental. Teresina, 9 jun.1943.

181 O PIAUÍ. Teresina, 3 jun.1946. p.1 e seg.

182 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 28 nov. 1944. p.2.

183 LIGÓRIO, op. cit., p.114.

184 VIEIRA, Martins. O Piauí. Teresina, 2 nov.1946. p.2.

185 Não foi possível localizar documentos que justificassem a desmobilização do grupamento, entretanto considero que o novo Chefe de Polícia o considerou símbolo do período de truculência e violência contra a população pobre da cidade, além de afrontar à toda comunidade teresinense por ocasião dos desfiles cívicos e quando acompanhava o carro do interventor, fazendo a sua guarda.

186 DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 4 out.1946. p.12.

187 LIGÓRIO, op. cit., p.113.

188 José Vitorino Corrêa. Major do Exército. Comandou a Polícia de 11 de dezembro de 1943 a 16 de março de 1945.

189 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 11 dez 1943. p.2.

190 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 14 dez.1943. p.2.

191 Ibid. p.4.

192 DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 17 mar.1945. p.2.

193 Id. ibid.

Terra feliz e boa onde nasci chorando,
Onde vi o sol, os céus, as árvores, o mundo...
Onde vi o grande amor em mim desabrochando,
Amor do bem, da luza, do mistério profundo...

Terra feliz e boa onde de quando em quando
Rebrilha no zênite o espírito fecundo
Dos talentos de escol, que surgem quase em bando
Nessa zona de sol, que muito quero, fundo.

Teresina gentil de ruas alinhadas,
Tens n'alma a placidez das loiras madrugadas,
A beleza, a frescura e o riso das mulheres,

És o trecho melhor da pátria brasileira,
Chapada de trovões, que serás a primeira
Habitação de Deus, dos homens, se o quizeres.

Cristino Castelo Branco

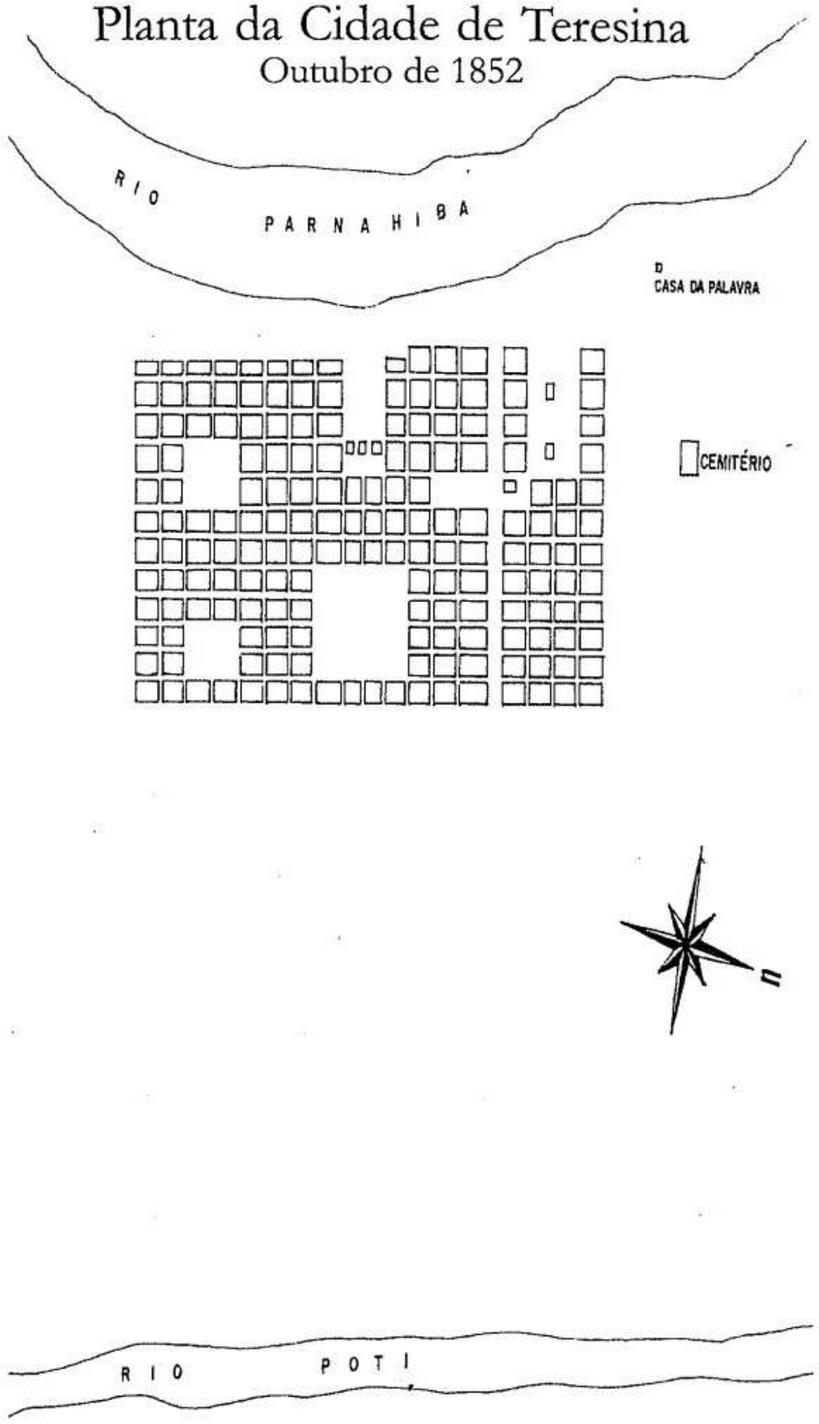
Digitalizado com CamScanner

3 - A CIDADE DOS SONHOS

3.1. Nasce uma cidade

Enquanto o Barão Haussmann transformava Paris no cerne da moderna civilização urbana,[1] Teresina estava sendo criada para abrigar a capital da Província do Piauí. O seu traçado urbano desenvolveu-se, inicialmente, dentro de um plano rígido estabelecido em xadrez.[2] Segundo Marshall Bermann, o desenho geométrico e retilíneo transformou-se em padrão de planejamento urbano ocidental desde a Renascença.[3] O crescimento da malha urbana foi se fazendo de forma lenta, de modo compacto em torno do centro administrativo que passou também a concentrar as funções de comércio e serviços necessários à vida administrativa implantada.[4]

Até a década de 1900, a cidade expandiu-se tendo como referência a Praça da Constituição, atual Deodoro. O eixo central era a avenida Frei Serafim que a dividia em

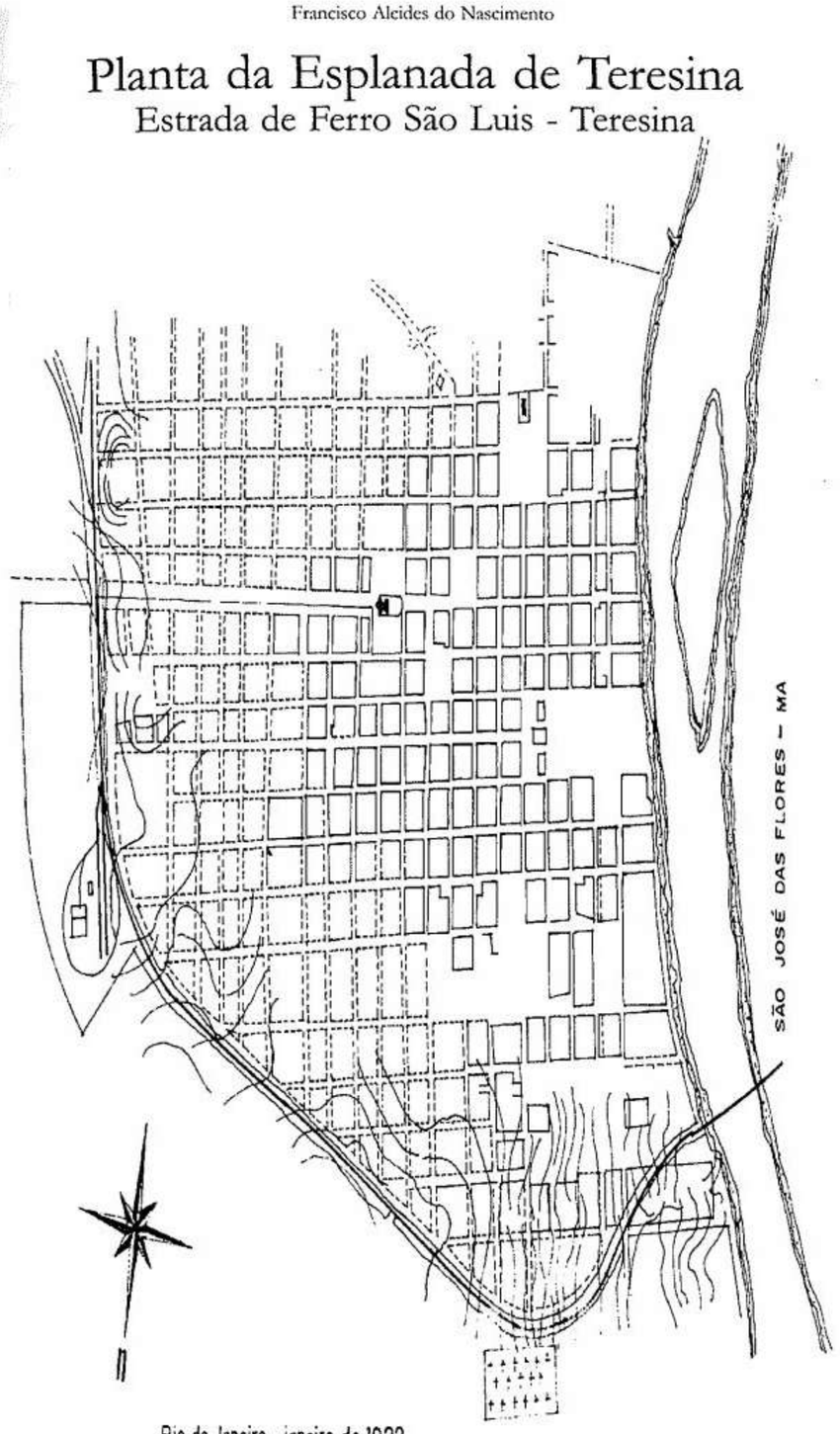


Norte-Sul. No início, a cidade expandiu-se mais para a região Norte. Depois da desobstrução de afloramentos rochosos localizados entre as ruas da Gloria(atual Lizandro Nogueira) e Riachuelo. A expansão se deu também para a zona Sul.

Teresina possui uma topografia suave, com cotas variando entre 61 e 85m. Os acidentes naturais praticamente inexistem. As únicas barreiras encontradas para a expansão urbana foram os rios Poti e Parnaíba, bem como suas respectivas áreas de inundação.

O anel circular da estrada de ferro alterou a tendência do crescimento original, "forçando a formação de umas radiais que cresceram seguindo as vias de penetração, mais fáceis, sem nenhum planejamento lógico, nascendo em torno delas uma série de habitações desordenadas, da qual a Piçarra é o exemplo marcante."[5]

A cidade, até o início da primeira década do século XX, tinha aquele aspecto bem característico das cidades coloniais. "Ralamente habitada," as ruas estreitas, a sujeira e a presença de animais eram comuns. A maioria da população ocupava construções "acanhadas" e "miseráveis". "As residências nobres e os prédios oficiais opulentos e sólidos davam a dimensão do contraste com as casas dos moradores pobres."[6] Não apresentava nenhum sinal urbano que a definisse como uma cidade moderna. "Ausência total e absoluta de calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto, telefone etc."[7] Carl E. Schorske observa que, nos últimos cem anos, o "moderno" serve-nos para diferenciar nossas vidas de tudo o que precedeu. A arquitetura moderna, a música moderna, a filosofia



Digitalizado com CamScanner

moderna, a ciência moderna - todas se definem não a partir do passado, e na verdade nem contra o passado, mas em independência do passado.[8] Embora o autor não coloque a cidade no rol, esta pode ser relacionada.

Contudo, a realidade de Teresina não era muito diferente da de outras cidades do Nordeste como é o exemplo de Salvador:

> *Nos quarenta anos de República, a cidade de Salvador permaneceu sem um serviço eficiente de esgoto, faltava à população um serviço regular de abastecimento de água, como também saneamento das ruas, que eram calçadas ou não tinham qualquer calçamento; a iluminação pública era por demais precária.*[9]

Todavia, existiam as pretensões modernizadoras. A elite política e intelectual que reside na cidade constrói um discurso[10] de modernização.[11] Alguns acontecimentos marcaram o cotidiano da cidade e de seus habitantes e os discursos construídos sobre eles traduziam a idéia de progresso.[12]

A cidade foi construída com a finalidade de ser capital da Província do Piauí, portanto, marcada para uma vocação urbana. Entretanto, isso não impediu que fosse mantido um laço significativo com o meio rural. Sobre essa relação, Raymond Willians observa algo que faz parte do cotidiano da cidade, porém os seus habitantes parecem não se aperceber do fato de "...a cidade se alimentar daquilo que o campo ao seu redor produz. Isto ela pode fazer graças aos serviços que oferece, em autoridade política, no direito e no comércio, àqueles que comandam a exploração rural, aos quais está normalmente associada por vínculos de necessidade mútua de lucro e poder.[13] Paul

Singer observa que, quando uma sociedade humana atinge o estágio da civilização urbana em que o excedente alimentar da produção permite que parte da população viva em aglomerados, dedicando-se a outras atividades que não a produção alimentar, a divisão entre cidade e campo aparece nitidamente.

Ainda nos anos quarenta Teresina é centro urbano com uma população de 67.641 habitantes, dos quais 34.695 vivem nas zonas urbana e suburbana, entretanto, continuava sendo uma cidade eminentemente de funcionários públicos. Deve-se registrar que a divisão entre campo e cidade não estava inteiramente realizada. Os trabalhadores da construção civil, no período das chuvas, faziam o caminho de volta para a zona rural do município, como também para outros mais distantes para cultivarem roçados. A quantidade de obras diminuía o número de postos de trabalho e o campo garantia o sustento familiar.

Raimundo Nonato Monteiro de Santana, em ensaio da década de 1960, afirma que a agricultura praticada no Piauí, desde os primórdios de sua ocupação apresenta " ...caráter de subsistência o que caracteriza até os dias atuais, graças ao afastamento do Piauí dos grandes mercados consumidores, as relações de trabalho predominantes pré-capitalistas, nas fazendas de criar, nas plantações, nos carnaubais e babaçuais.[14] O autor tem uma parcela de razão, entretanto, é preciso salientar que, mesmo de forma intermitente, a economia piauiense inseriu-se na economia mundial com a pecuária e a produção algodoeira. O extrativismo vegetal, inicialmente com a exploração dos maniçobais nativos, depois com a cera de carnaúba e babaçu, estabelece uma continuidade dessa presença.[15]

Digitalizado com CamScanner

A exploração do látex de maniçoba proporciona o surgimento de novos núcleos urbanos, provoca o aumento populacional nas áreas de exploração, reorienta a localização de centros comerciais como foi o caso da cidade de Floriano, para citar, apenas, um exemplo, que assume a posição anteriormente ocupada por Amarante, como cidade-pólo do Médio Parnaíba. Contribuiu para trazer para o centro das discussões a idéia de modernização. Antonio Paulo Rezende observa que a modernidade não se poderia concretizar, no seu sentido mais amplo, sem o processo de modernização. Tal processo requer...mudanças na economia, avanços tecnológicos, predomínio da ciência e razão prática, burocratização, organização racional do trabalho, ordem e progresso onde o Estado atua como instituição importante na gestão do processo."[16] Datam desse período os primeiros símbolos de modernidade[17] implantados em Teresina, tais como fornecimento de água encanada (1906), telefone (1907), energia elétrica (1914), bonde com motor de explosão (1927).

Se a exploração do látex provocou aumento populacional nos núcleos urbanos ligados a sua exploração, Teresina apresentou queda no seu crescimento demográfico "...a partir de 1900 até a década de 1940. Cidades como Parnaíba, Floriano e Piripiri receberam um contingente cada vez maior de pessoas."[18] O adensamento populacional da cidade ocorreu de forma lenta. Salvador também viveu processo semelhante no período.[19] Só a partir dos anos cinquenta e sessenta é que o crescimento populacional foi acelerado.

No período compreendido entre 1920 e 1940, a taxa de crescimento populacional foi menor do que as taxas

anuais anteriores.[20] Entre 1940 e 1950 o aumento populacional total de 23.100 habitantes, sendo a taxa de crescimento de 3%.(três por cento). Na década seguinte o crescimento foi de 51.868, mais do dobro do decênio anterior. Segundo Amélia Alba Nogueira Moreira, acompanhando o crescimento da população, a cidade se expandiu a partir do Centro, limitado pelo contorno da linha férrea, obedecendo seu plano xadrez, transbordando para o Norte, além daquela via. A expansão do espaço urbanizado se fez para o Sul em direção do Barrocão(hoje Joaquim Ribeiro) e para o Norte, mediante a incorporação das áreas que originaram os bairros da Matinha e Mafuá. As vias radiais, como a Rua Rui Barbosa, ao Norte e a Avenida Jacob Almendra, ao Sul, orientaram essa expansão. "Em 1940 a cidade possuía 34.695 habitantes, e a área do Centro integralmente ocupada."[21]

Joaquim Ribeiro Magalhães, como centenas de jovens de outras cidades do Piauí e Maranhão, pisou pela primeira vez em solo da "Chapada do Corisco" em 1945. Veio para continuar os estudos. Tinha 19 anos de idade. Não se impressionou: "...chegando foi que eu vi: uma cidade pequena com poucas ruas calçadas. A maneira que o caboclo da minha terra se conduzia, se conduzia o caboclo de Teresina. A sociedade era a mais simples do mundo. Era uma sociedade relativamente pobre (...).[22] Essas são lembranças de Magalhães. Esse é o olhar de um morador que acompanhou a explosão demográfica da cidade nos anos sessenta e setenta.

Oito anos depois de instalada como sede da Província, em 1858, portanto, existiam em Teresina 863

Digitalizado com CamScanner

casas residenciais, das quais 530 eram casas cobertas de palha; o que, de certa forma, revela como a cidade funcionou como ponto de atração de segmentos mais pobres do Piauí e de outros Estados. Nesse momento a população total da cidade era de 8.000 habitantes.[23] As secas que assolaram o sertão do Nordeste, podem colaborar na compreensão desse fenômeno.[24] Entretanto, em pesquisa realizada nos anos de 1970, constatou-se que apenas 18% da população que moravam em Teresina tinham migrado antes de 1950. "A maior proporção de migrantes chegados à cidade ocorreu de 1960/1970, fase que corresponde à maior expansão do espaço urbano."[25]

Em 1940 51% da população moravam na zona urbana. Dez anos depois, esse percentual subiu para 56,6%. Na década de 1940, a taxa de crescimento da população urbana foi de 4%. Na década seguinte, esse crescimento foi 6,7%.[26]

Leônidas de Castro Melo, em relatório dirigido a Getúlio Vargas, informa que a cidade "nos últimos anos tem experimentado considerável crescimento, em superfície e população" e explicita as razões.

> *Tornadas mais fáceis e rápidas as ligações com o interior e com os Estados vizinhos as correntes de viajantes que se encaminham à capital se multiplicam e se adensam dia a dia. Abrem-se novos logradouros ou se prolongam os existentes, o que requer correlativo dos desdobramentos nos serviços de utilidade pública.*[27]

Os serviços de água e luz elétrica que antes já atendiam com precariedade à população, agora, não suportam à demanda.

Digitalizado com CamScanner

A cidade inaugurou o serviço de abastecimento d'água em 1906 e um intelectual que presenciou o fato demonstra sua satisfação:

> *A cidade é abastecida unicamente pelo Parnaíba, que fica, no inverno, com suas águas toldadas como acontece com todos os rios de grande curso(...) O magnífico serviço de encanamento das águas corrigiu o mal da antiga condução das águas para os domicílios em ancoretas, serviço efetivamente repugnante.*[28]

Esse serviço atingiu número muito pequeno dos habitantes da cidade.[29] Na interventoria Landri Sales(1931-1935), a rede foi ampliada em 13km, e aumentado o diâmetro da canalização para a oferta de água à população.

No início dos anos quarenta, o serviço apresenta sinais de saturação, embora, como já se tenha dito, anteriormente, que o índice de crescimento populacional foi de apenas 1, 3% ao ano. Após a reforma implementada por Landri Sales, não houve nenhuma outra medida visando à ampliação do serviço no período coberto por essa pesquisa. Luís Botelho Barbosa, morador na cidade nos anos quarenta, relata que "... a água era deficiente, eram uns tanques nos quintais, a água da rua caía no tanque,[30] dali o dono da casa tinha que tirar nos filtros ou bombear para caixa d'água porque não tinha outro jeito."[31]

O Diretor de Obras do Estado, Raimundo de Arêa Leão, em relatório enviado ao Interventor em 1940, expressa preocupação com esse serviço e termina justificando os problemas que vem enfrentando para continuar distribuindo água à população:

> *(...) Entretanto, o consumo d'água aumentou fantasticamente, e como não aumentou a quantidade d'água a fornecer, este Departamento se vê a braços com a dificuldade crescente para fornecer água a todas as casas que têm instalações ligadas à rede e satisfazer pedidos de novas ligações, o que vem agravar a situação".*[32]

O governo tinha um problema, e o próprio Diretor de Obras do Estado apresenta a solução para resolvê-lo de forma provisória: O aumento da oferta d'água poderia ser feito se fossem tomadas duas medidas: ampliar a rede de distribuição e colocar hidrômetro em todas as casas dos consumidores. Por fim, aconselhava ao Interventor que propusesse a elaboração de projetos de bombeamento e filtragem, reservatórios e ampliação da rede de abastecimento para atualizar o serviço de abastecimento d'água. "(...) Julgo de imprescindível necessidade que se contratem, logo, os projetos para a nova captação, considera o diretor que a não modernização do serviço poderia "entravar o progresso da cidade."[33]

Em 1941 é publicado, no Diário Oficial, decreto para a abertura de crédito junto ao Departamento de Finanças no valor de 50:000$000 que deveria ser utilizado no pagamento dos estudos e projetos reivindicados pelo Diretor de Obras:

> *Art. 1-Fica aberta, na Diretoria do Departamento da Fazenda, o crédito especial da quantia de cinqüenta contos de réis(50:000$000), para pagamento do serviço contratado com o Escritório de Engenharia Civil e Sanitária F. Saturnino Rodrigues de Brito Filho, relativos aos projetos para a nova captação, bombeamento, filtração, reservatórios e reforço da rede de abastecimento d'água, estudo e projetos da rede de esgotos desta capital.*[34]

Digitalizado com CamScanner

Não se tem notícia de que tais estudos tenham sido feitos. Em relatório encaminhado a Getúlio Vargas, Leônidas de Castro Melo informa que a água fornecida à população não recebe tratamento (cloração), e não é filtrada porque "as despesas são elevadas." O único tratamento dado a água é o de adicionamenoto de uma substância que contém alumínio e que o interventor considera inapropriada

> *(...) Do ponto de vista bacteriológico, seria de admitir a autodepuração, dada a grande vazão do manancial. A falta de ocorrência de moléstias de origem hídrica era a forma a dar tranqüilidade quanto à água entregue à alimentação. No último triênio, entretanto, os casos de tifo se repetem tomando aspecto endêmico".*[35]

O interventor acredita que a vazão do rio Parnaíba faria, naturalmente, a limpeza da água fornecida à população. Não se pode afirmar taxativamente que os casos de febre tifóide fossem resultantes do consumo da água fornecida pelo governo. Pois a grande maioria da população não tinha acesso a esse tipo de água. Mas o fato é que, nos anos subsequentes a este relatório, a febre tifóide continuou a atacar de forma impiedosa a população de Teresina. Saturnino de Brito[36] defendia que, para sanear um prédio, não bastava que fossem fornecidos água e esgoto. A cidade não tinha o serviço de esgoto e, como disse, ainda há pouco, apenas pequena parte da população recebia água em casa.

O Diretor do Departamento de Saúde Pública, Dr. Paulino Pintos de Barros[37] chama a atenção da comunidade para alguns cuidados que deveriam ser tomados:

> *Tendo aparecido nesta cidade alguns casos de febre tífica, pedimos à população que coopere para debelar a expansão do mal, seguindo os conselhos abaixo:*
> *1º Vacinar-se o mais breve possível.*
> *2 º Ferver toda a água a ser utilizada para fins alimentares.*
> *3 º Evitar alimentos crus. As verduras e frutas devem ser cuidadosamente lavadas com água fervida.*
> *4 º Combater as moscas, não deixando que elas pousem nos alimentos.*
> *5º Comunicar às autoridades sanitárias qualquer caso suspeito de febre tífica.*[38]

Como se percebe, dois anos depois do relatório do Diretor de Obras, que, em tese, deveria servir de instrumento de persuasão junto a Getúlio Vargas, a água servida à população continuava, pelo menos do ponto de vista oficial, sendo considerada como foco de doença.

Os freqüentes casos da febre tifóide ocorridos no ano de 1943, contribuíram para que fosse tomada a medida de adicionar o cloro à água servida à população. As informações oficiais dão conta de que, na instalação da aparelhagem, o governo do Estado contou com o apoio do Ministério da Saúde.

> O aparelho de cloração(...), que acaba de ser montado e posto em funcionamento na Usina Elétrica desta cidade, funciona automaticamente, injetando a solução de cloro no cano de sucção da bomba de recalque para o reservatório de distribuição de São João.
>
> *Ao lado do clorador está montado um amoniador do mesmo fabricante. O funcionamento simultâneo dos dois*

Digitalizado com CamScanner

aparelhos permitirá a desinfecção terminal da água de abastecimento público de Teresina, de maneira a mais completa, sob o ponto de vista sanitário e com notável economia do cloro."[39]

Vimos anteriormente que o Diretor de Obras chama a atenção do Interventor para a necessidade de reforma e ampliação do sistema de abastecimento d'água. Os motores de sucção da Usina, responsáveis pelo transporte do produto para o depósito elevatório do São João, funcionavam movidos a lenha.

As primeiras notícias sobre iluminação pública da cidade datam do final do ano de 1862, quando o Presidente da Província, José Fernando Moreira, teria autorizado o serviço de iluminação da Praça da Constituição. Nesse local, nasceu a cidade e estavam localizados o Palácio do Governo, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, além de outros edifícios públicos. Este primeiro ensaio constituiu-se de 7 combustores a querosene, sobre coluna de madeira. Na década de 1870, ficou documentada a tentativa de estender a iluminação para outros pontos da cidade. O projeto não se transformou em realidade.

Em 1880, o Presidente da Província, Manuel Idelfonso Martins, quando trata da questão da iluminação pública em mensagem dirigida à Assembléia Provincial, o faz de forma poética, mas contundente: "(...) parece ser tempo de dar iluminação a nossa capital, bela nas noites de luar, mas envolta em trevas quando ele nos falta (...)."[40] Acrescenta esse mesmo Presidente que seria necessário iluminar pelo menos os principais logradouros públicos, colocando neles alguns lampiões. Entendia que o melhoramento anteriormente aludido não afetaria demasiadamente o orçamento da Província.

O discurso do Presidente deixa margem para o entendimento de que ele se sente desconfortável ao governar uma Província, cuja capital, ainda, não era iluminada.

Era triste, além de inconveniente, que, quando cidades secundárias de outras províncias mantinham e mantêm, à custa das exíguas rendas de seus munícipes, uma iluminação mais ou menos regular, a capital do Piauí continuasse dela privada".[41]

Daí é que foi autorizado por lei a contratação do serviço de iluminação, inaugurado em 2 de dezembro com 80 lampiões "(...) Os lampiões são de cobre e muito bons, e a iluminação tem-se feito regularmente."[42] Percebemos através do discurso do presidente, a preocupação com o olhar dos outros.

Digitalizado com CamScanner

3.2. O novo projeto para a cidade

Entre 1930 e 1980, o Estado exerceu papel fundamental para a expansão das forças produtivas, durante regimes mais ou menos autoritários, criando um modelo centrípeto de organização hierarquizada, inclusive quanto ao formato territorial.[43] As cidades fizeram o papel de enclaves iniciais da modernidade.

> *No Brasil, os maiores centros urbanos regionais são também capitais político - administrativas. O Estado foi o grande agente na produção de cidades, não só em sua materialidade, mas também pela formação de sua população através de seus servidores."*[44]

Para José Borzachiello da Silva,[45] a cidade é destruída e construída diuturnamente e, enquanto objeto de estudo, apresenta

certas peculiaridades. Modernamente, isoladas ou em redes, as cidades guardam alguma semelhança umas com as outras e, no entanto, são e permanecem extremamente singulares.

Por outro lado, pensar a cidade exige vê-la ou almejá-la como um espaço dinâmico, como locus da criatividade e das contradições.

Marco Polo, ao descrever Zaíra para Kublai Khan, narra que a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por a rranhões, serradelas, esfoladuras.[46]

Segundo Paul Virilo,[47] a primeira lei do urbanismo é a manutenção do sítio.[48] Teresina, após a Revolução de 1930, não impõe a destruição daquela que "nasceu" na "Chapada do Corisco" a partir da segunda metade do século XIX, como fora feito com a Paris de Hausmann e o Rio de Janeiro de Pereira Passos, para ficar apenas nesses dois exemplos.

Virilo observa ainda que uma cidade se constrói por sedimentação. Teresina, embora tenha sido "planejada," não sofreu da síndrome das cidades novas, que morrem por causa da sua novidade. Muito pelo contrário, a idéia mudancista de Saraiva e aliados acabou envolvendo os moradores da antiga Vila do Poti que, para a "Chapada do Corisco," transferiram suas residências.[49]

Digitalizado com CamScanner

Saraiva localizou o sítio da cidade um pouco acima da confluência dos rios Parnaíba e Poti; local que, na sua avaliação era salubre e não estava sujeito às periódicas enchentes como aquelas que haviam atingido a antiga Vila Velha do Poti

A idéia de projetar uma nova cidade a partir da antiga pode ser encontrada nos relatórios do diretor de Obras da Prefeitura Municipal, engenheiro Luís Pires Chaves.[50] Este se preocupava com o fato de Teresina estar às vésperas do seu centenário e, ainda, não possuir o que chamava de "Plano Regulador da Cidade."[51] Enquanto Diretor do Departamento de Obras Públicas do Município, responsável pelo ordenamento urbanístico e arquitetônico, Luís Pires Chaves reclama da inexistência de um regimento que oriente os melhoramentos necessários à cidade; e mais, que estabeleça normas para a formação dos novos quarteirões que se vão incorporando à cidade. Pires Chaves, assim como o engenheiro Saturnino de Brito chegam à conclusão de que as necessidades da vida moderna não podiam mais se adaptar aos antigos traçados medievais e coloniais. Saturnino de Brito defendia que não se poderia mais abandonar ao acaso o desenvolvimento das cidades, pois, futuramente, a resolução dos problemas sanitários e de circulação seria dispendiosa. Daí surge a pretensão de:

> *"(...) Substituir a 'desordem' do acaso pela 'ordem' geométrica dos desenhos dos planos de expansão ou dos planos de novas cidades. A formação 'xadrez' representa a solução geométrica mais acessível sob o aspecto da simplicidade ou menor esforço..."*[52].

Na opinião de Pires Chaves, a cidade não se preparou para o futuro, e o futuro tinha chegado:

> *(...) E pensamos estar justamente no momento conveniente de dar início aos trabalhos(...) agora que Teresina já alcançou um desenvolvimento(...) é preciso mostrar com precisão os rumos de suas vias principais de comunicação, fluviais, férreas, rodoviárias e aéreas, com os seus pontos de penetração ou contato com a cidade, perfeitamente definidos."*[53]

Depreende-se que Pires Chaves projeta a construção de grandes vias de tráfego, provavelmente avenidas, que interligassem os pontos de chegada e saída da cidade com o "centro", local onde se concentravam os hotéis, as repartições públicas, municipais, estaduais ou federais e os principais logradouros públicos. Estas "...grandes vias públicas deveriam ser conectadas a todas as outras ruas "(...) que comporão o que se poderá denominar o sistema circulatório da cidade, onde derivará todo o traçado."[54] O engenheiro trabalha com as modificações que o traçado antigo precisava sofrer, mas de forma que sirva de referência, pois, é dele que derivará todo o novo traçado." O técnico sonhava com a adequação da cidade a um dos símbolos da modernidade, o automóvel, que começava a ganhar espaço. "O advento e a melhoria do transporte moderno durante a última metade do século ocasionou grandes inovações."[55]

Pires Chaves, com a proposta de intervenção, opõe um projeto desejado, moderno, à cidade construída a partir de 1852. Coloca claramente a oposição "novo/velho", forma encontrada pelos ideólogos do Estado Novo para demonstrar a fortaleza do novo projeto político. Apesar de essa oposição ter sido implementada a partir da Revolução de 1930, ela ganha maior intensidade a partir do golpe de 10 de novembro de 1937. "Contudo, 1937 não é visualizado como o marco zero, como origem

Digitalizado com CamScanner

do novo início. O corte, a ruptura revolucionária no curso da história é claramente situada em outro acontecimento político: a Revolução de 1930."[56]

Na discussão que Jacques Le Goff faz sobre o par "antigo/moderno", observa-se que o termo "novo" está carregado de sentidos, diferentemente do termo moderno que assinalaria a tomada de consciência de uma ruptura com o passado:

> *Novo implica um nascimento, um começo que, com o Cristianismo, assume o caráter quase sagrado de batismo(...)Mais do que uma ruptura com o passado, 'novo' significa um esquecimento, uma ausência de passado(...)Mas 'novo' tem, antes de mais nada, o sentido de recém - aparecido, de nascimento, de puro."*[57]

As mudanças,astransformações,especialmente aquelas relacionadas com mentalidades são marcadas pela lentidão. Conforme Marx havia observado, isso, mas o "novo" toma, consciência de si mesmo: aos poucos, o próprio homem se auto-interpreta como moderno, como novo.[58]

Poder-se-ia dizer que o homem moderno vive sob o império da categoria do novo "...o império da categoria do novo é tão forte em nosso tempo que a mediocridade simplesmente não pode mais ser camuflada; ela se mostra de rosto inteiro, porquanto não consegue apoiar-se na normatividade".[59]

A cada final de ano, prefeitos tinham que elaborar relatórios, dirigidos ao Interventor, que, por sua vez, a partir de todas as informações recebidas, redigia um

que era encaminhado ao Presidente da República. Eram publicados no Diário Oficial e, no geral, transformados em brochuras e editados. Assim, pelo menos em tese, a comunidade local tomava conhecimento das idéias que eram defendidas, visando transformar Teresina em uma cidade moderna.

Segundo Leila Regina Diegoli,[60] essas intervenções definirão um novo espaço urbano, sobre áreas de ocupação já consolidadas e apropriadas socialmente. Acompanhando as transformações no traçado viário, surgiu também uma nova arquitetura oficial que contrasta com as remanescentes dos períodos colonial e imperial. Tais intervenções não possuiam o vulto e o volume apresentados em cidades como São Paulo, por exemplo, mas modificaram o espaço urbano, e o imaginário progressista da elite sente-se contemplado.

Pires Chaves já havia demonstrado a intenção de dotar Teresina de avenidas largas e arborizadas.[61] Porém como fazer as intervenções necessárias? Responde o engenheiro que, em princípio, não vislumbra nenhum grau de complexidade e tampouco deveria onerar demasiadamente as finanças do Município, "(...) graças ao plano original, que não sendo perfeito, resultado das condições da época em que foi elaborado, apresenta, contudo, uma orientação urbanística já bem sofrível, o que nos facultará o aproveitamento quase sem alteração, da parte da cidade já edificada(...)."[62] O registro de Pires Chaves não deixa dúvida sobre o desejo de construir um nova cidade.

A cidade imaginada não podia seguir o dimensionamento das quadras que Saraiva projetou para o sítio inicial[63] porque apresentava:

Digitalizado com CamScanner

> *"(...) Enorme extensão dos condutores d'água, esgotos e energia elétrica; considerável área a ser pavimentada, conservada e asseada pela Municipalidade, e finalmente, numerosos cruzamentos, aumentando as possibilidades de acidentes de veículos."*[64]

Os quarteirões são considerados pequenos e, por essa razão, apresentam muitos cruzamentos. Acredita-se que Pires Chaves conhecesse o que havia produzido Camillo Sitte, engenheiro responsável por uma das reformas de Viena, bem como Saturnino de Brito que havia demonstrado em seus escritos preocupações com os traçados da cidades em forma de tabuleiro. É desse último a seguinte observação: "um aspecto preocupante nos rígidos tabuleiros era o elevado número de cruzamentos que poderiam ser diminuídos ou reestruturados."[65] A proposição do Diretor de Obras é que cada rua passe a ter circulação de mão única. Essa proposição, se aprovada, poderia ajudar no projeto de arborização de cada calçada lateral, além de possibilitar o redimensionamento das ruas já existentes.

Continuando sua análise do "Plano Saraiva", Pires Chaves considera que outro defeito grave é a largura das ruas: 11 metros. Segundo Chaves, essa dimensão acarretava três problemas capitais: a edificação, a arborização e circulação. No que tange à arborização, esta se torna uma preocupação dos administradores da capital, nos anos trinta e quarenta. Não se está afirmando que os anteriores não tivessem realizado iniciativas do gênero, pois, à medida que as ruas foram ganhando calçamento, nesse período, o serviço de arborização acelerada.

A avenida Frei Serafim encontra-se arborizada por oitizeiros. A opção pelo oitizeiro é justificada. "Contamos com 4.500 mudas de oitis, reputada, para o nosso ambiente, essência mais recomendável para plantações em alinhamento."[66]

Antes do novo Código de Posturas de 1939 ter sido aprovado, as falhas do Plano Saraiva estavam sendo corrigidas, à medida que o Departamento de Obras do Município trabalhava na expansão da cidade, através da abertura de novas ruas:

> *As novas ruas projetadas e abertas, ultimamente, são todas com amplitude suficiente para receber arborização racional e sem constrangimento, por isso, nelas, foi adotada, uma largura mínima de 18 metros, competindo - lhes dois passeios arborizados de 5,25m., que permitirá a circulação de três filas de veículos,* simultaneamente.[67]

A velocidade com que tais correções são realizadas, na área construída da cidade, esbarra na falta de recursos financeiros, daí que:

> *(...) Na impossibilidade de serem alargadas[as ruas] pelo ônus decorrente para a municipalidade, obrigam a se recorrer aos alargamentos progressivos, estipulados para as novas construções e reconstruções totais. Essa medida que já vem sendo adotada com sucesso, para algumas vias pública, deverá imediatamente ser generalizada.*[68]

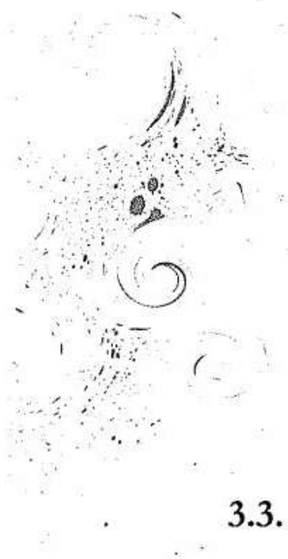
A Prefeitura de Teresina obriga os proprietários de imóveis em construção ou reforma a recuar o edifício, para que as ruas ganhem dimensões mais largas, e permitindo,

Digitalizado com CamScanner

também, criar mais espaço para a arborização. Toma posse, de forma indevida, de terrenos já apropriados socialmente por habitantes da cidade, sem que tenha que pagar por eles. Não chega a tomar medidas radicais, como propunha Saturnino de Brito, defensor da idéia de que se um edifício não obedecesse a esses preceitos(boa iluminação e ventilação natural, especialmente nos quartos e banheiros) deveria ser derrubado.[69]

O novo Código de Posturas leva em consideração as intervenções que o Estado vinha fazendo nas grandes cidades do mundo e do Brasil. É de Camillo Sitte seguinobservação:

> *Sem planos, sem regras, cada particular construirá diferentemente do seu vizinho porque as tradições de arte não são mais solidamente enraizadas na massa. Resulta, portanto, em uma desordem geral. Veremos surgir por toda parte os blocos de casas isoladas e edifícios locados aqui ou ali sem ligação nenhuma com as outras construções.*[70]

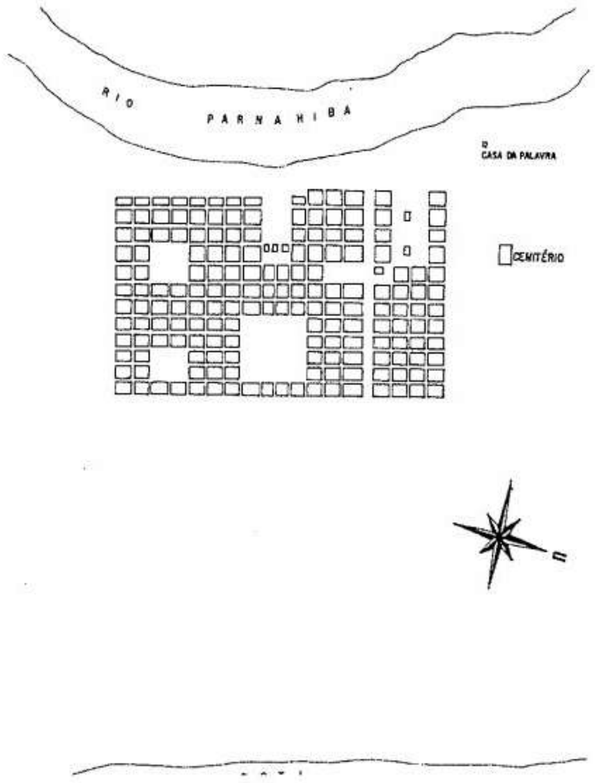


3.3. A urbanização: praças, ruas e avenidas

Camillo Sitte observa que uma cidade deve ser construída de modo a tornar seus cidadãos, ao mesmo tempo, seguros e felizes. Contudo, para alcançar esta segunda intenção, a construção urbana não deve ser apenas uma questão técnica, mas uma questão estética no sentido mais elevado.[71] Na visão de Sitte, "...a praça é um espaço confortável, fechada que outrora dera expressão visual ao ideal de com unidade."[72] A praça teria o papel de libertar a alma do homem moderno da maldição da solidão urbana e do medo do vazio imenso e trepidante. O autor ora citado defendia que o espaço anônimo se converteria, graças aos limites de uma praça, num cenário humano de infinita riqueza urbana, contida num pequeno local. "Uma praça não é mera extensão de terra não-construída é um espaço cercado de muros, como um sala ao ar livre, teatro da vida em comum."[73]

Digitalizado com CamScanner

Para o Diretor de Obras do Município, um aspecto negativo do "Plano Saraiva" é o pequeno número de espaços vazios que a cidade possui, ou seja, espaços destinados a construção de praças, parques etc. No início dos anos quarenta, Pires Chaves, avaliando a zona urbana de Teresina, determinou que cerca de 3.000.000m2. e aproximadamente 229.300m2 constituíam o que chamou de espaço livre. Considera este número reduzido para uma cidade que possui clima com temperatura média de 28°C. "Desse modo, bem se justifica a orientação seguida pelas nossas administrações de evitar quaisquer mutilações em nossas praças públicas, promovendo, preferencialmente, a abertura de novas áreas livres e melhorando as existentes."[74]



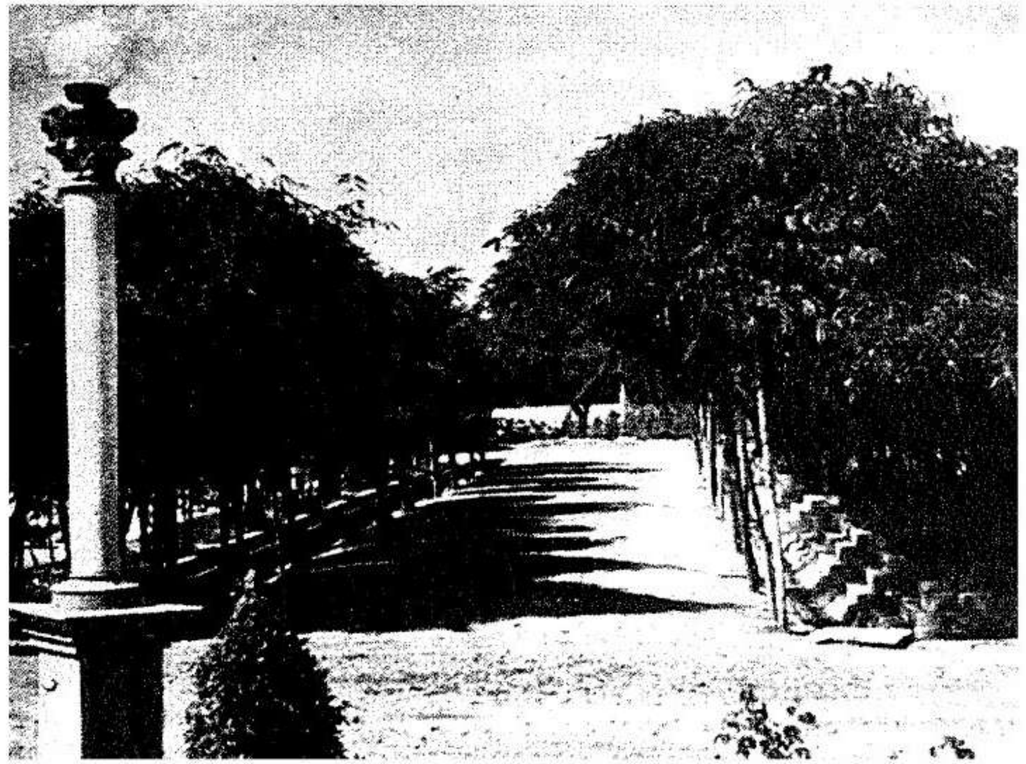
Vista aérea da Praça Rio Branco. Piauí: Interventor (1937-1945: Melo). Relatório do Interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina; Imprensa Oficial, 1938. p. 31

Cópia da foto: Aureliano Müller

O diretor de Obras relaciona doze espaços vazios que denomina de praças,[75] tendo o cuidado de destacar que, apenas a metade já tinha recebido algum tipo de melhoramento: Rio Branco, Marechal Deodoro, João Luís, Pedro II, Conselheiro Saraiva e Marechal Floriano. "As outras ainda permanecem sem tratamento, além das limpezas."[76]

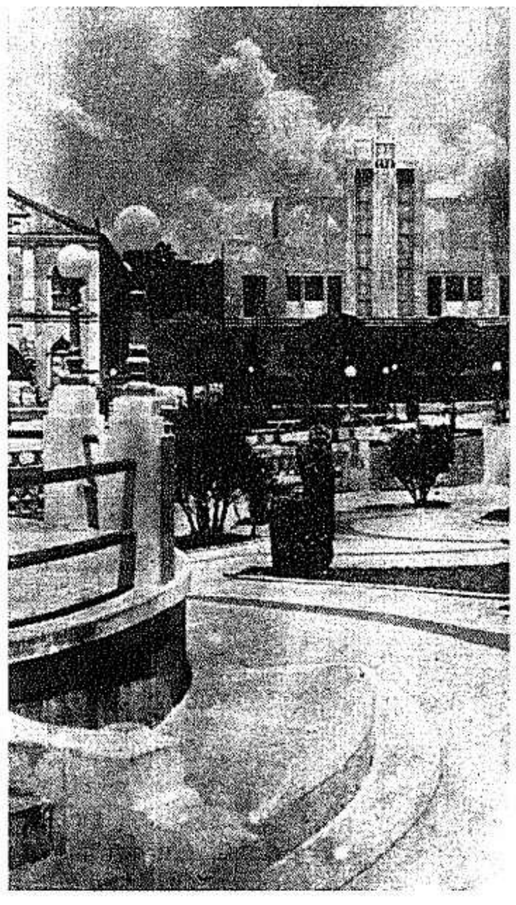
A praça Marechal Deodoro, segundo avaliação municipal, possuía uma área de cinqüenta e um mil metros quadrados(51.000m2).Em dado momento, em decorrência das homenagens que a Bandeira Brasileira passou a receber, a Prefeitura Municipal resolveu transformar parte dela em parque que denominou Parque da Bandeira.[77]

Parque da Bandeira (Praça Marechal Deodoro)
Teresina – Prefeito (1936-1945: Monteiro).
Prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro.
Teresina: Tipografia Popular, 1942.



Digitalizado com CamScanner

A praça Pedro II tinha sido chamada de Aquidabã, Independência e João Pessoa. Na administração do prefeito Lindolfo Monteiro foi reformada e passou a chamar-se Pedro II.[78] Nessa mudança de nomes dos logradouros públicos em Teresina, um fato chama a atenção: depois da eleição de Leônidas de Castro Melo (25.4.1934) e a nomeação de Lindolfo do Rego Monteiro para a Prefeitura Municipal(1.2.1936), ruas e praças que tinham recebido nomes de tenentes ou personagens ligados à tomada de poder em outubro de 1930 foram sendo substituídos. Dois exemplos: a Rua Siqueira Campos, através da lei n. 1, de 17 de abril de 1936, passou a chamar-se Félix Pacheco, e a Praça João Pessoa, a chamar-se Pedro II.



Cópia da foto: Aureliano Müller

Aspecto da Praça Pedro II vendo-se ao fundo a fachada principal do Cine Rex à direita e parte da fachada do Teatro 4 de Setembro. Teresina: Relatório (1936-1945: Monteiro). Teresina: Tipografia Popular, 1942.

Nesse último caso, pode-se pensar que, tendo sido João Pessoa uma figura proeminente na política da Paraíba até 1930, os ideólogos do novo modelo de sociedade quisessem apagar as lembranças de um período considerado responsável pelos desacertos da vida brasileira. Mas, por quê o nome de Pedro II? Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, a recuperação do passado adquire um espaço expressivo no discurso, buscando mostrar o novo como realizador do passado:

> *O presente realiza o que o passado não pode realizar devido os obstáculos que lhe foram impostos de fora para dentro. Assim, o Estado Novo coloca-se como o divisor de águas entre o 'velho Brasil' e o 'Brasil novo', possibilitando ao país retomar os seus "verdadeiros caminhos, a partir do abandono das fórmulas liberais.*[79]

A idéia de forjar um homem novo é defendida por Luís Pires Chaves, quando a Prefeitura resolve implantar um parque na praça João Luís Ferreira"(...) onde as crianças possam, à vontade, dar expansão aos seus exercícios físicos, concorrendo, assim, para um melhor desenvolvimento da raça brasileira, no Piauí. Para tal fim, escolhemos a Praça João Luís, onde os trabalhos se acham adiantados(...)."[80] Põe-se em prática a idéia de que a nação é um todo, com a participação da sociedade civil. No caso desse parque, alguns equipamentos para montagem foram doados. O Rotary Club ofereceu um "escorrega".

A necessidade de afirmação da nova ordem faz com que a interventoria utilize as festividades para divulgar o ideário estadonovista. A solenidade de entrega do parque é realizada no Natal, através da esposa do Interventor. A festa natalina serve para lembrar a preocupação do Estado

Digitalizado com CamScanner

com a criança; pelos menos, era isso que divulgava a propaganda estadonovista.

A praça Conselheiro Saraiva, no que diz respeito à arborização, recebeu intervenção vigorosa, ainda, quando da passagem de Luís Pires Chaves pela Prefeitura Municipal, época em que resolveu acabar com a arborização de mamoranas da referida praça. No lugar destas árvores resolveu colocar plantas nativas da flora piauiense:

> *Este bosque, que embora se apresente hoje mutilado, cheio de falhas pelas árvores que não foram repostas por outras da mesma espécie vegetal"(...) mesmo assim, neste ano de 1987 contando 55 anos de plantadas aquelas primitivas essências da nossa flora, como um autêntico mostruário, neste jardim arbóreo(...).*[81]

Fotografias das praças e do muro "vivo" que cercava a fachada principal e as laterais do Hospital "Getúlio Vargas" mostram uma arborização que tinha sido desenvolvida na Europa. Otto Wagner, arquiteto que projetou uma das reformas de Viena, fez esboços do que chamou de "centros ao ar livre," onde vegetais eram convertidos em esculturas arquitetônicas vivas.[82] Camillo Sitte era um ferrenho crítico desse tipo de arquitetura. Dizia que não podia haver algo mais degenerado do que pegar a forma natural livre das árvores, que justamente na cidade invocariam a magia da natureza aberta e arranjá-las em alturas idênticas, a intervalos matematicamente regulados, e, ainda por cima, em mera extensão interminável. "Fica-se literalmente com dor de cabeça devido a esse tédio opressivo. E esta é a principal forma artística dos nossos planejadores urbanos de princípios geométricos."[83]

Meio século depois da sua fundação, Teresina começa a receber os primeiros metros de calçamento que alguns chamavam de empedramento.[84] Vinte anos após essa primeira investida, a cidade possuía em torno de 1.100.000m² de ruas calçadas. No início dos anos quarenta, Teresina contava com uma área calçada de 72.152.55m2, distribuídos por 17 logradouros.

Ano	Área calçada/m2.	Ano	Área calçada/m2.
1927	1.100.00	1935	2.815.00
1929	3.507.00	1936	4.934.85
1930	9.385.00	1937	567.00
1931	9.947.00	1938	253.00
1932	12.143.00	1939	5.062.00
1933	4.755.55	1940	4.991.75
1934	8.500.00		

Fonte: Relatório do Prefeito Lindolfo Monteiro, 1941.p.51.

Analisando-se o quadro 1, pode se constatar que a cidade ganhou mais ruas pavimentadas a partir dos anos trinta.

A impressão daqueles que chegaram à cidade em meados dos anos dez é a de que:

> *Teresina era cidade tipicamente provinciana, de costumes pacatos e de pouca população(...) de comércio rudimentar, sem indústria, muito quente e sem atrações ecológicas(...), dispunha de quatro unidades escolares para ministrar o ensino primário uma praça pública e três largos, nenhuma rua calçada."*[85]

Embora essa última afirmação não seja verdadeira, como foi dito, a cidade ganha as primeiras ruas calçadas,

Digitalizado com CamScanner

ainda, no começo da primeira década deste século, o fato é que eram muito poucas as ruas com esse tipo de serviço.

Na metade dos anos quarenta, outro visitante que chega à cidade tem impressão parecida com a mencionada anteriormente: "E realmente chegando aqui, foi o que eu vi: uma cidade pequena, com poucas ruas calçadas."[86]

Entretanto, há quem reconheça a cidade como moderna. Um cronista que publicou matéria na imprensa de São Luís mostrou-se encantado:

> (...) Ruas bem calçadas, largas e arborizadas. Praças públicas dignas de uma grande capital, como as praças Deodoro, Rio Branco, Pedro II e João Luís(...) Está prestes a ser terminada a avenida Presidente Vargas, medindo quarenta metros de largura e dois quilômetros de comprimento.[87]

O cronista refere-se às principais ruas do centro da cidade que vinham recebendo cuidados da administração municipal, afinal tratava - se de área visível aos que chegavam.

Não obstante, ao assumir a Prefeitura Municipal em 1936, Lindolfo do Rego Monteiro[88] resolveu implementar os trabalhos de urbanização da avenida Frei Serafim. Luís Pires Chaves, seu antecessor, tinha elaborado projeto e iniciado os trabalhos de arborização daquele logradouro. "Assim é que já temos ali plantados 118 mudas de oitizeiros. Devo acrescentar, porém, que, ao término deste ano [1937],

na Avenida, deverão ser completados a arborização, meio-fio, terraplanagem e farto serviço de iluminação elétrica, pelo Governo do Estado."[89]

Durante o Estado Novo, esta parceria ganhou força. "O governo do Estado Novo foi centralizador; concentrou em nível federal a tomada de decisões antes partilhadas com os Estados e foi autoritário, centralizando no Executivo as atribuições anteriormente divididas com o Legislativo."[90] Teresina, durante o período em estudo irá receber obras cujos recursos são originários dos governos federal e estadual.

O espaço urbano se transformou com maior rapidez a partir da Revolução de 1930:

> *Meio século depois, em matéria de edificações, constituía orgulho dos teresinenses o prédio da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Piauí(...)ao tempo em que festejamos o centenário da independência política de nossa Pátria, em 1922. Teresina, neste particular, permanecia estacionada no seu progresso." De uns três ou quatro anos para cá a cidade recebeu novos melhoramentos.* [91]

Outro cronista toma a pouca idade da capital para compará-la a uma menina:

> *"(...) Nem por isso Teresina deixa de se vestir bem e calçar melhor. São formosas a correção e a elegância das suas ruas. Teresina é a cidade das linhas retas-exatamente como o povo que se orgulha de a ter como capital Mas Teresina é, sobretudo, uma cidade romântica. Suas praças e jardins proclamam-no de maneira perfumada e irrespondível(...) Por ter nome de mulher conserva a graça de uma renda e a delicadeza de uma pétala."*[92]

Digitalizado com CamScanner

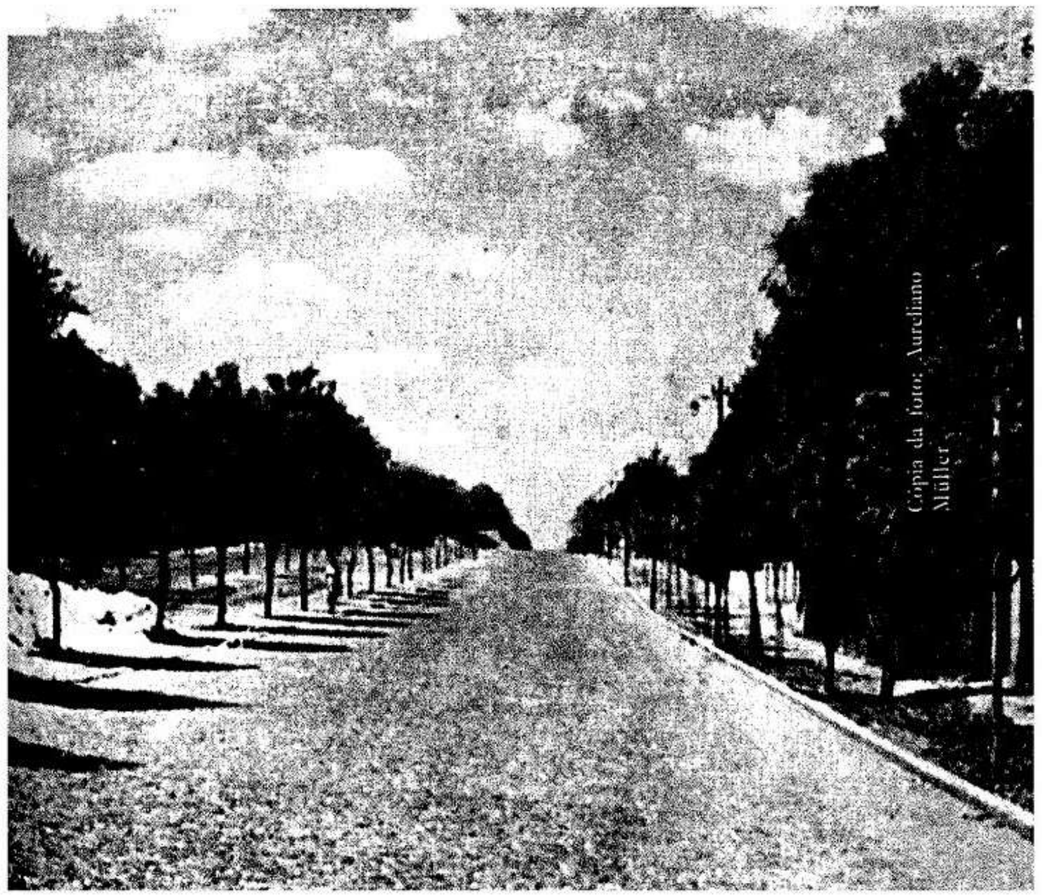
A Prefeitura Municipal projeta transformar a avenida Frei Serafim em cartão de visita da nova cidade. Foi elaborada legislação específica para a construção de prédios naquele setor.[93] Entre as medidas aprovadas destacam-se: a proibição da construção de prédios de um só pavimento e o estabelecimento do prazo de 180 dias para a demolição das casas cobertas de palhas. Fica patente o desejo das autoridades municipais de higienizar, limpar a área de construções que poderiam comprometer a "avenida dos sonhos".

O Código de Posturas, onde estão relacionadas aquelas regras, mostra o seu caráter excludente, quando impede que se reconstruam ou construam casas com cobertura de palha naquela avenida. "Como acontece tantas vezes, a classe dominante queria desfrutar as vantagens de um processo de transformação que ela própria estava promovendo e, ao mesmo tempo, controlar ou suprimir as consequências indesejáveis."[94]

Roger Chartier chama a atenção sobre a construção das representações do mundo social. Lembra que mesmo aspirando à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, as representações são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.[95] Uma avenida com largura de 40 metros e extensão de dois quilômetros, iluminada, arborizada; como se disse, anteriormente, o "cartão postal" da cidade, podendo ser vista como símbolo de poder. «Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social." Enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação(...), eles tornam possível

o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. A integração 'lógica' é a condição de integração 'moral.»[96] Para os padrões da cidade, a obra pode ser considerada monumental, no sentido dado àquelas realizadas pelo Terceiro Reich. Deve-se levar em consideração o que lembrou Marshall Berman com relação aos países que chamou de atrasados, onde o

Trecho da pista da Avenida Presidente Vargas, mostrando o calçamento e arborização, na parte central e lateral.
Teresina: Prefeito (1936-1945: Monteiro). Relatório do Prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro.
Teresina: Tipografia Popular, 1942.



Digitalizado com CamScanner

processo de modernização ainda não deslanchou o modernismo, em que se desenvolve, assumindo um caráter fantástico, porque é forçado a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias, miragens e sonhos.[97]

Teresina começa a impressionar alguns cronistas. Um deles que escrevia para o jornal Vanguarda considera que a cidade se transformou em um canteiro de obras.Muito se tem dito e não é enfadonho dizer que Teresina progride a olhos vistos. O progresso atacou-a, em cheio. E isto é uma verdade nua e crua, 'sem o manto diáfano da fantasia', no dizer acertado do escritor português.

> *De uns três ou quatro anos para cá, transformações têm sido enormes, os melhoramentos se fazem sentir em todos os setores da sua vida.*[98]

A palavra que norteia a crônica é progresso. A cidade não olha mais de "soslaio" a marcha da civilização. O discurso do cronista incorpora a idéia de uma cidade nova, o que, de modo mais amplo, pode remeter ao discurso dos ideólogos do Estado Novo, ou seja, a idéia de construção de um novo país, de uma nova nação. O cronista tem a pretensão de fazer a releitura da história do Brasil, consagrada no ato de fundação do Estado, expresso no golpe de 1937.

Outro cronista associa a simplicidade da arquitetura com os hábitos dos moradores da cidade, além de comparar a luminosidade recebida com a religião praticada pela maioria da população. "Nada fere a vista neste conjunto arquitetônico. Os hábitos são claros como as suas ruas. O sol que lhe beija a fachada das casas enche de claridade cristã as almas e corações."[99]

O cronista mostra uma cidade elegante, devido ao traçado de suas ruas e à arborização que a enfeita. Todavia, dois momentos chamam a atenção em especial. O primeiro, quando compara o caráter dos teresinenses à retidão das ruas. A comparação vai mais além. Pode-se colocar aqui o ideário estado-novista de construção do novo homem que em nada se pareça com a elite que dirigiu o País na República Velha. No segundo momento, o autor reforça outro aspecto relevante do Estado Novo: a aproximação com a Igreja Católica, diria mesmo, seu apoio à nova forma de governo. O poder que o antístite da Igreja Católica tinha sobre os teresinenses é, assim, representado por Joaquim Magalhães:"Quando aqui cheguei (...), quem realmente dominava toda a cidade era o Bispo Dom Severino Vieira de Melo". Era a ele quem a cidade seguia, como se fosse dono da cidade.[100]

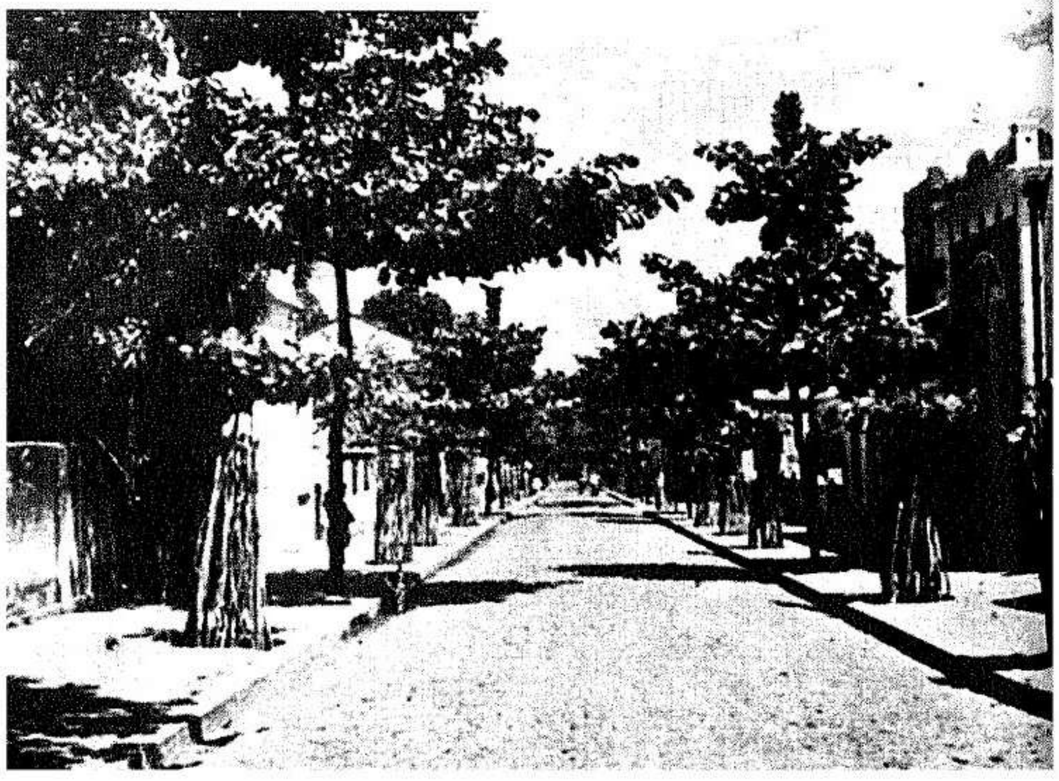
Através do olhar desses cronistas, a cidade não possuía problemas. No entanto, algumas vezes, uma voz dissonante se apresentava. Na saída da avenida Antonino Freire, na direção centro-periferia, o calçamento chegava até o adro da Igreja de São Benedito. Um cronista, atento a este problema, chama a atenção das autoridades para a poeira:

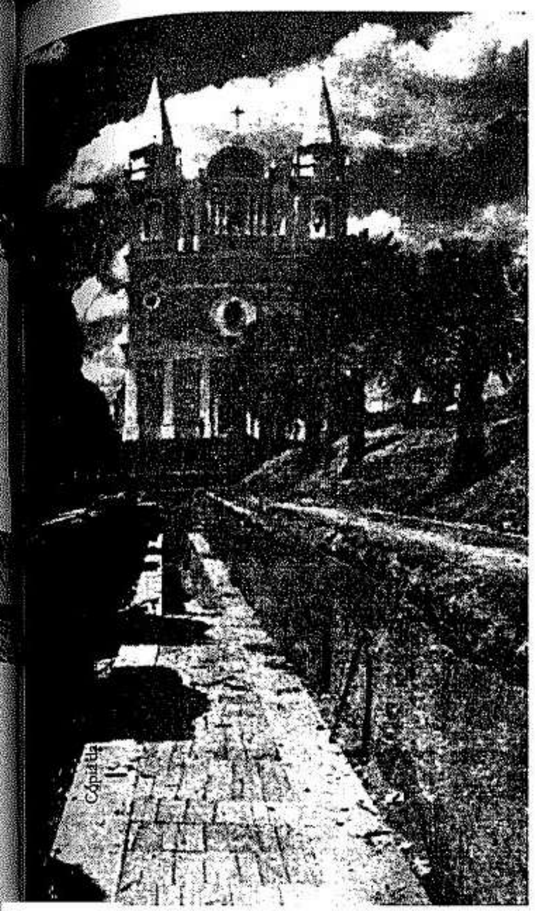
> *É uma cena de arrepiar o observador a passagem de um automóvel, em disparada, por qualquer dos lados da Igreja de São Benedito: aí se levanta, vermelha e espessa, uma onda de pó, qual, levada, pelo vento, invade, as casas próximas, com flagrante perigo para os seus habitantes. Os transeuntes, nessas ocasiões, precisam levar o lenço ao nariz, como recurso preventivo nesta quadra de gripe aguda e pertinaz.*[101]

Digitalizado com CamScanner

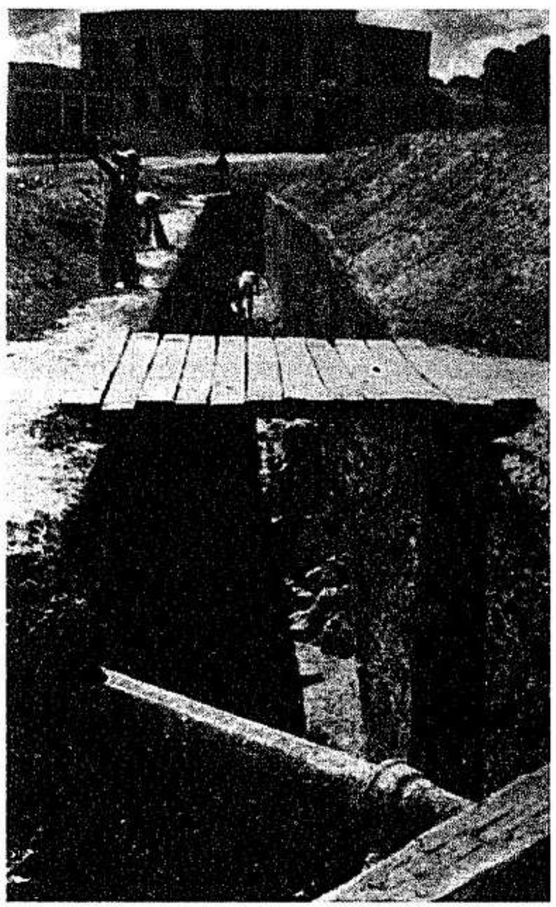
Trecho da rua Paissandu com arborização de oitizeiros e calçamento. Teresina: Prefeito (1936-1945: Melo). Relatório do Prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro. Teresina: Tipografia Popular, 1942.

Trecho da rua Lizandro Nogueira com arborização de amendoeira e calçamento. Teresina: Prefeito (1936-1945: Monteiro). Relatório do Prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro. Teresina: Tipografia Popular, 1942.





Construção de galeria para águas pluviais na Avenida Antonino Freire. Diário Oficial (1939). Teresina, 3 de maio de 1942. p. 36



Construção de galeria para águas pluviais na Praça Frei Serafim, vendo-se ao fundo, prédio da Escola de Aprendizes. Diário Oficial (1929-). Teresina, 3 de maio de 1942.

Não eram muitas as vozes que se levantavam para comentar os problemas da cidade, devido à preocupação em não ferir as suscetibilidades dos administradores. Havia sempre a possibilidade de o jornal sofrer intervenções da censura, caso os comentários não agradassem às autoridades.

A nova Teresina de linhas retas e ruas arborizadas não comportava atividades que pudessem se contrapor à cidade desejada, à cidade nova, em construção. Assim, é

Digitalizado com CamScanner

que a Prefeitura Municipal publica decreto-lei[102] que proíbe o cultivo de capim na zona urbana, estipulando prazo para os existentes serem extintos. O prazo era de 120 dias. Entretanto, tais recomendações não são cumpridas. Quando o prazo estava se esgotando, novo decreto[103]foi editado prorrogando por mais 90 dias.

Essa medida foi precedida por outra que tinha o objetivo, também, de higienizar a cidade, qual seja, o deslocamento dos estábulos da zona urbana. Da mesma forma que a medida anterior, a lei concede um prazo de dois anos para que os proprietários dos estabelecimentos já mencionados fizessem o deslocamento para terrenos situados além da Avenida Miguel Rosa, antiga Circular.

Na caminhada célere para o progresso, a cidade consegue encantar os seus moradores mais sensíveis. O poeta Cristino Castelo Branco canta Teresina:

Teresina gentil de ruas alinhadas,
Tens nalma a placidez das loiras madrugadas,
A beleza, a frescura e o riso das mulheres.
És o trecho melhor da pátria brasileira,
Chapada dos trovões, que serás a primeira
Habitação de Deus, dos homens, se o quiseres.[104]

3.4. Nova arquitetura

Teresina adquire uma nova arquitetura nos prédios públicos e edificações particulares, modificando a sua paisagem. Um observador atento a esse aspecto da cidade faz um corte na década de 1920, com a chegada a Teresina do arquiteto J.B. Coelho e do construtor Moreira da Costa. Segundo esse observador, Teresina teria entrado numa fase de edificações belíssimas pelos seus traços e linhas arquitetônicas. "Qualquer pobre mandava construir ou remodelar sua habitação. E a cidade ia, vertiginosamente, tornando-se formosa no seu aspecto."[105]

A década de 1920 pode ser citada como um período em que foram construídos prédios, especialmente públicos, com uma arquitetura que destoava da predominante. Como registra o cronista, "(...)podemos nos envaidecer da melhor

Digitalizado com CamScanner

escola Normal do Norte."[106] O Quartel do 25º Batalhão de Caçadores"(...) é, pela disposição dos seus alojamentos, superior ao próprio Q.G. da Região."[107]

No começo da década seguinte, alguns prédios são transformados em símbolos da nova era. Pode-se arrolar como exemplos: o edifício dos Correios e Telégrafos, construído na administração Landri Sales Gonçalves com recursos oriundos do Ministério da Aviação e Obras Públicas, então sob a direção de José Américo de Almeida.

O prédio teve sua estrutura construída de concreto armado, com dois pavimentos. Observadores da imprensa, presentes ao ato de inauguração da nova sede do Departamento de Correios e Telégrafos, são de opinião que, dentre os edifícios da administração pública federal, sediados na capital, aquele era o melhor deles.

Os adversários do governo de Landri Sales/Getúlio Vargas encontraram uma falha considerada grave no edifício. Diziam não entender como em uma cidade como Teresina se tivesse construído um edifício com o teto do último andar feito de pedra. Um cronista chega a afirmar que os funcionários ficariam doentes devido ao calor do ambiente de trabalho. Supõe-se que não fossem comuns, ainda, construções com lajes de cimento armado, servindo de cobertura, de teto.

O outro edifício é a sede do Liceu Piauiense, que teve sua construção iniciada na administração Landri Sales. O projeto foi de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, então Diretor de Obras Públicas do

Estado. As atividades escolares são iniciadas em 1936. "Era 3 de maio, primeiro aniversário da administração governamental de Leônidas Melo.[108]

O edifício da Escola de Aprendizes e Artífices tem a sua construção iniciada na primeira metade da década de 1930, mas a sua inauguração ocorre em 1937. Segue as linhas do prédio dos Correios e Telégrafos, adaptado às necessidades do ensino profissionalizante. É um prédio com dois andares, utilizando também o cimento armado. Foi construído no centro do Alto da Moderação ao lado esquerdo da Igreja de São Benedito. Passa também a ser uma referência na arquitetura da cidade.

Fachada principal da
Escola Técnica Federal do Piauí

Foto: Aureliano Müller

Digitalizado com CamScanner

Estas três construções são do período imediatamente anterior ao Estado Novo, mas sua projeto já prenuncia uma concepção arquitetônica com certa suntuosidade, mas possuidoras de linhas simples. As linhas retas predominam em contraste com o prédio da Escola Normal, o principal exemplo de arquitetura neoclássica da cidade.

Os edifícios públicos construídos no período do Estado Novo promoveram ruptura com a arquitetura dos períodos anteriores. Eles representam o tipo de cidade que os administradores desejavam construir e espelhavam-se em outras cidades brasileiras:

> *Em São Paulo, temos um Estado que constrói diversos equipamentos urbanos, como os edifícios para a saúde, educação e cultura, com a arquitetura que expressa uma nova linguagem. Era uma nova arquitetura, de características racionalistas e inovadoras diante das obras ecléticas do período, mas que apesar das mudanças apresentadas não significava um total rompimento com a produção corrente, aspecto este que muito se assemelhava com as posturas de um Estado conservador que buscava construir um país moderno.*[109]

O desejo de criação de uma nova sociedade desencadeou ações governamentais em várias áreas. No que diz respeito à modernização da rede hospitalar, foram construídos vários hospitais nas principais cidades brasileiras. Podem ser enumerados como fatores determinantes para este tipo de ação: o processo de urbanização acelerada das principais cidades do País; o aumento da massa de assalariados na indústria e o próprio crescimento da indústria hospitalar, no período aqui estudado. "Essa mudança no

perfil do mercado de trabalho da enfermeira teve como outra matriz o momento de melhorias das condições de ensino e pesquisa médica, que culminou com a criação de grandes hospitais públicos, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo."[110]

O processo de modernização da rede hospitalar desencadeado em outros Estados refletiu-se no Piauí. No começo dos anos trinta, o Interventor Landri Sales construiu um instituto e deu-lhe o nome de Alvarenga que tinha como objetivo fazer exames sorológicos, ematológicos, parasitológicos em geral, e, ainda chegou a produzir a vacina anti-rábica. "Ele montou para fazer exames no sentido geral e principalmente anti-raiva (...).Anteriormente, quando um cidadão de posse era mordido por um cachorro raivoso, tinha que ir para São Luís do Maranhão para tomar vacina."[111] O governador e, também, médico, Leônidas de Castro Melo passou, a partir de 1937, a defender a construção de um grande hospital em Teresina, colocando tal empreendimento como uma das prioridades do seu governo. Desejava construir "(...) um hospital moderno, capaz de libertar os nossos doentes hospitalizados do pesadelo acabrunhador que é a nossa atual Santa Casa."[112] As condições de atendimento daquela instituição hospitalar eram consideradas "(...) paupérrimas, onde doentes desamparados, mal vestidos e mal alimentados recebiam uma precaríssima assistência médica.[113] É preciso compreender o discurso de Leônidas no contexto de sua época, visto que pretende acompanhar a modernização da rede hospitalar em curso no País, sendo necessário justificar a decisão de construir outro hospital. Pode-se

Digitalizado com CamScanner

pensar na oposição "novo/velho" tão em voga com o Estado Novo. Afinal, a Santa Casa de Misericórdia era uma instituição que tinha atravessado todo o período provincial e iniciado o republicano.

A imagem da Santa Casa de Misericórdia como instituição decadente era partilhada por outros médicos. Rocha Furtado, cirurgião de destaque que atendia naquela instituição, era um deles. Em sua avaliação, a Santa Casa estava velha, era paupérrima e estava totalmente desaparelhada. Esta é a opinião de um cirurgião que dizia ter trabalhado durante 8 anos naquela casa de saúde. O discurso de Rocha Furtado termina por justificar o desejo do interventor de construir um novo hospital.

O desejo do interventor também era sustentado por momentos de certa euforia das exportações de produtos oriundos do extrativismo vegetal, especialmente a cera de carnaúba. O aumento das exportações e melhoria da cotação do produto no mercado internacional viabilizaram a construção do hospital.

Segundo Teresinha Queiroz, entre 1925 e 1939, 81,3%(oitenta e um por cento) da produção da cera de carnaúba brasileira foi exportada para o exterior. Os principais consumidores eram, em ordem de importância, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha e a França. A partir de 1940, o Piauí passa a ser o principal produtor do País, superando o Estado do Ceará.[114]

O projeto e construção da obra é do engenheiro Cícero Ferraz de Sousa Martins.

Cópia da foto: Aureliano Muller

Fachada principal do Hospital Getúlio Vargas — Piauí: Interventor (1937-1945: Melo). Relatório do Interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942.

Informações oficiais dão conta de que em 1942 o Hospital Getúlio Vargas dispunha de 250(duzentos e cinquenta) leitos à disposição da sociedade. A construção da obra recebe muitos elogios. "A partir da Bahia, é o maior, mais moderno e mais completo. Possui dois andares, dispõe de material aperfeiçoadíssimo, suas salas de cirurgia aparelhadas do que há de mais recente nesse ramo da ciência."[115]

Do discurso de entrega do nosocômio à sociedade, depreende-se que o mesmo não se encontrava totalmente equipado para atender à sociedade.

Em 1941 foram concluídas e inauguradas as seguintes dependências desse hospital :prédio principal, forma de

Digitalizado com CamScanner

"U", de dois pavimentos , com 2.217, 17m2., onde estão localizadas as enfermarias, pensionato, ambulatório, pronto-socorro, salas de operações e curativos, direção do hospital, sede da Associação Piauiense de Medicina.[116]

Dois fatos demonstram a preocupação do Interventor em antecipar a inauguração do hospital: primeiro é que o ato coincidisse com a data de aniversário do seu governo. O hospital só começa a funcionar "(...) a 1° de outubro, quando foi possível por em movimento o grande estabelecimento, pois a chegada do material se fez com grande demora."[117] O outro está relacionado com a construção da memória estadonovista: o nome dado ao hospital "Getúlio Vargas". Os amigos do Interventor mandaram construir um busto seu para homenageá-lo e o puseram em frente ao hospital. Era mais um ato de reafirmação da produção estadonovista:

Herma do Presidente Getúlio Vargas. Teresina. Prefeito (1936-1945: Monteiro). Relatório do Prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro. Teresina; Tipografia Popular, 1942.

Trata-se efetivamente, de uma obra de enorme alcance na qual o governo do Piauí já empregou cerca de quatro mil contos de réis(...) O povo daquela terra, testemunhando sua admiração pelo idealizador e realizador da obra, promoveu, por subscrição pública, a compra de um busto, em bronze, do interventor Leônidas Melo, a ser levantado à entrada do grande nosocômio.[118]

A avenida onde está localizado o hospital, também, é Getúlio Vargas. Essa política deliberada de criação da memória do Estado Novo é desenvolvida pelos governantes, provocando o surgimento de avenidas, ruas, praças por quase todas as cidades piauienses com o nome do presidente da República. Lembra Pierre Nora de algo que chamou de "lugares de memória. Os "lugares de memória" nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, no entanto "... é preciso criar arquivos, é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas porque as operações não são naturais."[119]

A entrega do hospital à comunidade transforma-se num instrumento de propaganda do governo estadual em toda a região. Várias notas e comentários são publicados na imprensa nacional. O Diário Oficial do Estado os reproduzia, na tentativa de demonstrar à sociedade a repercussão da administração estadual.

Ao penetrar o hospital ' Getúlio Vargas', em Teresina, diz o Dr. Barros Barreto, em entrevista concedida ao 'Globo', do Rio de Janeiro, tive a impressão de haver-me transportado aos Estados Unidos. É um primor de construção e de instalação a mais perfeita realização no gênero existente no Brasil.[120]

Digitalizado com CamScanner

A construção de uma obra de grande porte para a época, como foi a do Hospital Getúlio Vargas, "suntuosa", "sólida na sua estrutura", "nosocômio de apreciável proporção", "obra monumental", provocou reações dos adversários políticos. Berilo Neves, piauiense, residente no Rio de Janeiro, escreve nos jornais cariocas em defesa do Hospital Getúlio Vargas do Piauí. Suas defesas trazem à tona algumas críticas da oposição:

> *Há quem tenha malsinado o atual governo do Piauí por ter dispensado milhões de contos na construção desse hospital. São, sem dúvida, os que falam, descendentes longínquos daqueles fariseus, que vituperavam a Madalena por ter gasto demasiado óleo ao ungir os pés de Cristo(...).*"[121]

Joaquim Ribeiro Magalhães, em depoimento gravado, relembra:

> *Conheci o Hospital Getúlio Vargas, quando, ainda, se andava de sala em sala fechada, como se fosse um hospital abandonado. Não havia doentes naquele tempo, para um hospital do tamanho do Hospital Getúlio Vargas. Se dizia que o Leônidas tinha exagerado, feito aquele hospital daquele tamanho(...) Naquele tempo, o sujeito passava na enfermaria tinha 6, 8 pessoas nas enfermarias que era pra 50 pessoas(...)".*[122]

O hospital Getúlio Vargas, para os padrões de Teresina, era um edifício monumental. Criava a sensação de grandeza do regime político e do seu idealizador. A fachada principal, voltada para a avenida Getúlio Vargas, ocupava uma quadra inteira. O jardim com sua arquitetura natural contribuía para dar à casa de saúde um "ar de

grandeza". Desse modo, fazemos um confronto com o pensamento de Marshall Berman, exemplificando que boa parte da construção e do desenvolvimento de Nova Yorque ao longo do século passado deve ser vista como ação e comunicação simbólicas;"...tudo foi concebido e executado não apenas para atender às necessidades econômicas e políticas imediatas, mas pelo menos com igual importância, para demonstrar ao mundo tudo o que os homens modernos podem realizar..."[123]

Para sediar a biblioteca estadual, o arquivo público e o museu histórico, foi construído edifício que seguia as linhas arquitetônicas da obra anterior. Está localizado em uma das extremidades da Praça Marechal Deodoro. A arquitetura, na época da construção, contrastava com a dos edifícios mais antigos. Possui dois pisos e, como o hospital, sua contextura prima pelas linhas retas e simplicidade.

O edifício possui traços do estilo art decó. Em Viena o arquiteto Otto Wagner construiu um edifício que foi denominado de Neustifgasse e o despiu de todos os ornamentos adventícios. "São apenas linhas e padrões contidos e retilíneos a reforçar a geometricidade da estrutura."[124] Como observa Carl Schorske, Otto Wagner tinha alcançado finalmente um estilo de construção uniforme para o homem urbano moderno.[125]

O Quartel da Força Pública foi alvo de duas reformas: a primeira no início dos anos trinta, e, a segunda, no início da década seguinte. Na interventoria, Landri Sales reformou a parte da fachada do lado esquerdo, voltada para a Praça Pedro II:

Digitalizado com CamScanner

> *Suspensas as obras de reconstrução do pavilhão principal do quartel, ordenei que tivessem as mesmas prosseguimento, vindo a concluí-las e inaugurar o edifício a 21 de maio de 1932.Ao mesmo tempo que procedia ao acabamento do novo prédio, eram as demais dependências do Quartel submetidas a grandes reparos e sensíveis modificações, que se excederá a adaptações de vulto, principalmente nos alojamentos, onde foram as camas anti-higiênicas substituídas por macas de lona, mais de conformidade com o clima e permitindo mais fácil e freqüente asseio.*
>
> *Com a inauguração da parte central reedificada, criaram-se o cassino e a barbearia de oficiais.*[126]

A outra parte que completa a fachada principal foi construída no governo de Leônidas. Mesmo a diferença de tempo entre uma construção e outra, sendo pequena, o estilo arquitetônico é diferente e pode ser percebido facilmente:

> *A partir dos meados da década de 30, as obras patrocinadas pelo Estado começam a se apropriar de alguns dos princípios preconizados pelo chamado movimento moderno internacional da arquitetura. Provavelmente a atração tenha sido principalmente pela 'limpeza ornamental' dos novos projetos arquitetônicos racionalistas pelos aspectos econômicos do que estéticos.*[127]

Assim também, faz parte desse conjunto o convento de São Benedito, localizado no início da avenida Frei Serafim, sentido centro da cidade rio Poti; tendo sua pedra fundamental colocada pelo Interventor Federal e com a presença do bispo Dom

Severino Vieira de Melo no dia 4 de maio de 1940. A construção foi uma iniciativa, bem como sua direção, de Frei Heliodoro Maria de Izago, capuchinho italiano. "Contou com a benção dos superiores, o apoio das autoridades e esmolas do povo."

A obra foi inaugurada um ano depois, a 6 de dezembro de 1941. Tinha como principal finalidade servir de residência para missionários.

Consideramos que os edifícios construídos em Teresina nos anos trinta e quarenta são marcos de uma nova arquitetura que prima pelas linhas retas, pela sobriedade e pela grandiosidade. Vistos dessa maneira, os edifícios podem ser considerados como exemplares que têm o papel de preservar a memória daquele período.

Pelo menos, grandes quatro obras serão iniciadas ainda na interventoria Leônidas de Castro Melo: a maternidade São Vicente de Paula, a sede do Centro de Saúde, o Pavilhão dos Tuberculosos e um hotel que foi chamado de "Hotel Piauí". Este, atualmente, faz parte da rede Luxor Hotel. A primeira fazia parte de um programa de caráter nacional, e, nesta condição, foi financiada com recursos do governo federal.

Com a queda de Getúlio Vargas, o período compreendido entre a saída de Leônidas Melo e a eleição de Rocha Furtado, três interventores passaram pelo Palácio de Karnak.[128] O pequeno período em que cada um ficou à frente do Governo pode ter contribuído para a lentidão com que as obras foram "tocadas". Depois de 15 anos de governo Vargas, vivia-se um momento de disputa eleitoral, onde o clima de tensão foi permanente. A disputa pelo núcleo de poder

Digitalizado com CamScanner

tornou-se centro das atenções. Somando tudo isso, já era perceptível a queda dos preços dos principais produtos de exportação no mercado internacional, o que se refletia diretamente na arrecadação estadual.

Na primeira quinzena de setembro de 1948, a Secretaria Geral do Estado publica nota, comunicando aos interessados a retomada da construção dos edifícios da maternidade e Centro de Saúde.

> *(...) O governo se acha habilitado para prosseguir com os serviços de construção do Centro de Saúde e da Maternidade de Teresina, o Departamento de Viação e Obras Públicas fornecerá a relação dos serviços a serem executados e as especificações respectivas, a fim de que os interessados possam apresentar suas propostas em envelopes lacrados, às 10 horas do dia 15 do corrente mês."*[129]

O hospital, destinado a abrigar pessoas acometidas de tuberculose, tem as suas obras paralisadas em 1942."(...) quando foram suspensas como medida de restrição da despesa geral, a vista da crise que se delineava."[130] Quando a obra foi paralisada, estava em altura de receber a laje do primeiro andar. "Com esses serviços foi despendida a quantia de Cr$ 1.154.789,10, em 1942. Neste valor está incluído o material adquirido e que se encontra em depósito, superior a Cr$ 500.000,00."[131]

Dos edifícios que Leônidas Melo não conseguiu concluir, o que gerou mais polêmica foi o do hotel. O Interventor resolveu dotar a capital do Estado de um hotel que "dignificasse" a cidade. "Não possuindo nossa

capital um hotel à altura do seu desenvolvimento, e não tendo a iniciativa particular se mostrado interessada em construí-lo, o governo do Estado vai mandar edificá-lo."[132]

Um articulista do Diário Oficial explicita com mais clareza as razões da construção do hotel

> *(...) Afastando com isso a mácula acabrunhadora da não existência em Teresina de um moderno e confortável hotel, onde sem vexames que nos desapontam de momento, possamos hospedar e homenagear personagens eminentes, nacionais e estrangeiros que nos buscam com assíduo e crescente interesse, naturalmente atraídos pelo auspicioso desenvolvimento do Piauí e de suas imensas possibilidades econômicas.*[133]

Raquel Rolnik observa que o "(...) desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo."[134] Por outro lado, o homem é um ser desejante. O discurso do articulista manifesta o desejo de esconder tudo aquilo que não se coadunasse com o progresso que acreditava estar vivendo a cidade. Afinal, Teresina tinha se transformado na "mais atraente capital do Norte." "Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal."[135]

O preço da construção do hotel estabelecido no contrato, assinado entre Governo e construtora vencedora da concorrência, foi R$ 3.157.300. Joaquim Magalhães que chegou à cidade três anos depois de iniciada a obra comenta:

Digitalizado com CamScanner

(...) Ele tentou fazer um hotel, que é hoje o Luxor, onde funcionava antigamente, o Fórum de Teresina. Ele mandou começar o hotel. Derrubaram, fizeram uns três andares(...). O Leônidas saiu, e ficaram só três pavimentos e muita gente que não tinha onde dormir começou a vir à noite, dormir ali(...) chegaram a morar algumas pessoas pobres(...) chegou lá, o chão bruto, ele enfiava uma forquilha, uma coisa, trazia a redinha dele(...).[136]

A obra que era para se transformar no símbolo do progresso de Teresina terminou abrigando aqueles que a elite dirigente queria ver longe do monumento sonhado:

A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão, ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território; estão escrevendo um novo texto. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases.[137]

3.5. Encurtando distâncias: a modernização dos meios de transporte

Era uma manhã de setembro de 1933. A cidade tinha se preparado para receber uma visita ilustre. Afinal,apenas um presidente da Republica [138] tinha vindo a Teresina, Mas o que deixou a cidade agitada, foi outros acontecimentos, que ocorreu paralelamente e que era novidade. Um cronista capta bem aquele momento vivido pela cidade.

Digamos, entretanto, que só a visita de Sr. Getúlio Vargas nenhuma outra vantagem nos proporcionasse, tê-la-íamos assinalado por esse formoso espetáculo de vermos o avião cruzar o céu da nossa urbe pela primeira vez-acontecimento que ficará indelevelmente gravado na memória da população de Teresina."[139]

O cronista revela que o marco não seria a presença do presidente, mas o espetáculo promovido pelas aeronaves que o

Digitalizado com CamScanner

acompanham na "visita" de campanha, realizada aos Estados nordestinos.

O presidente passou pouco mais de 24 horas na cidade. Sondou as possibilidades de continuar à frente do Governo e foi embora. O espetáculo produzido pela esquadrilha que:

> *(...) Entrou em Teresina, vindo do leste, precisamente, às 10:30 horas e fez sobre a cidade lindas evoluções(...) um dos aviões da esquadrilha fez assombrosas evoluções sobre a cidade, enquanto a população perplexa, como na véspera, enchia as ruas e praças.*
> *Uma dessas evoluções consistiu em baixar o avião, num golpe espantoso, e passar a poucos metros do solo(...).*[140]

O cronista consegue captar os sentimentos que afloram na população e os nomina de espanto, medo, assombro, mas também de euforia, afinal aquelas máquinas reluzentes, cortando o espaço aéreo da cidade, faziam acrobacias que não se imaginava fosse o conjunto homem\máquina capaz de realizar. Uma mulher do povo que tinha o céu como lugar de morada de Deus, de Jesus Cristo, santos, anjos e toda a família celestial, ao ver uma das aeronaves desaparecer entre as nuvens teria dito: "Vai meu filho e que você encontre a porta do céu aberta e São Pedro à sua espera". Quer tenha existido esta pessoa e este desejo nunca saberemos, mas não é difícil imaginar o impacto que foi para a maioria da população, pela primeira vez, assistir a homens voando e desaparecendo no céu azul. Muitas de suas crenças foram abaladas pelas máquinas voadoras. Era um sonho e um tormento esta nova sensação que chegava à cidade, um pouco mais de uma década após as cidades São Paulo e Rio de Janeiro terem vivido

experiência semelhante.[141] A cidade tinha tido o seu batismo da aviação com a chegada do "novo" tempo, do "Brasil novo" tão propalados pelos "novos" dirigentes.

O rio Parnaíba era a via predominante na comunicação dos piauienses com o mundo. Já não era a única há algum tempo, mas para a maioria da população ribeirinha, o tempo ainda era marcado pela passagem das gaiolas

> *(...) Esperava dois ou três dias a passagem do gaiola, o qual, mesmo descendo o rio, viajava em marcha lenta por rebocar várias barcaças carregadas de produtos regionais-babaçu, cera de carnaúba, oiticica, arroz, milho, couro, peles. Além disso, parava aqui e ali, em portos improvisados nos barrancos, para deixar ou apanhar os passageiros, entre as cidades de Floriano e Parnaíba.*[142]

Até o esgotamento da forma de exploração dos produtos do extrativismo vegetal piauiense, decorrente da substituição por produtos sintéticos, o "Velho Monge" continuou sendo um canal por onde aqueles produtos chegavam a Parnaíba, onde eram embarcados para o mercado nacional e internacional. Além do mais, muitos segmentos da sociedade piauiense continuavam viajando de barcos e balsas. Aqueles, subindo e descendo o rio, e estas últimas, só descendo carregadas de frutas, animais, produtos da cerâmica artesanal etc.

Contudo, os transportes modernos estavam chegando e com eles o Piauí entrava na era da velocidade:

Digitalizado com CamScanner

> *Nunca se deu tanto valor aos segundos ou às suas frações, como atualmente(...)quando se acham[as pessoas] dentro de um automóvel. Impacientam-se, irritam-se quando têm de dar passagem a outro carro ou quando são forçados a atender a um sinal luminoso. Querem correr, voar, chispar! Sofrem de delírio da velocidade.*[143]

Esse variado conjunto de tempos ainda não era uma realidade para a maioria dos centros urbanos piauiense. Os contrastes temporais, ainda, perdurariam por muito tempo. Entretanto, havia uma sensação de que o resto do mundo tinha ficado mais perto. Depois da visita do presidente à cidade, esta, não seria mais a mesma.

Não demorou muito tempo e Teresina começou a receber com certa periodicidade aeronaves do Correio Aéreo Militar.

> *Alcancei, por último, que se estendesse ao Piauí o Correio Aéreo Militar, conseguindo do Ministro José Américo, pela Comissão de Obras Contra as Secas, os campos de Teresina, com respectivo hangar, os de Campo Maior e Piripiri e mandei preparar, por conta da Fazenda Estadual, em colaboração com os municípios, os de Piracuruca, Floriano e Amarante, além de subvencionar as reparações do de Parnaíba.*[144]

Como se pode apreender do discurso do Interventor, além da capital do Estado, outras cidades passaram a compartilhar do sonho de voar.

A imprensa local propaga esse encurtamento de distâncias, à medida que noticia o tempo de viagem entre dois pontos, no caso duas capitais nordestinas. "A

esquadrilha de aviões(...) venceu o trecho da capital cearense até[Teresina] em 2:30 horas, em vôo direto."[145]Pode-se imaginar o impacto de uma notícia como esta, para quem estava acostumado a fazer o mesmo percurso em dias e até meses.

Menos de três meses, depois da passagem da esquadrilha do comandante Petit, o Correio Aéreo Militar passou a fazer vôos periódicos por Teresina. O vôo inaugural foi motivo de festa. Um cronista que assistiu à chegada de um avião transfere para as páginas do jornal a emoção vivida na época. "A população de Teresina, exultante de contentamento, recebeu a visita da poderosa aeronave, que está atraindo muita gente ao respectivo campo."[146] A cidade sentia-se recebendo um presente dos deuses. Afinal , faltavam apenas 5 dias para o Natal daquele ano. O campo de pouso, mesmo ficando distante da zona urbana, atraiu pessoas que queriam ver e tocar aquela máquina voadora. O sonho de Ícaro tinha se realizado, e ali estava um exemplo. Não chegaria ao exagero de afirmar com relação ao Campo de Aviação de Teresina ao que disse Nicolau Sevcenko com relação ao Campo de Marte, em São Paulo, um lugar de peregrinação;[147] porém o capitão Macedo e o tenente Manuel Macedo que comandavam o avião que periodicamente aterrissava em Teresina foram alvos de aplausos e outras homenagens. "Aos distintos aviadores será oferecida uma recepção, hoje às 21 horas, no Clube dos Diários, a qual se auspicia brilhante.[148]

Eugene Weber observa que, por uma razão que desconhece, os aeroplanos impressionaram de forma mais aguda e vívida a imaginação popular que os balões existentes há mais de um século.[149] Os balões dirigíveis não chegaram ao Piauí, embora não fossem desconhecidos de

Digitalizado com CamScanner

alguns, pois Recife teve por algum tempo linha deste tipo de transporte, ligando-a a Berlim.

Entrar na "era da velocidade", através do Serviço do Correio Aéreo Militar, já era um marco para a cidade. Este era um sinal de progresso. Era necessário encurtar as distâncias para aqueles que precisavam deixar o Estado passeio ou a trabalho. O Interventor Federal inicia contatos com a Companhia Viação Condor, visando criar uma rota de viagem, na qual fosse incluída Teresina. A proposta era ligar a principal cidade do Norte do Estado, Parnaíba, a Floriano florescente cidade, localizada no Médio Parnaíba. "O resultado da iniciativa coroou do melhor êxito e pouco tempo depois, outubro do mesmo ano, o serviço de transportes aéreos estava iniciado e prestando relevantíssimos serviços ao Piauí."[150] Isto significava que as principais cidades entre Parnaíba e Floriano seriam visitadas por aeronaves da Condor, desde que houvesse passageiros viajando entre elas ou com destino à capital da República.

No ano seguinte, o Interventor, com o apoio do governo federal, conseguiu ampliar o número de cidades beneficiadas com vôos das aeronaves da Condor. A cidade de Uruçuí, localizada no Alto Parnaíba, seria ponto de escala:

> *Alguns meses depois, o governo do Estado consegue do Governo Federal subvenção anual de 240:000$000(...) deliberei entrar em novo entendimento com a Companhia[Condor] a fim de que, com uma nova subvenção do Estado fosse a linha aérea*

> *prolongada até Uruçuí. Firmado o novo contrato, estabeleceu-se definitivamente a linha aérea Parnaíba-Uruçuí com escala em todas as cidades intermediárias.*[151]

A imprensa noticiava os vôos das aeronaves da Condor, fazendo uma espécie de crônica dos mesmos. Falava do percurso, das escalas, nominava os passageiros que embarcavam ou desembarcavam:

> *O hidroavião 'Taquari, vindo de Parnaíba, sob o comando do piloto L. Correia, sábado 26 do corrente, às 16: 30 horas, trazendo para esta capital os seguintes passageiros: de Parnaíba(...), de Porto Alegre(...), de Miguel Alves(...) O Taquari decolou rumo a Carolina [cidade maranhense] ontem, domingo 27 do corrente, às 8 horas da manhã levando desta capital(...) para Amarante(...), para Carolina.*[152]

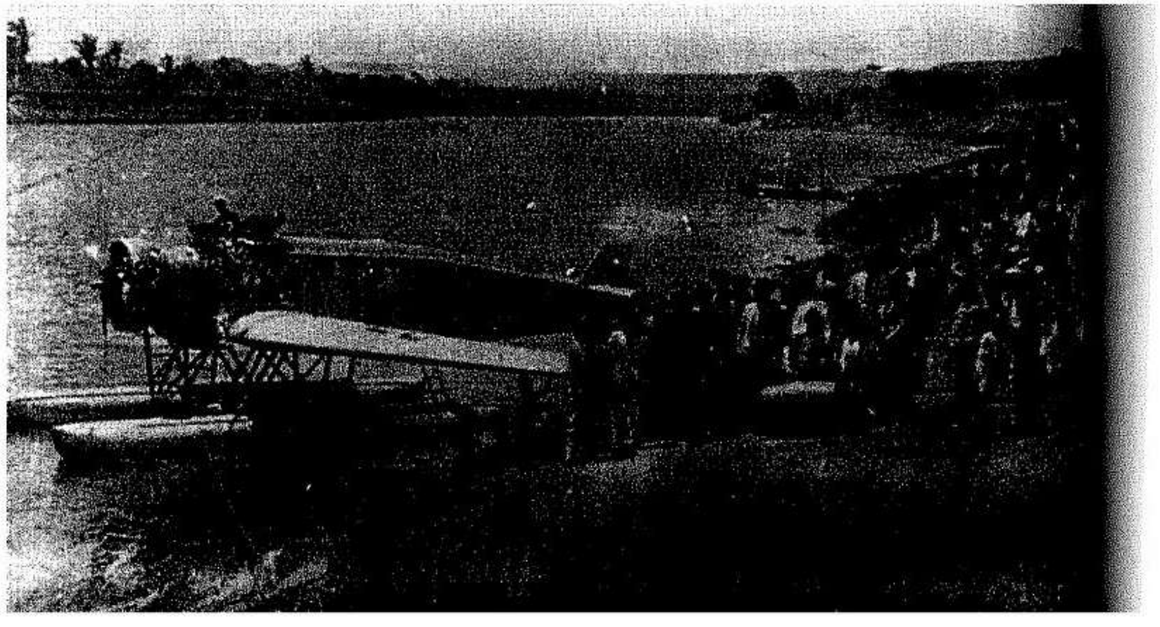
Outra nota mostra um percurso mais longo:

> *O hidroavião "Tietê" do Sindicato da Condor Ltda. aqualizou neste aeroporto, vindo de Parnaíba sob o comando do piloto R. Retornam secundado pelo Rádio-Mecânico Valério, sábado, às 16 horas, trazendo para esta capital, os seguintes passageiros(...) do Rio de Janeiro(...), de Parnaíba(...) [Embarcaram em Teresina] para Floriano(...), para Carolina(...).*[153]

As duas notas informam que os vôos eram semanais, vindos do Rio de Janeiro e com destino às cidades do Norte do Brasil. Os vôos, provavelmente, em decorrência das condições ainda precárias de orientação, eram realizados sempre durante o dia. Cidades consideradas pequenas como Porto Alegre e Miguel Alves recebiam aeronaves da Condor.

Digitalizado com CamScanner

Avião da Condor no Aeroporto de Uruçuí, Sul do Estado. Piauí. Interventor (1937-1945: Melo). Relatório do Interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1938. p. 49.



Durante algum tempo, como já se disse anteriormente, a Condor ligou as principais cidades ribeirinhas, através de vôos semanais."[154] Entretanto, o rio Parnaíba continuava a guiar os destinos daqueles pouquíssimos que podiam pagar passagem aérea. Era o principal instrumento de orientação da rota de viagem.

Enquanto, as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha nazista foram mantidas, a Companhia de Viação Condor fez viagens em território brasileiro. Até o início dos anos quarenta, lá estavam aqueles pássaros grandes e brilhantes, pousando mansamente sobre as águas do rio Parnaíba.

O ano de 1942 marca o acirramento das manifestações públicas no país contra Alemanha e Itália. A reação dos aliados contribuiu para esse fato. As chamadas forças democráticas pressionam para que o País manifeste seu apoio aos aliados, declarando guerra aos alemães e italianos. Manifestações como a realizada em São Paulo a 4 de julho, a do Rio de Janeiro, sob a liderança da União Nacional dos Estudantes(UNE), apoiada pela Sociedade dos Amigos da América e pela Liga de Defesa Nacional, além das realizadas em Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, Fortaleza, Teresina, pressionaram o Governo a tomar medidas que sinalizavam a aproximação desejada pelas manifestações.

Os ataques alemães a navios nacionais, em águas da costa brasileira, e o acirramento das manifestações acima mencionadas provocaram a suspensão dos vôos da Condor. Em reunião ministerial, capitaneada por Getúlio Vargas, no Palácio Guanabara, realizada em 22 de agosto de 1942, foi tomada a decisão que o povo nas ruas exigia. A nota distribuída por intermédio do DIP justifica a decisão:

Digitalizado com CamScanner

> *O sr. Presidente da Republica reuniu hoje o ministério, tendo comparecido todos os ministros. Diante da comprovação de atos de guerra contra a nossa soberania foi reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras-Alemanha e Itália. Em conseqüência, por via diplomática, expediram-se as devidas comunicações à aqueles dois países.*[155]

No final de 1942, a imprensa local noticia a inauguração dos serviços de outra empresa aérea, a Navegação Aérea Brasileira(NAB), em uma rota ligando Teresina à capital da República:

> *Inaugurando os serviços do tráfego regular entre o Rio de Janeiro e Teresina, chegará, hoje, ao nosso aeródromo, à tarde, o avião PP-NAI, aparelho capitânia da empresa Navegação Aérea Brasileira'(NAB). Vamos, assim, ser dotados de mais um relevante melhoramento, pois se trata da criação de uma linha de transportes moderníssima, fundada e dirigida por uma organização genuinamente nacional(...).*[156]

Os construtores da cidade dos sonhos desejavam transformar Teresina em grande entroncamento ferroviário. No final dos anos trinta, um rotariano de nome Carlos Veiga, proferiu palestra em São Paulo sobre o Piauí, reportando-se às estradas de ferro. O palestrante dá como marco inicial da construção de estradas de ferro em terras piauienses o ano de 1922 no governo de Epitácio Pessoa.[157] Comete um equívoco, pois em 1923 estava-se inaugurando o trecho ferroviário que ligava Luís Correia a Piripiri, com a extensão de 162 km. Nesta última cidade, os trabalhos foram paralisados e somente retomados em 1965, portanto, 42 anos depois. Em 1969, foi inaugurou-se o trecho ligando Piripiri a Teresina, completando-se, assim, a estrada que ligava Amarração (hoje Luís Correia) a

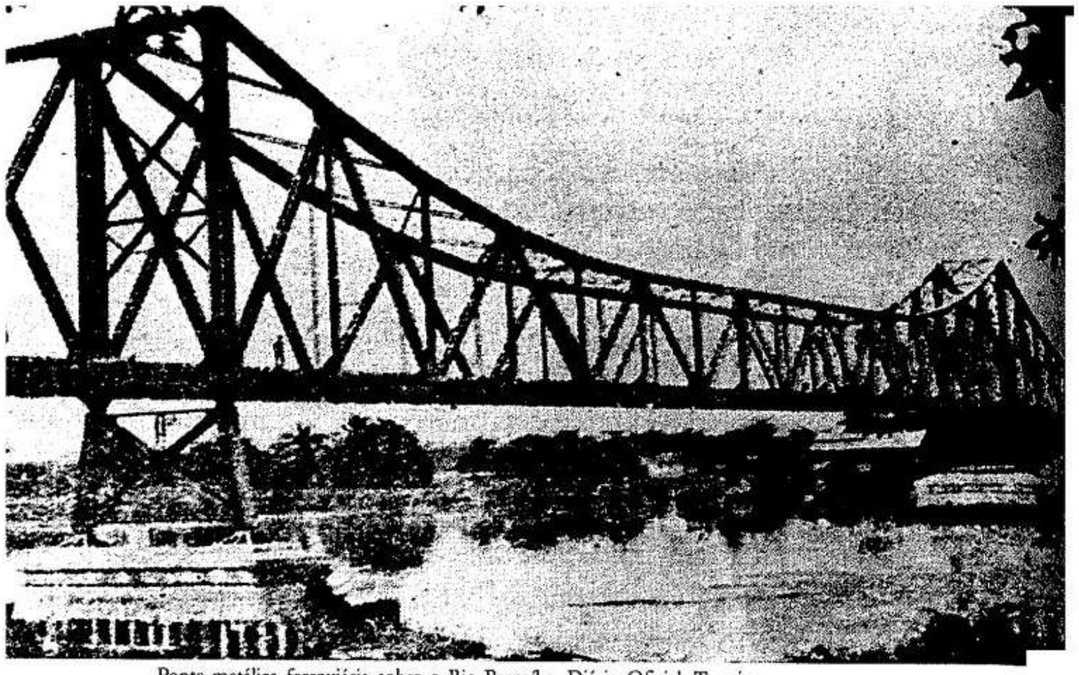
Teresina.»(...)Porém, somente, na década de sessenta, foi possível ver realizado o sonho de muitos piauienses: uma estrada de ferro ligando o Piauí do litoral (Luís Correia) à capital do Estado (Teresina)."[158]

O responsável pela conclusão desta ferrovia foi o 2 ° Batalhão de Engenharia e Construção,[159] também, chamado a construir a ferrovia Teresina a Paulista (atual Paulistana). Aliás, esta foi a primeira obra que o batalhão recebeu em território piauiense em 1958, alguns meses depois de sua criação e instalação.[160] Realizou os mesmos serviços no trecho ferroviário Piripiri-Teresina, à exceção das pontes, mas em apenas 3,8 km. Entre Teresina e Demerval Lobão, entretanto, por razões que não ficaram claras nem para os oficiais que comandavam a obra, os serviços foram paralisados. A alegação foi a de que tinham acabado os recursos para a construção daquela ferrovia.[161]

Algum tempo depois, homens e máquinas deslocaram-se para o trecho ferroviário Piripiri-Teresina. Tudo indica que foi a última tentativa de retomar a proposta de ligar o litoral do Piauí ao sertão de Pernambuco (Petrolina).

Projetou-se ligar Teresina a São Luís através de uma ferrovia, e, de fato, as duas capitais estavam ligadas já no final dos anos vinte. Todavia, a linha férrea chegava somente até a cidade maranhense de Flores (hoje Timon). Em meados dos anos trinta, um cronista atento ao que considerava de descaso das autoridades reclama da não construção da ponte, que ligaria definitivamente as duas capitais,"(...) pois que a estrada de ferro São Luís-Teresina não vai como acusa o orçamento da viação até Teresina, mas tão somente até Flores."[162] O cronista deixa

Digitalizado com CamScanner



Ponte metálica ferroviária sobre o Rio Parnaíba. Diário Oficial, Teresina, 4 de dez de 1939. p. 1

transparecer certa irritação, provavelmente sentida pela comunidade que, para viajar de trem, precisava atravessar o rio Parnaíba de canoa e embarcar em Flores. A construção da ponte ferroviária que ligaria as duas cidades sofreu várias interrupções. "(...) Atravessar em velhas canoas o Parnaíba. Velha rotina! Assim sucede porque os poderes públicos se descuram da construção da ponte Teresina-Flores, tão falada no jornais(...).»[163]

Cinco anos depois, a ponte é inaugurada. "A cerimônia do ato de inauguração da ponte João Luís Ferreira ficará por muito tempo na memória da cidade, no colorido de encantos do dia 2 deste mês, concorrendo para tal deslumbramento a própria natureza, que nos deu no sábado festivo uma manhã magnífica."[164] O jornal oficial do Estado transforma a solenidade em ato de louvação a Getúlio Vargas e de execração da República Velha, na medida que os governos de então não tinham sido capazes de realizar uma obra tão reclamada pela população:

> *A ponte sobre o rio Parnaíba que se acaba de inaugurar demonstra a ação persistente de um governo que realiza algo de importante. E demonstra também, como elemento fundamental, a capacidade técnica de nossos profissionais, tão malsinados na chamada República Velha sob batuta de partidos e a eterna luta de interesses subalternos.*[165]

A elite estadual desejou, também, ligar Teresina a Pernambuco. Foram realizadas várias tentativas, resultando na execução de parte do projeto. Dizia-se que esta ferrovia deveria ligar a cidade de Amarração(Pi) a de Petrolina(Pe.). A construção foi iniciada em 1910 e terminada em 1923. Alcançou a cidade piauiense de Paulista (hoje Paulistana), localizada na micro-região do Alto Médio Canindé, distante da capital, em linha reta, 382 km. Esta ferrovia deveria interligar-se à Viação Férrea Leste Brasileiro. Posteriormente, o que deveria ser uma ferrovia,transformou-se em ramal da Leste Brasileiro, através do decreto-lei n. 2.964 de 20 de janeiro de 1941. Este ramal tinha um percurso de 240 km, dos quais apenas 49 no Estado.

Outra ferrovia deveria ligar a cidade ao estado do Ceará. O projeto estabelecia que a ferrovia cearense deveria interligar-se à ferrovia piauiense que vinha de Amarração. Em Campo Maior, cidade que dista da capital, em linha reta, 76 km., ocorreria o entroncamento entre as duas ferrovias. Como se depreende de tudo que aqui foi exposto sobre ferrovias, Teresina deveria, com a execução dos projetos pensados, e até iniciados, ficar ligada a três estados nordestinos. "Desse modo ficaria o Piauí bem servido de Estradas de Ferro, com ligações para os centros produtores

Digitalizado com CamScanner

e consumidores."[166] Parte deste projeto terminou sendo concretizado; entretanto, os governantes brasileiros fizeram a opção pelas rodovias e as ferrovias terminaram desativadas ou tornando-se, do ponto de vista oficial, antieconômicas.

Como se percebe, o trem era desejado pelos piauienses, fazia parte do seu imaginário há algum tempo. Ele foi chegando devagarinho e quando chegou a rodovia já tinha ganho a corrida. Os trens fascinaram os piauienses, como também, aos franceses. "Os trens que fascinaram os pintores impressionistas e encheram seus quadros de vapor, fazem parte da grande revolução do século XIX, quando os homens lutaram pelo domínio do espaço e do tempo."[167] Os trens, como avalia Eugene Weber, triunfaram e sua aceitação geral significou que as inovações tecnológicas, antes consideradas brinquedos ou incômodos, passaram a ser reconhecidas como poderosas alavancas para manipular tanto o mundo físico como a própria vida.[168] Os aviões chegaram a Teresina primeiro que o trem, embora este último, desde há muito tempo, viesse até Flores (hoje Timon).

No final dos anos vinte, encontra-se alusão à construção de estradas em todo o território piauiense. Matias Olímpio de Melo[169] em mensagem à Assembléia Legislativa trata da ligação por rodovia do Piauí ao Ceará (Piracuruca-Ibiapina) e Bahia (São Raimundo Nonato-Remanso). Landri Sales Gonçalves nos relatórios ao Presidente da Repúbica, também, destaca a kilometragem de estradas construídas:

> *Foram construídas estradas como a que ligou Teresina a Bom Jesus do Gurguéia[cidade localizada no extremo sul do Estado, distando aproximadamente 700 quilômetros da capital]; Teresina a Valença[cidade também localizada na região sul do Estado]. Teresina foi ligada a Fortaleza também através de rodovias. Em menos de três anos construiu para mais de 2.500 quilômetros de vias carroçáveis e 1.146,40 m. de pontes(...).*[170]

Leônidas de Castro Melo, no trabalho de divulgação das suas atividades à frente dos destinos do Estado, como interventor, procura sempre tomar como referência índices econômicos, sociais e de infra - estrutura da República Velha, e até mesmo do período imediatamente anterior ao seu, para aquilatar a desenvoltura do governo que dirige. No caso das rodovias, "(...) em 1935 tinha apenas 3.995 quilômetros, tendo alcançado em 1937 um total de 7.324 quilômetros."[171] O que se divulgou foi que em apenas dois anos à frente do Governo teria construído 3.329 quilômetros de estradas. Estes números significam algo em torno de 45,5% de todas as rodovias existentes no Piauí. Esses números não parecem factíveis sem o emprego de máquinas. No período estudado, neste trabalho, a construção das rodovias ainda tinha como principal instrumento o braço do homem.

Uma obra escrita por ocasião do aniversário de oito anos do governo Leônidas Melo dá conta de que a capital do Estado se achava ligada a todos os outros municípios, mas destaca como a estrada básica do sistema rodoviário aquela que liga Teresina a Parnaíba, "...que atravessa enorme faixa no sentido sul-norte e representa o grande escoadouro dos produtos piauienses rumo ao mar".[172] Enuncia-se que o rio Parnaíba estava perdendo a hegemonia no transporte dos produtos piauienses de exportação para os caminhões. Embora não haja alusão explícita a este meio de transporte no texto, a

Digitalizado com CamScanner

construção das estradas era uma tendência que se concretizaria na década seguinte em todo o país.

Apesar de a tecnologia do concreto armado já ter sido incorporada à construção civil, o Governo em meados dos anos trinta decide construir uma ponte de madeira sobre o rio Poti.[173] Esta ponte rodoviária ligou o litoral ao sul do Estado. O transporte rodoviário permitiu que produtos importados dos estados vizinhos chegassem mais rápidos à capital.

Essa nova porta de entrada ajudou no surgimento de novos bairros. O bairro Piçarra surgiu "porque, com eu já lhe disse, perto da ponte[ponte de madeira] que passavam os carros, os carros vinham desse mundo de meu Deus, Fortaleza, carregado, aí passava lá(...)."[174] Este tipo de obra também encurta distâncias. A locomoção de pessoas através do transporte rodoviário também ganha corpo. São comuns os anúncios de empresas que fazem linhas entre as principais cidades piauienses e Estados vizinhos, como Ceará e Pernambuco.

O governo federal também construía estradas no Piauí, embora a quantidade de quilômetros fosse pequena:

> *1930 havia a União construído em território piauiense 117,500m. de estradas de rodagem, entre Floriano e Oeiras. Em 1937 foi esse desenvolvimento elevado a 181, km., com a ligação, pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, de Teresina a Campo Maior, trecho da rodovia Fortaleza-Teresina".*[175]

No começo dos anos quarenta, uma matéria sob o título "Cria-se uma civilização e se escreve a história do progresso piauiense", valoriza a atuação do interventor na área da construção de rodovias

> *[O interventor]"... há governando dentro, principalmente, do belo princípio segundo o qual fazer estradas é governar sabiamente. O Piauí conta, já em tráfego, cinco mil quilômetros de estradas de rodagem. As sedes dos municípios estão ligadas pelas rodovias, umas as outras, e todas à capital, com exceção, que breve desaparecerá, de quatro municípios do sul: Parnaguá, Corrente, Gilbués e Santa Filomena.*[176]

No ano seguinte, o interventor em entrevista a órgão da imprensa do Rio de Janeiro, reproduzida no Diário Oficial, dizia: "(...) já existem no Estado mais de 8.000 quilômetros de rodovias e outras estão sendo construídas. Teresina ficará ligada, dentro de pouco tempo, ao seu porto marítimo -Luís Correia- por uma rodovia que pode ser comparada às melhores do Brasil."[177] Os números sobre a quilometragem de estradas carroçáveis são conflitantes, mas o fato é que os caminhões estavam ganhando terreno no transporte de cargas.

Apesar destas iniciativas empreendedoras do governo, registramos reclamações quanto a insuficiência de rodovias para o adequado escoamento da produção:

> *(...) É por isso que me apresso a apelar para o alto senso patriótico de V. Excelência, certo de que não recusará o seu valioso concurso para minorar, quanto antes, desesperada situação de angústia em que se debatem os piauienses, sem meios de transporte que lhes estimulem as iniciativas, proporcionando-lhes crescente expansão das atividades geradoras de riquezas.*[178]

Essa "denúncia" parte de Vitorino Correia novo interventor(mar.1946-set.1946) que assumira o cargo, com o afastamento de Leôncio Ferraz, em memorial dirigido

Digitalizado com CamScanner

ao Ministro da Viação, onde simplesmente afirma que não existiam vias de comunicação no Estado e que tanto a rede ferroviária quanto a rodoviária do Piauí "estavam em péssimas condições".

A discordância das informações entre o interventor que passou 10 anos à frente dos destinos do Piauí e o que assumiu depois da queda de Getúlio Vargas fornece munição aos adversários políticos do Estado Novo, em especial, contra Leônidas de Castro Melo, que agora presidia o Partido Social Democrata (PSD), principal adversário da União Democrática Nacional (UDN), de onde se originavam as críticas:

> *Essa, a verdade nua e crua. As rodovias estão na cabeça do Leônidas e dos seus áulicos. Da estrada para Parnaíba ninguém dá notícias e nem do material e dos milhões de cruzeiros. As balsas continuam a sulcar pachorrentamente as águas do Parnaíba, como os lavradores continuam amaldiçoando o seu desastrado governo.*[179]

É necessário pensar o lugar em que cada uma das personagens constrói o seu respectivo discurso. O novo Interventor, não dispondo de recursos financeiros para recuperar as estradas e precisando mostrar trabalho, tinha necessidade de sensibilizar o governo federal.

A indicação de Vitorino Correiapara a interventoria piauiense ocorreu no período em que se desenrolava a campanha eleitoral para governador do Estado e, era preciso tentar melhorar a cotação do partido oficial junto ao eleitorado, especialmente o da capital. A indicação estava respaldada pela cúpula do PSD nacional, tal fato pressupunha prestígio, inclusive junto ao Presidente da República. Ele havia sido chefe de Gabinete quando

Dutra ocupou o cargo de Ministro da Guerra, mas era preciso mostrar que a situação do Estado que estava dirigindo era ruim.

Entretanto, para o cronista do O Piauí, jornal onde estavam os adversários mais renomeados do Estado Novo, era necessário mostrar que o ex-interventor mentia com relação à quantidade de quilômetros de estradas construídas, haja vista existir uma opção àquele que mentia e que muitos males tinha causado ao Piauí. Mostrar que o principal político do PSD era acusado de corrupção, de desvios de recursos públicos. Enfim, era preciso chamar a atenção do eleitor que formava opinião.

Contudo, alcançando ou não as rodovias os números anteriormente divulgados, o projeto de Vitorino Correia visava tornar Teresina ponto de convergência de todo o movimento de transporte ferroviário e rodoviário. O transporte fluvial, ainda, desempenhava relevante papel para a economia, realizando o transporte dos produtos extraídos ou produzidos nas localidades situadas às margens do rio Parnaíba. Por esta ocasião, ainda se podiam enumerar algumas empresas cujas embarcações subiam e desciam o "Velho Monge."

O poeta Moura Rego chegou a Teresina no início dos anos vinte, ainda menino, como muitos outros que vinham completar os estudos que antecediam ao curso superior. Traça o seguinte perfil da cidade:

> *Teresina, por essa época, era uma cidade tipicamente provinciana, com seus costumes, seus preconceitos, seus mexericos, seus modos de terra pequena ainda cheirando*

Digitalizado com CamScanner

a mato(...) Depois da retreta, a cidade tranqüila, sem automóveis e sem bondes, sem a trepidação, da vida dispersiva e barulhenta de hoje, se recolhendo para dormir, mergulhada no mais profundo silêncio(...).[180]

Teresina não tinha nem bonde nem automóveis, no entanto, Mas o primeiro não demoraria a chegar. Pouco tempo depois, a Prefeitura Municipal implanta uma linha de bondes.[181]

A introdução deste meio de transporte urbano vinha ao encontro das reivindicações da elite que pretendia ver-se compartilhando a modernidade. Por isso mesmo, na medida em que populares começaram a utilizar o bonde, as reclamações chegaram junto"(...) contra os pobres: mal-vestidos, sujos, de roupas rasgadas, de pés-descalços ou de tamancos. Veio a solução - O reboque."[182] Desse modo, foi necessário construir outro carro para separar as damas e cavalheiros dos pobres e mal-vestidos. Entretanto, a realidade mostrava que nem sempre esta divisão era obedecida. "Na ânsia de embarcar quando não havia lugar no carro da primeira classe, o de segunda servia."[183]

O passeio de bonde, aos domingos, incorporou-se como atividade de lazer. As crianças podiam ganhar como prêmio o passeio de bonde, tudo dependia do comportamento durante a semana.[184] Eugene Weber considera que o bonde provocou uma verdadeira revolução porque permitiu que escolares, donas de casa e trabalhadores (estes últimos ainda mais encorajados por passagens baratas especiais) não precisassem mais andar como antes e que familiares de recursos modestos saíssem para passear aos domingos, introduzindo a era do "transporte urbano barato, orientado para as massas.[185]

O bonde serviu de inspiração para poetas e cronistas em outras regiões do Brasil, sendo motivo até para declaração de amor. "Eu gosto do bonde. O bonde é um grande amigo meu. Não fumo, não tenho cão, não há uma mulher cuja amizade ou amor me seja dado um pouco. Gosto do bonde. É um amigo cômodo, que nunca procura a gente e que se dispensa quando se quer."[186]

Em Teresina, fez parte da fantasia de muitas crianças e adolescentes, mas durou pouco tempo, aproximadamente 6 anos. A falta de manutenção, os déficits e as novas formas de lazer agiram de forma determinante para a sua desativação. O que parece indicar que o serviço de bonde não seria algo absolutamente necessário para o transporte de passageiros, naquele período."(...) Finalmente, a 4 de outubro de 1930 eclodiu a Revolução, sendo desativado o bonde." [187]

O autor anteriormente mencionado relaciona a revolução de outubro com a desativação do bonde. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida nos dá conta de que, no Recife, se desenvolveu campanha desacreditando os bondes. Existia a pretensão de substituí-los por ônibus. Estes eram considerados pelos defensores da idéia como meio de transporte "moderno" e "ousado". "Não havia espaço para meio termo: tudo que lembrasse o antigo devia ser extirpado."[188] Em Fortaleza, o bonde também fez a alegria dos estudantes e durante mais de trinta anos fez parte da paisagem da cidade, caracterizando-se por ser um transporte democrático por excelência. "...Recebia em seus amplos bancos de madeira envernizada cidadãos de todas as categorias(...) O bonde de Fortaleza, diferente dos de outras cidades, não tinha reboque(...)destinados a passageiros com cargas.

Digitalizado com CamScanner

Aqui ia tudo em cambulhada."[189] Mesmo com todas estas características, em 1947, segundo Blanchard Girão, foi substituído pelo ônibus.

Não obstante, inúmeras tentativas de implantar na cidade o transporte coletivo com ônibus foram feitas, pela iniciativa privada; porém elas tiveram curta duração, mesmo quando eram subsidiadas pelo governo municipal, como é o caso da Empresa Volante Piauiense que, ao iniciar o serviço "(...) encontrou franco apoio dos poderes oficiais, isto é, Estadual e Municipal. Daí, pois, a subvenção anual de 20:000$000 que lhe concede a municipalidade, cuja primeira entrada de 30 contos já foi paga no início do serviço, nos termos da lei."[190]

Ônibus da Viação Municipal Theresina. Prefeito (1936-1945: Monteiro).
Relatório do Prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro.
Teresina: Tipografia Popular, 1942.

Essa iniciativa não obteve o resultado esperado porque passados três anos, é o próprio município que decide criar um serviço de transporte coletivo. Para tanto, o Prefeito edita o Decreto-lei n. 78, sancionado em 23 de julho de 1940,[191] autorizando a abertura de crédito no valor de Rs. 175.000$000, destinado a aquisição de ônibus além de equipamentos para a montagem de oficina mecânica onde seria prestada a assistência aos mesmos

O governo do Estado repassa aos cofres da Prefeitura Municipal a quantia de 60.000$000 "(...) a título de auxílio para a aquisição de ônibus."[192] Logo em seguida, o Prefeito edita novo decreto,[193] criando um serviço de transporte coletivo urbano, denominado "Viação Municipal de Teresina". O decreto em seu art. 2º estabelece que a receita do serviço seria constituída do produto da venda das passagens, sendo que os valores destas seriam estabelecidos pela Prefeitura Municipal e divulgados através de tabelas. A receita deveria cobrir as despesas com manutenção dos carros, aquisição de peças e equipamentos, além do pessoal envolvido no serviço.

A frota de ônibus foi constituída de três carros:

> *O serviço de transporte coletivo instituído pela Prefeitura(...) por meio de auto - ônibus é,* ***incontest****avelmente, uma das nossas maiores realizações(...) Para a aquisição desses veículos em número de três(3), fomos à Capital da República, comissionados pelo Governo de V. Excia.(...)fomos obrigados, após minucioso estudo, e convencidos de um melhor negócio para o município, a escolher e comprar, pela quantia de Rs 136.770$000, três auto-ônibus, modelo 1940, Ford (...)".*[194]

Digitalizado com CamScanner

A Prefeitura Municipal não dispunha de recursos financeiros suficientes para montar o serviço de transporte coletivo da cidade e, como já se disse, recebeu apoio financeiro do governo do Estado.

No ato de criação do serviço, o Prefeito já demonstra preocupação com a manutenção do serviço"(...)sem que fosse necessário ferir ou onerar os cofres do município."[195] As experiências anteriores, mesmo tendo sido com empresas privadas, tinham deixado o governante municipal preocupado com a arrecadação. Parecia ter consciência de que o produto resultante da venda de passagens não seria suficiente para sustentar o serviço de transporte coletivo. Já no ano seguinte, dizia em seu relatório: "(...) infelizmente, apesar disso, a receita está longe de cobrir a despesa. Não há, por conseguinte, uma real correspondência por parte do público."[196] A autoridade municipal considera o desempenho da Empresa desanimador e transfere a responsabilidade para o público. O fraco desempenho poderia ter as suas raízes nas pequenas distâncias a serem percorridas pelos usuários de transportes coletivos. A cidade, ainda pequena, o que significa que este tipo de serviço ainda era dispensável.

Alguns trechos do discurso de Lindolfo do Rego Monteiro chamam a atenção. Destacamos dois. O primeiro, quando transfere a responsabilidade da baixa receita do serviço coletivo para a população da cidade, que, em sua opinião, não usa os ônibus suficientemente para gerar uma receita que cubra as despesas do mesmo serviço; o segundo, é que o aumento dos preços dos combustíveis e lubrificantes é empregado como um instrumento

responsável pelo déficit do serviço, o que termina onerando os cofres da Prefeitura. Esse argumento sustenta a necessidade de elevação dos preços das passagens.[197] Todos esses argumentos municiam o prefeito para solicitar a ajuda do governo do Estado. "Sem o auxílio por parte do governo estadual, torna-se impossível, manter-se, por longo tempo o referido serviço."[198]

O somatório de todos esses fatores determinou o fechamento do serviço

> *(...)Quando tivemos os ônibus da Prefeitura a preços mais acessíveis, o Prefeito Lindolfo Monteiro resolveu retirá-los do serviço a pretexto de não se produzirem lucros para os cofres municipais, quando os serviços públicos são para beneficiar o povo e não um meio de mercantilismo".*[199]

Por conseguinte, os segmentos sociais que moravam fora do eixo central da cidade pouco se beneficiaram das transformações urbanas. Os bairros não tinham água canalizada, não recebiam energia elétrica nem as ruas eram calçadas. A maioria das habitações eram de palha de coco babaçu. A pobreza material da maioria da população que morava na periferia contrastava com os novos edifícios, os automóveis, as ruas limpas e alinhadas da outra cidade. É da primeira cidade que trataremos a seguir.

Digitalizado com CamScanner

Notas ao Capítulo 3

[1] EKSTEISNS, Modris. *A sagração da primavera*: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Trad. Rosaura Eich enberg. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Moisés/Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.143 e seg.

[2] Ver um pouco da discussão sobre o traçado das cidades em xadrez em: LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição Santos*:1870–1913. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996. RAMINELLI, Ronald. História urbana In: CARDOSO, Ciro Flamarion / VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínio da história*: ensaios de teoria e metodologia. São Paulo: Campus, 1997.

[3] BERMAN, op. cit., p.171.

[4] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 31, 1943.

[5] TERESINA. Prefeito (1979-1982: Medeiros). *Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina*. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 1969. p.12.

[6] ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1993. p.82.

[7] QUEIROZ, op. cit., p.23.

[8] SCHORSKE, Carl E. *Viena fi -de siècle*: política e cultura. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.13.

[9] UZEDA, Jorge Almeida. *A morte vigiada*: a cidade de Salvador e a prática da medicina urbana(1890-1930).Salvador: Universidade Federal da Bahia, s.d. p.100.

[10] Discurso aqui está sendo empregado como defende CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Trad. Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p.226.

[11] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e pobreza*: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves,1995; *Cotidiano e Imaginário*, 1977; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho, *Mulheres plurais*. Teresina: Fundação Monsenhor Cultural Monsenhor Chaves, 1996; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 1994.

[12] A chegada do primeiro vapor, o "Uruçuí", ao porto de Teresina em 1858, a inauguração do Telégrafo em 5 de novembro de 1884, a inauguração do serviço de abastecimento d'água, 1906, a chegada do telefone no ano de 1907 e a iluminação elétrica em 1915.

[13] WILLIANS, Raymond. *O campo e a cidade*: na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.75.

[14] SANTANA, Raimundo Nonato de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Imprensa Oficial, 1964, p.66.

[15] QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 1994; *Economia piauiense*. Teresina: APeCH/UFPI 1998; SANTOS, Antonio de Pádua. *Estudos sócio - econômicos dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí*, 1979.

[16] REZENDE, op. cit., p.18.

[17] Sobre o surgimento do conceito de modernidade ver LE GOFF, Jacques. *História e memória*. p.167.

[18] FAÇANHA, Antonio Cardoso. *A evolução urbana de Teresina*: agentes, processos e formas espaciais da cidade. Recife, 1998.Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

[19] SILVA, Bárbara-Chistine Nentwin. *Cidade e região do Estado da Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991. p.61.

[20] Em 1872 a cidade de Teresina já possuía 21.642 habitantes, o que significava algo em torno de 10, 2% da população total do Estado. Daquele período até 1890 houve um incremento de 2,5% ao ano. De 1890 a 1900 o crescimento teria sido maior, mas o que existem são estimativas, que foram da ordem de 4,5%. É muito provável que esse período marque o início da expansão da cidade a partir do núcleo inicial. Os dados estatísticos indicam que a taxa de crescimento populacional ocorrida entre 1900 e 1920 foi menor que a da década anterior, ficou em torno de 1, 3% ao ano.

[21] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 31, 1943. p. 1-244.

[22]MAGALHÃES, Joaquim Ribeiro. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 13 dez. 1996.

[23] TERESINA. Prefeito(1979-1982: Medeiros). *Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina*. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 1979. p.50.

[24] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de.. *O poder e a seca de 1877-1879 no Piauí*. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 1991; DOMINGOS NETO, Manoel / BORGES, Geraldo Almeida. Seca seculorum: flagelo e mito na economia piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1983; NASCIMENTO, Francisco Alcides do, *A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994; O *tenentismo no poder*: a interventoria Landri Sales(1931-1935). *Carta CEPRO*, Teresina, v.11, n.1, p.53-86. jul/dez.1986.

[25] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 31, 1943. p.1-244.

[26] TERESINA. Prefeito (1979-1982: Medeiros). Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 1979. p.23.

[27] PIAUÍ. Interventor(1935-1945: Melo). *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo*. Teresina: DEIP, 1942. p.43.

[28] FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. p.18.

[29] QUEIROZ, op. cit., p. 23.

[30] No começo dos anos 1960, a maioria dos bairros da cidade continuava sem abastecimento d'água através da canalização. O autor deste trabalho transportou muita água em duas latas vazias de querosene penduradas por cordas e um toro de pau. Chamávamos na época de "cambo d'água". No bairro onde residia existiam vários poços cacimbões munidos de motores. Os seus proprietários comercializavam diuturnamente o produto. Até o começo dos anos 1970, a casa construída pelo genitor do autor tinha um grande tanque, construído de tijolos e revestido de cimento, onde se depositava a água transportada e que recebia também as águas das chuvas, canalizadas para seu interior. No banheiro que ficava separado do corpo da casa, também havia um tanque onde era depositado água para a higiene corporal.

Digitalizado com CamScanner

[31] BARBOSA Luís Botelho. *Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento.* Teresina, 24 jan. 1997.

[32] PIAUÍ. Interventor.(1935-1945: Melo). *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo.* Teresina: DEIP, 1942. p.35.

[33] Ibid., p. 36.

[34] DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 20 maio.1941. p.5.

[35] PIAUÍ. Interventor.(1935-1945: Melo). *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo.* Teresina: DEIP, 1942. p.43.

[36] MOREIRA, Fernando Diniz. A formação do urbanismo moderno no Brasil: as concepções urbanísticas do engenheiro Saturnino de Brito. *São Paulo, Espaço e Debates*, n.40, p. 55.

[37] Por ocasião das comemorações de mais um aniversário do governo no início de 1942, o Diário Oficial publicou relação dos principais auxiliares de Leônidas Melo:

Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas
Dr. Raimundo de Arêa Leão
Diretor do Deparamento de Municipalidades
Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira
Diretor da Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico
Dr. Anísio Brito
Departamento de Agricultura
Dr. Fernando Pires Leal
Departamento Estadual de Estatística
Dr. João Bastos
Instituto de Assistência Hospitalar do Estado do Piauí
Dr. Agenor Barbosa de Almeida
Departamento de Saúde Pública
Dr. Paulino Pinto de Barros
Força Policial e Chefe de Polícia
Ten. Cel. Eviliásio Gonçalves Vilanova. *Diário Oficial.* Teresina, 3 maio. 1942. p.25.

[38] **DIÁRIO OFICIAL.** Teresina, 5 out.1943. p.3.

[39] **Id. ibid.**

[40] **COSTA**, Francisco Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova. 1972. p.546.

[41] **COSTA**, op. cit., p.546.

[42] Id. ibid.

[43] **GEIZER**, Pedro P. Geografia e desenvolvimento regional no Brasil In: SILVA, José Borsacchiello da. (Org.). *A cidade e o urbano*: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997. p.15.

[44] Id. ibid.

[45] SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a cidade e o urbano. In:_____,(Org.). *A cidade e o urbano*: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.

[46] CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis.* Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.14.

[47] Urbanista francês autor de entre outras, "Velocidade e Política e Guerra e Cinema, onde analisa a ligação entre tecnologia e imaginário no projeto de modernidade

[48] Área de uma cidade em que se construíram as suas ruas e habitações.

[49] CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Obra completa.* Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p.25.

[50] Prefeito de Teresina no período compreendido entre 17 de março de 1932 e 10 de maio de 1935, nomeado por Landri Sales Gonçalves. Foi responsável pela erradicação das mamoranas, planta ornamental que servia de arborização da cidade, argumentando que no período da frutificação provocava problemas de ordem policial. Segundo Orgmar Monteiro, a versão corrente para a erradicação era a seguinte: "Face à pequena resistência da madeira aliada à formação dos frutos nos extremos dos ramos, isso levava os derrubadores a cometerem imprudência de se afoitarem na colheita, sobrevindo partir-se o galho e a queda subsequente. Contudo, o pior sobrevinha com os aproveitadores que surrupiavam os frutos derribados por outros enquanto eles estavam trepados. As brigas. Ferimentos. Cabeças e membros quebrados. Por tudo isto e outras estripulias, o Prefeito Pires Chaves erradicou o mal, cortando e arrancando as mamoraneiras.

[51] O Diretor de Obras do Município considerava que o Código de Posturas de Teresina que datava de 1906 estava defasado, portanto não é que a cidade não possuísse um código de postura, a cidade desejada pelo diretor é que exigia um novo código de postura.

[52] MOREIRA, op. cit., p. 56.

[53] TERESINA. Prefeito(1936-1945: Monteiro). *Relatório do Prefeito Lindolfo do Rego Monteiro.* Teresina: Tipografia Popular, 1942. p.22 e seg.

[54] Id. ibid.

[55] WEBER, Eugene Joseph. *França fin-de siècle.* Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras,1988. p.216.

[56] GOMES, op. cit., p.112.

[57] LE GOFF, op. cit., p. 173.

[58] BORNBHEIN, Gerd. A invenção do novo In: *Tempo e História.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.117.

[59] Id. ibid.

[60] DIEGOLI, Leila Regina. Estado Novo: nova arquitetura em São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, n.13, 1996. p.151-156.

[61] A avenida Antonino Freire foi reformada, ganhou duas pistas, canteiro central, arborização neste último e calçadas laterais em sua gestão(1932 -1935). O canteiro central recebeu carnaubeiras, símbolo da riqueza do Piauí de então.

[62] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro.* Teresina: Tipografia Popular, 1942. p.22 e seg.

[63] Segundo Pires Chaves, as quadras iniciais com que foi dividido o espaço de Teresina eram de dimensões pequenas, variando de 70X70 a 90X90

[64] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro.* Teresina: Tipografia Popular, 1942. p.22 e seg.

[65] MOREIRA, op. cit., p.60.

[66] Id. ibid.

[67] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro.* Teresina: Tipografia Popular, 1942. p.22 e seg.

[68] Ibid. p.22 e seg.

Digitalizado com CamScanner

[69] MOREIRA, op. cit., p. 66.
[70] Ibid., p. 58 e seg.
[71] Id. ibid.
[72] SCHORSKE, op. cit. p.80 e seg.
[73] Ibid., p. 80
[74] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro.* Teresina: Tipografia Popular, 1941. p.31.
[75] A nossa Capital conta, na zona urbana, as doze praças seguintes:
1 Praça 13 de Março, com 50.000 m2.
2 Praça Landri Sales , com 10.800 m2.
3 Praça Marechal Deodoro, com 4.400 m2.
4 Praça Rio Branco, com 6.800 m2.
5 Praça João Luís 7.200 m2.
6 Demóstenes Avelino, com 6.700 m q.
7 Praça Marechal Floriano, com 8.000 m2.
8 Praça Pedro II, com 9.000 m2.
9 Praça Frei Serafim, com 20.000 m2.
10 Praça da Estação, parte ainda a desapropriar e parte livre atualmente, 8.000 m2.
11 Praça Padre Marcos, com 6.400 m2.
l2 Praça Conselheiro Saraiva, com
[76] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro.* Teresina: Tipografia Popular, 1941. p.31.
[77] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro.* Teresina: Tipografia Popular, 1942. p.35.
[78] PASCHOALINO. *Gazeta,* 12 out. 1933. p.1.
[79] OLIVEIRA, op. cit., p. 86
[80] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro.* Teresina: Tipografia Popular, 1942. p.11.
[81] MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça:* memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimento dos novos. Fortaleza: [s. n.], 1987. p.138.
[82] SCHORSKE, op. cit., p.114.
[83] Ibid. p.115.
[84] Domingos Monteiro, Intendente Municipal em duas oportunidades 1904-1908 e 1929 - 1932). Esse último mandato não foi completado em decorrência de sua cassação pela Revolução de 1930. Ficou conhecido como o pioneiro do calçamento da cidade.
[85] BRITO, Bugyja. *Narrativas autobiográficas.* Rio de Janeiro: [s .n.], 1977. p.156.
[86] MAGALHÃES, Joaquim Ribeiro. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento.* Teresina, 13 dez.1996.
[87] DIÁRIO OFICIAL, 28 fev.1941. p.3.
[88] Lindolfo do Rego Monteiro assumiu o comando da Prefeitura de Teresina a 1° de fevereiro de 1936. Fora nomeado pelo governador do Estado Leônidas de Castro Melo a 30 de janeiro do mesmo ano.
[89] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro.* Teresina: Gráfica Esperança, 1937. p.8.

[90] OLIVEIRA, op. cit., p. 10.
[91] GAZETA. Teresina, 7 fev.1934. p.4.
[92] NEVES, Berilo. Teresina, cidade romântica. *Diário Oficial,* Teresina, 3 jun.1941. p.3.
[93] TERESINA. Decreto-lei n. 114, de 25 de outubro de 1941.Estabelece normas especiais para as construções à avenida Presidente Getúlio Vargas, nesta capital e toma outras providências. Diário Oficial, Teresina, 26 out. 1941.
[94] WILLIANS, op. cit., p.204.
[95] CHARTIER, Roger. *A história cultural:* entre práticas e representações. Trad. Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p.16.
[96] BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.10
[97] BERMAN, op. cit., p.224.
[98] VANGUARDA, 7 set.1939. p.04.
[99] NEVES, op. cit., p.3.
[100] MAGALHÃES, Joaquim Ribeiro. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento.* Teresina, 13 dez. 1996.
[101] GAZETA. TERESINA 10 set. 1939. p. 2
[102] TERESINA .Decreto-lei n. 49, de 3 de março de 1939. Proíbe o plantio de capim ou sua conservação na zona urbana. *Relatório do Prefeito Lindolfo do Rego Monteiro, 1939.* Teresina: Tipografia Popular, 1941.
[103] TERESINA .Decreto-lei n. 63, de 3 de julho 1939. Prorroga por mais 90 dias o prazo para que os plantadores de capim da zona urbana eliminem esse tipo de plantio da zona urbana da cidade. *Relatório do Prefeito Lindolfo do Rego Monteiro, 1939.* Teresina: Tipografia Popular, 1941.
[104] CASTELO BRANCO, Cristino. *Homens que iluminam.* Rio de Janeiro: [s. n.], 1946. p.46.
[105] GAZETA. *Nova Arquitetura,* Teresina, 7 fev.1934. p.1.
[106] Id. ibid.
[107] Id. ibid.
[108] OLÍMPIO, José. *Liceu Piauiense:* síntese histórica. 3. ed. Teresina: [s. n. 19?]. p.11.
[109] DIEGOLI, Leila Regina. Estado Novo: nova arquitetura em São Paulo. *Projeto História,* São Paulo, n.13, 1996. p.151-156.
[110] NOGUEIRA, Lidya Tolstenko. *A trajetória da enfermagem moderna no Piauí:* 1937-1939. Rio de Janeiro, 1997. Tese de doutorado. Escola Ana Nery,
[111] ALMEIDA, Agenor Barbosa. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento.* Rio de Janeiro, 24 set. 1996.
[112] A imagem da Santa Casa de Misericórdia de Teresina entre os médicos era muito ruim. Enquanto funcionou dependeu de subvenções oficiais e doações voluntárias, além das rendas obtidas com a administração do cemitério existente na cidade.

Digitalizado com CamScanner

[113] NOGUEIRA, op. cit., p. 75

[114] QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquista. *Economia piauiense*: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUPFI, 1998. p.46.

[115] OLIVEIRA, Paulo. O progresso do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, 14 abr. 1941. p.3.

[116] PIAUÍ. Interventor(1935-1945: Melo) *Relatório do Interventor Federal no Estado Leônidas de Castro* Melo. Teresina: DEIP, 1942. p.49

[117] Ibid., p.49.

[118] OLIVEIRA, op. cit., p.3.

[119] NORA, Pierre. *Lugares de memória*: problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 14, 1981. p.7-28.

[120] OLIVEIRA, op. cit., p.3.

[121] NEVES, op. cit., p.3.

[122] MAGALHÃES, Joaquim Ribeiro. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 13.dez.1996.

[123] BERMAN, op. cit., p.273.

[124] SCHORSKE, op. cit., p.109.

[125] Ibid., p.110.

[126] PIAUÍ. Governador(1935-1937: Melo) *Relatório do governador Leônidas de Castro Melo*. Teresina: Imprensa Oficial, 1935. p.53.

[127] DIEGOLI, op. cit., p.151-156.

[128] Antônio Leôncio Ferraz(9.11.1945 a 19.12.1945), José Vitorino Correia(20.03.1946 a 02.09.1946) e Teodoro Ferreira Sobral(11.10 1946 a 17.03.1947). Isto sem mencionar as substituições dos titulares pelos seus respectivos Secretários Gerais. No caso do primeiro interventor desse período, o Secretário Geral, Benedito Martins Napoleão do Rego passou mais tempo no comando do Piauí do que o titular(19.12.1945 a 03.03.1946).

[129] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 9 set.1948. p.3.

[130] PIAUÍ. Governador(1935-1937: Melo) *Relatório do governador Leônidas de Castro Melo*. Teresina: Imprensa Oficial, 1935. p.53.

[131] Ibid., p.22 e seg.

[132] Id. ibid.

[133] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 4 abr.1942. p.4.

[134] ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.17.

[135] CALVINO, op. cit., p.32.

[136] MAGALHÃES, Joaquim Ribeiro. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 13.dez.1996.

[137] ROLNIK, op. cit., p.17.

[138] Nilo Peçanha tinha visitado Teresina em campanha política, candidato à presidência da República

[139] GAZETA, Teresina, 27 set.1933. p.4.

[140] Id. ibid.

[141] SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.77.

[142] REGO, Raimundo Moura.. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. p 19 e seg.

[143] MANIA de velocidade. *O Tempo*, Teresina, 4 maio.1938. p.04.

[144] PIAUÍ. Interventor(1931-1935: Gonçalves) *Relatório .do Interventor Federal Cap. Landri Sales Gonçalves*. Teresina: Imprensa Oficial, 1935. p.129.

[145] VISITA do ditador. *Gazeta*, Teresina, 27 set.1933. p.04.

[146] CORREIO Aéreo Militar: a sua Inauguração. *Gazeta*, Teresina, 20 dez.1933. p. 04.

[147] SEVCENKO, op. cit., p.78.

[148] GAZETA, Teresina, 27 set.1933. p.4.

[149] WEBER, op. cit., p.287.

[150] PIAUÍ. Interventor(1937-1945:Melo) *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo*. Teresina: Imprensa Oficial, 1938. p.15.

[151] Ibid., p.16.

[152] O TEMPO, Teresina, 2 mar.1938. p.4.

[153] Id. ibid.

[154] PIAUÍ. Decreto n. 75-A, de 17 de maio de 1938.Abre crédito de 48:160$000, para pagamento da subvenção concedida pelo Governo do Estado ao Sindicato Condor Limitada. *Diário Oficial*, Teresina, 17 maio 1938. p.5.

[155] PRIMEIRA página. *Folha de São Paulo*, 1985. p.29.

[156] GAZETA, Teresina, 28 out.1942. p.01.

[157] VEIGA, Carlos. Estudo sobre o Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, 28.nov.1939. p.4.

[158] NUNES, op. cit., p. 97.

[159] O 2º Batalhão de Engenharia e Construção realizou os serviços de desmatamento, terraplenagem, obra de arte corrente(bueiros) e obras de arte especiais(pontes e viadutos). A ponte sobre o rio Poti foi a obra de maior vulto neste trecho de ferrovia. Mede 160m de extensão. A ponte sobre o rio Jenipapo, no mesmo trecho tem a extensão de 143m.

[160] BRASIL. Ministério do Exército. IV Exército. 2 ° BECnst.: *Construindo segurança*. Teresina: [s. n. 19-]. p. 02

[161] Id. ibid.

[162] DANTAS, Aldir. Relembrando o Piauí e os piauienses. *Gazeta*, Teresina, 4 jan.1934. p.04.

[163] Id. ibid.

[164] A SOLENIDADE de inauguração da ponte "João Luís Ferreira". *Diário Oficial*, Teresina, 4 dez.1939. p. 2 e seg.

[165] Id. ibid.

[166] DANTAS, op. cit., p.04.

[167] WEBER, op. cit., p.90.

[168] Ibid., p.91.

[169] Governador do Piauí(01.07.1924 a 01.07.1928) afirma em relatórios oficiais ter construído estradas que interligam o Piauí ao mercado regional.

Digitalizado com CamScanner

[170] NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí(1928-1934)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p 94.
[171] VEIGA, op. cit., p.4.
[172] *OITO anos de governo*: a administração Leônidas Melo no Piauí(1935-1943).[S.I: s. n., 19-], p.18.
[173] O engenheiro responsável pela obra foi Cícero Ferraz de Sousa Martins. A obra foi inaugurada em 1936.
[174] SOUSA, Benedito Amorim de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 19 set. 1996.
[175] PIAUÍ. Interventor(1937-1945:Melo) *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo*. Teresina: Imprensa Oficial, 1938. p.10.
[176] FALANDO a verdade. *O Piauí*, Teresina, 28 abr. 1946. p.3.
[177] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 6 nov.1941. p.2.
[178] DIÁRIO OFICIAL, Teresina,
[179] FALANDO a verdade, op. cit., p.2.
[180] REGO, Moura. *Notas fora da pauta*. Teresina: Gráfica Júnior, 1988. p.26.
[181] GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Teresina: pesquisas históricas*. Teresina: Editora Júnior, 1991. p.94.
[182] MONTEIRO, Orgmar. Teresina descalça: memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimento dos novos. Fortaleza: [s. n.], 1987. p.304.
[183] Ibid. p.305.
[184] Ibid. p.306.
[185] WEBER, op. cit., p.91.
[186] GIRÃO, Blanchard. *O Liceu e o Bonde na paisagem sentimental de Fortaleza*-Província/ Memórias. Fortaleza: [s. n.], 1997. p.15.
[187] MONTEIRO, op. cit., p.306.
[188] ALMEIDA, op. cit., p.137.
[189] GIRÃO, op. cit., p.25.
[190] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro*. Teresina: Gráfica Esperança, 1937. p.8.
[191] PIAUÍ. Decreto-lei n. 78, de 23 de julho de 1940.Abre crédito especial de Rs 175:000$000, para ocorrer às despesas com a aquisição de ônibus. *Diário Oficial*, Teresina, 27 jun.1940.
[192] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro*. Teresina: Tipografia Popular, 1942. p.8.
[193] TERESINA. Decreto-lei n. 85, de 3 de outubro 1940. Cria o serviço de transporte urbano e suburbano de Teresina: Tipografia Popular, 1942.
[194] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro*. Teresina: Tipografia Popular, 1942.p.9.
[195] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro*. Teresina: Tipografia Popular, 1941.p.14.
[196] Id. ibid.
[197] GAZETA, Teresina, 4 out.1941. p.4.
[198] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro*. Teresina: Tipografia Popular, 1941. p.14.
[199] CARVALHO Rivaldo. Coisas da Piçarra. *O Pirralho*, Teresina, 12 out.1947. p.3.

O incêndio

O ar queima, o vento queima, a terra queima e abrasa.
Ondas rubras de Sol batem fortes na areia...
No espaço nem sequer um leve ruflo de asa,
Passa aos beijos do Sol que fustiga e esbraseia.

Fogo de um lado e de outro e o vento o incêndio ateia,
Da planície a fazer vasto lençol brasa,
E o fogo sobe e desce, e volta, e mais se alteia,
E abraça e beija, e morde a ossatura da casa.

Nisto um grande rumor pela terra se escuta.
Braços abertos no ar, soluçando o Castelo,
Se desmorona, enfim, depois de estanha luta.

Lucídio Freitas

Digitalizado com CamScanner

4- "A cidade de palha", os incêndios, violência policial e as propostas de substituição das coberturas de palha

4.1. As casas de palha

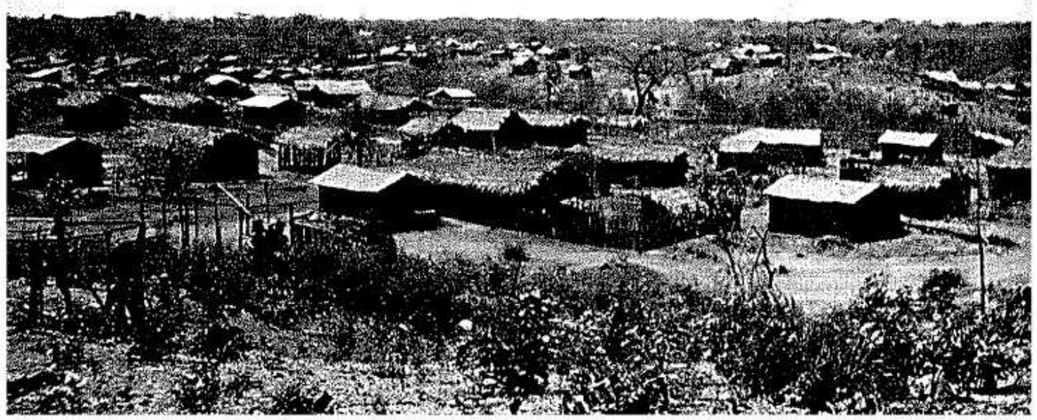
Teresina, nos dias que correm, ainda, possui áreas na periferia onde o número de habitações construídas com a palha de coco babaçu é significativo.[1] Nas chamadas áreas de invasões, a concentração desse tipo de habitação é marcante.

A cidade não nasceu sob o signo da casa de palha, mas, em 1860, já possuía 530 casas dessa espécie, perfazendo um total de 863[2]. Daí a preocupação das autoridades municipais, no final do primeiro quartel, depois da fundação, com a construção desse tipo de moradia. A cidade atraía, deste então, populações pobres vindas do interior que, embora instaladas em habitações precárias, procuravam participar das atrações do núcleo recém-criado."[3]As posturas de 11 de abril de 1867, no artigo 42, expressavam

Digitalizado com CamScanner

a proibição de edificação ou reedificação de casas de palha dentro dos limites da décima urbana.[4] Fica explicitada uma das características principais da urbanização brasileira: a segregação das classes e camadas sociais menos privilegiada no espaço.[5]

Para Padre Chaves, "as casas de palha de Teresina sempre foram um pesadelo para todos aqueles que tiveram uma parcela de responsabilidade pelo bem público na cidade e no Estado."[6] Já em 1868, o deputado Davi Moreira Caldas, em sessão da Assembléia Provincial, apresentou projeto de lei estabelecendo que o Governo deveria gastar em torno de dois contos de reis na substituição paulatina das palhoças. O projeto defendia a substituição das coberturas de palha "...dando aos proprietários daquelas auxílio equivalente a pouco mais ou menos a 5 ª parte do valor de uma nova casa se avaliarmos esta em 500$000. O projeto caiu na primeira discussão por ser julgado inexequível."[7] A existência de casas de palha despertou a atenção de um ou



outro integrante da elite política local, como ocorreu com Davi Caldas, mas isto não significa necessariamente que esta elite tivesse ficado sensibilizada. O resultado da votação mencionada por Pe. Chaves demonstra isso. Aliás, por ser proibida a edificação com esse tipo de material, a legislação posterior nem considera edificações casas construídas com palha de coco. "Não se entende por edificação as casas de palha e quintais de talos, que são proibidos por lei."[8]

Na primeira metade da década de 1910, foi sancionada a Lei n. 69 do Conselho Municipal de Teresina que mantém no artigo 30 a proibição da construção de casas de palha na zona urbana. "É proibida expressamente a construção dentro da zona urbana, de casas cobertas de palha ou de qualquer outro material de fácil combustão, e assim também cobrir novamente de palha as existentes."[9] Dois elementos importantes podem ser observados no artigo anteriormente citado: o primeiro explícita proibição em construir casas cobertas de palha na zona urbana, significando implicitamente que fora dela seja permitido; o segundo elemento aplicando-se à proibição da recobertura das casas com aquele tipo de material, como a palha que tem vida útil curta, a legislação municipal impõe a cobertura de telha. Do exposto, podemos concluir que as autoridades municipais têm a pretensão de "limpar" paulatinamente a zona urbana de construções que levem a palha e o talo de coco. A justificativa para a proibição era a de que são materiais de fácil combustão.

Se, por um lado, as autoridades municipais pretendiam evitar que a zona urbana fosse tomada por incêndios, não tinham a mesma preocupação com os

Digitalizado com CamScanner

habitantes da periferia que construíam suas habitações fundamentalmente com a palha. A tese da "limpeza" do núcleo central da cidade é formalizada.

A existência de lei proibitiva não significa necessariamente que ela fosse cumprida com rigor. A população mais pobre e pessoas em condições econômico-financeiras suficientes para mudar a cobertura de suas residências para telha de cerâmica mantiveram a palha. Uma grande parte da população brasileira está excluída do mercado da produção de moradias. Podemos apontar pelo menos duas razões para este fato: a) uma profunda desigualdade na distribuição da renda gerada na economia; e b) o direito de habitar na cidade tem preço elevado graças as condições que regem a produção capitalista de moradias no Brasil. Essas condições provocam desequilíbrio entre a oferta e a procura de moradias, levando a alta de preços dos imóveis, ao ponto de tornar-los bem proibitivos para certas camadas da população, que procuram construir residências em terrenos não utilizados por razões topográficas ou geográficas ou se estabelecem em áreas mais afastadas do centro.

William Palha Dias lembra que, ao chegar a Teresina, no início da década de 1940, a casa dos parentes que iam hospedá-lo era coberta de palha:

> *"...A dos parentes era coberta de palha, como inúmeras outras da vizinhança(...)Naquele tempo, em Teresina, não era motivo de reparo ou mal - estar residir-se em casa de palha. As pessoas da classe média dificilmente possuíam casa de telha, por isso não era motivo ignorar-se uma casa de palha, mesmo no centro da cidade.*[10]

Havia resistência à mudança proposta pelas autoridades. Não parecendo tenha ganhado foros de combate aberto. Era silenciosa. Além do mais, apareciam justificativas de base cultural que talvez tenham ajudado nesta resistência. Uma delas está relacionada com o calor que os termô metros registram na cidade no segundo semestre do ano. Diziam os defensores da tese que a cobertura de palha amenizava o calor no interior da residência:[11]

> *O hábito, por exemplo, de uma parte da população em construir casas cobertas de palhas secas de babaçu, teve por fim aquela amenização [do calor]. Ao chegarmos à Cidade, em 1915, verificamos que desembargadores, professores do Liceu, deputados estaduais e outras pessoas gradas tinham o prazer de usá-las, não sendo assim pobreza ou de poupança a cobertura do domicílio pelo modo descrito. A razão plausível para o habitante preferir a palha estava em que o calor gera mais quentura sobre as telhas de barro.* [12]

Francisco de Assis Iglésias, quando esteve em Teresina pela primeira vez no início da década de 1910, assim descreveu a cidade: era a menor capital por onde tinha passado, possuía apenas três ruas principais, e a iluminação, ainda, era feita a lampião de querosene, que chamou de obsoleta. O único comentário positivo está relacionado com o traçado das ruas; contudo, em seguida diz que elas não possuíam quase nenhuma arborização; o Teatro estava quase sempre fechado. "A cidade ainda não tinha rede de esgotos, nem água filtrada. Quanto à água potável, nas casas de família(...) usava-se o sistema de decantação."[13] Segundo Arimatéa Tito Filho, os serviços de abastecimento d'água têm início entre 1900-1904 e no governo de Antonino Freire(1910-1912) teriam sido ampliados.[14]

Digitalizado com CamScanner

Na Republica Velha, o Brasil inseria–se no mundo capitalista, através do modelo primário de exportação, embora houvesse o reconhecimento da cidade como locus da acumulação e, portanto, objeto de políticas públicas específicas. A presença do Estado nas áreas urbanas não ocorria de forma tão frequente como no período posterior.

Francisco de Assis Iglésias traçou um perfil do casario existente e demonstrou, embora sem citar o número total de habitações construídas, que ficou impressionado com a quantidade de casas onde a matéria-prima empregada era a palha de coco:

> *Tem mais ou menos umas 500 casas de alvenaria e o resto é de pau a pique, ou simplesmente de palha de palmeiras de babaçu ou 'coco de macaco'. Há ruas inteiras de casas de palha. Quando pega fogo numa casa, o incêndio se propaga com rapidez incrível, pela rua toda, pois além de ser verdadeiro fogo de palha não havia bombeiro na cidade.*[15]

Destacaríamos duas observações realizadas por Francisco Iglésias, de maneira impressionista: uma seria a expressão "mais ou menos 500 casas de alvenaria," indicando uma estimativa; a outra, o número de casas revelaria a importância da cidade. Podemos conjeturar que o predomínio das casas de alvenaria deveria localizar-se no núcleo central da cidade. O supracitado autor não menciona quantas eram de "pau a pique ou de palha". Mas é relevante a imagem que constrói: "haviam ruas inteiras de casa de palha".

É emblemático que trate da possibilidade de incêndios. Contudo, do seu relato, não é possível depreender se foi testemunha de incêndios. Pode simplesmente ter ouvido

falar deles, concluindo tal fato diante da concentração de casas de palha na periferia.

Outro dado importante do relato é a inexistência de um grupamento militar treinado no combate aos incêndios. O fato chama a atenção porque, desde as primeiras leis de posturas da cidade, que as autoridades municipais justificam a proibição da construção com palha ou talos, devido à fácil combustão destes materiais. A imprensa da capital noticia sobre incêndios 8 anos após a sua fundação. "Na noite do dia 20 pelas 11 horas tocou à rebate, anunciando fogo na cidade. Foram duas casas situadas no porto do Quartel que casualmente foram incendiadas."[16] As crônicas sobre a cidade dão conta de que as construções com estes materiais continuaram sendo feitas e, no entanto, o Município ou o Estado não dotaram a cidade do serviço de bombeiros até o início da década de 1940.

Maria Mafalda Balduíno Araújo, estudando Teresina nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do XX, cita o cronista Caio Lima, para quem os bairros da cidade formavam um labirinto de palhoças no estilo de João de Barro. A autora conclui, afirmando serem comuns em Teresina cenas de incêndio nos locais onde a pobreza habitava.[17] O mesmo cronista é citado também por Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz e, no recorte que esta historiadora faz, aparece outro aspecto relacionado com o processo de modernização da cidade:

> *Teresina é uma cidade curiosa. Uma cidade que se compõe de um núcleo de casario de telha mais ou menos simétrico(...) E de mente maior que corre da Vermelha ao Poti Velho, casinhas de gentalha, pobres, de palha, sem nenhum gosto e sem a menor arte.*
> *É como a miséria abraçando a abastança relativa; a nudez espreitando a comodidade.*[18]

Digitalizado com CamScanner

O cronista descreve a pobreza das casas que cercam a cidade. As casas são "casinhas de gentalha", são "pobres", de "palha" e sem nenhuma arte, portanto, de muito mau gosto. Ora, habitações com tais características deixam a cidade feia. Não propõe que as habitações sejam destruídas, não propõe uma política de construção de casas com coberturas de telhas, mas seu discurso é contrário às casas de palha, pode-se fazer a leitura que defende a importância de afastar aquela imagem de sujeira que as casas de palha representam.

A idéia de afastar as casas de palha das proximidades da zona central está relacionada com o discurso de modernização da cidade. Mafalda Baldoíno observa a presença desse discurso nos jornais a partir das duas últimas décadas do século XIX. "Essa elite pensava que, para o progresso se instalar, teria que haver uma ordenação da sociedade."[19] O ideário de "ordem" e "progresso" marca o discurso do governador Raimundo Arthur de Vasconcelos (1896-1900)[20] que considera a ordem "(...) condição essencial para uma boa administração(...) em prol do progresso do Estado."[21]

A ordenação da cidade passa por sua "limpeza," e se as casas de palhas enfeiam-na, é necessário que o poder municipal tome as medidas necessárias. São locadas ruas e praças e começam a ser urbanizadas. "As ruas Benjamin Constant e Campos Sales, do Alto da Pitombeira para leste, já se encontravam locadas e alinhadas. Faltava enfrentar o dédalo de residências efêmeras."[22] As "residências efêmeras" são as casas de palhas que estavam "atrapalhando" o traçado das ruas.

O processo de modernização da capital do Piauí, desenvolvido pela Prefeitura Municipal na administração do prefeito Domingos Monteiro, demoliu um aglomerado de casas de operários, localizado nas proximidades da Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense, como relata Orgmar Monteiro:

> *Recebendo todo apoio da Fábrica, principalmente do Eng.º Raimundo Arêa Leão, o Dr. Arêa ou Mundico para os íntimos, seu presidente, promoveu o bota abaixo na abertura das ruas Benjamim Constant e Campos Sales, essas no trecho da Baixa das Éguas na direção leste para oeste até o muro da fábrica na primeira, e ao rio na última.*[23]

O discurso da higienização de cidades como Paris,[24] Rio de Janeiro,[25] São Paulo,[26] Recife,[27] e Fortaleza,[28] estas duas últimas mais próximas de nós, parece ter oferecido lições aos administradores. Os cortiços e casas de pobres tinham que ceder lugar a ruas e avenidas. Só na década de 1930 foram tomadas as primeiras iniciativas no sentido de construção de vilas operárias na cidade de Teresina:

> *(...) Uma área de terreno bem ali começando no Augusto Ferro pra lá, todas aquelas ruas ali, esta planta eu acho que ainda deve está aí pela casa do Narciso(...) Nós executamos aquilo, compreendeu? Aquelas ruas, na planta, dado pelo Luís Pires Chaves para a gente fazer a vila operária.*[29]

O ordenamento[30] da cidade, realizado de forma autoritária, é excludente e está relacionado com o afastamento dos pobres da zona urbana. A área doada para os operários construírem a vila foi planejada distante do núcleo central da cidade, depois da linha férrea:

Digitalizado com CamScanner

(...) Todas aquelas ruas nós abrimos(...) quando a gente arranjava um dinheirinho dava um empurrão né? (...) quando já tinha aberto as varedas com os nomes das ruas, de acordo com a planta, fizemos uma missa(...) para chamar a atenção do povo que ninguém acreditava que a gente fizesse, era mata maciça, viu? Tucunzal, compreendeu.

O terreno doado para a construção da Vila, como registra esta memória,[31] exigiu um enorme investimento para preparação e ordenamento da Vila a ser construída. Foram os operários que abriram as picadas onde foram localizadas as primeiras ruas. Como descreve Antonio Sales, o local era coberto por "mata maciça", "tucunzal".

Os lotes de terra foram distribuídos e os operários tiveram que construir suas casas. Logo após a queda da ditadura Vargas, os moradores solicitaram aforamento junto às autoridades competentes. Entretanto, com a saída do dr. Leônidas, entrou o Rocha Furtado; com a mudança de prefeito, os operários não mais tiveram direito aos terrenos: "... o dr. Leônidas saiu e entrou o Rocha Furtado, e a prefeitura não podia dar terreno."[32] Antônio Sales, aliado ao ex-interventor Leônidas Melo, transforma a solicitação de regularização, através do aforamento, em questão político-partidária. O local não se transformou em bairro eminentemente de operários, porém, o nome manteve-se, Vila Operária.

Esta política pode ser constatada, também, através da criação de instituições que têm como objetivo abrigar mendigos, idosos e crianças. O cronista Carlos Borromeu informa que, ainda na República Velha, tinha havido tentativa de o Secretário de Polícia, Dr. Waldemir Abreu, de sensibilizar a sociedade para a fundação de uma casa

de caridade, "....chegou a promover uma festa no Palácio de Karnak, em benefício de sua idéia. Acontecendo, porém, só conseguir 4000$000, deixou-se tomar pelo desânimo."[33]

Em 1931, segundo Carlos Borromeu, existiam aproximadamente 32 mendigos em Teresina, no entanto, sua distribuição por pontos estratégicos dava a impressão do número ser maior. Ficavam estes na rampa da estação ferroviária, na porta do principal hotel da cidade, na porta do Café Avenida, na praça Rio Branco, na entrada do cine Olympia e no Mercado Central, local de maior concentração. Esses locais, também, eram pontos por onde passavam aqueles que visitavam a cidade. As autoridades preocupavam-se com a imagem da capital do Estado, precisando tomar alguma medida para melhorar-la. Todavia, não eram só as autoridades, tendo em vista que a primeira proposta surgiu entre os maçons da Loja Capitular Caridade 2, do Oriente de Teresina. Assim, em audiência com o interventor Landri Sales expuseram a situação dos mendigos:

(...)Achando que este estado de coisas não estava compatível com nossos foros de povos civilizados. Por intermédio de uma comissão de obreiros(...)solicitou - lhe o sítio Pirajá, de propriedade do Estado para nele fundar e manter a Colônia dos Mendigos.[34]

É necessário esclarecer que o sítio Pirajá ficava fora dos limites urbanos. Era área onde o Estado fazia experimentos agrícolas. A idéia da Colônia não se

Digitalizado com CamScanner

concretizou porque as senhoras caridosas da cidade intervieram a favor dos mendigos, propondo a criação de uma caixa de mendigos para assisti-los.

Em 1932, Teresina recebeu grande contigente de nordestinos expulsos dos locais de moradia devido à escassez de chuvas. Nessa oportunidade, para ajudar o chefe da Casa Militar do governo, o capitão Colares Moreira, juntamente com a comissão de maçons voltaram à carga, saindo de casa em casa para solicitar ajuda em benefício dos "deserdados da sorte". O comércio ofereceu-lhe 10:000$000. Nascia, desta maneira, a Caixa Beneficente dos Mendigos de Teresina. Segundo Arimatéa Tito Filho, a Caixa Beneficente dos Mendigos de Teresina foi fundada em 1933.[35] A 11 de fevereiro de 1933 é feita a primeira distribuição de víveres. Nesta ocasião, foram atendidos 300 indivíduos de ambos os sexos, entre pobres e flagelados.[36] Nesse mesmo ano, o Estado e o Município transferiram para a Caixa dos Mendigos 8.000$ e 6.000$000 respectivamente.

No ano de fundação da Caixa, entregaram 100 chapas a mendigos e pobres da cidade, tornando-os oficialmente pensionistas. No final do ano seguinte, aquele número tinha dobrado.

Leônidas de Castro Melo, procurando remediar a situação da Caixa e dos mendigos, faz com que a instituição passe a fazer parte do Estado de acordo com a lei n. 18, de 30 de outubro de 1935 que foi regulamentada pelo Decreto n. 1697, de 6 de abril de 1936. Dois anos depois, os industriais passaram a pagar 8% sobre o consumo de energia elétrica de empresas. Agora, os pobres que recebiam

algum tipo de benefício da Caixa tinham subido para 360 e as ruas estavam cheias de pedintes. "O dilema é este: ou nós asilamos os mendigos, ou os mendigos nos meterão num asilo de loucos."[37]

O governo de Leônidas Melo parece ter compreendido o "recado" do cronista. Por conseguinte, em 1941 foi inaugurado o abrigo de Nossa Senhora do Amparo, destinado a receber pessoas idosas. A sede dessa nova instituição era no prédio da antiga Casa de Misericórdia, desocupada com a inauguração do Hospital "Getúlio Vargas". O abrigo tinha como objetivo central oferecer assistência material e espiritual à velhice, considerada desamparada pelas autoridades locais:

> *O abrigo tinha capacidade para atender aos 550 mendigos matriculados na Caixa Beneficente dos Mendigos de Teresina. Estava dotado aquele abrigo de um ambulatório destinado à assistência dos internados, podendo ainda atender até 20 consultas médicas diárias a pessoas recohecidamente pobres.*[38]

A administração da sede do Abrigo foi confiada às religiosas Irmãs Terceiras Capuchinhas.

Todavia, com o mesmo objetivo, mas atendendo a outro grupo do segmento social pobre de Teresina, o governo constituiu a Casa da Criança em 1943. Dois anos depois era dotada de lactário, creche, ambulatório, jardins de infância e serviço de vacinação.

A Escola Profissional "Leônidas Melo" foi fundada em 15 de outubro de 1944, com um internato

Digitalizado com CamScanner

de setenta e dois menores desprotegidos, "...mantém com real proveito aulas de alfabetização, música, ofícios, trabalho de horticultura, cerealcultura, instrução física e pré-militar."[39]

Desse modo, percebe-se que a idéia de limpeza e higienização da cidade atinge também os menos afortunados. As ruas precisavam ficar limpas também daqueles que eram considerados perigosos.

As transformações sofridas pela cidad e nas primeiras décadas do século XX[40] indicaram aos dirigentes municipais a necessidade de atualização do Código de Posturas de 1905:

> *À nossa capital, ao se aproximar de sua data centenária, 1952, falta, ainda, um plano regulador, que cogite melhorar as condições da cidade construída e prever a formação de novos quarteirões, isto é, um plano completo de melhoramento e expansão.*[41]

O novo Código de Posturas foi publicado em 1939 e tinha 512 artigos. No capítulo que trata "das coberturas" não há referência direta à palha. "Na cobertura dos edifícios deverão ser empregados materiais impermeáveis, imputrescíveis, maus condutores de calor, incombustíveis e capazes de resistir aos agentes atmosféricos."[42] Contudo, está dito que ela não pode ser empregada porque se enquadra entre as características anteriormente enumeradas; ela apodrece com a ação dos agentes da intempérie (sol, água, calor), e além disso, é de fácil combustão.

No capítulo que trata das casas populares, os autores do Código definem onde podem ser construídas as chamadas "casas populares". "Na zona suburbana, a uma distância nun-

ca inferior a cem (100) metros da zona urbana, e na zona rural, será permitida a construção de casas populares de um só pavimento..."[43] Dois elementos neste trecho chamam a atenção: a tese da "limpeza" da cidade ganha força porque o Código de Posturas proíbe a construção de edifícios de um só pavimento na zona urbana. A intenção dos autores do Código era transformar aquela zona em local de moradia daqueles que podiam construir casas com mais de um pavimento. Tal tendência pode ser confirmada, especialmente, na principal avenida da cidade - Frei Serafim.

Com a autorização do Prefeito as "casas populares" poderiam ser construídas em áreas onde não fosse ofertado nenhum tipo de serviço.

> *(...)Atendendo que a zona suburbana não está, ainda, provida dos serviços de transporte, água, luz e outros melhoramentos necessários ao bem-estar e higiene públicos, o Prefeito poderá permitir a construção de casas do tipo popular, dentro do perímetro urbano, em ruas que ainda não estejam calçadas, excetuadas as praças, avenidas e a zona central.*[44]

O Código de Posturas deixa transparecer um certo elitismo. Separa ricos e pobres quando indica onde se pode ou não construir-se casas populares. A legislação tem a pretensão de afastar os pobres para longe da zona central da cidade.

Não existe referência direta ao material da cobertura das chamadas "casas populares" neste artigo, porém fica patente a proibição do uso da palha. "...A cobertura será de telha, ou outro material incombustível, não sendo obrigatório o forro."[45]

Digitalizado com CamScanner

De tudo o que foi posto até agora, aparece sistematicamente a proibição da cobertura de casas com a palha, ou outro material considerado de fácil combustão. Havia, como se percebe, uma "preocupação" com incêndios. Entretanto, isso não significa que as habitações consideradas populares não continuassem sendo construídas com os materiais proibidos por lei.

4.2. Os incêndios

Em Teresina, a cada período de estiagem, as moradias populares transformavam-se em alimento do fogo.[46] A cidade por sua localização, no vale do Parnaíba, possui caracteres climáticos próprios, dos quais ressaltam as elevadas temperaturas dos meses de setembro, outubro e novembro, com máximas superiores a 35°C. O período ora mencionado é considerado o mais seco e mais quente do ano. "É no mês de outubro que se tem as temperaturas máximas de 40° C."[47] As temperaturas elevadas durante quase todo ano acentuavam–se nas horas de maiores insolações durante o período seco.

A preocupação das autoridades municipais com a construção de habitações que incluíssem materiais de fácil combustão era constante. Em uma rápida incursão

Digitalizado com CamScanner

por jornais que circularam na cidade, encontram-se sem grandes dificuldades, informações sobre incêndios desde 1860, oito anos depois da fundação da capital.

Durante a década de 1930, a imprensa volta a noticiar a ocorrência de incêndios na cidade. São pequenas notas que não oferecem detalhes sobre o acontecimento:

> *No domingo último, cerca de meio dia, violento incêndio devorou uma casa coberta de palhas, pertencente a Francisco Isaías, conhecido por Chico Leiteiro, situada na rua 13 de junho...*[48] *Ainda: "Violento incêndio devorou, pouco depois do meio dia de 20 do corrente, uma casa coberta de palhas, sita à rua Coelho de Resende e pertencente à Sra. D. Clarinda Bezerra de Sousa, viúva do Sr. Antônio Joaquim de Sousa...*[49]

Os dois exemplos registram informações como a destruição total das casas, a condição social dos proprietários e até a profissão de um deles - leiteiro.

A freqüência dos incêndios no período sem chuvas forneceu argumentos para que cronistas atentos ao cotidiano da cidade fizessem sugestões ao Governo no sentido de dotá-la de serviço de combate a incêndios:

> *A nossa capital voa em surtos de progresso, mas continua a ter, em grande e pouco redutível quantidade, essa coisa precária que são as inumeráveis casas de palha, onde se abriga enorme população de pobres.*
>
> *Os incêndios, no verão severo que infalivelmente temos, todos os anos, não deixam de aparecer, levando, muita voracidade espetacular que a todos causa dó, dezenas, às vezes, daqueles modestos abrigos.*

> *Tenha pois, o ilustre chefe do Estado, mais um rasgo de boa vontade, criando junto à Polícia Militar ao menos um pelotão, de bombeiros, com um caminhão provido de caixa de água, bomba e mangueiras.*[50]

O verão de 1938 foi "pródigo" em incêndios, pois o governo publica decreto abrindo crédito especial para socorrer as vítimas dos incêndios ocorridos em duas datas distintas: 3 e 25 de setembro:

> *(...) Art. 1º-É aberto na Diretoria da Fazenda, o crédito especial de cinco contos de réis(R 5.000$000), para socorrer às vítimas, reconhecidamente pobres, dos incêndios ocorridos nos dias 3 e 25 deste mês, destruindo diversas casas cobertas de palha nos subúrbios desta cidade.*[51]

Os dados não nos permitem chegar ao número de casas e de pessoas atingidas. Um elemento importante, entretanto, é colocado: só as pessoas reconhecidamente pobres teriam direito à ajuda do Governo. É difícil imaginar pessoas com as casas queimadas e não precisando de auxílio, mesmo aquelas a quem William Palha Dias disse pertencer às classes médias locais. Mas, no geral não eram esses setores da sociedade os mais atingidos. Os incêndios ocorriam mais na periferia e os moradores tinham sempre muito pouco. No geral, perdiam tudo o que amealharam durante anos.

O parágrafo único do decreto estabelece que é a Polícia que deverá fazer o rateio de Rs 5.000$000 entre as vítimas, quando as sindicâncias tivessem sido concluídas.

Digitalizado com CamScanner

Na maioria das vezes, as perdas eram apenas materiais, mas ora por outra provocavam vítimas fatais. Estas, no geral, eram crianças e pessoas idosas, com problemas de locomoção:

> *Há poucos dias, cerca de 13 horas, um terrível incêndio devorou cinco casas de palhas, sitas à rua Jucá trecho da rua Palmeirinha, próximo aos trilhos da Estrada de Ferro...*
> *(...)*
> *O proprietário de uma das casas José Alves Ribeiro, velho cego e paralítico, sofreu fortes queimaduras, sendo recolhido à Santa Casa...*"[52].

A morte cruel de uma criancinha de 11 meses

> *Às 19 horas do sábado último, na rua Manoel Domingos, foi devorada por violento incêndio a casa de Maria Francisca engomadeira, que se achava ausente na ocasião, tendo deixado na referida casa três filhos pequenos, inclusive Raimunda, de apenas 11 meses de idade."*
> *Presa às chamas, a inocente criança morreu assada."*[53]

Não obstante, alguns nomes da elite teresinense aparecem na imprensa como vítimas dos incêndios, por terem mocambos de palha alugados como fonte de renda:

> *Violento incêndio destruiu, na noite de 27 do corrente, cinco casas cobertas de palhas, sitas à rua São Pedro, série do Norte, entre as 24 de Fevereiro e Coelho Rodrigues.*
> *Três casas pertenciam ao Sr. Dr. Matias Olímpio, sendo as outras de propriedade do moreneiro Isídio Martins Oliveira.*[54]

O sr. Dr. Matias Olímpio tinha governado o Piauí entre 1924-1928. Pelo número de casas, pode-se concluir que não lhe serviam de residência.

> *(...) Sem distinção de bairro. Sem distinção de classe. Bem, mas os ricos nada sofriam, moravam em casas de telhas. Mas as casas de pobres, e mesmo de metidos a ricos, tudo se ia. E até mesmo de propriedade de gente grande. Só que eles mesmos não moravam nelas. Mas sofriam o prejuízo. Só não eram atingidos os oficiais da polícia - tanto Militar como a Civil. Mas isto porque botavam soldados e guardas de plantão à noite toda.*[55]

O narrador do romance Palha de Arroz realça o drama vivido pelos pobres, quando compara com os ricos que possuíam casas cobertas de palhas. "Sofriam prejuízos apenas." Chama a atenção para o fato de oficiais militares e civis, também, morarem em casas cobertas de palha e colocarem guardas para vigiar suas residências. Confirma aquilo que Palha Dias disse :"a chamada classe média morava em casas cobertas de palha."

As informações colhidas através da imprensa dificilmente tratam dos fatores que provocaram os incêndios. Eles podiam ter origem nos fenômenos naturais, raros, mas prováveis. "Por ocasião de violenta trovoada nas primeiras horas da madrugada de hoje, caiu uma faísca elétrica em uma casa de palhas, sita à rua Sta. Isabel e onde residia Luiza de tal, engomadeira. Esta foi fulminada e a casa foi totalmente incendiada."[56]

Apesar de Teresina ser uma das cidades do Brasil com maior incidência de raios, ela não era atingida

Digitalizado com CamScanner

sistematicamente por descargas elétricas naturais; tendo em vista não haver chuvas no período de maior incidência dos incêndios. A possibilidade maior da origem dos incêndios estava nas condições das habitações e, portanto, condições sociais da maioria dos moradores das casas de palha:

> *Teresina naquela época tinha muitas casas de palha, uma encostadinha na outra e qualquer negligência dos moradores, uma lamparina acesa ou uma trempe com fogo para cozinhar uma panela de comida, podia pegar fogo nas paredes, que às vezes também eram de palha e subir para o teto e assim, dava início a um grande incêndio que se propagava por 30 ou 40 casas.*[57]

A negligência dos moradores das casas de palha, conforme Genu Moraes, era a principal causadora dos incêndios.

Embora o Código de Posturas definisse como distância mínima de uma casa para outra 1,50 metro, esta regra não era observada nas construções da periferia. Nos bairros, era comum a construção de casas geminadas.

Como vimos anteriormente, a periferia da cidade ainda não havia recebido serviços de infra-estrutura, o que não era uma situação apenas da capital do Piauí. A periferia da capital da República, na década 1910, também, não tinha recebido esses serviços. "Os suburbanos reclamavam a falta d'água, de esgoto, entrega dos correios, da falta de calçamento nas ruas, dos assaltos e das condições de higiene."[58] Dessa forma, a iluminação artificial era feita com lamparina e o combustível utilizado era o

querosene. A alimentação era cozida no fogão a lenha, e colhida nas proximidades das residências. Esses dois elementos mais a palha ressequida pelo calor forte do segundo semestre do ano formavam um conjunto potencialmente inflamável. Entretanto, não é possível assegurar que esse conjunto pegasse fogo aleatoriamente; afinal, a grande maioria das habitações da zona rural e periferia da região onde abunda o coco babaçu é construída com a palha dessa palmeira. A diferença básica é que na zona rural as casas estão distantes uma das outras, mas os outros elementos, t ambém, estão presentes e, no entanto, não ocorrem incêndios com tanta freqüência.

No início da década de 1940, a cidade foi sacudida por incêndios de grandes proporções. O que nos levou a tal conclusão foram algumas atitudes dos governos estadual e municipal. Publicaram decretos[59] que autorizavam a abertura de créditos especiais para atender às vítimas. Não indicaram o número de desabrigados e nem de casas atingidas. Os dois decretos empregam a expressão "diversas" para indicar as casas atingidas. As vítimas de incêndios só seriam beneficiadas com o auxílio após as sindicâncias serem concluídas.

Ressalte-se que foi a Polícia a responsável pela distribuição da ajuda aos atingidos pelos incêndios de 8 de junho de 1940. Contudo, está em cena também como elemento que deve proporcionar segurança à sociedade. Em nota publicada no Diário Oficial, a Chefia de Polícia procurou inteirar a sociedade das ações que estavam sendo desenvolvidas. "As medidas postas em prática pela Polícia contra os incêndios de casas de palha, e a colaboração eficiente da população diretamente atingida pelo

Digitalizado com CamScanner

atentado já conseguiram modificar muito satisfatoriamente a situação."[60]

Nas informações discutidas até então, as sindicâncias policiais, eram noticiadas, entretanto, tudo indica serem ações de rotina da polícia. Depois, nas notas policiais, começaram a aparecer a palavra atentado, sinalizando para mudança de rumo das ações policiais.

A Polícia agradece o apoio que a população atingida teria-lhe-ia oferecido. Afirma também que, embora a ação da Polícia tivesse modificado a situação, ainda não era hora de diminuir "... a vigilância e o esforço bem orientado(...), sendo aconselhável, pelo contrário, que todos se mantenham cautelosos e eficientes até a completa dominação do flagelo e a captura dos seus provocadores."[61] A autoridade policial admite que os incêndios tenham origem criminosa e, por esta razão, realiza investigações.

A polícia solicita a todos que sejam interessados pela "ordem e tranqüilidade pública "...que não dêem crédito a quaisquer sorte de boatos, porém se mantenham de sobreaviso com os boateiros, anotando-os com precisão, para efeitos oportunos." [62]

No ano de 1941, no final de agosto e início de setembro, os incêndios voltaram com intensidade. O jornal Gazeta faz um resumo das ocorrências:

> *No dia 28 do mês último[agosto] se verificou um pavoroso incêndio na Arlindo Nogueira, entre Olavo Bilac e Barrocão, sendo devoradas diversas casas de palhas.*

No dia 1º do corrente, entre 11 e 12 horas, se registrou outro incêndio, este porém de proporções excepcionais.

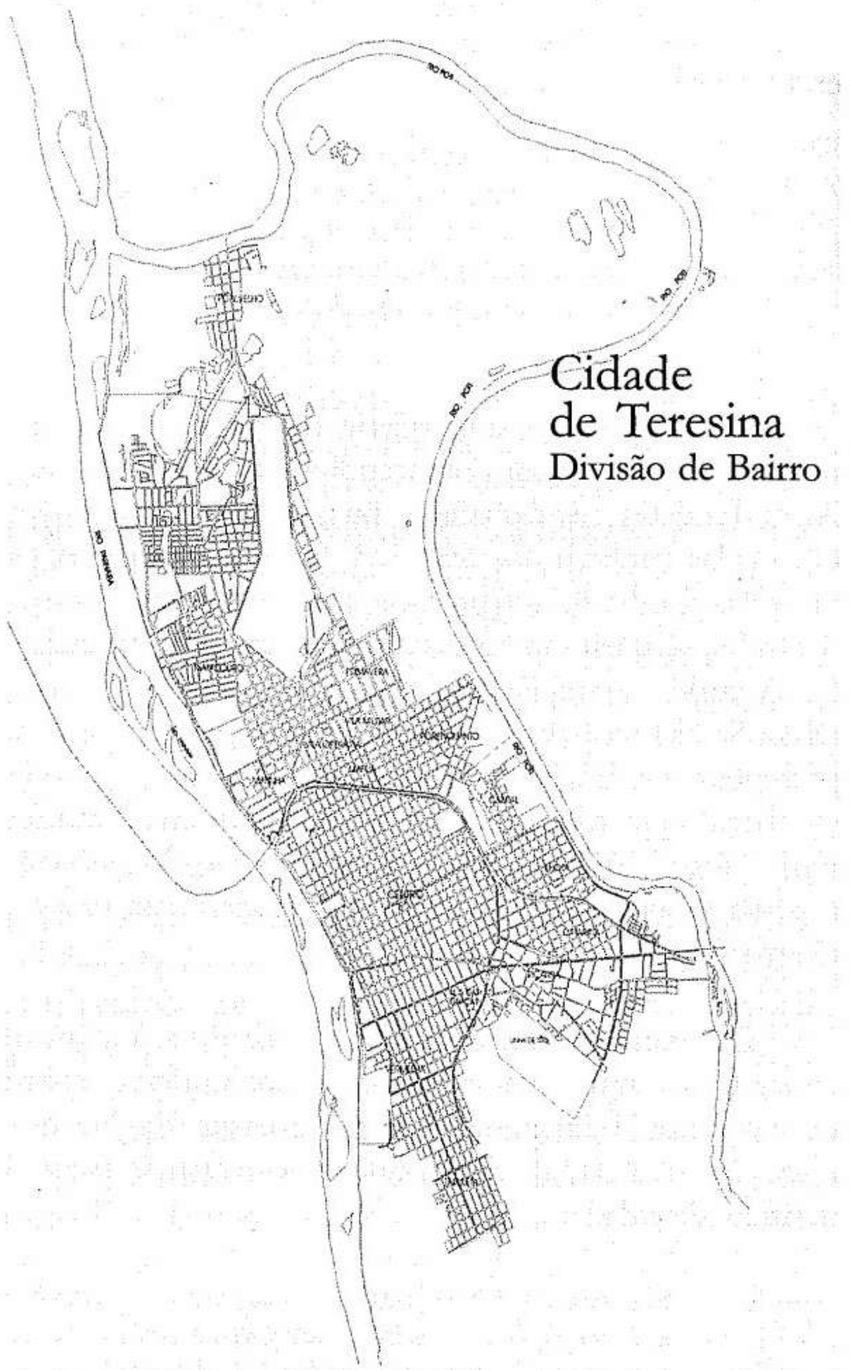
> *Começando na estrada que conduz à Ponte do Poti veio devorando casas, cercas, matas, lixo, até alcançar moradas do Barrocão. Mais de 40(quarenta) casas de palha foram destruídas pelo terrível incêndio, que esteve fartamente auxiliado por abundante vento que soprava na ocasião.*[63]

Nesse período, a periferia da cidade foi quase totalmente toda atingida por incêndios(Ver o mapa abaixo). Além das datas mencionadas acima, casas foram também queimadas também nos dias 2, 3, 4 e 6 de setembro. O incêndio do dia 4, atingindo aquelas localizadas na rua Santa Luzia, queimou 15 casas de um único proprietário. "... A tarde, de amplas proporções, devorando 15 casas na rua Santa Luzia, pertencentes à viúva de Joaquim Lemos, presentemente no Rio."[64] Essa última informação pode significar que os terrenos a zona suburbana, embora esta fosse habitada pela população pobre, pertenciam a pessoas que ali não residiam, mas construíam casas c obertas de palhas e as alugavam.

O tenente-coronel Evilásio Vilanova, em nota endereçada a um jornal maranhense que noticiou sobre os incêndios, bem como a falta de carne bovina nos mercados da cidade, oferece informações gerais sobre a periferia da cidade:

> *Efetivamente viveu Teresina alguns dias em que, sob a indignação geral e a despeito das medidas então adotadas pela polícia, palhoças de famílias pobres eram o alvo da*

Digitalizado com CamScanner



> *insanidade criminosa de indivíduos que a vários pretextos provocam incêndios, levando o desassossego e a miséria às classes menos favorecidas, residentes nos subúrbios da capital, onde, como se sabe, mais de 7000 casebres de palha formam numerosas ruas.*[65]

A forma de intervenção da polícia, o tratamento dado aos incêndios indicam outro tempo histórico. Os incêndios agora não são vistos como resultado da imprudência dos moradores das casas de palha. Não havia menção ao componente intencional dos incêndios A narrativa policial não deixa dúvida de que os incêndios são criminosos. Não cita as motivações que têm levado determinados indivíduos a transformarem a periferia da cidade em uma fogueira. Os pretextos são vários. Talvez, ainda, não tivesse elementos para afirmar quais eram as razões dos presumidos incendiários. Depois nos oferece o número de 7000 casas cobertas de palhas, casas espalhadas pela periferia. O terceiro e último elemento refere-se ao artigo 30 anteriormente mencionado, através da Lei n. 69 do Conselho Municipal, quando o Chefe de Polícia, ao chamar as casas incendiadas de casebres ou palhoças pode-se fazer outra leitura: esse tipo de habitação era responsável pelo aspecto de feiúra e falta de higiene que marcavam a periferia da cidade.

Não obstante, Barrocão (hoje av. José dos Santos e Silva), Estrada do Poti (av. Higino Cunha), Matinha, Vermelha, Estrada da Catarina (av. Celso Pinheiro) foram atingidos por uma seqüência de incêndios. A Polícia, embora suspeitasse que a origem deles fosse criminosa, não tinha conseguido sucesso algum nas suas averiguações.

Como se registrou anteriormente, a cidade não dispunha de grupamento de bombeiros. Quando soava o

Digitalizado com CamScanner

alarme de incêndios, a Polícia tentava ajudar no combate, mas o deslocamento era feito a pé. "Quando os soldados da polícia chegavam ao local do sinistro iam cansados, ofegantes de tanto correr, sofrendo o calor tremendo..."[66]

A solidariedade popular funcionava de forma mais adequada, uma vez que os vizinhos das casas incendiadas temiam que o fogo se propagasse. Os sinos das igrejas e as cornetas dos quartéis eram empregados como alarme. Alunos de escolas públicas e particulares, no geral, eram liberados para que ajudassem as vítimas do fogo. "Os sinos batiam avisando os incêndios e os estudantes eram liberados para ajudar a socorrer as vítimas. Eu mesma ajudei a retirar uma máquina de costura de uma casa."[67]

Odinéia Lages relembra do fato com detalhes como também do instrumento de trabalho comum nas casas de família à época; a máquina de costurar, presente no cotidiano da mulher, é o elemento detonador. "A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão à nossa disposição no momento em que desencadeia o fluxo da memória."[68] Lembrar não é apenas deslocar fatos já vividos para o presente. Rememorar não é o mesmo que viver novamente o passado, depende do momento e das condições existenciais em que se está relembrando, ou seja, depende da releitura que o sujeito produz, numa sociedade que é diferente daquela a qual se refere a lembrança.

Nessas oportunidades, a polícia, além de tentar combater os incêndios, tinha que agir no sentido de impedir a atuação de"... curiosos e indivíduos que se ocupavam de saquear. Era tanta gente, que dificultava o trânsito. Os soldados rendiam pessoas humildes para carregarem água do rio Parnaíba, tratando-as brutalmente."[69]

As notícias sobre os incêndios chegam a outros Estados, seja através de viajantes que deles tomaram conhecimento, seja através de jornais locais levados ou enviados por gente da terra. Modesto da Costa[70] tinha vivido a infância em Teresina, mas, em 1941 encontrava-se em Breves, Pará. Recorda de viagem realizada a Teresina, em 1936, onde lembrou o tempo de infância com amigos e dos incêndios que assistiu. "...aqueles tempos atrasados em que a pobreza vivia sobressaltada com os incêndios nas ruas extensas de casas de palhas. Pareceu-me que já estava solucionado o problema."[71] Consoante Maurice Halbwachs, o espaço é uma realidade que dura. Nossas impressões são alteradas. Dessa perspectiva, os lugares de memória são fundamentais na compreensão e "recuperação do passado." "É através do espaço que nossa imaginação ou pensamento é capaz de reconstruir a categoria denominada lembrança."[72]

Sobre as lembranças daquele período, o médico Clidenor de Freitas Santos, especialista em psiquiatria e diretor do Hospital "Areolino de Abreu," relata que o pavor tomou conta da cidade. Os moradores das "casas de palha" se dirigiam àquela instituição antes em busca de abrigo do que de tratamento médico. Mas recorda:

> *As tensões psicológicas e o estado de pânico quase que permanentes da população da periferia fizeram aumentar de um modo alarmante o número de pacientes no asilo de alienados, do qual era diretor Para se ter uma idéia, tive que criar um novo ambulatório junto ao hospital para atender às consultas, tal movimento, em decorrência desses incêndios, gerando um problema social da maior gravidade. Posso dizer que o estado mental da cidade era de angústia e inquietação.*[73]

Digitalizado com CamScanner

A lembrança é pessoal, todavia, o motivo é coletivo. O médico guardou na memória o comportamento mental da população da periferia atingida pelos incêndios. "A lembrança de certos momentos públicos (greves, revoluções guerras...) pode ir além da leitura ideológica que eles provocam na pessoa que os recorda. Há um modo de viver os fatos da história, um modo de sofrê-los na carne que os torna indeléveis.."[74] Por ser médico, suas lembranças ocorrem de duas formas diferentes: lembra como morador da cidade, mas recorda como alguém que sentiu de perto o drama que atingiu pessoas que tiveram suas casas queimadas ou que poderiam ser as próximas vítimas das chamas. A memória, segundo Antônio Torres Montenegro, possibilita resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos e compreendidos determinados momentos, determinados acontecimentos; ou mesmo o que e como foi transmitido e registrado pela memória individual ou coletiva.[75]

Discussão em torno da intencionalidade ou não dos incêndios faz Modesto Costa recordar que "há mais de quarenta anos identificou-se um menino que, na Rua dos Negros, ateara fogo numa casa, e qual se comunicou com quase toda a rua. Foi um horror. Pleno verão. Dificílima aquisição d'água."[76] Narra uma história que envolve um menino vendedor de rebuçado[77] e as mulheres que moravam na periferia:

> *Havia em Teresina um moleque caraolho, rosto cicatrizado, muito conhecido por Macambira. Vendia rebuçado e apregoando gritava: Bala! Andando pelos subúrbios, olhava as palhoças e cantava: É fogo, é fogo, fogo na cidade. A cidade pegou fogo. Fogo na cidade. As mulheres bradavam indignadas: Te esconjuro; maldito; e muitas corriam a pedradas*

> *e cabo de vassoura. O Macambira gozava este alvoroço. Ajeitava o tabuleiro e corria cantando a mesma quadra agourenta*[78]

Duas informações podem ser apreendidas na narrativa: a) mesmo sem a presença dos incêndios, a população moradora das casas de palha vivia assustada; b) o narrador pode ter incorporado "crendices" das donas de casa. Elas não gostavam de ouvir falar de incêndios. Falar neles trazia mau agouro, daí a forma como Macambira era tratado.

A constância com que a cidade foi atingida pelos incêndios a partir de 1941 levou o Governo a constituir uma comissão que, segundo a portaria n. 688[79] deveria realizar estudo sobre a realidade das vítimas dos incêndios, propondo medidas de amparo social. Antes mesmo do resultado dos estudos, a imprensa começou especulação sobre o auxílio governamental. Um cronista atento ao cotidiano da cidade informa que a capital vivia um momento de "explosão" de novas construções em todos os "quadrantes":

> *O próprio auxílio do poder público, tão altruisticamente vai, talvez, objetivar - se com dificuldade, tão grande é o reparar e tão escassos os meios onde se busque material numa fase em que a cidade do Conselheiro Saraiva explode em construções por todos os quadrantes.* [80]

Os incêndios destroem construções rústicas, e o Governo acena com a possibilidade de auxílio para reconstruí-las, mas com materiais que não fossem de fácil combustão. Muitas pessoas tinham ficado desabrigadas. "Não poucas famílias estão morando sob árvores, à margem do rio Poti e em outros pontos."[81]

Digitalizado com CamScanner

Surge um problema que o cronista considera de difícil solução por ser estrutural. A cidade não possuía fábricas de cerâmicas com capacidade de produção que atendesse à demanda conjuntural. Caso o auxílio proposto fosse de caráter financeiro e destinado à aquisição de materiais de construção, dificilmente a oferta cobriria a demanda. O material de construção, tijolo e telha de cerâmica, era produzido de forma artesanal, em olarias que funcionavam apenas no segundo semestre do ano, período sem chuvas. No período chuvoso, os locais de onde a argila era retirada tais como margens de lagoas e dos rios ficavam alagados, sem condições para a extração da matéria-prima, sendo a atividade suspensa. O preço do produto subia, em decorrência da oferta que diminuía.

Em meados de outubro os incêndios voltaram:

> *(...)Depois de uma trégua de alguns dias, que, a nós, como a muita gente, parecia ser o início da extinção da terrível calamidade. A vigilância redobrada da Polícia, o constante plantão dos habitantes de casas de palha não puderam evitar a crueldade dos incendiários. O fogo irrompia, ora aqui ora acolá, e o resultado é que deve ter atingido a algumas centenas o número de casas devoradas.*[82]

A população das casas de palha parecia não acreditar na atuação policial. De acordo com o cronista, era comum encontrar casas sem cobertura:

> *No desespero da situação, muitos donos de casas retiraram as palhas destas para não as ver arder na violência das chamas. De outras habitações foram retirados todos os objetos, que se guardam em casas de telhas,*

> *havendo destas que estão congestionadas pelo acréscimo dos trastes foragidos.*[83]

Por conseguinte, torna-se lugar comum ressaltar que a situação dos moradores das casas de palhas era de desespero. A possibilidade de ver tudo que tinham amealhado durante a vida ser transformado em cinzas gerava estratégias alternativas de resistência. Deixar a casa sem cobertura no período sem chuvas provocava transtorno, mas evitava os incêndios. Fazer virgília durante todas as noites, pelo menos para cada um proprietário, poderia impedir que os incendiários atuassem naquele período. "Guardar" os pertences que podiam ter o uso evitado no cotidiano, na casa de parentes, amigos, vizinhos, evitava a perda desse "patrimônio.

Havia outras estratégias. O pai de Aldenora Almeida Campelo, por exemplo, construiu uma casa empregando o tijolo cru - adobe - cobrindo-a de palha. Com os incêndios, não tinha condições para cobri–la totalmente de telha:

> *Ele botou telha nessa parte da Rui Barbosa, aí o resto de palha. Essa parte da frente era só para as pessoas pensarem que a casa era toda de telha. Ai ficou o resto de palha... Muita gente perdeu muita coisa. Além de ser queimado, perdeu com esse destroço de botar no sol, com medo da casa pegar fogo e não dá tempo tirar.*[84]

A memória individual tem, para sua própria vida, impressões culturais que a organiza, como também as pressões próprias do que é emocionalmente básico para cada um. Estas impressões se organizam numa narrativa

Digitalizado com CamScanner

diferente. Daí concluir–se que a memória individual é criada por esses dois tipos de influências.[85]

A imprensa divulga sistematicamente o discurso que a Polícia criou: os incêndios eram criminosos. "As mãos assassinas", "incendiários", "a crueldade dos incendiários" são expressões que fazem parte das notícias veiculadas pelos jornais.

Como já se disse anteriormente, a Polícia monta esquema de vigilância nas áreas com maior densidade de casas de palhas. Em nota da Chefatura de Polícia, publicada no Diário Oficial, esclarece à sociedade as medidas que estão sendo efetivadas:

> *Esta Chefatura avisa que está tomando todas as medidas necessárias, para cercar os habitantes dos subúrbios e suas casas, da garantia que assegure a sua tranqüilidade contra os incêndios. Aconselha a todos o máximo cuidado para não deixarem fogo em labareda ou brasas em cozinhas ou qualquer outro compartimento de palha. Recomenda outrossim, que à noite devem permanecer no interior de suas residências*[86]

Embora a Polícia procure divulgar que a autoria dos incêndios é criminosa, faz recomendações de como evitá-los por falta de cuidados dos moradores das casas de palha, portanto, trabalha com as duas possibilidades. Existem "mãos assassinas" ateando fogo, porém recomenda que as pessoas evitem lamparinas acesas e fogo em labaredas ou em brasas nos compartimentos de palha.

O último parágrafo da nota chama a atenção pela solicitação que é feita. A população das casas de palha deveria ajudar à policia não deixando as suas casas no turno da noite "...polícia é o socorro imediato para o indivíduo e para a sociedade... É protetora e guia. Conduz, ampara e castiga. Ensina e reprocha. Preceitua ao povo a maneira de andar pela rua..."[87]

A atuação policial na vigília contra os supostos incendiários cerceia a liberdade dos moradores das casas de palha. À noite, devem ficar no interior de suas casas e dessa forma estarão ajudando à polícia. Ela "protege" mas também "ensina" como se devem comportar homens e mulheres pobres moradores dos barracos de palha.

Em meio à crise dos incêndios, o Chefe de Polícia, desembargador Cromwell Barbosa de Carvalho, solicita disponibilidade e assume a direção da Faculdade de Direito. "No decorrer do transato, depois de mais de seis anos de relevantes serviços prestados à causa pública, deixou a 18 de agosto, a pedido, a Chefia de Polícia, o Exmo. Sr. Des. Cromwell Barbosa de Carvalho, que se afastou voluntariamente."[88]

Na fase mais intensa dos incêndios, durante os meses de agosto e setembro de 1941, a Polícia foi comandada, interinamente, pelo Ten. Vaz Pereira de Araújo, Delegado da Capital. Este tinha ganhado notoriedade, entre outras coisas, pelas atrocidades que cometera contra os acusados de serem comunistas, por ocasião do movimento denominado pelos militares de Intentona Comunista.[89]

Digitalizado com CamScanner

Giovanni Costa,[90] em representação ao presidente da República contra o interventor Leônidas de Castro Melo, de 1942, relata os incêndios do ano anterior:

> *O caso dos incêndios de Teresina(...)começaram nos primeiros dias de agosto. Na chefia da polícia achava - se interinamente o delegado Delfino Vaz(...) Os primeiros incêndios foram na rua da Matinha e adjacências do Cemitério; e a polícia atribui-lhes causas fortuitas, ligadas ao tempo quente e à inflamabilidade (sic) das coberturas das casas sinistradas. Mas outros incêndios irromperam dentro de dias; e incêndios sobre incêndios se sucederam até setembro, não escapando ao fogo nenhum bairro da capital piauiense.*
>
> *A polícia, que a princípio viu neles casualidade, recusou em seguida essas explicações; e tratou de agir com uma truculência de atordoar a inditosa população, já alarmada como os horrores das fogueiras constantes.*[91]

A citação é longa, mas o autor pinta um quadro de modo sintético e rico. Coloca questões que servirão de baliza para os acontecimentos dos anos seguintes. É importante, entretanto, adiantar que a população moradora das casas de palha passou a viver sob signo do medo. O tema da causa dos incêndios passou a ser proibido pela polícia:

> *(...) Proibiu comentários em torno dos incêndios e espalhou secretos de toda espécie pelos pontos mais frequentados da cidade(...)mas nem assim, logrou reprimir por completo os boatos tendenciosos. Embora cochichando a medo, estes surgiram e se alast raram alimentando versões contrastantes.*[92]

O articulista elenca pelo menos três versões que incriminavam pessoas ligadas à administração pública. Na primeira, o prefeito de Teresina, Lindolfo Monteiro, era acusado de ser o responsável e visava com isto "...diminuir a quantidade de casas de palha da cidade."[93] A população tinha razões para suspeitar do prefeito. Ele vinha desenvolvendo ações para modernizar a cidade, dotando-a de praças urbanizadas, à moda européia, com bastante arborização, jardins com flores, cercas vivas; ruas e avenidas estavam sendo pavimentadas e arborizadas; legislação aprovada impedia construção de casas de palha no meio urbano, na tentativa de higienizá-la. Tais ações podiam ser interpretadas como reação às casas de palha que deixavam a cidade feia e suja.

Outra versão envolvia o chefe de Polícia interino "... maldava que o verdadeiro mandante seria o chefe de polícia interino, que jogava abusivamente com a sorte da pobreza, para criar uma atmosfera alarmante, pensando como forçar a interventoria a efetivá-lo..."[94] Delfino Vaz e Pedro Basílio, este também delegado da cidade, tinham ganhado a fama de policiais perversos e truculentos. O boato poderia ser uma forma que os seus autores encontraram para incomodar os delegados.

A terceira versão apontada por Giovanni Costa era a de ser a origem na própria polícia. No afã de abafar as duas primeiras versões, agentes policiais atribuem aos adversários do Interventor "...residentes no Piauí e fora do Estado, em entendimento(doentio entendimento) para o fim de desmoralizarem o governante piauiense..."[95]

No intuito de dotar as áreas mais atingidas pelos incêndios de vigilância policial ostensiva, o governo empregou policiais militares e civis e, em dado momento, recebeu apoio de contingente do 25° Batalhão de Caçadores, sediado em Teresina.

No relatório anual do governo de Leônidas Melo encaminhado a Getúlio Vargas, o interventor minimiza os efeitos sociais dos incêndios e informa as ações desenvolvidas. Quando se reporta às ações policiais evidencia que as Polícias Militar e Civil não tinham sido capazes de dar cabo ao "mistério" dos incêndios:

> *As providências adotadas pela Polícia não foram, infelizmente, a princípio, coroadas de êxito, apesar de ter dedicado ao assunto a melhor atenção. Toda a Guarda Civil*[96] *foi utilizada sem descanso assim como os agentes de polícia civil, grande contingente da Força Policial e até elementos do 25 BC do Exército, cuja colaboração foi preciosa e eficiente.*[97]

A Guarda Civil, segundo Elizabeth Cancelli, foi"...definitivamente anexada ao esforço repressivo sob as ordens da polícia do Rio de Janeiro, através da organização de patrulhas nas ruas das principais cidades do aís, atendendo medidas de urgência."[98]

O fracasso das forças policiais no combate aos incêndios termina sendo minimizado pelo interventor, mas a principal autoridade piauiense admite o insucesso no início da operação. É provável que esse "fracasso" tenha diminuído o período de interinidade de Delfino Vaz à frente da Chefia de Polícia do Piauí.

O capitão Evilásio Vilanova assume à Chefia de Polícia em 20 de outubro de 1941. Dessa forma, passa a ocupar dois cargos importantes na administração Leônidas Melo: Comandante da Força Pública e Chefe de Polícia:

> *A investidura do Capitão Vilanova foi, como se diz vulgarmente, a água na fervura.*
>
> *Imediatamente pararam os incêndios, e uma notícia de procedência policial aparece para acabar de sossegar o povo: haviam sido presos em flagrante, quando ateavam fogo a casas suburbanas, um homem e uma mulher, que viviam maritalmente. Do homem se dizia que egresso do Exército, entrara, havia meses, na Guarda Civil de Teresina.*[99]

Evilásio Vilanova ganhou a confiança do interventor. No relatório do governo do final do ano de 1941, recebeu elogios:

> *Continua a Força Policial do Estado sob o comando do Capitão do Exército Evilásio Gonçalves Vilanova. No meu anterior relatório, mencionei já (...) a excepcional capacidade de trabalho, competência, zelo pela coisa pública e patriotismo com que esse brioso oficial se vem desempenhando da função que lhe confiou o Governo do Estado.*
>
> *Agora, um ano depois, não tenho senão a confirmar o conceito expedido, de que, a cada dia, por mais fortes razões, se faz merecedor o distinto militar.*[100]

Evilásio Vilanova era figura presente em todas as atividades que tivessem o objetivo

Digitalizado com CamScanner

de ajudar na construção da imagem do governo, como grande administrador e um homem de sensibilidade:

> *Aqui, como um ato de justiça, destacamos o inteligente, espontâneo e edificante auxílio prestado às referidas festividades pelo Ten. Cel. Evilásio Vilanova, Chefe de Polícia, que muito contribuiu para o êxito do Natal dos Pobres, pelo qual vivamente se interessou o Exmo. Sr. Dr. Leônidas Melo, eminente interventor Federal comparecendo, pessoalmente, às cerimônias da distribuição de presentes.*[101]

Quem são os pobres relacionados pelas autoridades para receber presentes? Os sentenciados que cumpriam pena na penitenciária de Teresina e crianças-aprendizes que eram iniciados em profissões desenvolvidas entre os prisioneiros, famílias dos praças da Força Pública e Guarda Civil e "...ainda foram solicitamente atendidas 126 famílias vítimas do incêndio deste ano. Essas famílias, por sua vez receberam redes, roupas e diversos outros presentes, reinando comunicativa alegria entre essa gente que quase tudo havia perdido."[102]

Diante do número de incêndios noticiado pela imprensa, a quantidade de famílias beneficiadas é pequena. Para Giovanni Costa, esse número não representa o universo de famílias atingidas. Embora, 126 famílias tenham comparecido para receber "redes", "roupas" e "outros presentes". Numerosos flagelados já tinham emigrado."[103] Em relatório governamental, os números oficiais se aproximam do mencionado pelo articulista que noticiou a Festa dos Pobres. Conforme a estatística organizada pela polícia, foram incendiadas, no período de 28 de agosto a 11 de outubro de 1941, 149 habitações, todas de palhas, calculando-se o prejuízo em cerca

de 200:000$000."[104] Como se percebe, Giovanni Costa tem razão, ainda que a diferença seja pequena.

Benedito Lopes, delegado da Polícia do Distrito Federal, que esteve em Teresina a convite do interventor Leônidas Melo em 1943, em relatório dirigido ao Chefe de Polícia do Piauí, fornece um número mais aproximado da realidade da periferia:

> *Teresina, esta belíssima e bizarra cidade do Nordeste já foi vítima, já foi surpreendida e infelicitada no ano de 1941 pelo mesmo terror e brutalidade do fogo que, devorando com impiedade aproximadamente 450 casas de palhas dos seus bairros pobres, puseram-na sob pesada angústia e dolorosa humilhação e, fizeram-na experimentar horas amargas de desolação e desespero. Terror e brutalidade que infligiram à sua pobreza, não só a perda de seus pequenos abrigos e haveres como ainda a morte e a loucura.*[105]

Benedito Lopes não era piauiense, mas, na condição de Delegado Especial, deve ter tido acesso aos números que a polícia detinha, e com que as autoridades locais procuravam não trabalhar para não macular as administrações envolvidas diretamente com a questão.

Teresina havia sido palco de incêndios, cuja origem estava cercada de mistério em 1941, como acabamos de ver. No ano seguinte, se ocorreram incêndios, não foram motivos da atenção da imprensa nem as autoridades comentaram em seus relatórios ou comunicações. Já no início do segundo semestre de 1943, eles estavam de volta e com intensidade. A maior frequência foi registrada

Digitalizado com CamScanner

entre 2 de agosto e 7 de setembro. Uma nota da Chefia de Polícia coloca a questão em termos que parecem um retorno ao ano de 1941:

> *Ante o imperativo de enérgica ação repressora aos incêndios que se vêm verificando nesta capital, a polícia está desenvolvendo o máximo de esforços no sentido de dominar a situação e eliminar as suas causas.*
>
> *No princípio foi aceita a possibilidade de serem os incêndios mero acaso, oriundos do descuido de alguns moradores de casas de palhas. Logo porém, as pesquisas realizadas afastaram aquela hipótese, ficando caracterizada a intenção criminosa e os requintes de perversidade dos autores.*[106]

A nota procura, inicialmente, acalmar a população, afirmando ter o controle da situação. As autoridades, como se pode constatar, sempre iniciavam os trabalhos de "pesquisa" pela idéia de irresponsabilidade dos moradores das casas de palha. Mas, logo em seguida, tratam de afirmar que os incêndios têm caráter criminoso. A nota retorna aos incêndios de 1941 para lembrar que, naquela oportunidade, "os criminosos" tinham escapado da ação da justiça.

No relatório do interventor ao presidente da República, as autoridades procuram minimizar os estragos provocados pelos incêndios, como fizeram dois anos antes:

> *Um dos poucos fatos a lamentar no desenrolar de 1943, foi a eclosão, nos primeiros dias do mês de agosto, trágicos incêndios verificados nas casas de palhas que servem de moradia a centenas de famílias pobres nos subúrbios de Teresina. Tais incêndios que nos meses de seca e de calor costumam,*

> *em proporções menores, assolar bairros pobres, tomaram, desta vez, caráter francamente criminoso, colocando em risco a segurança da vida e dos poucos haveres dos habitantes das moradias, cobertas com palhas...*[107]

O discurso do interventor parece uma cópia daquele de 1941. Os incêndios ocorreram nos "subúrbios", as casas eram de palhas e estavam ocorrendo no início do segundo semestre. O relato não quantifica as casas atingidas, e o número de famílias não é preciso; ainda assim fornece uma pista importante e esta confirma, de certa forma, que os incêndios tinham sido pavorosos. "São centenas de famílias atingidas."

Diante das informações oficiais, podemos pressupor que os incêndios tenham jogado na mais absoluta miséria algumas centenas de famílias. Descendente de uma dessas, tendo vivido o drama de ver sua casa queimada, Zilma Mendes de Carvalho Sousa relata que ainda hoje tem pesadelos motivados pelo incêndio que destruiu a casa onde morava. A casa estava localizada na rua David Caldas, 800, zona Sul da cidade.

> *(...) Foi no dia 7 de agosto de 1943, às 10 e 30 minutos da manhã. O incêndio começou na casa da vizinha que também era coberta de palha. Antes de chegar em casa vi que a casa estava queimando. A polícia ão do local. O meu irmão, José Mendes de Carvalho, que vinha da escola, também, entrou pela casa da vizinha e chegou a ajudar a minha mãe a retirar uma máquina de costura. O resto queimou tudo. Fiquei com a farda que estava vestida. Passei um mês sem ir para o colégio porque fiquei apenas com a roupa do corpo.*[108]

Digitalizado com CamScanner

Zilma de Carvalho pinta um retrato em preto e branco que pode generalizar-se para a maioria das famílias que tinham tido suas casas queimadas. Segundo Bachelard,[109] a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz, frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Constitui-se um elemento instituidor da identidade. É um referencial. O usuário se apropria do espaço ambiental, identificando-o e identificando-se com ele."...É o uso que dinamiza o espaço e o interpreta como modo de ser de uma cidade ou um modo de habitar, viver. Como metáforas do espaço habituado, a cidade e a moradia adquirem identidade através do uso que conforma e informa o ambiente."[110]

As marcas parecem ter sido profundas naquela menina de 12 anos.[111] Embora acredite e defenda que a memória seja construída cotidianamente, não se pode esquecer que Zilma diz ainda ter pesadelos com o incêndio que destruiu sua casa. Alguém ou alguma coisa podem provocar as lembranças que Carlos Drummond[112] credita ao historiador o dever de fazê-lo. Para Zilma Carvalho, não aconteceu o que Eric Hobsbawm disse ter ocorrido com os jovens do final do século XX. "Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem."[113] Embora um historiador tenha estimulado Zilma a lembrar daquele momento, tais lembranças ainda lhe ocorriam sem a necessidade da provocação. Não se pode afirmar, neste caso, que o passado tenha sido destruído.

O relatório de final de ano do Interventor, endereçado ao presidente da República, não dá conta de que o Estado ou município tenham agido para minimizar a penúria daqueles que ficaram sem teto. "Martirizada [Teresina]foste tu quando teu povo sofreu os maiores vexames, dormindo ao relento e não recebendo nenhum lenitivo por parte dos poderosos."[114] Zilma é da mesma opinião, "...essas pessoas não receberam nenhum tipo de auxílio do Governo."[115] Contudo, os governos estadual e municipal alegam ter deixado de cobrar impostos e taxas que deveriam ser pagas para a reconstrução das casas destruídas pelo fogo.

Todavia, os que viviam nos subúrbios da cidade e moravam em casas cobertas de palhas eram pessoas de poucos haveres e, se tinham tido as suas casas queimadas, no geral, ficavam sem nada. Reconstruir casas era uma tarefa árdua. O poeta João Ferry consegue colocar esta questão no poema "Incêndio":

Dão, dão, dão, dão, dão, dão...
Eram os sinos das torres de São Benedito.
Gemendo de estertor e com pungente grito!

Dão, dão, dão, dão, dão, dão...
Eram os sinos da Catedral das Dores
Em gemidos de idênticos clamores.
Dão, dão, dão, dão, dão, dão...
Eram os sinos da Matriz do Amparo,
Num choro triste doloroso e amargo.

Digitalizado com CamScanner

Ta, Tatá! Taratá! Tatá! Tatá...
Era a corneta do quartel bradando
Do povo os sentimentos despertando.
E a cidade toda em confusão...
E o povo todo em louca correria,
Para apagar o fogo de um casebre
Que ardia
Nos confins do Barrocão.
Por mais forte que fosse e mais ranzinza,
Quando todos chegavam suando... suando...
Encontravam só cinzas, só as cinzas
E a Mariinha chorando.

E cada qual com mais dó, mais comovido,
Dava cinco tostões, cinco tostões...
E a Maria fazia outra casinha.
Depois de porta em porta, um mês inteiro,
Num choro triste, dolorido e honrado,
A Mariinha suplicava esmolas,
Para a casa que havia se queimado.[116]

Quantas Mariinhas não existiam na cidade? Quantos homens e mulheres, depois dos incêndios dos seus parcos haveres, não saíram pelas ruas esmolando? Levando em consideração a leitura realizada pelo poeta, a ajuda de integrante da comunidade era mais ágil que a oficial.

A falta de apoio das autoridades competentes às pessoas que sofriam perdas materiais, provocadas tragédias

como as que estavam ocorrendo em Teresina era prática generalizada pelo país segundo as afirmações de Nicolau Sevcenko com relação ao Rio de Janeiro e São Paulo. Na primeira cidade, por ocasião da reforma comandada por Pereira Passos, as autoridades reconheciam a necessidade de construir habitações para aqueles que tinham ficado sem moradias, mas ficava nisto. "Ao mesmo tempo que reconheciam a difícil situação enfrentada pelos pobres deixados sem teto em nome do embelezamento e saneamento(...) elas praticamente nada faziam para ajudá–los."[117] Com relação a São Paulo, por ocasião de enchentes dos rios Tamanduatei e Tietê que atingiam as áreas mais baixas da cidade e onde morava a população pobre constituída de imigrantes e ex–escravos, a autoridade pública ignorava por completo a sorte dos flagelados.[118]

Uma parcela considerável da população que morava nos subúrbios era migrante do interior e dos Estados vizinhos que buscava melhores condiçõesde vida(assistência médica, escola para os filhos). Chegavam à cidade e, não existindo moradias suficientes e/ou não podendo pagar aluguel, apossavam-se de terrenos públicos ou privados e aí construíam suas casas cobertas de palha, e, às vezes, até as paredes eram construídas com o mesmo material.

No ano de 1944, não foram registrados incêndios com a mesma intensidade e proporção daqueles dos anos de 1941 e 1943. Boletins internos da Força Pública/Serviço de Extinção de Incêndios notificam sua ocorrência nos meses de setembro e outubro "...incêndios verificados nos lugares 'Primavera' e 'Teso Duro', nos dia 10 do mês em curso e 30 de setembro último, comunicando que, durante

Digitalizado com CamScanner

os trabalhos de extinção, foram danificadas duas mangueiras e rebentou um farol do auto-pipa n. 1."[119] Noutro boletim, o comandante do Serviço de Extinção de Incêndios notifica ao Comando Geral a ocorrência de incêndios "verificados às ruas Firmino Pires e Manoel Domingues, zona Norte desta capital, nos dias 3 e 23 do mês em curso, comunicando que durante os trabalhos de extinção não se verificou nenhum dano."[120] Mas, como podemos constatar, foram esporádicos e não ganharam a dimensão dos ocorridos no ano anterior.

No ano de 1945, os incêndios voltaram com intensidade e num quadro político que mudava com rapidez. Contudo, esse quadro de mudanças pode ser marcado a partir de 1943, quando um movimento social importante inicia no Brasil a luta pela dem ocratização. Era um movimento importante, não apenas por seu número de integrantes, mas por seu prestígio e expressão simbólica. "Estudantes universitários em várias cidades do país começaram a se mobilizar contra a ditadura, organizando a União Nacional dos Estudantes."[121]

A candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República, estratégia da oposição liberal, forçou, em 1944, mudança de atitude do Governo. A imprensa, cada vez, burlava a censura, o que pode representar um sinal importante da perda de força do regime. "O Correio da Manhã do Rio de Janeiro publicou a 22 de fevereiro de 1945 uma entrevista de José Américo, na qual o ex-ministro de Getúlio fazia críticas ao Estado Novo e dizia que a oposição já tinha candidato."[122]

Como vimos, esta notícia já não era nenhuma novidade, a entrevista tornou-se uma referência porque a censura, através do DIP, não conseguiu impedir a sua publicação.

A volta das tropas brasileiras do campo de guerra se constituiu em elemento importante para que as manifestações de idéias políticas diferentes pudessem ser manifestadas sem o risco de retaliações do Governo. A vitória aliada criou um clima que dificultava a manutenção de um regime que, em alguns aspectos, se assemelhava àquele contra os quais os soldados brasileiros tinham lutado em campos de guerra europeus.

No ano de 1945, inicia-se a formação dos partidos políticos. A maioria dos adversários do Estado Novo formou, em abril, a União Democrática Nacional(UDN). O PSD nasceu no ventre da ditadura, em abril de 1945 e era composto das "classes conservadoras", que tinham ocupado postos-chaves nas administrações federais, estaduais e municipais. Afinal, em setembro de 1945, foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro(PTB) a partir de elementos favoráveis a Getúlio, elementos estes que também tinham ocupado cargos nas mesmas esferas citadas ainda há pouco, mas ligados ao Ministério do Trabalho e suas Delegacias, além dos remanescentes das organizações sindicais. A sua política consistia fundamentalmente na aproximação com a massa operária na tentativa de organizá-la e nela apoiar-se.

Diante desse quadro, Vargas baixa Ato Adicional à Carta de 1937, datado de 28 de fevereiro, fixando, entre

Digitalizado com CamScanner

outros pontos, um prazo de noventa dias para que a data das eleições gerais fosse marcada.[123]

Foi neste contexto que os incêndios voltaram a atormentar os setores mais pobres da sociedade teresinense. A imprensa noticia o fato:

> *No verão de 1945, ressurgiram os incêndios, com a mesma aparência dos incêndios criminosos dos outros anos. A polícia, auxiliada pelo 25 BC desenvolveu apreciável atividade, sem contudo praticar violências, nem tampouco, desvendar o mistério que ainda hoje envolve o crime.*[124]

Uma diferença marcante pode ser constatada: vivia-se um ano eleitoral, e cada agremiação político-partidária tinha fundado o seu próprio jornal. É através deles, como veremos, que os incêndios são discutidos. Agora, várias leituras poderiam ser realizadas e publicadas e cada uma delas respaldada em elementos político-ideológicos que, durante muito tempo, foram silenciados. Alémdo que,o plenáriodaAssembléia Nacional Constituinte também servirá para que os incêndios sejam discutidos e conhecidos em nível nacional.

José Cândido Ferraz, em discurso proferido na Câmara Federal, historia os incêndios daquele ano:

> *Em plena campanha eleitoral, em agosto e setembro de 1945, reapareceram as fogueiras criminosas em Teresina, com as mesmas características de mistério e de devastação.*
>
> *Por coincidência, os incêndios desse ano terminaram após a ida a Teresina de uma*

> *caravana democrática chefiada pelo líder udenista, deputado Juraci Magalhães."*[125]

O número de casas queimadas não é apresentado no discurso. Porém, um fato deve ser reconhecido: a polícia não agiu com a mesma violência, não existem denúncias de torturas como aquelas registradas no ano de 1943.

A imprensa de outros Estados discute os incêndios. Humberto Teles, piauiense, radicado em Fortaleza, publicou artigo no Gazeta de Fortaleza que foi reproduzido pelo O Piauí:

> *(...)Para assombro nosso, somos sabedores, por informações de amigos e cartas, de que o fogaréu reapareceu. Teresina voltou a ser um oceano de brasas. Uma fogueira infernal. Dezenas de famílias proletárias vêem de novo os seus lares envoltos em chamas. Transformam - se em montões fumegantes ruas inteiras.*[126]

O retrato pintado pelo cronista repete o quadro de dramaticidade dos anos de 1941 e 1943. A cidade ganha outra vez desabrigados, circulando pelas ruas, às vezes mendigando, e noutras alojados sob as copas das árvores.

Humberto Teles volta ao passado histórico pergunta se alguém em Teresina teria incorporado o espírito de Nero. "Será que o espírito do satânico de César tenha se incorporado em algum filho da terra e este deseje, na Cidade Verde, repetir as façanhas do grande artista"?[127]

A partir de 1941, todos os comentaristas ressaltam a tese da origem criminosa dos incêndios. A diferença é que

Digitalizado com CamScanner

agora o Interventor é acusado de autoria intelectual dos incêndios de forma aberta. Vitor do Espírito Santo, jornalista radicado no Rio de Janeiro e com ligações profissionais junto a José Cândido Ferraz, escreve em jornal carioca, e seus artigos são transcritos no jornal O Piauí. Esse fato provoca os integrantes e aliados do Governo a sair em defesa do Interventor. Acusações de parte a parte dão o tom das matérias onde se discute os incêndios.

Humberto Teles, não acredita que o Interventor tivesse alguma relação com os incêndios, mas levanta uma questão importante: "Será isto uma campanha de extermínio às palhoças que enfeiam a cidade, alguma campanha contra o mocambo"?[128] Campanhas dessa natureza tinham ocorrido em várias cidades brasileiras. Podemos destacar Rio de Janeiro e Recife. Na última, o Interventor Federal Agamenon Magalhães desencadeou campanha que visava acabar com os mocambos, argumentando que as áreas onde eram construídos eram insalubres, por esta razão, focos de doenças, e, também, porque deixavam a cidade feia. Essa argumentação, passa pela higienização da cidade para deixá-la mais atrativa para aqueles que a visitam.[129]

É possível que Humberto Teles tivesse ouvido falar, tivesse lido ou até conhecesse experiências como a de Recife. "A missão do governo em casos de tal natureza era a de construir nos bairros miseráveis vilas modernas e casas confortáveis para melhoria da vida da população menos favorecida."[130] Portanto, o cronista defende a substituição das casas de palhas por habitações construídas com materiais com menor capacidade de combustão. Se queriam melhorar os aspectos urbanísticos que construíssem

casas populares em substituição aos casebres de palhas. Durante a ditadura, não surgiu nenhuma proposta visando substituir as casas de palha ou pelo menos a cobertura por telhas de cerâmica.

Chega o verão de 1946. Os incêndios estão de volta. José Cândido Ferraz registra em discurso proferido na Assembléia Nacional Constituinte:

> *Em 1946, já eleito o presidente da República, e em plena elaboração constitucional, prosseguiram os infames incêndios, novas fogueiras espalharam-se por todos os cantos da cidade, devorando os lares de pobres homens do povo, enquanto a máquina policial forjicava inquéritos em que surgem como autores de tantas torpezas, os homens dignos que combatem, com patriotismo e lealdade, esses inqualificáveis atentados à liberdade e à propriedade.*[131]

A pergunta mais registrada na imprensa local é: quem é (são) o(os) incendiário(s)? O Diário do Piauí, órgão ligado a integrantes do governo deposto, publica matéria cujo título é: "Quem é o incendiário? Onde está oculto este monstro?" A narrativa relaciona alguns nomes que tinham sido acusados de autoria intelectual dos incêndios e destaca que essas pessoas não estavam mais na cidade, como era o caso de Evilásio Vilanova; ou não ocupavam cargos como era o caso de Lindolfo Monteiro, ex-prefeito da cidade; e de Delfino Vaz, ex-delegado de polícia.

> *Quem é o incendiário?*
> *Continua dolorosa interrogação, nos olhos dos transeuntes e as labaredas devorando as casas da pobreza...!*

Digitalizado com CamScanner

> *O sádico megalômano redobra o furor quando surge a notícia da chegada à nossa terra de algum visitante ilustre, quando eram esperados os Drs. Mauro Renault, Raimundo de Arêa Leão, Mirócles Veras e Cel. Gaioso e Almendra.*[132]

O articulista não tem resposta. Mas acrescenta um dado novo: os incêndios se avolumam quando a cidade vai receber algum tipo de visita. Se isso corresponde aos fatos, pode significar que alguém pretendia pôr em discussão a competência das autoridades policiais, por via indireta do próprio Governo.

O clima de disputa política que cerca o Piauí é claramente identificado nos jornais que representavam os partidos políticos, e as acusações são veladas:

> *Gerando desespero, progride assustadoramente a faina devastadora, enquanto a repressão ao monstruoso crime, por desgraça se resume passivamente no 'salve - se quem puder' oriundo da antiga bacia de Pilatos.*
>
> *O terror se reflete nos olhos doloridos de um povo que agora desata a língua, para proferir a queixa, o grito, a injúria e o esconjuro.*
>
> *As primeiras vítimas: uma criança devorada pelas chamas. A morte de um bombeiro. Uma senhora enlouquecida.*[133]

O cronista considera que os moradores das casas de palha estão à mercê da própria sorte. Assim fazendo, responsabiliza o Governo pelo drama que atinge aos moradores das palhoças. O cronista do jornal adversário também pergunta de quem é a culpa. E a resposta é: não

sabemos. No entanto, em seguida ataca "...tivesse o sr. Interventor um momento de ponderação lúcida haveria de pasmar da inexpressão de seu bloco oficial, preso de pés e mãos à carência de luz invisível."[134] O cronista chama a equipe que governa o Piauí de incompetente, carente de inteligência. Os incêndios são utilizados como instrumento de campanha política.

Eurípides de Aguiar, o adversário do Estado Novo do Interventor mais contundente, pergunta: "Que proteção têm esses filhos do povo?" E ele mesmo responde: "Nenhuma, absolutamente nada. Enquanto os casebres dessa gente pobre se transformam em cinzas, os homens banqueteiam-se no auge do poder."[135]

As quadras em verso abaixo nos oferecem uma amostra do que se acabou de tratar:

Ao clarão dos incêndios

Eu sou caboclo de Mina,
Acostumado a mamá;
Por isso em vim, na surdina,
Com ordes do Generá;

Aqui inche meu bandulho,
Fazer farsas e barulho.
Cm valentão eu me atraco,
Pois sou soldado valente...
Que se quebre quem fô fraco,
E quem fô forte se aguente.
Vou ganhar as eleição,

Digitalizado com CamScanner

Que queira o povo que não.
Toma cipo, toma taca,
Pineu, facão, murro, soco;
Morre na ponta da faca

O branco, o preto e o cabôco;
Seje chefe de partido,
Ou seje cabra atrevido.
Quem cai na esparréia
De num votá no meu nome,
Eu bato, sem mais aquela,
Seje muié seje em home.

Mas essa gente safada.
Tem que temê minha espada.
Pr'eu chegá no senado
Hei de fazer tanta cousa
Que o povo fica espantado.
Tenho manhas de raposa...
Tenho prestígio e dinheiro.
Num dispediço o que ganho,
Pruquê do meu num gasto.
É no Tesouro qu'apanho,
Pruquê lá o bolo é vasto.
E quem isso achá ruím,
Que vá dá queixa ao Soím.[136]

Os adversários do Interventor, no jornal O Piauí, denunciam o descaso das autoridades e insinuam que a polícia voltou a empregar o espancamento como forma de amedrontar a sociedade. Insinuam que o interventor e auxiliares são corruptos e, como não são piauienses e sim

nomes indicados pelo governo federal, teriam vindo ao Piauí apenas para locupletarem-se com dinheiros públicos

.

As acusações de lado a lado são constantes e têm fins eleitoreiros. Ora, por outra, aparece alguém, observando que na "guerra " através da imprensa "...entrechocam-se suposições diversas, diversas delas absurdas e infantis, enquanto o clamor geral se avoluma diariamente ao meio dia, hora em que as colunas de fumaça de fumo desenham, no entregue à sanha maldita dos incógnitos criminosos."[137]

O Diário do Piauí publicou matéria com o seguinte título: "Udenistas incendiários!" O articulista trata do conjunto de acontecimentos, desde o início dos incêndios em 1941 e a forma como a narrativa é construída objetiva induzir o leitor a acreditar que serem os udenistas a atear fogo nas casas dos pobres, com o objetivo de desmoralizar o Governo. "Mandaram e ficaram fazendo a propaganda que era o Governo o autor desse crime hediondo."[138]

O cronista toma frases ditas por udenistas em entrevistas e/ou comícios considerando o que foi falado como indícios, dos crimes. José Cândido Ferraz foi um que teve frases utilizadas para compor o texto acusatório:

> *Em plena praça pública, um atual deputado que tinha sido processado como incendiário declarou em comício que, quando a UDN chegasse ao poder, acabaria os incêndios, portanto, se eles afirmaram tão categoricamente que acabariam os incêndios, é porque conheciam os incendiários que estavam sob suas ordens. Era só mandar deixar de tocar fogo em casa e eles deixariam, em obediência às ordens superiores.*[139]

Digitalizado com CamScanner

O articulista acusa publicamente os udenistas de incendiários. Toma uma palavra que considera chave e, a partir dela, constrói o libelo acusatório.

A resposta dos udenistas vem em seguida através do jornal O Piauí e com o tom de desafio. "Se é verdade a afirmativa que faz o Diário do Piauí que somos nós os incendiários, atrás do cofo das bombas deve estar um udenista."[140]

A alusão ao "cofo das bombas" está relacionada com a apreensão, por um cabo do Exército, de um vasilhame confeccionado de palha, contendo artefatos denominados de bombas incendiárias. A imprensa especula muito em torno da nova pista. Esse fato ocorre no começo do mês de agosto quando:

> *(...)Os rolos de fumo elevados das dezenas de palhoças incendiadas diária e criminosamente desafiavam as providências oficiais e o trabalho insano dos bombeiros. A área total da cidade não podia ser vigiada, simultaneamente por toda parte pela Polícia, cujo árduo trabalho e penoso e dobrado teria naturalmente de minguar, pela tensão da vigília contínua e enervante.* [141]

A expansão dos incêndios para toda a periferia da cidade, a desconfiança contra integrantes da Guarda Civil, devido ao envolvimento de um policial dessa guardição nos incêndios de 1941, e a insuficiência de policiais militares para guardar todos os bairros forçaram a solicitação de apoio ao comandante do 25° Batalhão de Caçadores para que soldados participassem do trabalho de vigilância das áreas mais críticas da cidade, juntamente com a Polícia Militar. "Foi na semana passada que a Guarnição Federal mandou em socorro dos vigilantes do Estado os soldados

do 25° BC, logo distribuídos em todo os recantos, para reforço das patrulhas existentes."[142] Como em 1941 o governo do Estado contou com a colaboração de tropas do Exército. Naquele ano, a imprensa noticiou que soldados do 25° BC teriam realizado a prisão da "Gaúcha". Agora, um cabo do Exército teria encontrado o saco, contendo as bombas incendiárias.

Sobre as bombas incendiárias, o operário da construção civil Antonio Vieira Sales comenta:

> *(...) Aqueles incêndios eram premeditados, era de nove e meia para as dez horas, naquela hora exta as casas, o sol esquentava, pegava fogo, era preparo químico que jogava em cima da casa, agora(...) era oilpitica em cima do Dr. Leônidas para desorganizar o governo(...) pelos adversários(...)o Leônidas era incapaz de queimar uma casa de um pobre(...).*[143]

A notícia sobre as bombas espalha-se rapidamente, e os boatos também. O próprio articulista relata que o seu comentário não estava autorizado pela Polícia e que não tinha a pretensão de dar curso a imaginações diversas. "...Não! Apenas, é o relato simples do que verdadeiramente se comenta e tem como fim precípuo o levantar no seio do povo o índice de confiança, que o desespero abaixou, para que se creia, se acredite e se espere que está próxima a solução do mistério."[144]

O silêncio em torno das investigações instiga um articulista do jornal O Piauí a fazer a seguinte pergunta: "Estarão as autoridades de posse de um segredo tão tenebroso, que o simples descerrar do

Digitalizado com CamScanner

véu que o encobre possa dar origem a outra calamidade maior?"[145] Insinua que as autoridades policiais estão omitindo respostas porque têm medo. Coloca sob suspeita o trabalho de vigilância realizado pela polícia na região da Palha de Arroz, zona de prostituição e de pobreza extrema, onde foram queimadas casas durante cinco dias consecutivos, "...quando desde o primeiro se achava interditada e vigiada pela polícia."[146]

O fogo pode ser lido como promotor da limpeza de odores nauseabundos, portanto, como elemento purifica dor. Os incêndios no Palha de Arroz eliminavam casas feias, pobres, onde habitavam prostitutas e gente ligada ao trabalho dos ancoradouros do rio Parnaíba.

O silêncio imposto pela polícia não se relacionava apenas com as investigações sobre os incêndios. As autoridades pretendiam também impedir ou no mínimo dificultar que notícias tratando do tema fossem veiculadas em outros Estados.

Não obstante serem os incêndios um flagelo do conhecimento público, e a cidade vivendo no começo do mês de agosto sob o terror do fogo, o Pe. Alberto Freitas Santos telegrafou ao presidente da República, solicitando auxílio para os atingidos. Essa atitude provocou a convocação do padre Alberto à Delegacia de Polícia para prestar esclarecimentos.

Em entrevista concedida ao jornal O Piauí, justifica sua atitude:

Exatamente no dia 3 do corrente mês, data fatídica em que Teresina se encontrava completamente sitiada pelas colunas de fogo, que contornavam o seu perímetro urbano, como uma imensa cortina de chamas a iluminar outras fogueiras centrais. Senti a situação desesperada de uma população espavorida, ouvindo suas queixas e os seus gemidos de dor, em presença do quadro compungente dos desabrigados que haviam perdido tudo num instante, tudo o que possuíam, foi que resolvi dirigir o meu apelo ansiado ao General Gaspar Dutra, de vez que só em Deus, até o momento lhes era possível confiar, tendo sido baldados todos os esforços para minorar a sorte de Teresina incendiada. Foi na condição de piauiense nato, o sentimento de solidariedade humana, o ardor de quem não precisa de ordem para cumprir o seu dever, o impulso inicial que me levou a endereçar o telegrama da minha autoria e cuja responsabilidade é minha tão somente.[147]

O discurso do Pe. Freitas está repleto de metáforas que pintam a situação dramática dos moradores das casas de palha. Assume a condição de intérprete da população quando observa que esta não confiava na polícia e, desta forma, atinge a interventoria do Estado. Ao afirmar que era "piauiense nato," talvez insinuasse que estava mais preocupado com a população pobre do que o interventor que tinha vindo de Minas Gerais. Além disso, era padre e por isso não precisava "receber ordens para cumprir o seu dever", no caso, prestar solidariedade aos concidadãos.

Os moradores das casas de palha tinham em suas moradias aquilo que Bachelard chamou de "espaço feliz". Espaço que lutavam para defender das forças adversas, porém, no geral, sentiam-se impotentes. Mesmo com a presença da polícia, como foi o caso da Palha de Arroz, os incêndios não cessavam. Os proprietários viam suas

Digitalizado com CamScanner

moradias transformarem-se em excrementos do fogo. O "canto do mundo", o "universo", o "cosmos" de cada um, de uma hora para outra transformava-em lembranças. De uma hora para outra viam destruídos os seus limites com seus abrigos. "Todo homem vive a casa em sua r ealidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos."[148]

O desespero tomava conta dos moradores das casas de palha. Segundo Palha Dias "... viviam assombrados, Muitas pessoas saíram daqui; foram para outros cantos, com medo(...) Muita gente foi embora daqui de Teresina."[149] Ficavam desterritorializados. "É graças a casa que grande número de nossas lembranças estão guardadas."[150]

Outra memória reveladora sobre o desespero das pessoas atingidas pelo fogo é Genu Moraes que afirma ter assistido a muitas ex- empregadas domésticas chegarem a sua casa "chorando. Era uma coisa horrível"(...) ficavam loucas, alucinadas. Em casa, mamãe cansou de hospedar pessoas com crianças e tudo. Tinham sido ex-empregadas que mamãe continuava dando assistência."[151] A testemunha oral permite "recuperar" aspectos do sucedido, mas também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história.[152] A narrativa depende de fatores pessoais e coletivos. Se isso é verdade, então, se deve considerar o lugar da ucronia na história individual de cada um. O narrador pode realçar a sua vida pessoal, demonstrando que desempenhou papel relevante ou mais envolvido como participante.

Vitor Gonçalves Neto, através dos personagens de Fogo, recorda os momentos difíceis da cidade e de seus filhos. Lucinha ao acordar numa certa manhã, no período

dos incêndios comenta que já se iam 3 anos consecutivos que a cidade vivia sob o domínio do fogo. O céu escurecia sem que a chuva ameaçasse. "As águas do Parnaíba e do Poti, os rios que lardeavam a terra, nunca mais esfriaram. Teresina ardia, a febre latejava nos seus pulsos que eram as ruas agora sempre agitadas, a dor tomava conta do seu corpo e seus filhos desesperavam."

Lucinha dá vida à cidade; uma cidade doente. A doença: febre. As águas dos rios Parnaíba e Poti foram transformadas em sangue que irrigavam as veias da cidade. As ruas foram transforma das em pulsos. Iniciados os incêndios, as ruas se agitavam com os moradores deslocando-se para o local do sinistro.

A prostituta Maroca, ao voltar do local incêndio, relata o espetáculo sinistro que acabara de assistir:

> *É o diacho , muié! A gente vai terminá toda sapecada dentro desta pinóia.Ôje foi na Piçarra a festança. Pena que já cheguemos no fim. Assim mesmo ainda assistimo um bocado. Vige Santa! As labaredas subia cuma si quizesse também tocá fogo no céu. Queimaram 28 casa, somente 4 porco e mêa duzia de galinha. O que vale é qui o povo num drome mais. Tá pronto pra tudo.*[153]

Marocas tinha assistido o incêndio ocorrido na Piçarra. Amanhã poderia poderia ser no Cajueiros, bairro onde morava e era vizinha de Lucinha. Não precisava ter o dom da adivinhação. No Cajueiros, a maioria das habitações era coberta com palha de babaçu. Um certo dia, o que Marocas previra aconteceu. O fogo tinha chegado. A casa onde Lucinha, morava estava queimando e ela estava

Digitalizado com CamScanner

lavando roupa no rio Parnaíba. Lucinha ao chegar em casa, ainda assistiu as labaredas destruindo a casa e queimando a filha que tinha deixado dormindo. Atirou-se em meio ao fogo e morreu junto com a filha.

Recordem-se que esse conjunto de narrativas foi retirado de uma obra de ficção, entretanto na vida real, quantos homens e mulheres saíram para trabalhar e ao retornarem encontraram apenas cinzas nos locais das casas. O psiquiatra observa que o número de casos de distúrbios mentais aumentou no período. Foram registrados casos de mortes de idosos e crianças.

Em todos os depoimentos aqui arrolados, uma palavra se repetia com relação à situação daqueles que tinham as suas casas queimadas: desespero. Eles não tinha a quem reclamar e quem ousava fazê-lo corria o risco de ser tratado como incendiário e ser torturado.

A polícia tentou impor silêncio sobre os incêndios. Os sinos da Igreja de São Benedito foram obrigados a silenciar. Ficou proibida a palavra fogo. A população, para comentar sobre os incêndios, falava de chuva.

Francisco, outro personagem do Fogo, foi assassinado pela polícia porque não sabia quem incendiava as casas de Teresina. Repressão é outra palavra recorrente de quase todos os discursos aqui empregados. "A...memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe, coma escola, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiar a esse indivíduo."[154]

Os incêndios da década de 1940 provocaram a população moradora da periferia de Teresina amedrontada. A cidade continuou tendo construções cobertas de palha de babaçu e, ora por outra, incendiava uma casa. A notícia espalhava-se, e logo começavam os rumores de que os incêndios estavam recomeçando. Era comum ver-se, então, moradores retirando os pertences e colocando debaixo de árvores. Outros umedeciam a cobertura das casas, com jatos d'água. O imaginário social ficou marcado pelos incêndios.

Digitalizado com CamScanner

4.3. A ação policial

Como já se disse anteriormente, no momento inicial dos incêndios, a polícia os tomou como fato de rotina. Afinal, todos os anos, no mesmo período se verificavam incêndios nas áreas onde predominavam as casas de palha. "Certo é que todos os anos se verificam, entre agosto e dezembro, período de temperatura mais elevada, casos de incêndios, sempre atribuídos à casualidade e ao descuido por parte dos moradores das casas sinistradas, sem qualquer intenção criminosa."[155]

O Governo e a população, se tomarmos como referência o discurso oficial, conviviam com os incêndios todos os anos. Para o primeiro, parecia um fenômeno sem solução. Não foi encontrada indicação de proposta para eliminar esse flagelo que atingia anualmente a população pobre dos subúrbios. Isso pode ser constatado no relatório

oficial, na argumentação do Interventor quando afirma: "Para comprovar, a Estatística Policial Criminal informa que em 1940 foram constatados 38 incêndios em casas de palhas nesta capital."[156]

Na história dos incêndios, até a década de 1930, não aparece a questão da intencionalidade. O marco inicial, seria, então, o fogaréu que tomou conta da cidade entre agosto e meados de outubro de 1941:

> *No ano passado, todavia, além daqueles fatores[casualidade e descuido dos moradores das casas de palhas] houve, como parece provado, os crimes já confessados, cuja responsabilidade está sendo apurada pela justiça, de acordo com os dados fornecidos pelos respectivos inquéritos instaurados.*[157]

As prisões foram acontecendo. Em outubro de 1941, a polícia prendeu dois indivíduos:

> *Em 25 daquele mês foram detidos dois indivíduos acusados de incendiários, os quais confessaram a autoria de vários sinistros. Desde essa data nenhum incêndio ou simples tentativa chegou ao conhecimento da polícia e a população suburbana retomou seus hábitos de trabalho em plena tranqüilidade.*[158]

A truculência com a qual a polícia agiu nas prisões não ganhou as páginas dos jornais em decorrência da censura prévia sob a qual vivia a imprensa. Giovanni Costa nos informa que:

> *(...) Haviam sido presos em flagrante, quando ateavam fogo a casas suburbanas, um homem e uma mulher, que viviam maritalmente. Da mulher se dizia que era viaja-*

Digitalizado com CamScanner

da, conversava com vivacidade e também havia prestado, até poucos dias, serviços à polícia secreta da capital piauiense. A respeito das declarações, feitas pelos dois, nada transpirou de positivo.[159]

São poucas as informações sobre esse casal. José Cândido Ferraz,[160] em discurso proferido na Câmara dos Deputados no último trimestre de 1946, fornece alguns elementos, além daqueles já destacados por Giovanni Costa:

(...)Foi quando, por um golpe de sorte, elementos da Guarnição Federal, cujos recursos estavam sendo empregados na repressão aos incêndios, em vista da impotência das autoridades locais, lograram prender em flagrante, quando ateava a uma das casas uma mulher que chegara recentemente a Teresina e que vivia em concubinato com um guarda civil, também recém-vindo de outro Estado. Foi assim que se iniciou um processo contra Edasina Barcelos de Carvalho e Domingos de Carvalho, sendo ouvidas numerosas pessoas pelas autoridades policiais.[161]

O discurso de Cândido Ferraz é o discurso de um adversário político do Interventor, realizado em um Congresso de caráter constituinte e também no momento em que a censura estava sendo banida, pelo menos daquela casa. É o discurso de quem foi acusado por setores do Governo de ser autor intelectual dos incêndios ocorridos a partir de 1943. Mas a sua narrativa é importante porque nomina os supostos incendiários, além de discutir a origem desse casal. O Interventor, como vimos, não menciona os nomes, apenas diz que dois elementos foram presos, acusados de ser incendiários e, por essa razão, havia um processo contra eles. Giovanni Costa indica que o casal tinha prestado serviços à Guarda Civil.

A polícia montou o inquérito policial contra os acusados e o encaminhou a 4ª Vara de Justiça, solicitando a prisão preventiva. Entretanto, o juiz responsável entendeu que as provas incorporadas ao inquérito eram insuficientes para dar prosseguimento ao seu trâmite normal e o devolveu à delegacia onde tinha tido origem para novas averiguações. Quando o processo retornou à Justiça, o juiz titular considerou-se incompetente para julgar um crime político. Os incêndios, assim, deixavam de ser um problema social e eram alçados à condição de questão de segurança nacional.

O processo foi encaminhado ao Tribunal de Segurança, aí, segundo Cândido Ferraz, deu-se um conflito de jurisdição "...que determinou o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal. Essa alta corte, por decisão unânime, da qual foi relator o ministro Valdemar Falcão, decidiu pela competência da Justiça comum."[162] De volta a 4ª Vara de Teresina, o processo foi julgado, e o juiz pediu o seu arquivamento. Os acusados, durante todo o período do processo, estiveram reclusos na Penitenciária estadual. Surge aqui uma questão: se o juiz não concedeu autorização para a prisão preventiva dos acusados, por que ficaram presos na Penitenciária durante todo esse período de idas e vindas do processo? A primeira resposta que vem à mente é a de que a "...polícia passou a ser controlada pelo Governo e não por poderes judiciários independentes que seguissem a tradição clássica republicana."[163] Depois, como afirma ainda Elizabeth Cancelli, as forças policiais passaram a trabalhar tanto com os delitos penais quanto com os delitos políticos:

Digitalizado com CamScanner

> *Edalsina Barcelos de Carvalho e Domingos de Carvalho, os acusados, que durante todo esse tempo haviam sido tratados na Penitenciária com as maiores regalias desapareceram desde logo de Teresina, enviados por via aérea, misteriosamente, para esta capital[Rio de Janeiro]. Convém esclarecer que Edasina Barcelos de Carvalho fazia parte do corpo de polícia secreta de Teresina.*[164]

O desfecho do processo é, no mínimo, inusitado. Isso se levarmos em consideração as informações da imprensa e do próprio Interventor em relatório onde observa que os acusados tinham sido presos em flagrante, quando ateavam fogo em casas de palha. Os acusados foram postos em liberdade porque o processo não estava montado com provas que sustentassem a condenação. Se bem que, durante o Estado Novo, houve gente que nunca foi julgada por não haver sido formulada nenhuma acusação formal contra ela. O caso de Graciliano Ramos pode servir como exemplo.[165]

O casal desapareceu da cidade como por encanto, mas uma parcela da sociedade não o esqueceu, pelo menos da mulher, que parece chamar mais a atenção:

> *Sei que teve essa mulher aqui que chamavam Gaúcha, uma bichona bem alta, forte, bem alva, um pé enorme. Bichona que caminhava assim balançando, dizem que ela foi vista jogando fogo em cima de casa lá pro lado da rua Tiradentes e Campos Sales. Mas isso aí até hoje ninguém sabe quem foi o verdadeiro culpado, porque além do mais muitos deles já morreram.*[166]

O depoimento de Aldenora Almeida não destoa da versão que trata da existência de uma mulher como suposta incendiária em 1941. "Gaúcha," como era conhecida,

Adalsina de Carvalho não tinha as características físicas da mulher local. Era uma "bichona bem alta" que "caminhava assim balançando", era uma "mulher viajada", "conversava com vivacidade". Além do que, mais de uma versão dá conta da "Gaúcha" a trabalhar como policial secreto para a Guarda Civil.

Se Adalsina Barcelos de Carvalho e Domingos de Carvalho foram "bem tratados" na penitenciária local, o mesmo não pode ser dito daqueles outros indivíduos que foram detidos para averiguações:

> *A polícia (...) fez prisões a torto e a direito; e buscou pelo espancamento, pela tortura arrancar confissões aos presos, muitos deles estrangeiros - negociantes vendedores à prestação que devido ao seu ramo de negócio eram levados a conviver com os moradores das casas destruídas. Ao lado desses infelizes, inúmeros brasileiros padeceram igualmente, da crueldade da polícia, de maus tratos, na delegacia e nas ruas, como o capitão Pio Lima. Esse ancião foi estupidamente espancado. O bacharel Afonso Cordeiro, então 5° anistia de Direito, pretendeu requerer um habeas - corpus em favor do infeliz cidadão. Foi detido pelo Delegado Vaz e o requerimento não teve seguimento legal.*[167].

A polícia solicitou aos moradores das casas de palha que ficassem sob seus tetos no turno da noite, como vimos anteriormente. Giovanni Costa talvez tenha exagerado no seu relato. Era um dos adversários políticos de Leônidas Melo, mas a forma como a polícia estadonovista agia com prisioneiros já era conhecida desde o chamado Levante Comunista de 1935. "... O Estado não só havia se outorgado o monopólio do uso legítimo da violência, mas

Digitalizado com CamScanner

feito dela seu agente de transformação revolucionária e se utilizado do terror para impor esta violência de forma total e generalizada."[168]

Giovanni Costa não detalha os tipos de instrumentos de tortura empregados pelos policiais com o objetivo de obter confissões, mas a Polícia do Distrito Federal, sob o comando de Felinto Müller utilizava práticas tais como "... arrancar unhas com alicate, enfiar alfinetes sob as unhas(...) espancar os prisioneiros(...) queimar testículos com maçaricos, extrair dentes com alicates, introduzir arame nos ouvidos(...)."[169] Este conjunto de práticas de tortura era originário da Polícia do Distrito Federal, mas espalhou-se pelo Brasil afora.

Graciliano Ramos confirma em Memórias do Cárcere algumas destas práticas. "Sérgio me disse que lhe haviam magoado e ensangüentado os pés, mas falara meio indiferente(...). As unhas de Benjamin Snaider tinham caído, nasciam outras(...) agulhas penetrando carnes, nádegas queimadas a maçarico(...)."[170] Ninguém melhor que Graciliano Ramos para nos mostrar o inferno que era cair nas "garras" da polícia da era Vargas.

Em nota da Chefatura de Polícia, publicada no Diário Oficial de 16 agosto de 1943, o seu titular chama a atenção das "pessoas menos avisadas" para que não façam comentários desrespeitosos e malevolentes contra as autoridades policiais locais:

> *(...) Chama a atenção de todos para as disposições do decreto lei n. 4.766, de 1 de outubro de 1942, cujo artigo 28 pune com penas de reclusão, de um a seis anos, o ato de alguém proferir em público, ou divulgar por escrito ou por*

> *outro qualquer meio, conceito calunioso, injurioso ou desrespeitoso contra a Nação, o Governo, o regime e as instituições ou contra agente do poder público.*[171]

A argumentação do Chefe de Polícia não poderia ser mais convincente. "O autoritarismo, foi portanto, a vertente ideológica que inculcou no País os princípios da primazia do Estado, da obediência à hierarquia e da passividade política da sociedade..."[172] Nesse momento, a sociedade brasileira já não era tão passiva como afirma a autora. As manifestações de rua de estudantes pressionando o governo a declarar guerra contra o Eixo estavam ocorrendo. Contudo, é preciso admitir a timidez de tais manifestações. Como afirma Arimatéa Tito Filho, eram manifestações de civismo com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha.[173]

Os segmentos mais pobres da sociedade viviam sob clima de terror. Em primeiro lugar porque os incêndios cercavam os subúrbios da cidade, depois a polícia impôs a lei do silêncio sobre os sinistros. Falar sobre os incêndios podia terminar em prisão. "Francisco fora preso, como incendiário, nessa noite. A verdade é que ele não tinha coisa alguma com o fogo da Piçarra(...) Estivera lá apenas como repórter do jornal e não sabia que já estava proibido falar-se nesse assunto."[174]

A população criou códigos para poder conversar sobre os incêndios:

> *Tomara que o negócio hoje seja na hora da prova de matemática! Arriba todo mundo.*
> *Ôje vai chuvê di novo gente! Diz que é as 3 horas no*

Digitalizado com CamScanner

Trapiche(...)
Diziam que ia 'chover' porque era proibido falar em fogo. Porque amordaçavam as pessoas, prendiam os inocentes, matavam quem se atrevesse a soltar uma palavra de revolta.[175]

As polícias militar e civil agiam de forma arbitrária e violenta. "O Estado inaugurado pelos revolucionários de 30 via no poder da polícia um caráter administrativo para a sociedade enquanto um todo e um instrumento de poder pouco afável a regime das limitações legais."[176] É sob esse clima que as prisões vão acontecendo.

Por conseguinte, ao que tudo indica, o aparelho policial do Estado não estava preparado para tanto trabalho. Em julho de 1943 é que o Chefe de Polícia instituiu o que chamou de "sistema dos delegados do dia". Na portaria de Evilásio Vilanova, no item "j" fica estabelecido que "... o delegado do dia deve comunicar, com a máxima presteza, à Secção do Corpo de Bombeiros, qualquer incêndio de que tenha conhecimento estar ocorrendo na capital e município."[177] Os incêndios têm o mérito de aumentar a vigilância policial sobre a cidade, criando, inclusive o sistema de plantão noturno nas delegacias com a presença do delegado.

A imprensa, durante o Estado Novo, foi utilizada como instrumento de divulgação da imagem e dos feitos do Presidente da República. Foi utilizada também como elemento de "persuasão" para criar, junto à sociedade brasileira, a marca de construção de um novo Estado. Os governos estaduais seguiram os passos do governo central. Ao nível local, a Polícia publica sistematicamente coloca notas no jornal oficial, procurando ditar normas sobre o comportamento social.

(...) A Chefia [de Polícia] adverte as pessoas de boa fé que de maneira alguma, devem dar curso ou propagação a boatos tendenciosos que são espalhados com o fim de gerar pânico ou o desassossego público, pois que, assim agindo, não só estarão fazendo o jogo dos inimigos do País e auxiliando seus torpes e inconfessáveis interesses, como também estarão cometendo o crime previsto no artigo 30 do já citado Decreto - lei Federal, punindo com penas de reclusão, de seis meses a um ano, e para cuja repressão a Polícia não medirá esforços, atinja a quem atingir.[178]

No discurso oficial, terror é aquilo que estão fazendo os divulgadores de comentários tendenciosos ou que tenham a intenção de deixar a sociedade desassossegada e em pânico. Os autores de notas com esse teor deixavam a sociedade amedrontada, tinham a intenção de calar a sociedade A polícia se diz preparada para reprimir seja quem for, "atinja quem atingir".

O Estado tenta impor, sem conseguir, a lei do silêncio sobre os incêndios. Emprega policiais disfarçados nos pontos mais movimentados da cidade. "As notícias deslizavam de boca em boca, em todas as rodas, aos cochichos, na Baixa do Chicão, na Praça Rio Branco, no Largo do Poço, onde ficava o velho Liceu. O fogo era certo como o sol, um sol estranho de todos os dias."[179]

Na segunda quinzena de agosto de 1943, Luís Alves de Sousa foi detido e acusado de ser um dos incendiários. Esta prisão teria sido realizada:

(...) Pelo tenente Ivan Tito e pelo guarda civil Antonio Lopes. [Luís Alves] Foi conduzido à Polícia num auto-

Digitalizado com CamScanner

móvel, guiado pelo chofer Elói, e, na noite do mesmo dia, acompanhado de Evilásio, do capitão Alcindo Batista, do Inspetor Ivo e de alguns guardas, foi levado para a 'Cruz do Cassaco"[180] *na estrada de Natal"*[181]*, a duas léguas da cidade..."*[182]

Conforme as normas instituídas, depreende-se que teria sido espancado para que confessasse a autoria de incêndios e indicasse quem o estava pagando para que cometesse o crime.

O narrador da "odisséia" de Luís Alves de Sousa indica que, nas sessões de tortura e pancadaria deste, o Chefe de Polícia lhe teria dito o seguinte: "Meu filho, acuse o Dr. José Cândido de lhe ter mandado incendiar casas de palha."[183]

Essa versão da apresentação do nome de José Cândido Ferraz como autor intelectual dos incêndios também aparece na narrativa de Zilma Carvalho quando esta trata de um vizinho chamado Luizinho enfermeiro.[184] "Enquanto era torturado mostravam-lhe um retrato de Cândido Ferraz para que dissesse que tinha sido aquele homem da fotografia que o tinha contratado para incendiar casas."[185] Este senhor foi preso várias vezes, mas tais prisões começaram em 1943. Foi vítima, como os demais acusados, de torturas como um articulista do jornal *Libertação* assinala.

(...) Durante dias e noites sucessivas, policiais espancaram-no sob as vista do major Evilásio Vilanova, então Chefe de Polícia, a fim de arrancar dele, de qualquer maneira, uma acusação comprometedora(...)
- Sou inocente! Gritava, mas seus algozes o torturavam mais ainda.
Depois o conduziram ao lugar denominado 'Cruz do

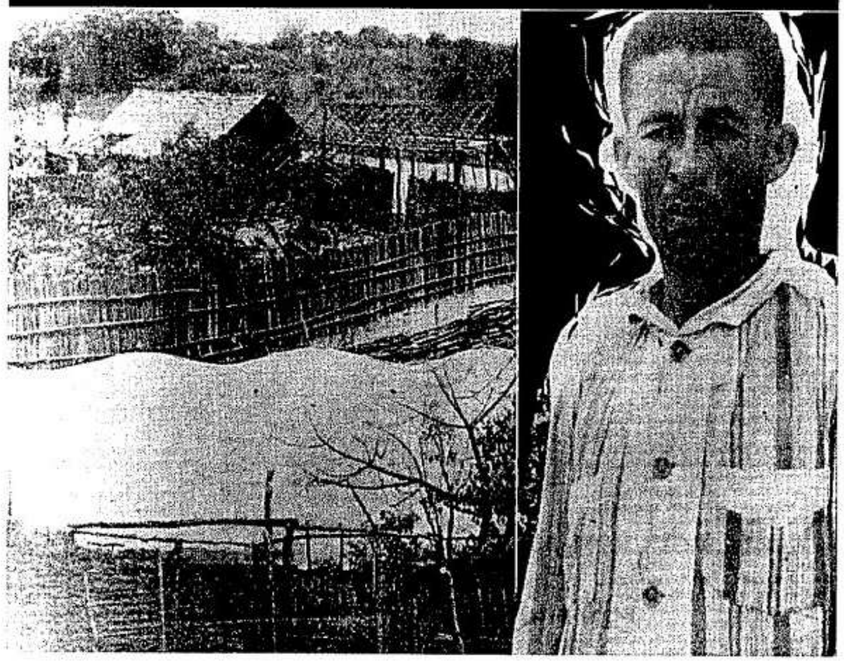
Cassaco', distante seis quilômetros da cidade e lá encontraram o ambiente ideal para o massacre de suas vítimas. Todas as noites, às horas mortas os policiais de Evilásio Vilanova transportavam para lá os presos e começavam o sangrento interrogatório:
- Vamos canalha! Diz que o culpado é o doutor José Cândido!"[186]

Na mesma quinzena, o jornal oficial publica longa matéria com fotografias de quatro homens que tinham sido presos, acusados de serem incendiários. O primeiro deles chamava-se Luís Eduardo e fora acusado da autoria de dois incêndios que destruíram 10 casas, sendo 6 localizadas na Linha de Tiro da Força Policial(área correspondente ao atual bairro do Monte Castelo) e 4 na Estrada da Catarina(hoje av. Celso Pinheiro Filho). O segundo incendiário chamava-se João Paulo da Silva, vulgo João Sátiro, acusado do incêndio de uma casa localizada na rua 24 de abril. O terceiro incendiário chamava-se Lídio Rodrigues de Sousa e foi acusado de ser autor de 2 incêndios que destruíram 3(três) casas, uma localizada na avenida Circular(atual Miguel Rosa), no lugar Palmares e 2 outras na Estrada de São Raimundo(atual av. Higino Cunha), uma das quais era conhecida como antiga fábrica de redes. O quarto era Manoel Pereira da Silva, acusado de ter posto fogo em uma casa localizada na Linha de Tiro da Força Policial (área que corresponde ao atual bairro Monte Castelo).[187]

O gabinete do Chefe de Polícia faz publicar nota onde Evilásio Vilanova assegura que não tem nenhuma dúvida sobre a "intenção criminosa" e os "requintes de perversidade dos autores".

Digitalizado com CamScanner

As diligências, que em breve estarão concluídas, prosseguem com êxito, estando já presos vários responsáveis por aqueles bárbaros atentados praticados contra a população pobre de Teresina, que assiste agora, revoltada, a reprodução de iguais crimes cometidos em 1941, quando mui habilmente os criminosos escaparam à ação da justiça.
Agora, entretanto, na posse de pista segura, a polícia não permitirá a continuação das atividades de tão sinistra organização e fará com que os seus chefes e asseclas espiem na prisão toda a extensão do danos causado.[188]



A nota confirma das prisões tratadas. O chefe de Polícia refere aos incêndios de 1941 para valorizar a sua atuação à frente das polícias e para mostrar à sociedade que os acusados serão julgados e condenados.

Porém o que mais chama a atenção no discurso de Evilásio Vilanova é a crença na existência de uma organização "sinistra" que promove os incêndios. Como acreditava tratar-se de uma organização, então, existiam chefes e comandados, "asseclas". O discurso nos indica que a prática de apresentar um nome ou fotografia de alguém, que a polícia tinha a intenção de acusar, utilizando os prisioneiros, "pedindo" que reconhecessem como mandantes dos crimes, faz sentido.

Na matéria jornalística já aludida, a Polícia publicou as fotografias dos acusados ao lado de destroços de casas incendiadas. Outro dado importante da nota é a s olicitação de apoio do Chefe de Polícia à sociedade para que esta ajude na captura da "sinistra organização de malfeitores". A polícia intimida, como já frisamos anteriormente, ao mesmo tempo "solicita o apoio da sociedade, tentando transformar cada um de seus integrantes em agente policial.

José Cândido Ferraz confirma que foi acusado de ser autor intelectual dos incêndios, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, quando dela fazia parte logo após a queda da ditadura: "...Evilásio Vilanova (...) conseguiu acusar-me como autor intelectual dos delitos, sendo s olicitada desde logo a minha prisão preventiva. Decretada essa, fui depois solto através de 'habeas-corpus' concedido pelo Tribunal de Apelação."[189]

Digitalizado com CamScanner

Os incêndios ganham conotação política. O declínio do governo Vargas, decorrente inclusive da declaração de Guerra do Brasil à Alemanha, repercutiu nas interventorias estaduais. Os grupos insatisfeitos com as interventorias começavam a se organizar e a ter maior espaço político para atuar. José Cândido Ferraz[190] passou a incomodar o governo e é provável que tenha nascido daí a intenção de setores do Governo em acusá-lo de autor dos incêndios.

A concessão de "habeas-corpus em favor de José Cândido Ferraz pelo Tribunal de Apelação fez com que a polícia transformasse os incêndios em questão de segurança nacional. Os acusados não seriam julgados por crimes comuns e sim por crimes de segurança nacional. Aliás, em 1941, a polícia tentou essa mesma estratégia, mas oSupremo Tribunal Federal negou tal pretensão. "Ante, porém, a revolta que a minha prisão provocou em todo o Estado e a alegria com que foi recebida a decisão do Tribunal de Apelação, resolveu a polícia fazer dos incêndios um crime político, para ser decidido pelo Tribunal de Segurança."[191]

Na fase da montagem dos inquéritos policiais e processos dos envolvidos, comenta-se sobre os abusos cometidos contra os acusados. José Cândido Ferraz observa que a tortura e espancamentos contra prisioneiros provocaram a solicitação do Presidente da Associação Comercial Piauiense ao interventor Leônidas de Castro Melo para que apurasse a veracidade dos boatos. Foi constituída uma comissão de médicos:

> *Esses exames procedidos pelo Diretor da Assistência Hospitalar do Estado, que também era médico da Polícia e da Guarda Civil, pelo médico da Penitenciária,*

> *comprovaram as sevícias nos indiciados que a eles foram apresentados e de nomes Manuel Gomes Feitosa, Sebastião Hilário da Silva, Manoel Pereira da Silva, Lídio Rodrigues de Sousa e Luís Alves de Sousa.*[192]

Na relação de Cândido Ferraz, aparece mais um nome, o de Sebastião Hilário da Silva que não constava da nota policial.

O historiador Raimundo Wall Ferraz, que viveu o período e estava ligado por laços de familiares a José Cândido Ferraz, em entrevista afirma:

> *A repressão policial foi a mais violenta já conhecida na história do Piauí. Cerca de 200 pessoas foram inquiridas na Delegacia de Segurança e Ordem Pública, 37 foram presas e seviciadas. Homens do povo a maioria de semi-analfabetos, viram-se espancados, enterrados vivos num festim diabólico de torturas inimagináveis, comandado pessoalmente pelo chefe de polícia e que eram praticados em locais como Ilhotas, Campo de Aviação, Tabuleta, naquela época totalmente desabitados.*[193]

Na avaliação de Wall Ferraz, o número de pessoas feitas presas e torturadas cresceu. Relaciona os seguintes: Elias de Sousa, Francisco de Sousa Barros, Sebastião Hilário da Silva, Antônio Gomes Teixeira, Manoel Pereira da Silva, Possidônio Pereira Damasceno, Luís Alves de Sousa, Pedro Pompeu Nogueira, Manoel Gomes Feitosa. As torturas provocaram a morte deste último. "Um deles, Manoel Gomes Feitosa, não resistiu às torturas, morrendo de hemorragia conforme laudo dos médicos Agenor Almeida e Antenor Neiva."[194] Agenor Barbosa Almeida, o primeiro dos médicos citados, ainda pouco, era na ocasião, diretor do Hospital Getúlio Vargas e relata assim a sua participação na comissão que examinou os prisioneiros:

Digitalizado com CamScanner

(...) Houve uma denúncia que chegou ao conhecimento do Leônidas, que ele estava maltratando muito os presos, com esse negócio de incêndio, então o Leônidas me deu carta branca para eu ir à Polícia investigar isso. Então, pedi-lhe para não ir só, queria ser acompanhado de outro médico, de minha confiança. Ele permitiu. Foi o doutor Antenor Neiva (...)

Então comecei a examinar, encontrei muita gente espancada, trancafiada no xadrez. Encontrei um quase morrendo e que depois morreu(...) Fiz um relatório e apresentei ao Leônidas depois, dizendo: 'olha o fulano de tal Feitosa vai morrer hoje(...) Tem vínculo das surras, espancamentos e essa coisa toda. E está aqui o Antenor Neiva que assinou comigo o relatório também. Então até certo ponto se prova um pouco que ele era violento e um pouco sádico, porque eu comprovei isso vendo dezenas e dezenas de presos nessas condições.

[Manoel Feitosa] Com lesões graves no corpo, contusões, marcas de chibata(...) E parece que tinha havido ruptura intestinal, e se não me engano eu disse assim:' o homem está com o abdome muito grande; devido a essa pancadaria houve alguma lesão intestinal. Mas não cheguei depois a examinar, quando ele morreu, ele morreu nesse dia à noite. O Evilásio terminou enterrando o homem. Enterrou o homem e não fez corpo de delito, não fez autópsia, coisa nenhuma.[195]

Embora seja uma longa citação, ela é importante porque o autor participou como médico, dos exames das condições físicas dos prisioneiros acusados pela Polícia de serem incendiários.

Não estamos tomando essa memória como se fosse a história. Maurice Halbwachs, depois de estudar detalhadamente memória em suas dimensões individual,

coletiva e histórica elencou alguns elementos que ajudam a compreendê-la.[196] O acontecido distingue-se da história escrita, documentada. Esta última é uma representação. Mas, segundo Paul Veyne, é neste hiato entre o vivido e o narrado que se localiza o fazer do historiador.[197] Destacamos, ainda, que a história que se escreve de maneira consciente e inconsciente está marcada pela época em que se vive. O que fez Agenor Almeida foi registrar ângulos das diversas dimensões do real, e esta é uma forma de estabelecer, associar acontecimentos e fatos.[198]

Os incêndios somados à violência policial ultrapassaram às fronteiras do Piauí. A repercussão das notícias sobre tortura e morte de um dos acusados deixou o governo em situação constrangedora junto ao poder Central. Segundo José Cândido Ferraz, a vinda de um delegado do Rio de Janeiro para proceder a novas investigações, teria sido iniciativa do Ministro da Justiça, Marcondes Filho. Essa decisão deixa a polícia do Piauí sob suspeita para conduzir investigações.

Leônidas de Castro Melo[199] justifica a solicitação de apoio da polícia do Distrito Federal e, de certa forma, também coloca a "sua" polícia sob suspeita:

> *Atendendo à gravidade do crime e aos comentários que se formavam em torno do fato deliberei confiar à Polícia do Distrito Federal o prosseguimento das delicadas diligências e investigações. Para tal conseguir, determinei a suspensão do inquérito iniciado pelas autoridades estaduais...*[200]

O interventor chama para si a responsabilidade de ter solicitado o apoio do governo central, para desvendar

Digitalizado com CamScanner

o "mistério" que cercava os incêndios. Em telegrama endereçado ao Ministro da Justiça, Leônidas Melo assinala a crença de ação criminosa e acredita que os atos de incendiar casas dos pobres tinham como finalidade "causar pânico à população e facilitar a ação de elementos perturbadores da ordem que aproveitam ensejo para insuflar animosidade popular contra autoridades constituídas..."[201] O fantasma do comunismo servia, ainda, para explicar o que as autoridades não tinham outra forma para fazê-lo.

O Interventor com essa atitude admite que a polícia subordinada à sua autoridade não estava suficientemente instrumentalizada, tanto do ponto vista técnico quanto do pessoal, para continuar a investigação sobre os crimes contra a população pobre da cidade:

> (...) Fato já ocorrido 1941, sem que fosse possível apurar responsáveis, reduzindo-se agora, desde dia primeiro mês passado oferecendo mesmo aspecto criminoso, Polícia/estado apesar seus esforços e apesar já ter presos alguns elementos suspeitos e confessos executores, não dispõe elementos investigação nem investigadores devidamente habilitados orientar e proceder sindicância...[202]

O telegrama de Leônidas Melo, solicitando a vinda de investigadores do Distrito Federal foi datado de setembro de 1943. Na última quinzena de novembro, o Diário Oficial publica ofício n. 12, recebido pela Chefia de Polícia, remetido por Benedito Lopes, Delegado Especial, onde afirma ter concluído o seu trabalho:

> *Ao finalizar as diligências relacionadas com os crimes dos incêndios que se verificaram nesta capital, de 2 de agosto a 7 de setembro do corrente ano(...) cumpre - me o grato dever de agradecer a V. Excia. todas as atenções que me foram dispensadas e todo auxílio prestado para que a verdade fosse apurada.*[203]

Nessa correspondência, Benedito Lopes não informa nada sobre os resultados das investigações. A maior parte do seu conteúdo, eram elogios ao Chefe de Polícia. O que mais chama a atenção é que o delegado federal retoma o discurso de Evilásio Vilanova sobre a autoria dos incêndios, ou seja, confirma a versão da existência de autores intelectuais dos crimes. Observa que foi o trabalho profícuo de Evilásio Vilanova à frente das polícias militar e civil que "feriu interesses inconfessáveis daqueles que vivem à margem da lei":

> Sua atitude desassombrada e honesta, prendendo a horda de incendiários que espalharam o terror e a dor entre a população pobre de Teresina(...) veio contrariar todo aquele que emprestava o seu apoio material e intelectual aos monstruosos crimes, com o fito, talvez, de enfraquecer o poder constituído.[204]

Mesmo diante da argumentação do interventor tomando para si a iniciativa de solicitar a vinda de policiais do Distrito Federal para comandar as investigações e montagem dos inquéritos, a situação não deixa de provocar desconforto no Governo. Tenha sido ou não iniciativa do Ministro da Justiça, a vinda de policiais para Teresina, como afirma Cândido Ferraz, o fato é que ocorreu uma intervenção federal no Estado. O Delegado Federal

Digitalizado com CamScanner

trata com muito cuidado a sua presença na cidade, mas não foi a toa que logo depois da sua estada na cidade, o Chefe de Polícia é transferido e outro integrante do Exército "convidado" para os cargos anteriormente ocupados por Evilásio Vilanova.

O discurso oficial em torno da vinda de Benedito Lopes e a qualificação dada a ele, além da sua própria fala, criaram uma expectativa de condução diferente na montagem dos inquéritos contra os supostos incendiários. Isso se evidencia no depoimento do major Adovaldo Figueiredo de Sousa, comandante do 25 BC, testemunha de defesa de José Cândido Ferraz:

> *(...) Ao chegar a Teresina acompanhado de auxiliares para proceder ao inquérito, o Delegado Benedito Lopes, da Polícia Carioca, declarou a várias pessoas, inclusive representantes da Ordem dos Advogados, que ia fazer inquérito inteiramente novo, com absoluta independência e a mais completa liberdade, permitindo mesmo a assistência dos advogados(...) no entanto, o procedimento do delegado foi bem diferente, sendo patente a sua parcialidade que foi notada até mesmo por um oficial do exército que assistindo a um depoimento não reconheceu nas declarações atribuídas à testemunha aquilo que a mesma dissera perante a autoridade em apreço...*[205]

Em várias oportunidades, o comandante do 25º BC foi chamado a reunir-se em Palácio de Karnak com o interventor e o Chefe de Polícia,vivenciando portanto, a "trama" para montagem do processo contra os supostos incendiários e seus autores intelectuais, sendo, também, testemunha de defesa de um dos acusados. A pergunta a ser feita é: por quê o comandante do 25º BC aceitou testemunhar a favor de alguém que, em tese, era

adversário daqueles que estavam no poder, portanto, aliados de Getúlio Vargas?

O testemunho de Adovaldo Figueiredo coloca em dúvida o trabalho de investigação e montagem do inquérito contra os "incendiários". Acusa o delegado especial de ter agido com parcialidade e forjado depoimento de uma testemunha. Não se pode perder de vista que o Exército tinha apoiado o golpe de 1937 e, em tese, os interventores eram auxiliares de confiança de Getúlio Vargas, portanto, do regime.

Existe um dado importante no depoimento de Adovaldo Figueiredo com relação a José Cândido Ferraz. Este era oficial da reserva do exército:

> *(...) Que, antes de ser efetuada a prisão do doutor José Cândido Ferraz, o depoente foi chamado pelo Chefe de Polícia que lhe falou em nome do interventor no sentido de ser preso e posto em incomunicabilidade no quartel da Guarnição Federal, aquele médico que é também Oficial da Reserva do Exército; que o depoente se negou a atender a tal solicitação mesmo quando o Chefe de Polícia lhe afirmou que a prisão era por ordem e à disposição do Interventor; que, o depoente retrucou que só efetuaria a prisão do doutor José Cândido em face de um auto de flagrante ou um mandato judicial...*[206]

O não atendimento a uma solicitação do interventor pode ter diversos significados: a forma de governar de Leônidas Melo desagradava ao comandante do 25º BC; a forma de extrair confissões de prisioneiros através de tortura e espancamentos talvez deixasse o comandante do 25º BC preocupado com a possibilidade de aparecer como

Digitalizado com CamScanner

co-responsável; a condição de oficial da reserva do exército de José Cândido Ferraz talvez tenha trazido à tona o espírito de corpo tão presente em tais instituições; talvez não concordasse que o exército fizesse papel de Polícia. Por outro lado, o Estado Novo caracterizou-se por prisões sem julgamentos prévios ou sem julgamentos.

Na verdade tudo isso não passa de especulação. O que transparece da narrativa do comandante do 25° BC é um conflito de autoridade, o que pode significar a formação de grupos políticos com idéias conflitantes. Esse é um elemento importante na leitura dos acontecimentos posteriores.

O comandante do 25 BC diz ter ouvido Evilásio Vilanova dizer que empregou uma pistola para obter a confissão de uma testemunha:

> *(...) Nessa ocasião o Chefe de Polícia, declarando como conseguira descobrir a identidade do mandante dos incêndios, informou a ele depoente que cansado de ouvir as negativas de uma testemunha, sacara do revólver e, encostando a arma na cara da testemunha, ameaçou - a de morte, se não apontasse o nome do mandante; que, nessa ocasião, a testemunha amedrontada afirmara ser o doutor José Cândido Ferraz o mandante dos crimes...*[207]

O papel de Evilásio Vilanova como torturador é denunciado explicitamente. É preciso lembrar que Evilásio Vilanova era major do Exército. A forma de obter confissões através de torturas e espancamentos denunciada pelo oficial comandante confirma as denúncias dos prisioneiros torturados. O nome de José Cândido Ferraz é induzido como o preferido pelos torturadores.

O bispo do Piauí, D. Severino Vieira de Melo, também, foi arrolado como testemunha de defesa de José Cândido Ferraz. No seu depoimento afirma:

> *(...) O doutor José Cândido é incapaz de cometer um crime da natureza dos que estão classificados no delito porquanto o conheço há muitos anos e toda a sua família, sabendo ser o mesmo um cidadão probo e honesto; quer como médico, quer como homem da sociedade, o doutor José Cândido Ferraz tem todos os característicos de um cidadão cumpridor de seus deveres;*
>
> *(...)*
>
> *Que havia extremada inimizade pessoal, entre o dr. José Cândido Ferraz e o coronel Evilásio Gonçalves Vilanova, ignorando, porém, a razão dessa inimizade...*[208]

A principal autoridade da Igreja Católica no Piauí transfere, da esfera político-partidária para a pessoal, a razão para a acusação que o Delegado da Polícia fazia a José Cândido Ferraz. Não acredita na acusação que lhe estavam imputando. A justificativa para tal confiança estava no conhecimento que tinha da família e da vida profissional do acusado. Observa o bispo, que morava na cidade há mais de vinte anos, que durante todo esse tempo os partidos, nas suas campanhas, jamais recorreram ao crime. De certa forma, confirma que a questão lhe parece ter caráter pessoal e que envolve, como já dissemos, o médico e o chefe de polícia.

Dois médicos ouvidos como testemunhas, Agenor Barbosa de Almeida e Antonio Maria Correa, tratam dos exames de corpo de delito realizados nos prisioneiros

Digitalizado com CamScanner

que diziam ter sido espancados. O primeiro acusa as autoridades policiais de fazerem desaparecer quatro dos cinco laudos, "... que apresentou cinco laudos de exames, dos quais todos desapareceram dos autos do inquérito, exceto o do preso que faleceu de traumatismo abdominal-Manuel Gomes Feitosa, conforme consta do atestado de óbito junto aos autos."[209] A acusação transforma o inquérito num instrumento que estava sendo forjado para condenar adversários políticos do Governo.

José Maria Correa confirma no seu testemunho a existência dos laudos "... esse corpo de delito se realizou e por ele foi constatado entre os presos alguns portadores de lesões traumáticas inclusive fraturas e luxações."[210] Embora sob censura, as informações sobre tortura circulavam, e, às vezes, nasciam dentro do próprio Governo. No caso específico dos exames do corpo de delito, o médico responsável era diretor da Assistência Hospitalar "...pessoa de inteira confiança da situação dominante..."[211]

Através dos depoimentos de alguns prisioneiros, são narrados, com detalhes, os procedimentos policiais para obtenção das confissões.

Comecemos com Manoel Pereira da Silva:

Pelo menos duas pessoas citadas no depoimento de Manoel Pereira da Silva eram do quadro dirigente da polícia: Evilásio Vilanova, comandante da Força Pública do Estado e Chefe de Polícia, Pedro Basílio da Silva chefiava a 2ª Delegacia da capital. Ivan Tito era o responsável pela

Incendiário Manoel Pereira da Silva. Diário Oficial, Teresina, 31 ago de 1943.

(...) Que de fato disse na Polícia que conhecia o acusado(Braz Rufino Vieira) e este lhe havia distribuído bombas incendiárias porque apanhava para fazer tais declarações; que o lugar onde levava surras era adiante do subúrbio Taboleta; que era surrado com borracha de pneu em presença do Cel. Evilásio, sendo seus braços torcidos pelos guardas; que também estavam presentes às surras, além do cel. Evilásio, o major Pedro Basílio e o tenente Ivan Tito; que quando foi depor perante o Dr. Benedito Lopes este lhe

Digitalizado com CamScanner

condução do inquérito que Benedito Lopes abandonou quando chegou à cidade. Os guardas não são nomeados, mas são indicados como os responsáveis pelo "serviço" de espancar, surrar, torcer membros.

No relato do acusado, aparece um elemento novo: as bombas incendiárias tidas como responsáveis pelo foco inicial dos incêndios, de onde se propagava o fogo em ruas inteiras.

Sebastião Hilário da Silva, outra vítima da tortura policial, relata em seu depoimento que:

> *(...) Foi conduzido à 2ª Delegacia de Polícia, onde foi levado para um lugar adiante do campo de aviação; que no lugar indicado com a presença do cel. Evilásio, do major Pedro Basílio, capitão Batista e do tenente Ivan foi seviciado pelos guardas Viveiros, Manuel Borges e outros; que o capitão Alcindo avançou para ele o derrubou no chão sendo agarrado nas pernas e braços pelos guardas que o contorciam; que ainda no campo de aviação depois de bastante surrado foi por isso obrigado a apontar o Dr. José Cândido Ferraz como autor intelectual dos incêndios(...) que antes de ser levado à presença do Dr. Benedito Lopes, o capitão Alcindo lhe entregou o retrato do Dr. José Cândido Ferraz e ficasse conhecendo o mesmo doutor.*[213]

No fundamental, o discurso do acusado não destoa muito do anterior. Acrescenta algo importante: consegue nomear, pelos menos dois guardas que participaram das sessões de torturas. Em determinado momento, refere-se ao capitão Alcindo; e noutro, ao capitão Batista.

Pode ser que seja a mesma pessoa, pode ser que sejam dois oficiais. Não se sabe também se todos os oficiais, em tais sessões, eram chamados pelos seus nomes. É muito provável que os torturados não conhecessem seus torturadores, ou pelo menos não conhecessem todos. Outro dado relevante: em quase todos os depoimentos está presente a acusação de que a polícia mostrava ao torturado uma fotografia de José Cândido Ferraz.

Para Raimundo Wall Ferraz, o médico era apontado porque estava ocorrendo "...a colisão de autoridade governamental com as elites burguesas de Teresina. Estas desde a queda dos desembargadores, composta por profissionais liberais e comerciantes, vinham-se opondo ao autoritarismo do Karnak."[214] Segundo esse mesmo autor, Cândido Ferraz "esnobava" o poder político dominante de maneira clara e ostensiva."

O depoimento de Luiz Eduardo Ferreira acrescenta, aos aqui já arrolados, mais uma forma de os torturadores obterem confissões:

> *(...) É um dos acusados, que foi preso no dia 28 de agosto, às 8 horas da noite, em sua residência, no lugar 'Catarina'; que no mesmo dia de sua prisão, foi levado à Cruz do Cossaco e lá, depois de apanhar muito, cavaram-lhe a sepultura onde o colocaram em pé até a altura dos braço, a fim de que ele depoente descobrisse que o autor dos incêndios ocorridos em Teresina, em 1943, tinha sido o dr. José Cândido Ferraz; que apesar dos suplícios sofridos, ele depoente não condenou pessoa alguma como autor dos incêndios; que trazido para a polícia com o seu braço esquerdo fraturado das bordoadasque*

Digitalizado com CamScanner

...tinha sido o dr. José Cândido Ferraz; que apesar dos suplícios sofridos, ele depoente não condenou pessoa alguma como autor dos incêndios; que trazido para a polícia com o seu braço esquerdo fraturado das bordoadas que recebeu, aí ainda foi submetido ao martírio da fome, ficando incomunicável-para descobrir a autoria dos incêndios e lhes dizer nomes e pessoas que eram indicadas...[215]

Incendiário Luís Eduardo. Diário Oficial, Teresina, 31 ago de 1943.

Cópia da foto: Aureliano Muller

recebeu, aí ainda foi submetido ao martírio da fome, ficando incomunicável-para descobrir a autoria dos incêndios e lhes dizer nomes e pessoas que eram indicadas...[215]

Como todos os que foram ouvidos e arrolados como testemunhas de acusação contra o Estado, sentia-se seguro, agora, mesmo ainda sob a vigência do Estado Novo, e acusa a polícia de ter-lhe quebrado o braço esquerdo, enterrá-lo até a altura do peito e mantê-lo sem comunicação com quem quer que seja. Narra que em outra oportunidade seus torturadores o levaram para o local "Três Paus", subúrbio da capital, onde o Cel. Evilásio e o Tenente Ivan tentaram outra vez arrancar-lhe confissões. No momento mais difícil da tortura teria pedido "pela vida do dr. Getúlio Vargas que lhe não supliciassem mais". A imagem de Getúlio Vargas aparece como "protetor dos pobres."

Para Maria de Lourdes Mônaco Janotti, muitas imagens sobre Getúlio Vargas foram construídas ao longo dos anos em que esteve no poder e solidificaram-se, sem dúvida, durante o Estado Novo, quando os órgãos de propaganda dominaram e invadiram os meios de comunicação, "enquanto os depoimentos de trabalhadores sem credo ideológico declarado referem-se a Getúlio como um homem cordial, de hábitos simples e sensível às necessidades do povo..."[216] Não se está dizendo também que Luís Eduardo não fosse capaz de lembrar do nome do presidente e usá-lo como estratégia. "Elegendo estratégias de vida a partir de seus interesses materiais e simbólicos, as pessoas aceitam alguns deles, ignoram outros e, na medida de suas possibilidades, repudiam aqueles que os prejudicam."[217]

Digitalizado com CamScanner

Luís Eduardo Ferreira lembra ainda que o capitão Alcindo, que já apareceu em outro depoimento, o teria "aconselhado" a sustentar aquilo que os torturadores lhe estavam "ensinando" "...que depois de chegada a Comissão chefiada pelo Dr. Benedito Lopes, o Cap. Alcindo depois de dar uns bofetões no depoente disse-lhe que ele havia de sustentar aquilo que lhe ensinavam quando fosse depor perante a Comissão."[218]

No depoimento de Pedro Pompeu Nogueira, está a acusação de que Evilásio Vilanova teria indicado, além do nome de José Cândido Ferraz, os de Matias Olímpio de Melo, ex-governador do Estado, Manoel Sotero Vaz da Silveira, auxiliar do interventor e Albino Alencar, comerciante. Como o prisioneiro não tivesse "reconhecido" nenhum daqueles nomes indicados como mandantes dos incêndios, teria sido esbofeteado no rosto por Evilásio Vilanova.

Francisco de Sousa Barros, outro que foi ouvido como testemunha de acusação contra o Estado, afirma que Evilásio Vilanova o teria esbofeteado também para que acusasse José Cândido Ferraz, José Arimatéa Tito, José Olímpio de Melo, filho do ex-governador Matias Olímpio, Anísio Maia e Albino Alencar. Podemos perceber, que num ou noutro depoimento, aparece um nome diferente, mas o nome de José Cândido Ferraz aparece em todos, indicando que, além da questão política levantada por Wall Ferraz, a questão pessoal que o bispo do Piauí levantou faz sentido. Os torturadores formaram um conjunto de depoimentos onde destacavam José Cândido Ferraz como autor intelectual dos incêndios.

O processo acusatório também contém depoimentos de pessoas que não tiveram relação direta com os

incêndios. É o caso do sr. José Camilo da Silveira que era, a época, presidente do Rotary Club e vice-presidente da Associação Comercial:

> *(...) Que os inquéritos procedidos na Polícia antes deste sumário foram feitos sobre pressão exercida pelas autoridades policiais para conseguir declarações dos detentos no caso dos incêndios; que a pressão exercida pelas autoridades policiais excedeu à expectativa pública desta capital, por isso que julgava o acusado presente inocente, isto é, não encontrava motivos para condenação do mesmo em virtude da maneira pela qual foram feitos os inquéritos referidos...*[219]

Do mesmo modo que bispo do Piauí, este tambémconsiderou que Evilásio Vilanova tinha uma questão pessoal com José Cândido Ferraz e, por esta razão, seu nome incluído na relação dos supostos autores intelectuais dos incêndios de 1943.

Este acrescenta um elemento importante: moradores de sua propriedade, localizada na zona suburbana e populares que moravam nas proximidades, confidenciaram-lhe conhecer um local onde a polícia torturava prisioneiros:

> *(...)Próximo da sua propriedade, no lugar São Raimundo à margem do Poti, distante oito quilômetros desta capital, ele depoente, soube pelos seus agregados, que quase todas as noites, na época do inquérito policial, com referências aos incêndios, eram levados para ali presos e surrados, sendo que se ouviam os gritos de 'Acudam, não me matem!' e outras exclamações.*[220]

Acrescenta, ainda, que visitou o local onde os policiais haviam torturado prisioneiros, e encontrando ali sinais que

Digitalizado com CamScanner

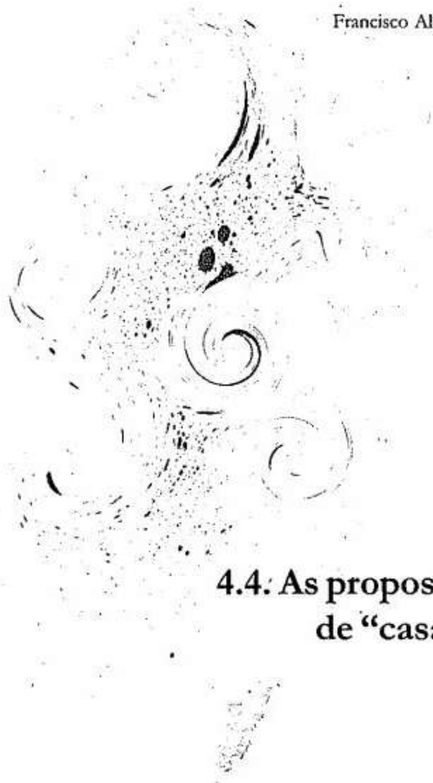
comprovavam as torturas, tais com pedaços de tecidos que supunha ser roupas rasgadas, bem como manchas de sangue.

As várias testemunhas arroladas na construção deste subcapítulo compuseram um conjunto de depoimentos onde pudemos destacar a forma brutal como a Polícia tratou os acusados de serem incendiários. Embora os discursos dos prisioneiros possam estar recheados do sentimento de vingança, a tortura e suas variadas formas marcaram não apenas os prisioneiros.

Todas as pessoas que trataram do assunto lembram de fatos relacionados com a tortura. Revelam também que vários nomes foram indicados como autores intelectuais dos incêndios, mas o de José Cândido Ferraz foi o mais lembrado. Esse fato, reforça dois depoimentos em especial: o do bispo Dom Severino e o de José Camilo da Silveira, que atestaram existir uma questão pessoal entre José Cândido Ferraz e o Chefe de Polícia.

Por outro lado, é relevante pensar na dimensão política suscitada por Wall Ferraz. José Cândido Ferraz teria se transformado, aos olhos das autoridades, no principal nome do grupo de oposição ao Governo. Daí a necessidade de indispô-lo junto à população atingida pelos incêndios.

As várias versões constituem-se em verdadeiro labirinto onde o desejo de esconder as palhoças traduz a insatisfação da existência das casas de palha na cidade. Poluíam a visão da cidade desejada, a cidade dos sonhos. Os pobres, ao terem suas casas destruídas, ficavam mais pobres. Muitos, como já dissemos, deixavam a cidade. Outros tentavam cobrir as suas moradias ou pelo menos parte delas com telha de cerâmica; e outros mais refaziam a cobertura dos seus "lares" com a palha de coco babaçu, mesmo correndo o risco de vê–las transformarem–se em cinzas outra vez.



4.4. As propostas de construção de "casas de telha"

Os colaboradores e simpatizantes do governo do sr. Leônidas de Castro Melo definem, em discursos produzidos ao longo do Estado Novo, a Revolução de 1930 e a indicação do Tenente Landri Sales Gonçalves(1931-1935) para a interventoria do Piauí como marcos transformadores na forma de administrar os bens públicos, e o governo de Leônidas Melo como continuidade do antecessor. "Sucede-o no mais alto posto da administração estadual o Dr. Leônidas Mello que tinha sido um dos eficientes auxiliares."[221] Eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa em 1935 e mantido como delegado federal após o golpe de 1937, governou o Estado durante 10 anos.

Ao completar oito anos de governo, Leônidas Melo faz uma avaliação positiva de sua administração, embora

Digitalizado com CamScanner

admita que tenha tido que atravessar "...épocas de agitação e graves perturbações sociais, quais foram os tempos em que campeavam os extremismos dissolventes e perigosas épocas que ofereciam ensejos e justificativas a todas as violências."[222] O interventor reporta-se ao movimento armado comunista de 1935. No Estado foram presos alguns cidadãos, julgados e condenados sob a acusação de serem comunistas. O professor Cunha e Silva foi um deles "...em 1935, acusado, processado, teve condenação como comunista pelo extinto Tribunal de Segurança Nacional. Cumpriu mais de um ano de prisão na antiga e demolida penitenciária da capital piauiense."[223]

Embora seus auxiliares tenham considerado que os crimes dos incêndios devessem ser julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, o interventor não os coloca no rol dos "extremismos dissolventes" e não considera que os incêndios provocassem o aprofundamento de questões sociais. Sobre esta questão, o interventor silencia.

O fim do governo de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, deixou. Leônidas Melo desnorteado."...A menos de sessenta dias da eleição sobreveio, inesperadamente, grande catástrofe que eu nunca pensara pudesse acontecer e nem de leve jamais me passara pela mente."[224] É difícil crer que o interventor, depois de 10 anos, lidando com Getúlio Vargas, gozando da amizade do Ministro da Guerra, acompanhando o movimento das forças que se uniam contra Estado Novo e, especialmente, o que estava ocorrendo no mundo com a derrota militar do nazi-fascismo, além do comportamento dúbio de Getúlio com relação às eleições, tenha tido a reação que teve. A não ser que se recusasse a ver o mundo que o cercava e o que ele representara durante dez anos.

Leônidas Melo sonhava conduzir o processo eleitoral de 1945, dirigindo a máquina que ajudara a montar e, por isso, considerava que o seu partido, o PSD, seria o vencedor. Teria feito esta avaliação para Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra em encontro ocorrido no Rio de Janeiro "...E a ambos afirmei que no Piauí não haveria problema, pois, não somente o PSD teria grande maioria na eleição para Presidente, como elegeria o Governador e a maioria da representação federal."[225] O comportamento de Leônidas Melo demonstra o desconhecimento da articulação dos adversários do Estado Novo. O sinal emblemático deste comportamento foi a interpretação de telegrama a ele enviado por Eurico Gaspar Dutra, comunicando a indicação de outro interventor:

> *Rio - Urgente*
> *Interventor Leônidas Melo - Teresina*
> *Deverá ser nomeado Interventor Federal nesse Estado o Cel. Leôncio Pereira Ferraz. Peço prezado amigo recebê - lo com agrado pois que referido oficial se acha animado do mais elevado espírito de justiça a fim de levar com ordem e paz esse Estado às eleições de 2 de dezembro.*
> *Eurico Gaspar Dutra.*[226]

A sua leitura parece não tê-lo feito compreender que o fato lhe dizia respeito, pois tomou a decisão de continuar à frente do Governo, embora tenha sido aconselhado a passar o cargo às mãos do comandante do 25° BC. Considerou, entretanto "...que tal procedimento seria uma espécie de fuga e covardia, incompatíveis com o meu feitio moral e minhas atitudes. Deliberei resolutamente que permaneceria em Karnak até passar o cargo a meu substituto legal. E assim o fiz."[227]

Digitalizado com CamScanner

A forma como Leônidas Melo compreendeu a mensagem do telegrama resultou que ele foi o último dos interventores nomeados por Getúlio Vargas a deixar o cargo. Foi o único também a não ser deposto e passar o governo ao sucessor.

As ligações alardeadas por Leônidas Melo com o Ministro da Guerra[228] e candidato à presidência da República poderiam ter contribuído para a forma como interpretou o telegrama. Não teria passado pela cabeça do interventor e auxiliares que poderia ser mantido no cargo? Os adversários não deixaram de fazer essa pergunta. O comportamento de Leônidas Melo em virtude da movimentação da cidade diante da notícia da chegada do novo Interventor expressa descontentamento revelado por essa passagem:

> *À hora da chegada do Interventor havia ali verdadeira horda insuflada, exaltada, indisciplinada, sem freios de qualquer natureza. Nesse dia o Estado estava acéfalo, sem Governo, entregue à desordem(...)*
>
> *Particularidade que não dever ser omitida: dessa horda fazia parte uma turma de algumas dezenas de negrotes e molecotes adolescentes, alguns sujos e até maltrapilhos, todos especializados em assobios e gritos estridentes...*[229]

O discurso do ex-interventor desqualifica as pessoas que participavam da festa de recepção que os adversários políticos organizaram para o novo Interventor.

O ex-interventor não estava acostumado a manifestações de rua onde pessoas vestidas de forma simples pudessem participar. Durante o seu governo, comparecia às chamadas

"festas cívicas" que tinham sempre a presença do Estado, cabendo a organização à polícia.

O Leônidas Melo assumiu postura racista em relação aos "negrotes" que participavam da festa e aos pobres que não podiam vestir-se "convenientemente para tomar parte de uma festa. Demonstra, através de atitudes, não gostar de ajuntamento de gente do povo ao tentar impedi-lo de participar da solenidade de transmissão de cargo. "Como medida de prudência ainda, recomendei ao Cel. Torquato que ordenasse à Guarda do Palácio só permitir a entrada de quem quer que fosse a partir de uma hora antes da chegada do interventor."[230]

Quando o interventor nomeado chegou ao Palácio de Karnak, o portão por onde ele e comitiva deveriam entrar estava fechado e foi aberto, apenas, para Leôncio Ferraz e seus principais acompanhantes.

O jornal O Piauí construiu a seguinte versão sobre o incidente:

> *Após a passagem de S. Excia e franqueados os portões para o povo, que, em incalculável massa, queria levar até o interior do palácio o sr. interventor, o sargento Audino Braz, que comandava a guarda, tentou impedir estupidamente os desejos do povo(...) Um soldado chegou ao cúmulo de armar a baioneta e manejar o ferrolho do fuzil, postando-se em guarda no meio do portão e ameaçando de arma em punho os que, numa onda irreprimível, entravam.*[231]

A UDN, quando soube que o interventor era alguém ligado a José Cândido Ferraz, comemorou e na "...véspera da chegada fez dois jeeps com autofalantes e amplificado-

Digitalizado com CamScanner

res percorrerem a cidade e subúrbios, da manhã à noite, convidando para grande concentração popular na Praça Rio Branco a fim de receber o novo interventor e homenageá-lo."[232] As homenagens iniciaram-se ainda no aeroporto quando o Interventor foi recebido por comissão de udenistas e por "...uma multidão que ali se comprimia, estrepitosa salva de palmas, vivas entusiásticos."[233] Travava-se nas ruas, nas residências, no próprio palácio do governo, uma disputa político-partidária em que as frustrações de uns e ódios e ressentimentos de outros vinham à tona com intensidade.

Antonio Leôncio Ferraz, o novo interventor, tinha sua origem familiar ligada ao Piauí, era Tenente-coronel do Exército. Tido como intelectual. Foi nomeado por Linhares, segundo Raimundo Wall Ferraz, por indicação do primo José Cândido Ferraz, então líder da bancada udenista na Câmara dos Deputados.

Os udenistas esperavam que o interventor comandasse processo revanchista. Contudo, Leôncio Ferraz sabia que o momento era delicado e procurou, pelo menos no discurso, serenar os ânimos, dizendo que governaria sem partidos e que a partir daquele "...instante e a qualquer hora estarão os portões desta casa abertos a todas as queixas e reclamações de pobres e ricos desta terra, que considero minha e que sempre amei pois é a terra de meus maiores."[234] Difícil era cumprir a promessa.

No discurso de posse, disse que, a partir daquele momento, os portões do palácio estariam abertos aos pobres e aos ricos. Postura diferente do Governo anterior.

Tinha que tentar agir de forma diferente do representante do Estado Novo. Teria que mostrar que o Estado vivia nova fase na sua vida política e administrativa.

Em entrevista concedida à revista Diretrizes, do Rio de Janeiro, que tinha em seus quadros Vitor do Espírito Santo, jornalista ligado a José Cândido Ferraz, disse que Teresina estava sem luz elétrica e correndo o risco de ficar sem água. Fez várias acusações ao seu antecessor, entre as quais a de ter nomeado 800 novos funcionários, para efeitos eleitorais.

Através do discurso do novo interventor, percebemos que ficou assustado com a situação da população pobre de Teresina. Os adversários divulgaram na cidade que o interventor estava doando auxílio de Cr$ 300,00(trezentos cruzeiros) aos pobres. Isso provocou uma verdadeira "romaria" ao Palácio de Karnak:

> *Tomei as medidas que os recursos do momento me permitiam, inclusive os meus próprios para remediar essa tragédia de milhares de pessoas - velhos e moços de ambos os sexos - que me procuravam diariamente, em grupos numerosos, esfarrapados e famintos, em completa miséria, sem teto e pouso certo.*[235]

Leôncio Ferraz ficou pouco tempo à frente da interventoria, pouco mais de um mês. Nesse curto período, realizaram-se as eleições presidenciais, como também para deputados federais e senadores. A UDN foi a grande vitoriosa. O candidato a presidente teve maioria de votos, elegeu a três dos quatro deputados federais e também os dois senadores. Teresina demonstrou toda a sua revolta contra o ex-interventor impondo-lhe uma fragorosa derrota:

Digitalizado com CamScanner

A UDN era um partido popular e de oposição como se diz. Chefiada principalmente, na parte civil, pelo Eurípides Aguiar, que era um jornalista brilhante, escrevia no jornal 'O Piauí' e o Matias Olímpio, ex-governador. Eles eram ex.-governadores do Estado e tinham prestígio(...) Então eles e seus amigos formaram a UDN e esses três desembargadores.[236]

No discurso de Agenor Barbosa, a sua condição de militar e de integrante da UDN é destacada quando faz questão de frisar que Eurípides Aguiar e Matias Olímpio lideravam apenas o grupo civil do partido. Isto significa que existia uma ala partidária composta por militares que estavam na reserva como é o caso de José Cândido Ferraz e do próprio Agenor Barbosa que era coronel-médico da Policia Militar. Entretanto, devemos considerar o lugar da ucronia dentro da história individual de cada um. O narrador não deixa que apareçam dúvidas e divergências a não ser que elas sejam muito intensas "(...) Nesse caso, aqueles que as exprimem estão, muitas vezes, se dirigindo à maioria que não ousa admitir suas dúvidas nem sequer para si mesmo."[237]

Logo depois do pleito eleitoral, Leôncio Ferraz fez viagem ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos de interesse do Governo e não retornou. Raimundo Wall Ferraz comentou que ele teria ficado decepcionado com que chamou de "conflagração política vigente no Piauí". Ficou também decepcionado com o boato criado em torno da ajuda financeira que estaria oferecendo aos desvalidos da cidade.

Leôncio Ferraz quando interventor chamou para a função de Secretário Geral do Estado Benedito Martins Napoleão do Rego.[238] Poeta, jornalista e integrante da Academia Piauiense de Letras, um intelectual como o interventor. Tinha experiência administrativa, fora Diretor da Instrução na interventoria Landri Sales, "...era um

homem brilhante que procurou no curto período em que esteve à frente da interventoria anotar os dados necessários ao desenvolvimento do Estado."[239]

As articulações[240] políticas dos pessedistas junto ao Presidente da República resultaram na indicação de um militar, José Vitorino Corrêa, que já havia exercido as funções de comandante da Força Pública e Chefia de Polícia. Tinha deixado boa imagem, inclusive entre os adversários do Estado Novo, como vimos anteriormente.

Comentava-se na cidade que a indicação de Vitorino Corrêa foi decorrente de disputas internas no PSD, onde grupos representados pelo ex-interventor e pelo deputado federal Sigefredo Pacheco não se entendiam. O jornal "O Piauí", na sua versão, especula que Leônidas Melo tinha a pretensão de voltar a ocupar a interventoria ou, no mínimo, colocar alguém que pertencesse ao grupo por ele liderado.

> *Somente eles seriam piauienses e apenas para proveito exclusivo brilhara o sol(...) Por isso mesmo, não admitiam para esta fase do governo do Estado senão quem lhes viesse satisfazer os apetites aguçados.*
>
> *Não servia o sr. Pedro Borges. O sr. Cláudio Pacheco, irmão do deputado pessedista Sigefredo Pacheco, fora rejeitado(...) na mais patente obsessão exclusivista e de ignorância do fenômeno político de transformação dos processos democráticos da atualidade nacional.*[241]

O articulista poderia estar apenas especulando em torno da "questão interventoria", mas o fato é que a escolha recaiu sobre um militar e que não era piauiense, como já vimos.

Digitalizado com CamScanner

O período de governo de Vitorino Corrêa durou menos de um ano[242] e esteve envolvido na questão dos incêndios daquele ano. Esse drama pressionou o Governo no sentido de buscar uma saída que visasse a acabar ou diminuir os efeitos dos incêndios. Foi durante a sua administração que a questão ganhou a imprensa e passou a ser discutida com certa frequência. Entretanto, o País vivia outro tempo histórico, havia maior liberdade de imprensa, e assuntos que desagradassem aos governantes eram publicados.

Com o fenômeno dos incêndios, os preços de habitações para o aluguel sobem. Um articulista do jornal Diário do Piauí comenta que o jornal vinha recebendo pedidos de "...inúmeras famílias, no sentido de defender seus interesses, combatendo a subida de preços dos aluguéis de casas."[243] O cronista dramatiza, mas a questão parece relevante, pois termina por solicitar a intervenção dos poderes públicos; em primeiro lugar, para coibir o que chamou de abuso nos preços dos aluguéis e depois sinaliza no sentido de que aquelas autoridades incentivem a construção de novas construções que venham atender "...as possibilidades econômicas de nossos contemporâneos."[244] Sustenta o cronista que tais medidas devem ser ultimadas porque a população que não possuía casa própria estava vivendo "situação angustiosa," porque a cada dia aumentava a dificuldade de habitações e "...se não forem refreados os abusos postos em prática, verificar-se-á um verdadeiro êxodo de famílias que não podem, além do custo de vida, atender sem protestos às pretensões dos artistas do aluguel."[245]

A Prefeitura Municipal manifesta-se no sentido de minimizar a questão, autorizando que coberturas de palhas fossem substituídas por telhas. "A Diretoria de Obras Públicas avisa aos interessados que, até ulterior deliberação e a partir desta data, as substituições das coberturas de casas de palhas por telhas ficam isentas de licença ou de outra qualquer formalidade."[246] Entra em cena outra questão que está relacionada com os incêndios: a substituição de coberturas de palhas por telhas. A Prefeitura, ao incentivar a substituição, visa diminuir os riscos de incêndios, que naquele momento, atormentavam a população e, por que não dizer, as administrações estadual e municipal.

Os técnicos da Prefeitura preocupam-se apenas com um detalhe: a estabilidade da construção. Inclusive, se colocam à disposição dos interessados para que as estruturas sejam avaliadas. "Havendo dúvida quanto à estabilidade da casa o interessado poderá, nesse caso, dirigir-se à Secretária da Municipalidade, onde será atendido pelo Secretário, que providenciará o respectivo exame."[247]

Os incêndios provocaram a discussão em torno da questão da habitação popular na cidade. Embora pareça insignificante, a dispensa da cobrança de impostos e taxas além da presença de técnicos na avaliação das estruturas das casas foram passos significativos.

Em meados de 1946, o Diário Oficial noticia a "visita" do interventor Vitorino Corrêa, acompanhado do deputado federal Mauro Renault Leite e do Prefeito de Teresina, Celso Pinheiro Filho, ao gabinete do sr. Lourival Montenegro, Diretor da Fundação da Casa Popular,[248] onde teria assinado:

Digitalizado com CamScanner

(...)Contrato com aquela organização para a construção de duas mil e setenta habitações para trabalhadores no Piauí, sendo: em Parnaíba, 400; Gilbués, 200; Floriano, 80; Campo Maior, 60; Oeiras, 60; Picos, 40; Piripiri, 40; demais municípios, 30 cada um. Além dessas, serão construídas 1000 casas em Teresina, conforme contrato assinado pelo Prefeito Celso Pinheiro Filho."[249]

A Fundação da Casa Popular era iniciativa do governo federal e foi criada através do Decreto-lei n. 9218 de 1º de Maio de 1946. Nasceu com capital inicial da ordem de 2 bilhões de cruzeiros. Mas o Governo tinha a pretensão de obter o apoio da iniciativa privada, através de doações.

Em Pernambuco, o interventor Agamenon Magalhães tinha proposto algo semelhante para substituir os mocambos e "buscou" o apoio do setor empresarial, especialmente em Recife. Chegando-se a construir habitações para grupos específicos de trabalhadores. Sobre essa iniciativa do interventor pernambucano, o Diário Oficial publicou carta telegráfica com o título "Contra as favelas no Distrito Federal" onde é relatada uma proposta articulada entre a Prefeitura Municipal do Distrito Federal, os Institutos de Aposentadorias e Pensões e o governo federal para a substituição das favelas cariocas por construções de casas populares higiênicas destinadas aos habitantes dos morros:

(...)Assim é que, já ontem, cumprindo determinação do Chefe do Governo, o Prefeito do Distrito Federal reuniu em seu gabinete, presidentes de Institutos de Aposentadorias e Pensões para estudar o plano de construções. Ao mesmo tempo trabalham-se no sentido de apurar por inquérito censitário o número de a qualidade das habitantes dos morros.[250]

A carta informa sobre viagem que Getúlio Vargas tinha realizado ao Recife e ali tomou conhecimento da campanha pernambucana contra os mocambos, "...como exemplo prático e vitorioso, sobre o problema das favelas, que é idêntico, em toda parte."[251]

Na capital pernambucana, com o início das construções, surgiram problemas com a oferta dos materiais (telhas, tijolos, esquadrias, janelas e portas) para satisfazer o grande aumento das construções. Para o caso do Distrito Federal, esse fato não deveria ocorrer porque a proposta definia a conjugação de esforços entre a Prefeitura e os Institutos que deveriam mobilizar grande soma de capital para a construção das primeiras casas e de milhares de outras durante cada ano que o programa durasse.

A idéia, tudo indica, era a partir dessa experiência expandir a proposta para as principais cidades brasileiras que apresentasse o problema de moradia como um questão social grave. O problema da moradia popular no país inteiro agora seria solucionado uma vez que agora o presidente Getúlio Vargas tomara o assunto sob suas vistas. "Problema em equação no Estado Novo quer dizer problema atacado e problema resolvido."[252]

Logo após a assinatura do contrato acima mencionado, e de retorno à Teresina, o Prefeito Celso Pinheiro Filho concedeu entrevista ao jornal Diário do Piauí onde relata: "consegui a construção de mil casas populares para Teresina, mediante concorrência pública ou administrativa. A Prefeitura encarrega-se de urbanizar as áreas necessárias com todos os recursos de que disponha, da direção dos serviços e fiscalização das obras."[253]

Digitalizado com CamScanner

Nesta mesma entrevista, o Prefeito afirmou que o início das obras seria para dali a noventa dias, pois, já havia estudos técnicos realizados pela Prefeitura.

Quem seriam os supostos beneficiários?

> *As casas populares, esclarece o Dr. Celso Pinheiro Filho, destinam-se às classes menos favorecidas, e as Caixas de Aposentadoria e Pensões ficaram autorizadas a fazer o empréstimo necessário. Em cada grupo de 5 casas construídas três serão destinadas aos trabalhadores em atividades particulares(comerciários, industriários, etc.), uma para servidores públicos e uma para outras pessoas. É isto que estabelece o art. 6° do Decreto.*[254]

Aparece pela primeira vez no discurso do Prefeito a indicação da origem dos recursos financeiros. As Caixas de Aposentadorias e Pensões deveriam financiar os empréstimos aos interessados. Os jornais locais publicam, com certa frequência, a instalação de serviço imobiliário dos institutos de aposentadorias; como é o caso do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários que oferece financiamento, "sob condições especiais", com o fim de dar casa própria a todos os associados."[255] Não existe registro de que as casas tenham sido construídas no período. O único conjunto habitacional financiado pelo Instituto de Assistência e Pensões dos Comerciários(IAPC) data dos anos cinquenta.

Pouco tempo depois, circula outra informação relacionada com a construção de casas populares. O Diário do Piauí publica mais uma entrevista com o Prefeito onde ele trata da Fundação da Casa de Telha, organização de caráter regional que teria como objetivo principal substituir

todas as coberturas das casas de palha por coberturas de telhas. "Para esse fim, vai ser criada a 'Fundação da Casa de Telha', com a colaboração do Estado, da Prefeitura e de todos os cidadãos que se interessam pela solução definitiva e completa da calamidade dos incêndios."[256] A idéia não era nova, como já disse anteriormente. Agamenon Magalhães tinha criado uma fundação no Recife com o fim de construir casas populares e essa fundação poderia receber doações da iniciativa privada. A Fundação da Casa de Telha, além do apoio do Estado e do Município, poderia receber doações como aquela criada no Recife.

Todavia, o que chama a atenção do discurso de Celso Pinheiro Filho é a pretensão de substituir todas as coberturas de palha e acabar com a "calamidade dos incêndios". A questão da moradia popular tinha entrado em discussão e os incêndios sucessivos eram os responsáveis. Estavam-se propondo a higienização e o embelezamento da cidade.

Na mesma entrevista, o Prefeito afirmou que a cidade possuía aproximadamente 12.000 mil casas de palha. Se multiplicarmos esse número pela média de habitantes por moradia, que era de 4,5, 'descobre-se que a maioria da população morava em casas de palha, já que a população total de Teresina em 1940 era de 67.641 habitantes.

Como superar as dificuldades de um projeto que era, no mínimo, ambicioso, para o período? A primeira medida tomada pela administração municipal foi a instalação de cerâmicas municipais em zonas distintas da cidade:

> *Para isso cuidamos desde logo da organização de duas Cerâmicas Municipais. A coisa não é fácil, devido a*

Digitalizado com CamScanner

dificuldade de tudo que tem trazido a falta de transporte. Mas não esmorecemos e as cerâmicas foram sendo organizadas, uma na antiga quinta do Acarape por trás do Matadouro Municipal, e a outra na quinta do Estado denominada Ilhotas.[257]

As quintas de que trata o Prefeito estavam situadas em áreas opostas da cidade: a primeira estava localizada na zona Norte e a segunda na zona Sul. Ambas bem afastadas do centro e zona suburbana. No entanto, podemos dizer que estavam estrategicamente localizadas, pois era na periferia onde se concentravam os incêndios. A dificuldade de transporte alegada pelo Prefeito era um fato, visto que era comum os materiais de construção serem transportados em carroças e lombos de animais.

Mesmo antes da instituição legal da Fundação da Casa de Telha, a Prefeitura, segundo Celso Pinheiro Filho, tinha começado a substituição das coberturas de palha; "...já começamos a funcionar extraordinariamente. Mais de uma dezena de casas já foram cobertas por nosso intermédio."[258]

No período em que os incêndios estavam assolando a periferia da cidade, naquele ano, o Diário Oficial publicou Decreto-lei n. 1.284, de agosto de 1946, que autorizava a Prefeitura Municipal de Teresina a instituir a Fundação da Casa de Telha.[259]

A Fundação teria o papel de financiadora das telhas. Os proprietários de casas que pretendessem cobrir suas casas deveriam procurá-la. Esta faria a aquisição e repassaria. Os proprietários assumiam a dívida que deveria ser paga mensalmente no prazo máximo de 5 anos. As casas que fossem recobertas através da Fundação não poderiam

ser objetos de qualquer tipo de negócio e nem responderiam por dívida, a não ser aquela contraída junto à Fundação. Outro ponto importante que o Decreto estabelece está relacionado com as casas de palha que se destinavam ao aluguel. Os seus proprietários teriam prazo de um ano para mudar a cobertura. Mas a Prefeitura poderia cobri-las de telha, de forma compulsória e a dívida seria parcelada em 12 meses. A casa e o terreno onde aquela estava encravada responderiam pela dívida.

Dois dias depois do decreto acima, o mesmo jornal publica o Decreto nº 1 da Prefeitura Municipal de Teresina que trata dos Estatutos da Fundação da Casa de Telhas.[260] Esta deveria ter capital de Cr$ 3.000.000.00(três milhões de cruzeiros), e o Estado deveria fazer uma doação de Cr$ 200.000.00(duzentos mil cruzeiros) que se constituiriam no capital inicial.

Tanto a administração de José Vitorino Corrêa quanto a de Celso Pinheiro Filho foram curtas e não se tem informações da continuidade desse projeto. No ano seguinte, mas já sob a administração do Governador Rocha Furtado, o Diário Oficial informa que este tinha assinado convênio com a Fundação da Casa Popular para que fossem construídas casas populares em Teresina e Parnaíba:

Realiza-se hoje a solenidade da assinatura do termo do acordo entre a Fundação da Casa Popular e o Governo do Estado do Piauí, conjugando todos os esforços para construção de grupos residenciais destinados às classes pobres, primeiramente nas cidades de Teresina e Parnaíba. Firmaram o convênio como representante daquele Estado o professor Oscar Clark, representando a Fundação

Digitalizado com CamScanner

da Casa Popular seu superintendente eng. Cid Rache. Estiveram presentes à cerimonia os senadores Ribeiro Gonçalves e Joaquim Pires Ferreira, deputados Mauro Renault Leite e Sigefredo Pacheco, todos da bancada do Piauí, ex-interventor Vitorino Corrêa, jornalista Berilo Neves, e elementos da colônia piauiense. Governador do Estado nomeará o Conselho de Habitação Popular, e baixará decreto majorando o imposto de transmissão em 1% nas arrecadações referentes a imóveis de valor superior a cem mil cruzeiros.[261]

A nova administração volta a fazer contatos com a Fundação Casa Popular, e, diferentemente do primeiro contato, apenas duas cidades receberiam "conjuntos habitacionais" destinados aos mais pobres. Surge mais uma proposta para a arrecadação de fundos: aumento do imposto de transmissão de propriedades com o valor superior a Cr$ 100.000,00(cem mil cruzeiros), ou seja, a idéia é taxar os mais ricos. Não é ainda desta feita que o Governo enfrentará de frente a questão da moradia popular. O grande conjunto habitacional de Teresina, o Parque Piauí, data da década de 1960.

Agamenon Magalhães, em Pernambuco por exemplo criou, logo no início de sua interventoria naquele Estado uma instituição que tinha como finalidade construir casas populares para substituir habitações construídas nos mangues. A proposta do interventor era a de limpar Recife de habitações que denegrissem a imagem da cidade junto aos visitantes.

No Piauí, apenas no fim do Estado Novo e tendo sido a iniciativa do governo federal foi que se começou a tratar da questão na imprensa.

Por conseguinte, sobre a questão da moradia popular na cidade, a década de 1940 se encerrará com muita notícia na imprensa, mas sem avanços no setor da construção. Contudo, essa situação não foi privilégio da capital do Piauí. A Fundação da Casa Popular criada em 1946 acossada por pressões políticas e sem dispor de fonte de recursos que lhe permitisse fazer frente a conjunturas desfavoráveis não foi capaz de alcançar maturidade institucional, ficando com a imagem de um órgão a deriva, que vagava ao sabor das injunções e das características dos seus dirigentes.[262] A Fundação da Casa de Telha foi mais um projeto que não saiu do papel, embora o Prefeito Celso Pinheiro tenha afirmado, através da imprensa que estava distribuindo telhas para setores populares com interesse de trocar a cobertura das suas casas.

Digitalizado com CamScanner

Notas ao Capítulo 4

[1] Em 1993, o Censo de Vilas e Favelas realizado em Teresina apresentou 4.993 casas construídas com a composição taipa/palha e 18 com a composição alvenaria/palha.

[2] **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA.** *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 31, 1972,p.44.

[3] Ibid., p.44 e seg.

[4] CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Teresina*: subsídios para a história do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.23.

[5] RIBEIRO, Luis C. de Queiroz e PECHMAN, Robert M. A questão da moradia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

[6] CHAVES, op. cit., p.23.

[7] Ibid. p.41.

[8] TERESINA. Postura da Câmara Municipal de Teresina. Teresina, 26 abr. 1880.

[9] TERESINA. Código de Posturas de Teresina. Conselho Municipal de Teresina, 1905. p.14.

[10] DIAS, William Palha. *Memorial de um lutador obstinado*. Teresina: COMEPI, 1997. p.55.

[11] Não é do conhecimento do autor a existência de pesquisa que comprove ou negue a tese de que a cobertura de palha ameniza o calor no interior das residências cobertas de palha.

[12] BRITO, op. cit., p.160.

[13] IGLESIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e chapadões*: notas, impressões e reminiscência do Meio Norte Brasileiro -1912-1919. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p.38 e seg.

[14] TITO FILHO Arimatéa. *Governos do Piauí*: Capitania, Província, Estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p.32 e seg.

[15] Ibid., p.38.

[16] O EXPECTADOR, Teresina, 29 ago.1860. p.2.

[17] ARAÚJO, op. cit., p 49.

[18] QUEIROZ, op. cit., p. 26.

[19] ARAÚJO, op. cit., p.19.

[20] Governador do Piauí entre 1896 e 1900.

[21] ARAÚJO, op. cit., p.20.

[22] MONTEIRO, op. cit., p.284.

[23] Ibid., p.285.

[24] WEBER, Eugene Joseph. *França fin - de siècle* 1988; SEIGEL, Jerrold, Paris Boêmia: cultura política e os limites da vida burguesa, 1830- 1930. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: LPM, 1992.

[25] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na primeira República. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical:* sociedade e cultura de elite na virada do século, 1993; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril:* cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[26] SEVCENKO, op. cit., 1992.

[27] REZENDE, op. cit., 1997.

[28] PONTE, Rogério Sebastião. *Fortaleza Belle Époque*: reformas urbanas e controle social(1860-1930). 1993.

[29] SALES, Antonio Vieira. *Depoimento concedido aos pesquisadores Francisco Alcides do Nascimento e Geraldo Almeida Borges*. Teresina, 11. maio. 1988.

[30] Ordenamento territorial está sendo entendido aqui como sendo a transformação deste território em função de objetivos políticos e coletivos. VIDAL, Rodrigo. A cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile. São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, n.14, 1997. p.183-215.

[31] "A memória dos acontecimentos políticos suscita uma palavra presa à situação concreta do sujeito. O primeiro passo para abordá-la parece, portanto, ser aquele que leva em conta a 'localização de classe' e a 'profissão' de quem está lembrando para compreender melhor seu ponto de vista "BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade:* lembranças dos velhos. 2. Ed. São Paulo: T. A. Queiroz/ Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.371.

[32] SALES, Antonio Vieira. *Depoimento concedido aos pesquisadores Francisco Alcides do Nascimento e Geraldo Almeida Borges*. Teresina, 11 maio. 1988

[33] BORROMEU, Carlos. *Teresina - cidade de mendigos. Diário Oficial*, Teresina, 6 set.1938. p 1 e seg.

[34] Id. ibid..

[35] TITO FILHO, Arimatéa. *Memorial da Cidade Verde:* intendentes e prefeitos de Teresina. Teresina: COMEPI, 1978.p.52.

[36] BORROMEU, op. cit., p 1 e seg.

[37] Ibid., p 1 e seg.

[38] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 21 ago.1945. p.4.

[39] Ibid., p.4.

[40] ARAÚJO, op. cit.; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Progresso. *Espaço - Tempo*, v., n. 4, 1996; QUEIROZ, op. cit.

[41] TERESINA. Prefeito(1936-1945:Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro*. Teresina: Tipografia Popular, 1940. p.22.

[42] TERESINA. Código de Posturas de Teresina. Teresina, *Diário Oficial*, 1939.

[43] Id. ibid.

[44] Id. ibid.

[45] Id. ibid.

[46] BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p.96 e seg.

[47] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 31, 1972. p.15

[48] FATOS e Notas. *Gazeta,* Teresina, 10 set.1934. p.4.

[49] FATOS e Notas. *Gazeta*, Teresina, 24 nov.1934. p.4.

[50] PASCCHOALINO. *Comentos e Notas. Gazeta*, Teresina, 5 out..1938. p.1.

[51] PIAUÍ. Decreto n. 127, de 26 de setembro de 1938. Abre crédito especial de 5:000$000, para socorrer às vítimas, reconhecidamente pobres, dos incêndios ocorridos nesta capital, ocorridos nos 3 e 25 deste mês. Teresina, *Diário Oficial*, 27 out. 1938. p.2.

Digitalizado com CamScanner

[52] PAVOROSO incêndio. *Gazeta*, Teresina, 24 nov.1935. p.4.

[53].QUEIMADA. *Gazeta*, Teresina, 9 jul.1936. p.3.

[54] GAZETA, Teresina, 3 dez.1935. p.4.

[55] IBIAPINA, Fontes. *Palha de arroz(romance)*. Teresina: Imprensa Oficial, 1968. p.26 e seg.

[56] FATOS *e Notas*. *Gazeta*, Teresina, 12 dez.1936. p.4.

[57] CORREA, Genu Aguiar Moraes. O exemplo de Eurípides de Aguiar. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, n.5, p. 178 –180.

[58] ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer*: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p.239.

[59] PIAUÍ. Decreto - lei n. 275, 26 de junho de 1940.Abre crédito especial de R 10:000$000 para socorrer às vitimas do incêndio nesta capital, que, no dia 8 de junho corrente, devorou, em suas chamas, diversas casas cobertas de palhas de propriedade de pessoas pobres. Diário Oficial, Teresina, 27.jun.1940 p.5. TERESINA. Decreto - lei n 79, de 30 de julho de 1940. Abre crédito especial de R 2:000$000 para socorrer às vítimas do incêndio, nesta capital, que, no dia 8 de junho findo, devorou, em suas chamas, diversas casas cobertas de palhas de propriedade de pessoas pobres. Diário Oficial, Teresina, 31. jun. 1940. p.6

[60] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 13 ago.1940. p.1.

[61] Id. ibid.

[62] Id. ibid.

[63] OS INCÊNDIOS. *Gazeta,* Teresina, 10 set.1941. p.5.

[64]Id. ibid.

[65] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 8 set.1941. p.2.

[66] COSTA, Modesto. *Gazeta*, Teresina, 23 out.1941. p.3.

[67] LIBÓRIO Odisséia Lages Batista. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento.

[68] LUCENA Célia. Tempo e espaço nas imagens das lembranças In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (Org.), *Os desafios contemporâneos da História oral*. Campinas: UNICAMP, 1996. p.224.

[69] COSTA, Modesto. *Gazeta*, Teresina, 23 out.1941. p.3.

[70] Modesto Costa teve um texto publicado no jornal "Gazeta" em 1941. A narrativa envolve tempos diferentes: a) tempos da infância vividos na cidade atormentada pelos incêndios; b) tempos do passeio realizado à cidade em 1936, onde teve conhecimento de incêndios ocorridos na cidade, recordou - se dos tempos de infância e dos incêndios que presenciou e do medo que eles causavam às pessoas que moravam em casas de palha; c) tempos presentes, morando fora do estado, em 1941, toma conhecimento dos incêndios e as lembranças o motivaram a escrever e publicar o texto que ora utilizamos.

[71] COSTA, Modesto. *Gazeta*, Teresina, 23 out.1941. p.3.

[72] LUCENA Célia. Tempo e espaço nas imagens das lembranças In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (Org.), *Os desafios contemporâneos da História oral*. p.224.

[73] LIGÓRIO, op. cit., p. 78 e seg.

[74] CHAUÍ, Marilena de Sousa Os trabalhos da memória In: Ecléa BOSI, *Memória e sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz/Universidade de São Paulo, 1987. p.XXX.

[75] MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n. 25/26, p.55-65. set.92/ag.93.

[76] Ibid., p.55 e seg.

[77] Pequeno pedaço de açúcar em ponto de bala, podendo levar, ou não, suco de frutas, essências, o qual se vende rebuçado num pedaço de papel. Antenor Nascentes. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1988. Entre as crianças da minha infância, tal bala de açúcar era denominado de pirulito.

[78] COSTA, Modesto. *Gazeta*, Teresina, 23 out.1941. p.3.

[79] PIAUÍ. Portaria n. 688.Interventor(1937-1945: Melo). Interventor Federal Leônidas de Castro Melo. Teresina, *Diário Oficial,* Teresina, 10 set. 1941. p.

[80] PASCHOALINO. Comentos e Notas. *Gazeta*, Teresina, 23 out.1941. p.3.

[81] Id. ibid.

[82] Ibid.p.3

[83] Ibid.p.3.

[84] CAMPELO,Aldenora Almeida.. *Depoimento o concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 3 fev. 1997

[85] NIETHAMMER, Lutz. Debate. *Projeto História*, São Paulo, n.15, abr./1997. p.135-144.

[86] PIAUÍ. Força Pública do Piauí. Chefatura de Polícia. Diário Oficial, Teresina, set. 1941. p. 2.

[87] CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. p.25.

[88]PIAUÍ. Interventor(1937-1945:Melo) Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1940. p.106.

[89] NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Aliança Nacional Libertadora no Piauí*. Cadernos de Teresina, Teresina, ano 2, n. 6, dez./1988.

[90] Giovanni Costa era desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí, mas tinha sido posto em disponibilidade devido às suas posições políticas. Tinha ocupado a Secretaria Geral do Estado por ocasião da interventoria do Capitão Lemos Cunha.

[91] COSTA Giovanni *Estado do Piauí. Malversações dum governante: Representação apresentada ao Exmo. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, contra o Interventor Federal do Piauí, Sr. Leônidas de Castro Melo*. p. 41 e seg.

[92] Id. ibid.

[93] Id. ibid.

[94] Id. ibid.

[95] Id. ibid.

[96] Instituída em 31 de dezembro de 1931 pelo interventor federal, Cap. Landri Sales Gonçalves, através do Decreto n º 1336, com o efetivo inicial de 101 homens. Esta força policial deveria exercer a vigilância noturna e diurna da cidade e a inspeção do tráfego nos logradouros públicos.

[97] PIAUÍ. Interventor(1937-1945:Melo) *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo*. Teresina: DEIP, 1942. p.105 e seg.

[98] CANCELLI, ob. cit., p. 116.

[99] COSTA, p. 41 e seg.

[100] PIAUÍ. Interventor(1937-1945:Melo) *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo*. Teresina: DEIP, 1941. p.121.

[101] NATAL dos Pobres. *Diário Oficial*, Teresina, 25 dez.1941. p 5.

[102] Id. ibid.

[103] COSTA, op. cit., p. 41.

[104] PIAUÍ. Interventor (1937-1945:Melo) *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro*

Digitalizado com CamScanner

Melo. Teresina: DEIP, 1942. p.105 e seg.

[105] LOPES, Benedito. Relatório. *Diário Oficial*, Teresina, 30 nov.1943. p.2.

[106] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 31 ago.1943. p.1.

[107] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 25 nov.1944. p.4.

[108] SOUSA, Zilma de Carvalho. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 1996.

[109] BACHELARD, G. *A poética do espaço*. Trad. Antônio Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p.24.

[110] FERREIRA, Lucrécia d' Aléssio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988. p.22.

[111] A reação ou a resultante do impacto da realidade sobre o indivíduo ou o grupo constitui a marca que o caracteriza. Dessa maneira, a memória tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da reação, dos efeitos do impacto sobre o grupo ou o indivíduo, formando todo um imaginário que se constitui em uma referência permanente de futuro MONTENEGRO, Antonio Torres *História oral e memória*: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992. p.19 Et seg.

[112] ANDRADE, Carlos Drummond de. *A paixão medida*. Rio de Janeiro: Record, 1993. p.117.

[113] HOBSBAWM, op. cit., p 13.

[114] CARVALHO, Rivaldo. Coisas da Piçarra. *O Pirralho*, Teresina, 5 out.1947. p.02.

[115] SOUSA, Zilma de Carvalho. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 1996.

[116] FERRY, João. *Chapada do corisco*. Teresina: [s. n.], 1952. p.38 e seg.

[117] SEVCENKO, op. cit.,. p.16.

[118] SEVCENKO, op. cit., p.30

[119] PIAUÍ. Força Pública do Piauí. Comando da Força Policial do Piauí. *Boletim Interno n. 323*. Teresina, 30 out. 1944. p.1076.

[120] Ibid., p.1084.

[121] FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998. p.384.

[122] FAUSTO, op. cit., p. 84.

[123] Em noventa dias depois era decretado o Código Eleitoral, que regulava o alistamento eleitoral e as eleições. Estabelecia a data de 2 de dezembro de 1945 para a eleição do presidente e de uma Assembléia Constituinte, e a de 6 de maio de 1946 para a realização dos pleitos estaduais.

[124] AGUIAR, Eurípides de. Os incêndios. *O Piauí*, Teresina, 3 jul.1946. p.1 e seg.

[125] LIBERTAÇÃO, Rio de Janeiro, 8 out.1946. p.2.

[126] TELES, Humberto. O Piauí infeliz. *O Piauí*, Teresina, 14 out.1945. p.5.

[127] Id. ibid.

[128] Id. ibid.

[129] ALMEIDA Maria das Graças Andrade Ataíde de. A construção da verdade autoritária: palavras e imagens da Interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco,(1937-1945). São Paulo, 1995 Tese de doutorado. Universidade do Estado de São Paulo.

[130] TELES, op. cit., p.5.

[131] LIBERTAÇÃO, op. cit., p.1e seg.

[132] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 7 ago.1946. p.1.

[133] AS RUAS do inferno. *O Piauí*, Teresina, 4 ago.1946. p.2.

[134] Id. ibid.

[135] O PIAUÍ, Teresina, 21 jul.1946. p.2.

[136] AO CLARÃO dos incêndios. *O Piauí*, Teresina, 21 jul.1946. p.2.

[137] VIEIRA, Martins. O corpo de bombeiros. *O Piauí*, Teresina, 2 ago.1946. p.2.

[138]DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, 8 1946. p. 3.

[139] Id. ibid.

[140] O MISTÉRIO dos incêndios e o Fio da Meada. *O Piauí*, Teresina, 14 ago. 1946. p.3.

[141] Ibid.p.3.

[142] Ibid.p.3.

[143] NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História e Memória: lembranças da "Cidade Ardente". *Cadernos de Teresina*, Teresina, n.20, ag./1995. p 38-45.

[144] O PIAUÍ, Teresina, 21 ago.1946. p.2.

[145] Id. ibid.

[146] Id. ibid.

[147] ENTREVISTANDO o Padre Freitas Santos. *O Piauí*, Teresina, 28 ago.1946. p.2.

[148] BACHELARD, op. cit., p.25.

[149] DIAS, William Palha. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 14. out. 1998.

[150] BACHELARD, op. cit., p.27.

[151] MORAES, Genu Aguiar. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento*. Teresina, 12 abr. 1997.

[152] PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1996. p.41.

[153] GONÇALVES NETO, op. cit., p.9.

[154] BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: T. A . Queiroz/ Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.17.

[155] PIAUÍ. Interventor(1937-1945:Melo) *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo*. Teresina: DEIP, 1942. p.106.

[156] Id. ibid.

[157] Id. ibid.

[158] Id. ibid..

[159] COSTA, op. cit., p.41 e seg.

[160] José Cândido Ferraz era filho de família tradicional e abastada. Formara-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Especializou-se em pneumologia e por esta razão trouxe para a cidade o primeiro aparelho de raio x. Envolvido no caso dos incêndios como autor intelectual, chegou a ser preso. Foi absorvido da acusação e provavelmente, em decorrência desse acontecimento ficou conhecido e o resultado foi a sua eleição para deputado federal constituinte com o maior número de votos daquela eleição. Foi deputado federal em quatro legislaturas e senador da República(1963-1970).

Digitalizado com CamScanner

[161] LIBERTAÇÃO, Rio de Janeiro, 8 out.1946. p. 1 e seg.

[162] Id. ibid.

[163] CANCELLI, op. cit., p. 29.

[164] LIBERTAÇÃO, op. cit., p. 1 e seg.

[165] RAMOS, Graciliano. *Memória de cárcere.* 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

[166] CAMPELO, Aldenora Almeida. *Depoimento o concedido a Francisco Alcides do Nascimento.* Teresina, 3. fev. 1997.

[167] COSTA, op. cit., p. 41 e seg.

[168] CANCELLI, op. cit., p. 29.

[169] Ibid., p.193.

[170] RAMOS, op. cit., p.282.

[171] PIAUÍ. Força de Polícia do Piauí. Chefatura de Polícia. *Diário Oficial*, Teresina, 16 ago.1943. p.1.

[172] GOULART, Silvana. *Sob a verdade Oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990. p.15.

[173] TITO FILHO, op. cit., p.43.

[174] GONÇALVES, op. cit., p.12.

[175] Ibid., p.45.

[176] CANCELLI, op. cit., p. 23.

[177] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 23 jul.1943. p.8.

[178] PIAUÍ. Força Pública do Piauí. Chefatura de Polícia. *Diário Oficial*, Teresina, 16.set 1943. p.6.

[179] GONÇALVES NETO, op. cit., p.14.

[180] Localidade situada na saída de Teresina em direção ao Sul do Estado, hoje situada entre os municípios de Teresina e Demerval Lobão.

[181] Hoje município de Monsenhor Gil.

[182] AS *CRUELDADES da Polícia de Leônidas de Castro Melo, os sofrimentos porque passou Luís Alves de Sousa, o atual vigia do Colégio Estadual. União Democrática*, Teresina, 30 jun. 1950.p 2.

[183] Id. ibid. p 2.

[184] Disse Zilma Carvalho que Luís enfermeiro era funcionário da Prefeitura Municipal de Teresina e morava na rua 7 de Setembro, rua paralela à rua onde ela morava. E segundo ainda a narradora, Luís enfermeiro costumava conversar com seu pai e foi assim que ficou sabendo das torturas que o personagem da narrativa teria sofrido.

[185] SOUSA, Zilma de Carvalho. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento.* Teresina, 1996.

[186] LIBERTAÇÃO, Rio de Janeiro, 30 nov.1946. p.2.

[187] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 31 ago.1943. p.2.

[188] PIAUÍ. Força Pública do Piauí.Chefatura de Polícia. *Diário Oficial*, Teresina, 3 ago. 1943. p.2.

[189] LIBERTAÇÃO, Rio de Janeiro, 8 out.1946. p.2.

[190] Dizia-se que José Cândido Ferraz era visto na proximidades dos incêndios. Filho de família rica tinha o seu próprio carro, um dos poucos carros de passeios de propriedade particular da cidade. Quando os rolos de fumaça começavam a se formar Cândido Ferraz se deslocava para o local e, às vezes, chegava primeiro que a polícia. Dizia-se também que era boêmio e tinha fama de conquistador. Estas duas últimas características teriam provocado desentendimento entre ele e o Chefe de Polícia. Os comentários dão conta que os dois eram inimigos pessoais.

[191] LIBERTAÇÃO, op. cit., p.3.

[192] Id. ibid.

[193] FERRAZ, Raimundo Wall. *45 anos depois*: tudo que vi, li e ouvir. Teresina:[s. n.], 1992. p.37.

[194] FERRAZ, op. cit., p.

[195] ALMEIDA, Agenor Barbosa. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do nascimento.* Rio de Janeiro, 24 set. 1996.

[196] HALBWACHS, op. cit., 80 e seg.

[197] VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Brasília: UnB, 1988. p.74 e seg.

[198] AGULHON, Maurice et ali. *Ensaios de Geo-História*.. p.1 e seg.

[199] Leônidas de Castro Melo relata em suas memórias que tinha bom relacionamento com o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Dizia - se que a sua permanência na interventoria depois do caso dos desembargadores e, principalmente da repercussão dos incêndios, deveu - se aquele ministro. Esta visão sustenta - se na indicação do genro de Eurico Gaspar Dutra para representar o Piauí na Assembléia Nacional Constituinte. Renor Leite foi eleito pelo PSD sem nunca ter vindo ao Piauí.

[200] PIAUÍ. Interventor(1937-1945:Melo) *Relatório do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo.* Teresina: DEIP, 1943. p.8.

[201] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 25 nov.1944. p.4.

[202] Id. ibid.

[203] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 27 nov.1943. p.2.

[204] Id. ibid.

[205] BRASIL Tribunal de Segurança Nacional. Processo n.4.400. *Incêndios de Teresina.* Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Espírito Santo, 1944. p.5.

[206] Id. ibid.

[207] Ibid.p.6.

[208] Ibid.p.8.

[209] Id. ibid.

[210] Ibid., p.11.

[211] Ibid., p.10.

[212] Ibid., p.12.

[213] Ibid., p.13.

[214] FERRAZ, op. cit., p.36.

[215] BRASIL. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n.4.400. *Incêndios de Teresina.* p.15.

[216] JANOTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Imaginário sobre Getúlio Vargas. *História Oral*, São Paulo, n. 1, p.91-119, jun. 98. p.97.

Digitalizado com CamScanner

[217] FERREIRA, Jorge Luís. *Trabalhadores do Brasil: o* imaginário do povo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.88.

[218] BRASIL. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n.4.400. *Incêndios de Teresina.* p.14.

[219] Ibid., p.18.

[220] Id. ibid..

[221] *OITO anos de governo:* a administração Leônidas Melo no Piauí. Teresina: [s./ed], 1943. p.3.

[222] MELO, op. cit., p.312.

[223] TITO FILHO, Arimatéa. *Crônicas.* Teresina: [s. n.], 1990. p.65.

[224] MELO, op. cit., p 353.

[225] Ibid., p.353.

[226] Ibid., p.355.

[227] Ibid., p.356.

[228] Vitorino Freire, militar que fez parte do corpo de auxiliares de Eurico Gaspar Dutra quando este ocupava o Ministério da Guerra tinha relações familiares no Piauí e por essa razão fez uma ponte entre o interventor e o Ministro. Segundo Agenor Barbosa Almeida, Vitorino Freira era uma espécie de homem da copa e da cozinha do Dutra e aproximou Leônidas Melo de Eurico Gaspar Dutra. Para consolidar essa aproximação o interventor nomeou o genro de Dutra como representante do governo do Estado no Rio de Janeiro. "Ai sacramentou ainda mais o prestígio dele perante o General. Depoimento de Agenor Barbosa Almeida ao autor em 24 de setembro de 1996.

[229] MELO, op. cit., p.356.

[230] Ibid., p.357.

[231] O PIAUÍ, Teresina, 1 nov.1945. p.1.

[232] Id. ibid.

[233] Id. ibid.

[234] Id. ibid.

[235] O PIAUÍ, Teresina, 11jan.1946. p.3.

[236] ALMEIDA, Agenor Barbosa. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento.* Rio de Janeiro, 24 set.1996.

[237] PORTELLA, Alessandro. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.41-58. p.51.

[238] Esteve à frente do governo do Piauí entre 19.12.1945 e 03.09.1946.

[239] FERRAZ, op. cit., p.43.

[240] Leônidas de Castro Melo, ao compor a chapa de candidatos a deputado federal pelo PSD, incluiu o nome do genro do presidente da República, Mauro Renault. Este senhor recebeu o apoio do ex-interventor que contou com o apoio dos correligionários. O genro do presidente foi eleito, sem ter vindo ao Piauí.

[241] O NOVO interventor do Piauí. *O Piauí*, Teresina, 22 fev.1946. p.3.

[242] Foi de 20 de março a 3 de setembro de 1946. Nessa última data viajou para o Rio de Janeiro e não mais retornou ao Piauí como interventor.

[243] DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, 11 jun.1946. p.6.

[244] Id. ibid.

[245] Id. ibid.

[246] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 24 jun.1946. p.1.

[247] Id. ibid.

[248] O decreto de criação da Fundação da Casa Popular foi promulgado a 1° de maio de 1946. A escolha dessa data poder revelar o alcance político que pretendeu dar a essa iniciativa.

[249] 2.070 casas populares para o Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, 2 jul.1946. p.4.

[250]. CONTRA as favelas no Distrito Federal. *Diário Oficial*, Teresina, 22 jun.1941. p.3.

[251] Id. ibid.

[252] Id. ibid.

[253] DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 14 jul.1946. p.2.

[254] Id. ibid.

[255] O INSTITUTO de Aposentadorias e Pensões Industriários. *Diário Oficial*, Teresina, 1out.1944. p.3

[256] Id. ibid.

[257]. FUNDAÇÃO da Casa de Telha. *Diário do Piauí*, Teresina, 18 ago.1946. p.1.

[258] Id. ibid.

[259] PIAUÍ. Decreto-lei n. 1.284, de agosto de 1946.Autoriza o Prefeito Municipal de Teresina a instituir a "Fundação da Casa de Telha", nesta Capital, e dá outras providências. Diário Oficial, Teresina, 24 ago. 1946. p.3.

[260] TERESINA. Decreto n. 1, de 25 de set. de 1946. Adota os Estatutos da Fundação da Casa de Telhas nesta Capital. Diário Oficial, Teresina, 26 set. 1946. p.1

[261] FUNDAÇÃO Casa Popular: Firmando convênio com o Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, 8 ago.1947. p.8.

[262] SCHMIDT, Benício V. / FARRET, Ricardo L. *A questão urbana.* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Digitalizado com CamScanner

5 - Considerações finais

Os ideólogos que construíram o projeto de um Brasil Novo ou Novo Brasil desenvolveram mecanismos que tinham a pretensão de incutir na sociedade a idéia de que havia um conflito entre o velho e o novo e que este último estava sendo burilado cotidianamente. Era uma tentativa de destruir lembranças e tradições ligadas à República Velha posta por terra por segmentos dissidentes da elite brasileira.

Os governantes piauienses incorporaram a idéia do novo como sinônimo de moderno e voltaram as suas vistas para a cidade que concentrava as ações político-administrativas.

Desenvolveram-se ações na área de crescimento urbano que tinham a pretensão de dotar a cidade de ruas e

avenidas largas para receber um dos símbolos do mundo moderno: o automóvel. Assim, tais ruas e avenidas foram ornamentadas com arborização condizente para amenizar o calor que fazia no período sem chuvas.

À proporção que o progresso foi invadindo o País, a cidade foi integrada às demais regiões por transportes mais rápidos -avião, caminhões e trem. Recebeu ônibus coletivo, embora as distâncias entre o centro e a periferia ainda fossem curtas. "O moderno ganhava espaço pelo seu poder de sedução, pelas fantasias que alimentava, pela comodidade, pelos aspectos mais confortáveis da sua materialidade." Essas transformações e/ou apenas desejos de mudanças foram registradas na imprensa.

Não obstante, com a edificação do hospital que foi considerado o "mais moderno do Norte" deu-se início à criação de infra-estrutura hospitalar que transformou a cidade em uma referência nesse setor. O discurso oficial dá conta de melhoria nas condições de ensino. Esses elementos nos apontam um novo problema: qual a relação entre a construção dessa infra-estrutura e a explosão demográfica ocorrida a partir de 1960 ?

Parcela considerável dos moradores não recebeu os benefícios das ações do poder público, o que não constitui nenhuma novidade, se tomarmos como exemplo as reformas realizadas em outras cidades do País. Os referidos moradores permaneceram residindo em áreas onde as redes de energia elétrica e de água não chegavam. As ruas não eram calçadas e, por isso, a poeira e a lama faziam parte do seu cotidiano. Essas condições sanitárias provocaram a morte de muitas crianças, atacadas entre outras doenças,

Digitalizado com CamScanner

pela verminose. As que sobreviviam apresentavam baixo rendimento escolar, provocado pela desnutrição. Ainda assim, as políticas públicas atingiram esses segmentos sociais, embora de forma autoritária.

Porém foi na periferia da cidade que teve lugar a tragédia, um dos temas de que se ocupa esse trabalho. As casas cobertas de palha de coco babaçu foram queimadas. Apesar de a polícia ter defendido a tese de que os incêndios eram criminosos, não conseguiu ou não pôde dar uma resposta satisfatória à sociedade sobre quem tocava fogo e com que objetivos o fazia; embora tenha realizado dezenas e dezenas de prisões e empregado a tortura como instrumento para obter confissões. Foi essa a leitura que se conseguiu fazer através da documentação consultada.

Todavia, para chegar-se a essa conclusão, foi dada voz aos variados segmentos sociais envolvidos de alguma forma com os acontecimentos. Essa estratégia demonstrou que os incêndios continuam envoltos numa aura de mistério ou de silêncio.

Contudo, tem-se a convicção de que os incêndios tiveram papel relevante no processo de limpeza das áreas mais próximas do centro, pois obrigaram os proprietários de casas de palha, e que não podiam cobri-las de telhas, a se afastarem daquela área ou então ir embora da cidade. Atitudes como essas terminaram auxiliando os poderes públicos com a idéia de "embelezamento urbano."

Por conseguinte, essa idéia última pôde ser constatada no projeto discutido pelas autoridades locais, através da imprensa, que tinha como objetivo central a substituição

das coberturas de palha por telha. Tal discussão foi realizada em período eleitoral e pode ter sido empregada para melhorar o desempenho dos candidatos do partido oficial junto aos segmentos sociais atingidos pelos incêndios.

Assim outro elemento verificado no percurso da pesquisa, especialmente, através dos relatos orais, foi as marcas deixadas pelos incêndios na memória coletiva daqueles que viveram mais de perto os acontecimentos ou só ouviram as histórias de sofrimento, aflição e tensões as quais foram submetidos os moradores das casas de palha, nos momentos mais agudos dos incêndios e da ação policial.

Por fim, tudo o que aqui foi exposto, através de estudo, pesquisa, bem como todos os recursos utilizados possibilitou que construíssemos uma certa história experimentada pelos habitantes da cidade que viveram sob o clima dos incêndios.

Digitalizado com CamScanner

6-Bibliografia

1 ABREU, Irlane Gonçalves de. Lembranças de Teresina. **Cadernos de Teresina**, Teresina, n.23, p.55-61, ago.1996

2 ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, José Borzacchiello da.(Org.). **A cidade e o urbano:** temas para debate. Fortaleza: EUFC, 1997.

3 ACADEMIA Piauiense de Letras. **Cristino, vida exemplar**. Teresina: Júnior, 1992.

4 A CELEBRAÇÃO do 1° de maio em Teresina. **Diário Oficial**, Teresina, 30 abr.1940.

5 AGUIAR, Adamastor Manoel. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 23 nov. 1996.

6 AGUIAR, Eurípides de. Os incêndios. **O Piauí**, Teresina, 3 jul. 1946.

7 ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro,v.4, n.7, p.66-81, 1991.

8 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a história: a abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um pacto difícil". **CLIO–Revista de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, n.15, p.39-52, 1994.

9 ALMEIDA, Agenor Barbosa. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Rio de Janeiro, 24 set. 1996.

10 ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataide de. **A construção da verdade autoritária:** palavras e imagens da interventoria Agamenon Magalhães em

Pernambuco,(1937-1945). São Paulo, 1995. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.

11 ALVES, Denise Fernandes. **"Aquele que vem do passado."** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

12 ANDRADE LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima. **Caracterização e contribuição para interpretação da política de habitação popular:** Recife-EstadoNovo1937-1945.Recife , 1987.Dissetação de mestraddo. Universidade Federal de Pernambuco.

13 ANDRADE, Carlos Drummond. **A paixão medida**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

14 ANTONACCI, Maria Antonieta. Trabalho, cultura, educação: escola nova e cinema educativo nos anos 1920/1930. **Projeto de História(10).** São Paulo, p.147 –165, 1993.

15 ARAÚJO, Aírton Sampaio de. **Contos da terra do sol**. Teresina: EDUFPI, 1996.

16 ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios:** transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1993.

17 ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **O poder e a seca de 1877-1879**. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 1991.

18 _____.**Cotidiano e imaginário:** um olhar historiográfico. Teresina: EDUFPI/Instituto Dom Barreto, 1997.

19 ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer:** a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

20 ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. Paissandu–um estu-

Digitalizado com CamScanner

do histórico e econômico do meretrício em Teresina. **Revista Espaço e Tempo,** Teresina, v.1, n.3, p.274-291,1993.

21 A SOLENIDADE de inauguração da ponte João Luís Ferreira. **Diário Oficial**, Teresina, 4 dez. 1939.

22 AUGRAS, Monique. História oral e subjetividade. SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von.(Org.) **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: CMU/UNICAM,1997.

23 BACELAR Raul Furtado. **Palavras a amigos**. Parnaíba: Júnior, 1988.

24 BACHELARD, Gaston. **A psicanálise do fogo**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Coleção Tópicos)

25 _____. **A poética do espaço.** Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993

26 BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica:** história da imprensa brasileira. 4. ed. São Paulo: Vozes, 1990.

27 BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:** o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1993.

28 BARBOSA, Luís Botelho. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 24 jan. 1997.

29 BASBAUN, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975-1976. v. 4.

30 BENJANIM, Walter. Sobre o conceito da história. In: **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1.)

31 _____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov In: **Magia e técnica, arte e política:**

ensaios sobre literatura e história da cultura**.** 7. ed. São Paulo:Brasiliense,1994. (Obras escolhidas;v.1.)

32 BERMAN**,** Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Trad. Carlos Moisés/ Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

33 BLOCH, Marc. **Introdução à História**. 4.ed. Lisboa: Europa-América, [19-].

34 BORIS, Fausto. **História do Brasil**. 6.ed. São Paulo: EDUSP,1998.

35 BORNBHEIN, Gerd. A invenção do Novo In: **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

36 BORROMEU, Carlos. Teresina-cidade de mendigos. **Diário Oficial**, Teresina, 6 set. 1938.

37 BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo:T.A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo: 1987.

38 BOURDIEU**,** Pierri. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1998.

39 BRASIL, Assis.(Org.). **A poesia piauiense no século XX**: antologia. Rio de Janeiro: Imago/Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

40 BRASIL. Ministério da Justiça. Tribunal de Segurança Nacional. **Incêndios de Teresina:** processo n.4.400. Rio de Janeiro: Tribunal de Segurança Nacional, 1944.

41 _____. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Carta-resposta. n. 206**. Rio de Janeiro, 1998.

42 _____. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Carta de Raimundo Ney Baumann a Getúlio Vargas**. Teresina, 20 dez. 1945.

43 BRESCIANI**,** Maria Stella Martins. **Londres e Paris no**

Digitalizado com CamScanner

século XIX: o espetáculo da pobreza. 4.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.(tudo é história, 52).

44 BRITO, Bugyja. **Narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro:[s. n.], 1977.

45 BRITO, Itamar de Sousa. **Memória histórica da Secretaria da Educação**. Teresina: Secretaria da Educação, 1985.

46 _____. **Perspectiva histórica do Conselho Estadual de Educação**. Teresina: Secretaria da Educação, 1986.

47 BURKE, Peter. **A arte da conversação**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista,1995.

48 CALDAS, Alberto Lins. Ficção e memória. **Caderno de criação: Interpretação e realidade**, Porto Velho, n.13, set.1997.

49 CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

50 CAMPELO, Aldenora Almeida. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 3 fev. 1997.

51 CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência:**a polícia da era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

52 CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 16, n. 31/32, p.328–352, 1996.

53 CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo:** 1922-1938. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.(Corpo e alma do Brasil).

54 _____. **A República nova(1930 1937).** 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.

55 CARVALHO, Afonso Ligório Pires de. **Tempos de**

Leônidas Melo. Teresina: Academia Piauiense de Letras,1994.

56 CARVALHO, Benedito Napoleão de. O Discurso. **Diário Oficial**, Teresina, 1 fev. 1939.

57 CARVALHO, José Murilo de. **A construção da cidadania no Brasil**. México: Fondo de Cultura,1993.

58 CARVALHO, Rivaldo. Coisas da Piçarra. **O pirralho**, Teresina, 12 out. 1947.

59 CASTELO BRANCO, Cristino. **O livro do Centenário de Parnaíba.** Parnaíba: [s. n.], 1944.

60 _____. **Homens que iluminam**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1946.

61 CASTELO BRANCO, José Ferreira. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 19 jan.1997.

62 CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

63 _____. Teresina nas primeiras décadas do século XX. **Cadernos de Teresina**, Teresina, n.19, p.34-38, abr.1995.

64 CASTRO GOMES, Ângela Maria de. O redescobrimento do Brasil. In: **Estado Novo:**ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

65 _____. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1996.

66 _____. **Regionalismo e concentração política:** partidos e constituinte nos anos 30.(Org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1980.

67 _____. **Getulismo e trabalhismo:**tensões e dimensões do partido trabalhista Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC,1987.

Digitalizado com CamScanner

68 CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

69 CHARTIER, Roger. **A História cultural:**entre práticas e representações. Trad. Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

70 _____. A história hoje: dúvida, desafios, propostas. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.97-115, 1994.

71 CHAUÍ, Marilena de Sousa. Os trabalhos da memória In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:**lembranças dos velhos. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiróz: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

72 CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Obras completas**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

73 _____. **Teresina: subsídios para a História do Piauí.** Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

74 COELHO, Celso Barros. **Homens de idéias e de ação**. Teresina: Júnior,1991.

75 _____. **Eles e os talentos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

76 COELHO, Hercília Maria Facuri e outros. Estado novo, festa e memória. **História**, São Paulo(14), p.97–109, 1995.

77 COGGIOLA, Oswaldo. Buenos Aires, cidade, política, cultura. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.17, n.34, p.101-118, 1997.

78 CORSI, Francisco Luiz. O fim do Estado novo e as disputas em torno da política econômica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.6/7, 1996.

79 CORREIA, Genu Aguiar Moraes. O exemplo de Eurípides Aguiar. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, Teresina, n.51, p.175-182 ,1993.

80 _____.**Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 12 ab. 1997.

81 CORREIO Aéreo Militar: a sua inauguração. **Gazeta,** Teresina, 20 dez. 1933.

82 COSTA, Clélia Botelho. Uma história sonhada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.17 ,n.34, p.133-145, 1997.

83 COSTA, Francisco Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí:**desde os seus termos primitivos até a Proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

84 COSTA, Giovanni. **Malversações dum governante. Representação apresentada ao Exmº Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, contra o Interventor Federal no Piauí, Sr. Leônidas de Castro Melo**. Rio de Janeiro:[s. n.], 1942.

85 D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbawachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n. 25/26, p.57-103, set.92/ ago.1993.

86 DANTAS, Aldir. Relembrando o Piauí e os piauienses. **Gazeta**, Teresina, 4 jan. 1934.

87 DIÁRIO OFICIAL, Teresina, [1929-]

88 DIAS, William Palha. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 14. out. 1998.

89 _____. **Memorial de um lutador obstinado**. Teresina: COMEPI, 1997.

90 DECCA, Edgar Salvadori de. Apresentação. In: BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã:** estudo das elites do século XVII. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: 1991.

91 _____.**O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Digitalizado com CamScanner

92 DIEGOLI, Leila Regina. Estado novo–nova arquitetura em São Paulo. **Projeto História(13),** São Paulo, p.151-157, jun.1996.

93 DOBAL, H. **Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

94 DOMINGOS NETO, Manoel./ BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

95 DREIFUSS, René Armand. **Política, poder, Estado e força**: uma leitura de Weber. Petrópolis: Vozes, 1993.

96 EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera**: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Trad. Rosaura Eichenberg. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

97 FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais da cidade. Recife, 1998. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

98 FALANDO a verdade. **O Piauí**, Teresina, 28 abr. 1946.

99 FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 7.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

100 FATOS e Notas. **Gazeta**, Teresina, 10 set. 1934.

101 FATOS e Notas. **Gazeta**, Teresina, 24 nov. 1934.

102 FATOS e Notas. **Gazeta**, Teresina, 9 jul. 1936.

103 FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Editora Universidades de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

104 FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

105 FERRAZ, Raimundo Wall. **45 anos depois:** tudo que vi, li e ouvir. Teresina: [s. n.], 1992.

106 FERREIRA, Lucrécia d' Aléssio. **Ver a cidade**: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988.

107 FERREIRA, Jorge Luís. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário do povo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

108 _____. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro: v.3, n.6, p.181–195, 1990.

109 FERRY, João. **Chapada do corisco**. Teresina: Imprensa Oficial, 1952.

110 FESTA comemorativa do dia do trabalho. **Diário Oficial**, Teresina, 30 abr. 1940.

111 FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

112 FREUND, Julien. **The sociology of Max Weber.** Londres: Penguin, 1972.

113 FUNDAÇÃO da Casa de Telha. **Diário do Piauí**, Teresina, 18 ago. 1946.

114 FUNDAÇÃO Casa Popular: Firmando convênio com o Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 8 ago. 1947.

115 FURTADO, José da Rocha. **Memórias e depoimentos**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.

116 GARCIA, Nelson Jahar. **Estado novo:**ideologia e propaganda política. São Paulo: Loyola, 1982.

117 GAZETA, Teresina, 1904-1944.

118 GEIZER, Pedro P. Geografia e desenvolvimento urbano no Brasil. In: SILVA, José Borzacchiello da.(Org.). **A cidade e o urbano:**temas para debate. Fortaleza: EUFC, 1997.

119 GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mito, emblemas e sinais**: morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Digitalizado com CamScanner

120 _____. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Trad. Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

121 GIRÃO, Blanchard. **O liceu e o bonde na paisagem sentimental da Fortaleza-Província/memórias**. Fortaleza: [s. n.], 1997.

122 GOMES, Angela Maria de Castro/MATOS, Hebe Maria. Sobre apropriação e circularidade: memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas. **História Oral,** São Paulo, n.1, p.121-144, jun/1998.

123 GONÇALVES, Luís Ribeiro. A sindicação no Piauí. **O Momento**, Teresina, 25 mar. 1934.

124 GONÇALVES, Luís Mendes Ribeiro. **Impressões e perspectivas**. Brasília: [s. n., 19?]

125 _____. Depoimento concedido ao Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO. Rio de Janeiro, 1985.

126 GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Teresina:** pesquisas históricas. Teresina: Júnior, 1991.

127 GONÇALVES NETO, Vítor. **Fogo**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Projeto Petrônio Portela, [199?]

128 _____. **Conversa tão somente:** crônicas de outrora e de agora. Teresina: Meridional, 1957.

129 GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

130 GORDO LANG, Alice Beatriz da Silva. Getúlio Vargas: marcas na memória de mulheres paulistas. **História Oral**, São Paulo, n.1, jun.1998.

131 GUNN, Philip. O paradigma de cidade–jardim na via Fabiana de reforma urbana. **Espaço&Debate / Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 40, p.11-27, 1997.

132 HAHNER, E. June. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil:1870–1970. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

133 HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

134 HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a modernidade da selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

135 HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1994. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

136 HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado(Brasil 1910-1930). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n.11, p.40–61, 1993.

137 HONORATO, Cezar. O Estado novo e a assistência social In: MARTINS, Ismênia de Lima e outros.(Org.). **História e cidadania**, São Paulo: ANPUH,1998.

138 HUYCH, Pascal. Cidade–rádio, cidade–jornal. In: **Berlim, 1919–1933:**a encarnação extrema da modernidade. Trad. Ney Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

139 IBIAPINA, Fontes. **Palha de arroz:** romance. Teresina: Imprensa Oficial, 1968.

140 _____. Abertura. In: **Eleições de sempre e até quando:** contos. São Paulo: Soma, 1985.

141 IGLESIAS, Francisco de Assis. **Caatingas e Chapadões:**notas, impressões e reminiscência do Meio–Norte Brasileiro–1912–1919. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

142 INSTITUTO aposentadorias e pensões industriários. **Diário Oficial**, Teresina, 1. out. 1944.

Digitalizado com CamScanner

143 JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O imaginário sobre Getúlio Vargas. **História Oral,** São Paulo, n.1, p.91-120, jun.1998.

144 JESUS PAULO, Heloísa Helena. O Dip e a juventude-ideologia e propaganda estatal(1939/1945). **Rev. Brasileira de História**, São Paulo, v.7, n. 14, mar./ ago.1987.

145 LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição Santos**: 1870-1913. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

146 LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

147 LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão e outros. 3.ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

148 _____.**Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa Moraes. São Paulo: UNESP, 1988.

149 LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

150 LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1986.

151 LIBERTAÇÃO, Rio de Janeiro,1946.

152 LIBÓRIO, Odisséia Lages Batista. **Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 1996.

153 LIGÓRIO, Afonso. **Tempos de Leônidas**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Assembléia Legislativa, 1994.

154 LIMA, Antonia Jesuíta de. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996.

155 LOEWENSTEIN, Karl. **Brasil urder Vargas.** Nova York: The Macmillan Companhy, 1942.

156 LOPES, Benedito. Relatório. **Diário Oficial**, Teresina, 30 nov. 1943.

157 LUCENA, Célia. Tempo e espaço nas imagens das lembranças. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von.(Org.). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: CMU/UNICAM, 1997.

158 MAGALHÃES, Agamenon. **Folha da Manhã**, Recife, 21 jul. 1939.

159 MAGALHÃES, Joaquim Ribeiro. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 13 dez. 1996.

160 MANIA de velocidade. **O Tempo**, Teresina, 4 de maio. 1942.

161 MARTINS, Paulo Henrique. O imaginário oligárquico e a modernização agrária no Brasil: pilhagem, apropriação e especulação. **Sociedade e Estado–Revista do Departamento de Sociologia da UNB,** Brasília, n.1, p.49-70, jan/jun.1980.

162 MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**(Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

163 MARTINS, Elias. **Fitas**. Teresina: Jornal de Notícias, 1920.

164 MATOS, Maria de Fátima Aquino. Localização da pobreza urbana na grande Teresina. **Carta CEPRO**, Teresina,v.16, n.1, p.1-133, 1995.

165 MATTOS, João Batista. Monumentos ao Dr. Leônidas Melo. In: Os monumentos nacionais. **Revista Militar Brasileira,** Rio de Janeiro, n. 3/4, p.2, 2° semestre/ 1948.

Digitalizado com CamScanner

166 MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

167 MELHY, José Carlos Bom. **História e memória ou simplesmente história oral**. [S.l., s. n., 199?]

168 MELO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**: memórias à feição de autobiografia. Teresina: COMEPI, 1976.

169 _____.A palavra do interventor In: **O centenário de Parnaíba**. Parnaíba:[s. n.], 1944.

170 MELO, Matias Olímpio de. O operário em face do Estado novo In: **Falando e escrevendo**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1958.

171 _____. **Ensaios, discursos e conferências**. Rio de Janeiro:[s. n.], 1959.

172 MENDES, Simplício de Sousa. **O caso dos desembargadores piauienses. Recurso**. Teresina: Gráfica Tribuna, 1940.

173 MENESES, Adélia Bezerra de. Memória e ficção. **Revista Resgate/ Artigos & Ensaios**, p. 9-15.

174 MORAES, Genu Aguia. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 12 abr. 1997.

175 MOTENEGRO, Antonio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, p.55-65, set.92/ago.1993.

176 _____. Studebaker, Delco, Guide, General Motors na fala dos operários. **CLIO–Revista de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, n.15, p.19-37, 1994.

177 _____. História em campo minado: subterrâneos da violência. **Projeto História(10).** São Paulo, p.115–124, dez.1993.

178 _____. **História oral e interdisciplinaridade:** a invenção do olhar. Recife: UFPE, 1996. (mimeografado)

179 _____. **A Invenção das Comemorações(labirintos da infância)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996. (mimeografado).

180 _____. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

181 MONTEIRO, Lindolfo do Rego. **Homenagem da prefeitura municipal de Teresina ao interventor Leônidas Melo**. Teresina: Tipografia Popular, 1939.

182 MONTEIRO, Orgmar. **Teresina descalça**: memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimento dos novos. Fortaleza: [s. n.],1987.

183 MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. **Boletim Geogr**. Rio de Janeiro, 31(230). 1-244. set./out. 1977.

184 MOREIRA, Fernando Diniz. A formação do urbanismo moderno no Brasil: as concepções urbanísticas do engenheiro Saturnino de Brito. **Espaço e Debates**, São Paulo, n.40, p.55-65, 1997.

185 MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. Trad. Neil R. da Silva. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

186 NAPOLEÃO, Martins. **O prisioneiro do mundo**: poemas-1941-1943. Rio de Janeiro: P.E.N Clube,1943.

187 _____. Exposição de motivos encaminhada ao interventor federal. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, Teresina, 1941.

188 _____. Criança: um problema básico. **Diário Oficial**, Teresina, 16 ago. 1943.

189 NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O tenentismo no poder: a interventoria Landri Sales(1931–1935). **Carta CEPRO**, Teresina, v. 11, n.1, p.53-86, jul./dez.,1986.

Digitalizado com CamScanner

190 _____. A aliança nacional libertadora no Piauí. **Cadernos de Teresina**, Teresina, n.6, p.17- 21, dez. 1988.

191 _____. **A revolução de 1930 no Piauí(1928-1934).** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

192 _____.História e memória: lembranças da "cidade ardente". **Cadernos de Teresina**, Teresina, n. 20, p. 34 - 45, ago.1995.

193 NATAL dos pobres. **Diário Oficial**, Teresina, 30 nov. 1943.

194 NEEDEL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

195 NEVES, Berilo. Leônidas Melo In: **Almanaque da Parnaíba**: [s.n.], 1944.

196 _____. Teresina, cidade romântica. **Diário Oficial**, Teresina, 3 jun. 1941.

197 NIETHAMMER, Lutz. Debate. **Projeto de História(15),** São Paulo, p.135-144, abr.1997.

198 _____. Conjunturas de identidade coletiva**. Projeto História(15).** São Paulo, p.119-134, abr.1997.

199 NOGUEIRA, Manoel. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 29 jan. 1997.

200 NOGUEIRA, Lidya Tolstenko. **A trajetória da enfermagem moderna no Piauí: 1937-1929**. Rio de Janeiro, 1997. Tese de doutorado. Escola Ana Nery.

201 NORA, Pierre. Entre memória e história: problemática dos lugares. **Projeto História(14).** São Paulo, p.7-28, 1981.

202 NOVAES, Adauto. Sobre o tempo e história. In: **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

203 NUNES, M. Paulo. **As solidões justapostas**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1992.

204 _____. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 1 abr. 1997.

205 NUNES, Maria Cecília de Almeida. O trem de ferro no imaginário popular piauiense. **Espaço e Tempo**. Teresina, v. n.4, p.96-100, dez.1996.

206 O DIA, Teresina, [1951-]

207 OITO anos de governo: a administração Leônidas Melo(1935-1943**).** [S.I.: s. n., 194?].

208 O EXPECTADOR**,** Teresina, 29 ago. 1860

209 O MOMENTO, Teresina, 27 maio.1934.

210 O NOVO interventor do Piauí. **O Piauí**, Teresina, 22 fev. 1946.

211 O TEMPO, Teresina, 1933-1939.

212 OLÍMPIO, José. **Liceu Piauiense–**síntese histórica. 3.ed. Teresina: [s. n.], 1993.

213 OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outros. **Estado novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

214 OLIVEIRA, Paulo. O progresso do Piauí**. Diário Oficial**, Teresina, 14 abr. 1941.

215 OLSON, R. David e TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

216 O PIAUÍ**,** Teresina, 1887-1946.

217 ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense,1996.

218 OS INCÊNDOS. **Gazeta,** Teresina, 10 set. 1941

219 O TEMPO**,** Teresina, 1933-1939**.**

220 PASCHOALINO, **Gazeta**, 12 out. 1933.

221 _____. Comentos e notas. **Gazeta,** Teresina, 5 out. 1938.

222 _____. Comentos e notas. **Gazeta**, Teresina, 23 out. 1941.

Digitalizado com CamScanner

223 PAVOROSO incêndio. **Gazeta**, Teresina, 24 nov. 1935.

224 PESANVENTO, Sandra Jatahi. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: SILVA, José Borzacchiello da.(Org.). **A cidade e o urbano**: temas para debate. Fortaleza: EUFC, 1997.

225 PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/ Fundação Cultural do Piauí, 1992.

226 PACHECO, Cláudio. **Roda viva: romance**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, [199?]

227 PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984

228 PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova.** Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

229 PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:**operários, mulheres **e** prisioneiros. Trad. Denise Bottman. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

230 PIAUÍ. Interventor(1931-1935: Gonçalves). **Relatório do interventor federal Landri Sales Gonçalves**. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

231 _____. Governador(1935-1937: Melo). **Relatório do governador Leônidas de Castro Melo**. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

232_____. Interventor(1937-1945: Melo). **Relatório do interventor federal Leônidas de Castro Melo**. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.

233 _____. Decreto-lei n. 75-A, de 17 maio de 1938. Abre crédito de Rs 48: 160$000, para pagamento da subvenção concedida pelo Governo do Estado ao Sindicato Condor Limitada. **Diário Oficial**, Teresina, 17 Maio. 1938.

234 _____. Decreto n.127, de 26 de setembro de 1938. Abre crédito especial de Rs 5:000$000, para socorrer às vítimas, reconhecidamente pobres, dos incêndios ocorridos nesta capital, ocorridas nos 3 e 25 deste mês. Teresina, **Diário Oficial**, 27 out. 1938.

235 _____. Interventor(1937-1945: Melo). **Relatório do interventor federal Leônidas de Castro Melo**. Teresina: Imprensa Oficial, 1940.

236 _____. Decreto-lei n. 275, 26 de junho de 1940. Abre crédito especial de Rs 10:000$000 para socorrer às vitimas do incêndio nesta capital, que, no dia 8 de junho do corrente, devorou, em suas chamas, diversas casas cobertas de palhas de propriedade de pessoas pobres. **Diário Oficial**, Teresina, 27 jun.1940.

237 _____. Decreto-lei n. 78, de 23 de jul. de 1940. Abre crédito especial de Rs 175:000$000, para ocorrer às despesas com a aquisição de ônibus. **Relatório do prefeito, 1942.** Teresina: Tipografia Popular, 1942.

238 _____. Decreto-lei n. 319, de 8 de novembro de 1940. Cria o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda **Diário Oficial**, Teresina, nov. 1940.

239 _____. Interventor(1937-1945: Melo). **Relatório do interventor federal Leônidas de Castro Melo**. Teresina: DEIP, 1941.

240 _____. Interventor(1937-1945:Melo). Portaria n. 688. Interventor Federal Leônidas de Castro Melo. Teresina, **Diário Oficial**, Teresina, 10 set. 1941.

241 _____. Força Pública do Estado. **Diário Oficial**, Teresina, 23 set. 1941.

242 _____. Força Pública do Estado. Chefatura de Polícia. **Diário Oficial**, Teresina, set 1941.

243 _____. Interventor(1937-1945: Melo). **Relatório do interventor federal Leônidas de Castro Melo**. Teresina: DEIP, 1942.

Digitalizado com CamScanner

245 _____. Interventor(1937-1942: Melo). **Relatório do interventor federal Leônidas de Castro Melo**. Teresina: DEIP, 1943.

246 _____. Decreto-lei n. 739, 29 de novembro de 1942. Abre crédito especial de C$ 163.507,90(cento e sessenta e três mil quinhentos e sete cruzeiros e noventa centavos), para pagamento de aquisição e transporte de três carros tanques destinados a Secção de Bombeiros da Força Policial do Estado. **Diário Oficial**, Teresina, 30 nov. 1943.

247 _____. Força policial do Estado. Comando da Força Policial do Piauí. **Boletim Regimental**. Teresina, 9 jun. 1943.

248 _____. Força policial do Estado. Comando da força policial do Piauí. Chefatura de Polícia. Teresina, 3 ago. 1943.

249 _____. Força policial do Estado. Comando da força policial do Piauí. **Boletim Regimental**. Teresina, 16.ago. 1943.

250 _____. Força policial do Estado. Comando da força policial do Piauí.**Chefatura de Polícia**. Teresina, 16.set. 1943.

251 _____. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Ofício n. 297. Teresina, 15 jun. 1944.

252 _____. Força Pública do Piauí. Comando da Força Policial do Piauí. **Boletim Interno n. 323**. Teresina, 20 out. 1944.

253 _____. Decreto-lei n. 1.284, de agosto de 1946. Autoriza o Prefeito Municipal a instituir a Fundação da Casa de Telha, nessa capital, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Teresina, 24 ago. 1946.

254 _____. Polícia Militar do Piauí. **Almanaque da Polícia Militar do Piauí.** Teresina: Imprensa Oficial, 1947.

255 _____. Portaria n. 688. Interventor(1937-1945: Melo). Interventor Federal Leônidas de Castro Melo. Teresina, **Diário Oficial**, Teresina, 10 set.1941.

256 PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 3.ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

257 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Histórico**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.200–212, 1992.

258 _____. Memória , esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

259 PONTE, Rogério Sebastião. **Fortaleza belle époque**: reformas urbanas e controle social(1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigral, 1993.

260 PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História(14),** São Paulo, p.7-39, fev.1997.

261 _____. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto de História(10),** São Paulo, p.41-72, dez.1993.

262 _____. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.59-72, 1996.

263 PRIMEIRA página. Folha de São Paulo, São Paulo, 1985.

264 PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion/VAIFAS, Ronaldo.(Orgs.). **Domínios da história:**ensaios de teoria e metodologia. São Paulo: Campus, 1997.

265 QUEIMADA. **Gazeta**, Teresina, 9 nov. 1936.

266 QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves,1994.

Digitalizado com CamScanner

267 _____. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

268 _____. Cinema invenção do diabo? **Cadernos de Teresina**, Teresina, n. 15, p.40-45, dez. 1993.

269 _____. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí:** 1900-1920. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 1994.

270 RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar:** 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

271 RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. São Paulo: Campus, 1997.

272 RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 17. ed. Rio: Record, 1984.

273 REGO, Raimundo Moura de. **As mamoranas estão florindo**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

274 _____. **Notas fora da pauta**. Teresina: Júnior, 1988.

275 REIS, Sirlene e MARTINS, Valvêncio. **Os donos da voz.** São Paulo: Três/Política, 1984.(Retrato do Brasil v.4.)

276 RESENDE, Antonio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARTE, 1997.

277 _____. Cultura e história: as impossibilidades dos sentidos. **CLIO–Revista de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, n.15, p.7-17, 1994.

278 RIBEIRO, Luiz Carlos. O autoritarismo no imaginário político paranaense(1930-1945). In: MARTINS, Ismênia de Lima e outros(Org.) **História e cidadania**. São Paulo,1998.

279 RIBBE, Wolfgang. Nascimento da grande Berlim. In:

Berlim, 1919–1933. RICHARD, Lionel(Org.).**A encarnação extrema da modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar,1993.

280 RIBEIRO, Luís C. Queiroz e PECHMAN, Robert M. **A questão da moradia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

281 RIOS MAGALHÃES, Maria do Socorro. **Horizontes de leitura e crítica literária:** a recepção da literatura piauiense(1900-1930). Porto Alegre, 1997. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

282 ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense,1988.

283 ROMANELLI, Otaída de Oliveira. **História da Educação no Brasil(1930-1973**). 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

284 SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

285 SALES, Antonio Vieira. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento e Geraldo Almeida Borges**. Teresina, 11 maio. 1988.

286 SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau(Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

287 SANTANA, Raimundo Nonato de. O comércio piauiense. Teresina: **O Observador**, 1961.

288 _____.**Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina: Imprensa Oficial, 1964.

289 SANTOS, Antônio César de Almeida**. Depoimentos orais e transformação urbana de Curitiba(1930-1990).** Curitiba, 1995. Universidade Federal do Paraná.

290 SANTOS, José Lopes dos. **Política e políticos:** eleições/86. Teresina, [s. n.],1988.(1 v.)

Digitalizado com CamScanner

291 SCHORSKE, Carl E. **Viena fin de siècle**:política e cultura. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

292 SCHMIDT, Benício V. e FARRET, Ricardo L. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

293 SEIGEL, Jerrold. **Paris boêmia:**cultura política e os limites da vida burguesa, 1930-1930. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: LPM, 1992.

294 SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões da vida privada. In:_____(Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

295 _____. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

296 _____. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

297 SIGNIFICATIVA homenagem. **Diário Oficial**, Teresina, 16 set. 1941.

298 SILVA, Bárbara-Chistine Nentwin. **Cidade e região do Estado da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.

299 SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a cidade e o urbano. In: _____ (Org.). **A cidade e o urbano**: temas para debate. Fortaleza: EUFC, 1997.

300 SILVA, Francisco Cunha e. **Copa e cozinha**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Projeto Petrônio Portela, 1988.

301 SILVA, Venâncio Ferreira da. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 7 nov. 1996.

302 SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Acerca da leitura das cidades. **Vária História.** Belo Horizonte, n.16, p.78-89, set.1996.

303 SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

304 SOLA, Lourdes. O golpe de 37. e o Estado Novo. In: **Brasil em perspectiva**. 12. ed. São Paulo: Difel, 1981.

305 SOUSA, Benedito Amorim de. **Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento.** Teresina, 19 set. 1996.

306 SOUSA, José Pereira. A sindicalização no Piauí. **O Momento**, Teresina, 15 mar. 1934.

307 SOUSA, Marcelo Lopes. Desenvolvimento urbano. **Território**, Rio de Janeiro[s. n.], v.3., n.5.,jul./dez. 1998.

308 SOUSA, Zilma de Carvalho. **Depoimento concedido a Francisco Acides do Nascimento.** Teresina, 1996.

309 TELES, Humberto. O Piauí infeliz. **O Piauí,** Teresina, 14 out. 1945.

310 TERESINA. Câmara Municipal. **Código de Posturas**. Teresina, 26 abr. 1880.

311 _____. Conselho Municipal. **Código de Posturas**. Teresina, ApeCH/UFPI, 1998.

312 _____. Prefeitura Municipal. Código de Posturas. **Diário Oficial**, Teresina, 1939

313 _____ Prefeito(1979-1982:Medeiros). **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 1979.

314 _____. Prefeito(1936-1945: Monteiro). **Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo do Rego Monteiro**. Teresina: Gráfica Esperança, 1937.

315 _____. Decreto-lei n. 49, de 3 de março de 1939. Proíbe o plantio de capim ou sua conservação na zona

Digitalizado com CamScanner

urbana. **Relatório do Prefeito Lindolfo do Rego Monteiro, 1939**. Teresina: Tipografia Popular, 1941.

316 _____. Decreto-lei n. 63, de 3 de julho de 1939. Prorroga por mais 90 dias o prazo para que os plantadores de capim da zona urbana eliminem esse tipo de plantio da zona da cidade. **Relatório do Prefeito Lindolfo do Rego Monteiro, 1939**. Teresina: Tipografia Popular, 1941.

317 _____. Prefeito(1936 - 1945: Monteiro). **Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo do Rego Monteiro**. Teresina: Tipografia Popular, 1940.

318 _____. Decreto-lei n.85, de 3 de outubro de 1940. Cria o serviço de transporte urbano e suburbano de Teresina. **Relatório do Prefeito Lindolfo Monteiro, 1942**. Teresina: Tipografia Popular, 1942.

319 _____. Decreto-lei n. 79, de 30 de julho de 1940. Abre crédito especial de Rs 2:000$000 para socorrer às vítimas do incêndio, nesta capital, que no dia 8 de junho findo, devorou, em suas chamas, diversas casas cobertas de palhas de propriedade de pessoas pobres. **Diário Oficial**, Teresina, 31 jun. 1940.

320 _____. Prefeito(1936-1945: Monteiro). **Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo do Rego Monteiro**. Teresina: Tipografia Popular, 1941.

321 _____. Decreto-lei n.114, de 25 de outubro de 1941. Estabelece normas especiais para construções à avenida Presidente Vargas, nesta capital e toma outras providências. **Diário Oficial**, Teresina, 26 out. 1941.

322 _____. Prefeito(1936-1945: Monteiro**). Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo do Rego Monteiro**. Teresina: Tipografia Popular, 1942.

323 _____ Decreto-lei n.1, de 25 de setembro de 1946. Adota os Estatutos da Fundação da Casa de Telhas,

nesta Capital. **Diário Oficial**, Teresina, 26 de set. de 1946.

324 THOMPSOM, Paul. **A voz do passado:**história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

325 TITO FILHO, Arimatéa. **Teresina meu amor**. Teresina: COMEPI, 1973.

326 _____. **Crônicas**. Teresina, [s. n.], 1990.

327 _____. **Praça aquidabã, sem número**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

328 _____. **Carnavais de Teresina**. Teresina: [s. n., 199?]

329 _____. **Memorial da cidade verde**: intendentes e prefeitos de Teresina Teresina: COMEPI, 1978.

330 _____. **Governos do Piauí:** capitania, província, Estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

331 TOGNON, Marcos. Arquitetura fascista e o Estado Novo: Marcello Piacentini e a tradição monumental no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luís Cesar de Queiroz e PECMAN, Robert.(Org.). **Cidade, povo e nação:**gênese do urbanismo moderno**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

332 TOTA, Antonio Pedro. Entre Berlim e Nova York: paradigmas e paradoxos no Brasil dos anos 40. **Projeto História(14),** São Paulo, fev.1997.

333 TRABALHDORES do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 3 abr. 3. dez. 1941.

334 UZEDA, Jorge Almeida. **A morte vigiada**: a cidade de Salvador e a prática da medicina urbana(1890-1930). Salvador: Universidade Federal da Bahia, [199?].(mimeografado).

335 VANGUARDA, Teresina, 7 set. 1939.

Digitalizado com CamScanner

336 VEIGA, Carlos. Estudo sobre o Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, 28 nov. 1939.

337 VEYNE, Paul. Como se escreve a história.

338 VISITA, do ditador. **Gazeta**, Teresina, 27 set. 1933.

339 VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Estado novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

340 VELLOSO, Mônica. Modernismo no Rio de Janeiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima e outros. **História e cidadania**. São Paulo: ANPUH, 1998.

341 VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

342 VIEIRA, Martins. O corpo de bombeiro. **O Piauí,** Teresina, 2 ago. 1946.

343 VIDAL, Rodrigo. A cidade e o seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile. **Projeto História(14),** São Paulo, p.183-215, 1997.

344 VIEIRA, Martins. **O Piauí**, Teresina, 2 nov. 1946.

345 WEBER, Eugene Joseph. **França fin de siecle**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

346 WILLIANS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras,1989.

Digitalizado com CamScanner

PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA
Firmino da Silveira Soares Filho

VICE-PREFEITO
Marcos Tavares Silva

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL MONSENHOR CHAVES
José Reis Pereira

SUPERINTENDENTE
Laurenice França de Noronha Pessoa

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARTES
Conceição Farias

COORDENADOR DE EDITORAÇÃO E LITERATURA
Sérgio Alves Fontenele

FUNDAÇÃO CULTURAL MONSENHOR CHAVES
TERESINA CIDADE FUTURO
150 ANOS

372

Digitalizado com CamScanner